

MARY DEL PRIORE

A CARNE e O SANGUE



*A Imperatriz D. Leopoldina,
D. Pedro I e Domitila,
a Marquesa de Santos*



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

Mary del Priore

A CARNE E O SANGUE

A IMPERATRIZ D. LEOPOLDINA, D. PEDRO I
E DOMITILA, A MARQUESA DE SANTOS



ROCCOINHA

Copyright © 2012 Mary del Priore
mary.del.priore@paginadacultura.com.br
Representada pela paginadacultura.com.br

Direitos para a língua portuguesa reservados
com exclusividade para o Brasil à
EDITORA ROCCO LTDA.

Av. Presidente Wilson, 231 – 8º andar
20030-021 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3525-2000 – Fax: (21) 3525-2001
rocco@rocco.com.br
www.rocco.com.br

Conversão para E-book
Freitas Bastos

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D375c

Del Priore, Mary, 1952-

A carne e o sangue [recurso eletrônico]: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I
e Domitila, a marquesa de Santos / Mary del Priore. – Rio de Janeiro: Rocco
Digital, 2012.

recurso digital

Formato: e-Pub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-8122-050-5 (recurso eletrônico)

1. Leopoldina, Imperatriz, consorte de Pedro I, Imperador do Brasil, 1797-1826.
2. Pedro I, Imperador do Brasil, 1798-1834. 3. Santos, Domitila de Castro Canto
e Melo, Marquesa de, 1797-1867. 4. Brasil – História – Império, 1822-1889. 5.
Livros eletrônicos. I. Título.

12-2222

CDD-923.1

CDU-929:320

CAPÍTULO I

A canga de ferro e o trono dourado



O PALCO DA FESTA

As cinco da tarde do dia 5 de novembro de 1817, as fortalezas dispararam seus canhões: 21 tiros. Fragatas ancoradas na barra replicaram. O cair da tarde se iluminou, atrasando a noite. As águas escuras transportavam o som de vivas, apitos e gritos. Bandeiras e flâmulas coloridas tremulavam na viração. Girândolas de fogos explodiam no céu, num chuveiro de estrelas. Os sinos das igrejas se puseram a tocar, espantando as pombas. Nas praias, multidão sem fim. Durante mais de duas horas, o foguetório invadiu o convés das embarcações, somando seu estrondo ao da artilharia.

Palco da festa, o Rio de Janeiro era então considerado um dos portos mais bem localizados do mundo. As facilidades de intercâmbio com a Europa, América, África e Índias Orientais o tornavam um grande elo entre o comércio das várias regiões do globo. Por influência do Oriente, viam-se por toda parte imensos guarda-sóis para abrigar do calor e mulheres cobertas dos pés à cabeça por capas escuras. Casas caiadas de branco com beirais arrebitados e papagaios de papel no céu também traziam as cores da China e do Japão.

Vista do mar, a cidade aninhava-se entre os morros do Castelo e São Bento. Passando o Pão de Açúcar, viam-se o morro da Mesa – assim chamado por sua forma achatada no cimo – e o Corcovado. A costa, sempre recoberta de vegetação, espreguiçava-se até a bateria do Forte São João. Seguiam-se a encantadora enseada de Botafogo

e a extremidade da praia do Flamengo, guarnecida de pequenas chácaras. O tapete de areia branca prolongava-se à beira-mar até o morro de Nossa Senhora da Glória, encimado pela igreja de mesmo nome. A seguir, sóbrias torres identificavam as igrejas de São José, do Carmo e dos Jesuítas. E depois, apinhado de gente, o terreiro do paço.

Pouco tempo havia que o Brasil passara a ser a verdadeira sede da monarquia lusitana. Os senhores de terras, plantadores e agricultores ricos, tinham saído de seu exílio, atraídos pelo brilho do porto e do que viria ser a nova corte. Plebeus comuns, a maioria, juntavam-se aos plebeus dotados de algum privilégio ou título de nobreza que formavam a pequena elite colonial com o grupo emergente de ex-escravos ou de seus filhos.

Apesar das belezas naturais, tudo era "horridamente sujo", fétido e abandonado. Cercado de mangues e charcos, o burgo sofria com a falta de água e de higiene. Animais pastavam pelas ruas. Havia capim e lixo em toda parte. O conteúdo dos penicos era esvaziado pelas janelas. Apologistas da europeização, como o padre Luís Gonçalves dos Santos, mais conhecido como Padre Perereca, criticavam tais "bisonhos e antigos costumes que só se podiam tolerar nesta porção da América e que não estavam mais em uso entre povos civilizados". De fato, parecia mesmo bisonho o costume de morar em ruas estreitas no meio das quais corria um canal de águas servidas.

Ruas também cheias de edifícios, em geral de dois pavimentos e paredes de granito, que tinham "o pavimento inferior ocupado pela

loja ou armazém; o segundo e o terceiro, [...] pelos aposentos da família para cujo acesso existiam corredores estreitos e compridos”, como descreveu o comerciante inglês John Luccok, que desembarcara no Rio em 1808. Focados no cenário arquitetônico, os oficiais prussianos Von Leithold e Von Rago queixavam-se de que o único passeio para os habitantes era uma praça junto ao mar que, pelo traçado dos canteiros, mais parecia uma horta!

Impressionava, também, o número de negros, escravos ou livres, dando aos forasteiros que ali passavam a impressão de ter desembarcado na África. Mas não era só de lá que esses negros chegavam, vindos da Costa da Mina, Congo e, mais tarde, Moçambique e Angola. Também negros, escravos ou libertos, vindos da América espanhola e confundidos com trabalhadores livres misturavam-se no labirinto da cidade. Entre eles, ranchos de audaciosos capoeiras cruzavam a Candelária armados de paus e facas, exibindo-se num jogo atlético apesar das penalidades impostas – muitas chibatadas aos escravos que capoeirassem. Carregadores e mulheres ambulantes, ligeiramente vestidas, transportavam toda a sorte de mercadoria na cabeça: frutas, animais vivos, pacotes, feixes de fumo, água potável, roupas sujas e limpas e “tigres”, isto é, tinas com excrementos.

Nesse dia, seguida por uma esquadra, a pesada nau *D. João VI* jogou ferros quase em frente ao Mosteiro de São Bento, ao lado da ilha das Cobras. Como faróis, as duas torres do edifício velavam sobre a baía. Nas janelas, enfeitadas com sedas de diferentes cores, apinhavam-se monges vestidos de sarja castanha. Aos pés do

morro, o cais do Arsenal Real da Marinha fora arranjado com luxo. Até então, ali se reparavam os navios portugueses e era grande o movimento dos trabalhadores em torno da calafetagem de barcos.

Arcos triunfais que vinham sendo erguidos havia meses pelo artista francês Jean-Baptiste Debret disfarçaram a sobriedade da construção. Ela, agora, exibia colunas, um teto pintado com as armas do Reino Unido, bandeiras portuguesas e austríacas, águias de asas abertas e flores, tapetes finos pelo chão de areia vermelha, pirâmides e 1.500 luminárias para enxotar a escuridão. Ao redor, um alvoroço de gente à espera do casal de príncipes e da família real.



A DONA DOS OLHOS AZUIS

No lusco-fusco da tarde de verão, olhos azuis e globulosos refletiram a galeota enfeitada que se aproximou da embarcação. Vinha cercada de escaleres enfeitados, transportando as pessoas da primeira nobreza. O homem gordo que arrastava a perna era o sogro, D. João VI. A rainha, Carlota Joaquina, cercada pelas filhas Maria Teresa, Isabel Maria, Maria Francisca, Maria d'Assunção e Ana de Jesus Maria, mais o príncipe D. Pedro e o infante D. Miguel aproximaram-se para receber a dona dos olhos azuis: a arquiduquesa Maria Leopoldina Josefa Carolina Francisca Fernanda Beatriz da Áustria, princesa da Hungria e da Boêmia e princesa de Habsburgo-Lorena, filha do último soberano do Sacro-Império Romano-Germânico e imperador da Áustria, Francisco I, e de sua esposa e prima Maria Teresa de Nápoles e Sicília. Ela ajoelhou-se aos pés de Suas Majestades e abraçou os cunhados.

A moça gorda de 20 anos, mãos rechonchudas, pele cor de creme, bochechuda, não era feia nem bonita. À boca pequena, o lábio inferior saliente, caído, característica dos Habsburgo, e transmitido de geração em geração, não era visto como um defeito, e sim como o signo da ascendência real de sua proprietária. Desde menina, ela sonhara em conhecer a América. Apreciava a natureza e veio acompanhada por cientistas, botânicos e pintores. Era fruto de uma família afetuosa e de uma árvore genealógica em que se cruzavam os nomes das maiores dinastias da Europa.

Desde 1806, o sonho de D. João era unir seus filhos à Casa de Habsburgo, campeã na luta contra a França revolucionária e napoleônica, detentora de 28 milhões de habitantes, além de senhora de 39 estados. Um colosso! E ele queria não um, mas dois casamentos. Além de Pedro, pretendia ligar a filha Isabel a Ferdinando, príncipe herdeiro da Áustria. O acordo não foi viável, e, só depois de muitas hesitações, Francisco I deu permissão para sua filha partir. Já lhe bastavam os problemas criados pelo casamento de sua primogênita, Maria Luísa, com Napoleão Bonaparte. Feito em 1810, para assegurar a paz, acabou cinco anos depois em guerra. O imperador austríaco temia as revoluções que ameaçavam o continente. O consentimento só se fez público depois que o marquês de Marialva, representante de Portugal, declarou que a corte estava decidida a voltar para a Europa assim que o Brasil demonstrasse ter escapado das guerras de independência que abrasavam as colônias espanholas.

O casamento por procuração realizou-se no dia 13 de maio, na Igreja de Santo Agostinho, em Viena. Seguiu-se um jantar de gala, de quarenta serviços, para toda a corte imperial e mais de 2 mil convidados. Depois, a jovem empreendeu longa viagem até chegar às costas brasileiras. Longa, pois houve atraso da escolta brasileira, retida por conta da revolução em Pernambuco: “[...] sou diariamente informada de que a esquadra portuguesa está a chegar, e todos os dias verifico que a notícia é falsa [...]. Parece-me incrível que tenhamos sido impelidos a andar depressa em Viena porque a esquadra estava a nossa espera [...] e estejamos agora isolados de tudo o que me é caro”, registrava uma noiva decepcionada.

Durante esse período, diplomatas ingleses em contato com Francisco I sugeriram que os planos de viagem fossem modificados. Julgavam a situação brasileira crítica. Na verdade, queriam influenciar o imperador austríaco a insistir com D. João VI para que voltasse com a corte, do Rio para Lisboa. Francisco I limitou-se a responder-lhes que sua filha tinha se tornado portuguesa por casamento. Sua obrigação, doravante, era obedecer às ordens do rei. A jovem completou afirmando que, se sua família estava correndo perigo, sua obrigação era juntar-se a ela. Os ventos do dever sopravam sobre o destino da arquiduquesa.

Os navios enviados pela Coroa portuguesa eram sujos e traziam gente demais. Sobretudo, gente malcriada. A comida servida tinha aspecto e gosto ruins: “Tenho passado por algumas vergonhas”, confessou o marquês de Marialva, encarregado de acompanhar a arquiduquesa. Ela nunca protestou.

Ao todo, foram 84 dias cruzando a Estíria, Caríntia, Veneza, Florença, Livorno, Gibraltar, com uma escala na ilha da Madeira, de onde ela trouxe macacos e papagaios. Um observador anotou sobre a jovem loura: “Mui discreta, desembaraçada e comunicável, fala, além de sua língua pátria, o francês, o inglês e italiano; alguns conhecimentos de belas-letas e não menos de Botânica, além daquelas prendas que são próprias de uma senhora.” Uma delas era temer trovoadas.

PRIMEIRA VEZ

Nesse dia, os noivos encontraram-se pela primeira vez. O esposo a acolheu com “os vivos sentimentos de consorte”. Apaixonados? Não necessariamente. Casamentos reais raramente envolviam emoções fortes. Na tradição aristocrática, a conveniência política e social estava acima do laço sentimental. Apenas contavam a aliança dinástica e a progenitura, a “união íntima entre cortes”, como resumia o imperador Francisco I. As filhas serviam como peões no tabuleiro político e máquinas de fazer filhos. Viviam para as dores e doçuras da maternidade. Leopoldina, porém, tinha uma qualidade aos olhos de D. Pedro: era cunhada de Napoleão, que, apesar de inimigo de Portugal, ele admirava profundamente por sua coragem e conquistas militares.

Contrariamente à tradição, ela impressionara-se com ele. Como presente de noivado, recebera, ainda em Viena, o retrato do príncipe, emoldurado por uma cercadura de brilhantes. O diplomata encarregado de promover a aliança entre as duas coroas, assim se

referiu à reação de Leopoldina: "Por extremo agradou à Sereníssima Senhora Arquiduquesa a fisionomia de Sua Alteza o Príncipe Real, dizendo-me a mesma Senhora que muito coincidiam as feições que observava naquele retrato com a ideia que ela formava das virtudes possuídas pelo Augusto Original." Segundo ela, a imagem irradiava bondade e inteligência. Parecia confirmar a opinião geral de que ele era querido por seu povo.

A reação da jovem à proposta de casamento foi aproximar-se da gente, da língua e da paisagem que extraía dos livros. Pôs-se a estudar música, que era "muito apreciada no Brasil", pois queria se tornar popular em seu "futuro país". Pôs-se a ler descrições da "terra abençoada", onde estaria longe das revoltas que tinham incendiado a velha Europa e culminado com cabeças cortadas, como a de sua tia-avó Maria Antonieta, na França. Aprendia o idioma, cujas palavras reproduzia em cartas à irmã: "Eu abraço ti mille vezes, io resto sempre com a intima amizade e amu." Leopoldina queria ser "feliz na América", como ela mesma dizia.

Era moça e, também, mulher. Embora tivesse "aversão por corpetes e cinta", encomendou espartilhos em Paris, cuidou da saúde tomando banhos de água ferruginosa, combateu o início de bócio, que lhe engrossava o pescoço, com medicação à base de sódio, exercitou a "bela postura", vestiu-se com mais apuro e achou que estava melhorando de aspecto.

Leopoldina fora testemunha do casamento da irmã Maria Clementina com um tio idoso, obeso e de modos grosseiros. E da outra irmã, Maria Luísa, com Napoleão, considerado pelos austríacos

o Anticristo! Louison, como era carinhosamente chamada, serviu como a bandeira branca que evitou a guerra do imperador francês com a Áustria. Quanto a Leopoldina, leitora de Goethe e de seu clássico *Os sofrimentos do jovem Werther*, é de se supor que sonhasse com uma relação mais amigável e afetuosa para si.

AMOR

“Amor” era palavra cujo significado Leopoldina incluía em seu vocabulário. Mesmo sem conhecer o futuro marido, escrevera a Louison declarando: “Se estar apaixonada significa não ter outra coisa na cabeça a não ser o Brasil e Dom Pedro, então estou.” Para a jovem noiva, o príncipe era “tão lindo quanto um Adônis, [...] fronte grega, sombreada por cachos castanhos, dois lindos e brilhantes olhos negros, [...] ele todo atraindo e tem a expressão eu te amo e quero te ver feliz, [...] já estou completamente apaixonada”.

Por certo, apaixonada significava estar tomada de amor romântico: amor sem encontro de corpos, só de alma e espírito. Pois, ao ser introduzida por sua madrasta “aos deveres e transtornos do estado civil”, situação que considerou desgastante, Leopoldina “suou terrivelmente”. Sexo era coisa algo imunda e assunto proibido para moças castas. O desafio era “ser útil à pátria”, abafando o que pudesse ofender a virtude. Bastava deitar-se, não gemer e pensar no império. A jovem, desde pequena, era extremamente religiosa: orava e meditava regularmente. Sua compaixão com pobres e aflitos decorria desse compromisso com a Igreja. Além do que, pertencia à Ordem da Cruz Estrelada, cujas patronesses tinham por obrigação

orientar sua vida cotidiana pelos valores piedosos, venerar a Santa Cruz e exercer atividades devotas e caritativas.

Essa era a jovem a quem D. Pedro foi apresentado. Uma jovem que acreditava ser amável por suas qualidades morais. Um símbolo de beleza espiritual e não física. Educada numa casa real em que a fé e a virtude se misturavam ao orgulho dinástico, a princesa tinha profundos escrúpulos piedosos, além de temer a escravidão do pecado. Para ela, o casamento era um sacerdócio.

Sem contar que, nessa época, como os demais membros da família real, tanto portuguesa quanto austríaca, Leopoldina confiava que ficar no Brasil seria coisa de mais um ou dois anos. Depois tornariam a Portugal. E, se, nesse ínterim, pudesse contribuir “para a felicidade de seu esposo e dos portugueses”, atingiria seus “desejos e empenhos”. Uma princesa não poderia pensar de outra maneira: a coroa viria sempre em primeiro lugar. Ela nunca agiria como quisesse. Ouvira do pai a mesma frase que ele dissera a Maria Luísa quando esta se casou com Napoleão: obedecer ao marido em tudo.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, fígada pelas primeiras impressões, escreveu ao pai sobre a nova família:

“Todos são anjos de bondade, especialmente meu querido Pedro, que além de tudo é muito culto. Embora esteja casada com ele há apenas dois dias, ele merece todo o meu respeito e atenção, pois seu comportamento, sob todos os aspectos, é admirável.”

Já para o príncipe, as mudanças foram muito abruptas. Morrera-lhe a avó e o pai cingira a coroa. O príncipe da Beira passou a ser o

do Brasil. Um dia, seria sua vez de ser rei. Portanto, precisava-se de sucessores para a dinastia. D. Pedro tinha, então, 19 anos. No dia em que conheceu Leopoldina, ainda trazia no corpo o gosto e o cheiro de uma amante francesa. Apreciava “dançarinas e coristas, em detrimento de damas de alto coturno”, segundo o naturalista francês Victor Jacquemont. Na época, amantes e concubinas eram o avesso das esposas. Estas cuidando da linhagem e dos filhos, portanto do sangue. Aquelas, do prazer, logo, da carne. Ambas completavam o homem. As vagabundagens amorosas do príncipe eram largamente conhecidas e D. Pedro, apesar do matrimônio, não parecia inclinado a recusar nenhum deleite nascido dos sentidos.

A moça chamava-se Noémie Thierry. Filha de um artista francês, era dançarina de teatro. O príncipe encontrara-a num espetáculo no qual se exibia com a irmã, encantando-se com sua beleza e sensualidade. À mãe da jovem foi dada uma quantia vultosa para que ele pudesse gozar do privilégio de visitá-la secretamente. Posteriormente, Noémie foi alojada nas dependências do Palácio de São Cristóvão. Incapaz de dominar sua paixão, D. Pedro queria desposá-la secretamente. Segundo alguns contemporâneos, a moça era educada e empreendeu a instrução de seu real apaixonado.

Às vésperas da chegada da esposa, a notícia dos amores do príncipe propagou-se pela cidade. Aliás, o assédio que fazia às mulheres era assunto corrente. Andava pelas ruas à cata de presas. Não poucas vezes, apeara do cavalo para levantar a cortina de uma cadeirinha que passava carregada no ombro de escravos. Ele não conhecia limites nem diante da família nem diante do marido da

mulher desejada. Pais honrados trancavam suas filhas para protegê-las. Explicou um deles: “para que a língua do povo não rumorejasse.” Nenhuma mulher se negava a D. Pedro, não só por ser príncipe mas por ser fogoso.

O gosto pela informação e a curiosidade pública desenvolviam-se na pequena cidade e deixavam os indivíduos em condições de “saber sobre os outros”. O povo adorava conhecer os boatos que varriam a corte. À boca pequena, murmurava-se sobre a rainha com o comandante das tropas navais britânicas, Sydney Smith. A este, Carlota Joaquina deu de presente uma espada e um anel de brilhantes. Ou o assassinato com um tiro de bacamarte – a mando da própria rainha – da mulher de um funcionário do Banco do Brasil, sua rival. Enquanto isso, comentava-se a solidão de D. João VI, atenuada – dizia-se – pelos cuidados de seu valete de quarto.

UM BASTARDO

O caso do príncipe assumiu ares de gravidade quando se soube que a dançarina estava grávida. Daí nasceria um bastardo, antes mesmo de o consórcio realizar-se. A corte inquietou-se, pois o contrato de matrimônio já fora assinado e a ligação com a dançarina se tornara pública. O príncipe enfureceu-se e protestou quando lhe comunicaram que sua noiva austríaca já estava a caminho. Teve vertigens, passou mal. Recusou desfazer-se de sua “mulher”, como teimava em chamá-la. Rejeitava despedi-la, apesar das ordens, das ameaças feitas por seus pais, toda a corte e o ministério de ser deserdado. Falava-se que alguns cortesãos incentivavam o caso, na

esperança de preservar suas próprias filhas. O certo é que D. Carlota Joaquina teve papel relevante nas negociações para afastar a bailarina de São Cristóvão. Sobre tais amores, costumava dizer a rainha: “Se os pais não fossem alcoviteiros, as filhas não seriam putas.”

Curiosa e inquieta, a cidade aguardou o desfecho do caso. Noémie cedeu, apesar de se confessar apaixonada e relutante em afastar-se de D. Pedro. Recusou-se, porém, a voltar para a Europa. Queria ficar no Brasil. Quem sabe um dia os amantes pudessem se reencontrar. Foi bem indenizada: amparada com um dote de cinco contos de réis, enxoval para o filho e, de quebra, ganhou um marido. Este, um oficial português que, por sua condescendência, foi dotado de seis contos de réis em dinheiro e um ofício que montava a 800 contos de réis por ano. Em Recife, Noémie deu à luz um prematuro natimorto. Dizia-se que o corpo embalsamado da criança foi guardado numa caixa e entregue a D. Pedro, que a mantinha no próprio gabinete.

Leopoldina só desembarcou no dia 6 de novembro de 1817, seguida de damas, diplomatas e autoridades. Veio numa galeota “esculpida e dourada e remada por cem homens”. “A filha do César austríaco pisava o solo do Brasil” entrando na mais “afortunada cidade do Novo Mundo”, anotou um entusiasmado observador. Miríades de pessoas, que havia dois dias aguardavam no cais, espremiavam-se para acompanhar ou ver passar o cortejo, que era precedido por batedores, músicos, porteiros e arautos, todos com librés ricamente adornadas e plumas brancas nos chapéus. Batendo cascos, os cavalos das carruagens também estavam enfeitados com

fitas e penas. Arqueiros, criados, açafatas, damas da corte e os bispos de Angola, Pernambuco, Goiás, São Tomé e Moçambique apertavam-se em outros coches.

Senhoras brasileiras às janelas traziam seus melhores trajés e abanavam seus lenços coloridos. Uma chuva de flores caía sobre os passantes e nuvens de aromas perfumavam os ares. Ao longo do percurso e nas ruas vizinhas, como a do Sabão e dos Pescadores, serpentinas, lustres de cristal, mangas e globos de vidro “pareciam uma só chama de fogo de várias cores”, registrou o Padre Perereca, cronista do evento. Os comerciantes costumavam oferecer de presente parte dessa decoração, que recebia o nome de efêmera, pois, uma vez terminada a festa, tudo era desmontado como num cenário de teatro.

Ao entrarem na capela real, rompeu a tocar a grande orquestra regida por Marcos Portugal, maestro e compositor português, enquanto o casal e os familiares encaminhavam-se para um dossel dourado. Ali, de joelhos, receberam as bênçãos nupciais. A cerimônia durou duas horas e foi precedida por um desfile de carros de triunfo. O da América, por exemplo, era uma imensa concha de madrepérola conduzida por cavalos-marinhos que soltavam água pelas ventas. O da corporação dos alfaiates trazia a reprodução do Pão de Açúcar. A festa prosseguiu na Real Quinta, onde os aguardava uma serenata. D. Pedro soltou a voz em algumas árias, seguido pelas manas. Foram três dias de comemorações com espetáculos de ópera, balé no Teatro Real e beija-mão.

Quando os jovens esposos chegaram ao Palácio de São Cristóvão, o rei disse a Leopoldina, conduzindo-a aos seus aposentos: "Espero que este aposento, embora mobiliado simplesmente, vos seja agradável."As instalações sem luxo algum tinham sido recentemente remodeladas. E a explicação servia para desculpar o atraso na vinda da admirável mobília encomendada em Paris, num dos mais renomados moveleiros: Jacob-Desmalter, que trabalhara em Versalhes, palácio real. O navio que deveria transportá-la atrasara-se, chegando meses depois do previsto. Segundo uma testemunha, a primeira coisa vista por Leopoldina foi o busto do imperador da Áustria, seu pai, que D. João mandara vir de Viena.

A jovem não pôde reter as lágrimas de alegria; então, o rei, tomando-lhe as mãos, disse: "Como vós sois muito instruída, não tenho a pretensão de oferecer-vos algo inédito; estou persuadido, entretanto de que tereis prazer em percorrer este volume que vos peço aceitar." Ainda comovida com o busto do pai, a princesa abriu o livro; era uma soberba coleção de todos os retratos de sua família, encomendada em Viena com a escultura. Ali, podia mirar a figura longilínea e pálida do pai melancólico e calmo. Um homem que nunca sorria e que Napoleão alcunhara de "esse esqueleto". O radioso rosto da finada madrasta Maria Luísa de Módena, com as bochechas pintadas de ruge; ela era tísica. O da mãe, Maria Teresa, mulher fria e distante, segundo biógrafos. O da quarta esposa do pai, Carlota, princesa bávara que mais parecia uma camponesa. O do irmão Ferdinando, gago e epilético, dono de uma enorme cabeça, que gostava de enfiar na lata de lixo depois de rolar na lama. Ou o

de Francisco Carlos, futuro herdeiro do trono. O da tímida Maria Luísa, insípida, *gauche* e sem graça e sobre quem Napoleão disse: "Que ela seja boa e me faça filhos fortes." E dos outros manos, pois eles eram doze irmãos.



Desembarque da arquiduquesa Leopoldina: da Áustria para os trópicos.

LUA DE MEL

Cedendo aos sentimentos de gratidão, a princesa precipitou-se sobre a mão do rei, que lhe disse ainda: "Minha querida filha. A felicidade de meu filho está assegurada, bem como a de meus povos, pois terão um dia como rainha uma boa filha que não poderá deixar de ser uma boa mãe." Os retratos da família austríaca deveriam funcionar como lenitivo contra as saudades.

Na primeira noite, acabrunhada, ela se despiu diante da rainha e da cunhada. E D. Pedro, diante do rei e de D. Miguel. No quarto, esperava-os uma cama com cortinado bordado a ouro, seguro pela águia real e a figura de Eros. Escreveria a Louison: "Temíamos que

desabasse, mas nos garantiram que não há perigo.” Havia ainda guirlandas de flores e enfeites dourados, armários, escrivaninha e canapé de dormir para o príncipe, quando tivesse seus “ataques de nervos”. A colcha viera de Bruxelas e custara 40 mil francos: “Maravilhosa!” As moças que a serviam no lavabo eram negras. As açafatas e criadas de quarto, “feias como a peste”. Todas dormiam na parte inferior da construção. Leopoldina e D. Pedro não sabiam nada um do outro, mas sabiam o que se esperava deles.

A princesa iniciou a lua de mel numa corte bem diferente das europeias. Dela disse o diplomata prussiano conde Von Flemming: “Exceto a corte asiática em Constantinopla, parece não existir outra que se caracterize por originalidade tão estranha quanto essa [...] alienada de tudo o que se chama *Hofton* [o bom-tom], elegância de costumes e cultura mais requintada, [...] tudo é diferente, penoso e engraçado para o estrangeiro, [...] a nobreza daqui é vaidosa e esperta somente no que diz respeito às intrigas mais reles da corte e em todas as outras relações, quase toda tola e ignorante.” Os validos e criados, “em alto grau repugnantes, grosseiros, intrigantes e vulgares”, e, no palácio, “todo o mundo fazia o que bem entendia”.

O luxo, as luzes, o som dos timbales da festa de casamento maquilaram outra característica da capital. Leopoldina não percebeu que o Rio de Janeiro era uma cidade africana. Mas isso não escapou aos naturalistas bávaros que trouxera no séquito: Johann Spix e Carl Martius horrorizaram-se diante da quantidade de negros seminus que executavam os piores trabalhos. Quase 45% da população era afrodescendente. A realidade brutal da escravidão, com sua violência

e animalização das pessoas, chocava. Não à toa, os abastados, principalmente os estrangeiros, negociantes e diplomatas, viviam longe da agitação do centro, espalhando-se por Botafogo e Laranjeiras, onde os cativos não eram tão presentes.

Leopoldina escreveria ao pai: “Nada conheço da cidade, porque meu esposo e o rei têm bons motivos para não querer que eu vá lá.” Sim, pois a abolição da escravidão era um dos temas que já apaixonavam os Estados europeus, inclusive a Áustria.

Em tese, o monarca português concordava em reduzir o tráfico: “Resolvi este problema da maneira mais conveniente sem pôr em risco de confusão geral o Brasil. Decidi substituir por colonos brancos os escravos negros”, afirmava D. João ao imperador Francisco I. Mas, só em tese... Pois, como o mesmo Von Flemming comentava em francês arrevesado: “Nestes dias entraram de novo muitos navios com escravos, bela gente, Vossa Excelência viu-a?”

Durante o matrimônio real, os negros tinham dançado pelas ruas o catopé – coreografia ao som de pandeiros e reco-recos. Bateram tambores e atabaques e acompanharam o cortejo nupcial. Muitos estrangeiros atribuíam a eles a sujeira, o alto índice de criminalidade e violência e a cantoria nas ruas, vista como repulsiva e barulhenta.

Mas, ao contrário do que pensavam os forasteiros, não era uma massa uniforme essa que se exibia nas festas ou oferecia-se para prestar serviços. Nela, os indivíduos se identificavam pelos sinais de nação, talhos e escarificações no corpo ou na face, cuidadosos penteados, panos da Costa, porte de amuletos, joias ou chinelas. O *abadá*, espécie de túnica branca, por exemplo, identificava um malê.

O *fez* apontava os islâmicos. Negras de ganho – escravas que vendiam produtos cujo proveito ia para seus senhores –, com seus xales azuis, traziam sobre si objetos de cunho propiciatório, buscando proteção, lucro e outras benesses. Dispostos na cintura por argolas individuais ou tiras de couro, eram bolas de louça, figas, saquinhos de couro, dentes de animais e também medalhinhas, crucifixos e outros símbolos cristãos. Seus tabuleiros também iam protegidos por figas de madeira, imagens de santo Antônio e pequenas moedas. Os vendedores de cestas se identificavam pelo calção de algodão apertado na cintura, por uma cinta de sarja de lã e uma camisa enrolada em volta do corpo. As vendedoras de angu, prato da culinária afro-brasileira, precisavam ter as vestes impecáveis.

As diferentes *nações* de africanos e seus descendentes formavam fronteiras não visíveis aos olhos de europeus, organizando-se por meio de irmandades religiosas, pontos de encontro nas esquinas das ruas, como os *cantos*. E, mais tarde, os *zungus*, casas onde se bebia, ria e jogava, em que não faltavam tensões entre membros de diferentes diásporas. Havia também africanos inseridos no movimento de ascensão social que empurrava pequenos comerciantes para cima. Eram sapateiros, alfaiates e barbeiros.

Junto à cidade africanizada, havia outra que, desde a chegada da família real, em 1808, se esforçava para “europeizar-se”. Seria impossível ser sede da monarquia sem tratar de melhorar. Para começar, aprimorou-se o abastecimento de comida e água. Fundaram-se instituições que faziam parte do modo de vida

européu: imprensa, Jardim Botânico, Real Hospital Militar, escolas superiores de medicina e engenharia. Em 1810, edificou-se a Real Biblioteca, formada por livros trazidos da Biblioteca da Ajuda, e, três anos mais tarde, o Real Teatro de São João. Em 1816, pouco antes de Leopoldina chegar, criou-se a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

Carl Schlichthorst, ex-tenente de granadeiros alemães do exército imperial, dizia que, depois da vinda de D. João VI, as casas ganharam mais um ou dois andares. E Ernest Ebel, viajante austríaco, acrescentava que algumas possuíam até gradis dourados, à imagem de balcões franceses. Apenas sete anos depois do desembarque, a cidade já tinha se transformado, graças a melhoramentos em toda a capital. “Ela muito perdeu de sua originalidade”, informava o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, “tornando-se, hoje, mais parecida com as cidades europeias.”

Mudanças? Sim. Antes da presença da família real, chamava atenção a proeminência das janelas superiores feitas de treliça, o muxarabiê de influência oriental, cujos interstícios serviam para a passagem de ar. Contudo, tais janelas tornavam as ruas sombrias; por isso, D. João, então regente, mandou reduzi-las a balcões modernos, abrindo mercado para os vidros vindos de Manchester. À noite, as ruas passaram a ser relativamente bem iluminadas por inúmeros lampiões e viam-se circular patrulhas de três a quatro soldados, refletindo a presença da recém-criada Intendência Geral de Polícia da Corte. Palavras como “civilidade” e “urbanidade” foram incorporadas ao cotidiano graças a essa força, que também cuidava

do abastecimento, de obras públicas e da segurança individual e coletiva.

Na sede do governo, produtos importados ganhavam as prateleiras. Ebel, ao entrar na rua do Ouvidor, sentiu-se na rua Vivienne, em Paris: “Por trás de uma mesa polida, senta-se *Madame* ou *Mademoiselle* elegantemente posta, ocupando meia dúzia de negrinhas, vestidas com esmero e escolhidas pelo físico, ocupadas a costurar. Aí vendem tudo o que a dama mais exigente possa desejar.”

A VIDA NA CORTE

As técnicas europeias eram, assim, incorporadas pelos naturais, ou locais. Nascia uma nova familiaridade com produtos antes desconhecidos. Leopoldina também notou que no porto vendia-se de tudo em matéria de “adornos e livros”. Só Voltaire e Rousseau eram censurados, mas, ainda assim, passavam de mão em mão.

“Ir muito inglês” ou ser “jarreta” eram expressões recentes que denominavam um modo importado de vestir-se. Os cariocas se adaptavam a um novo mercado de consumo e a produtos que modificavam suas formas de agir, de apresentar-se e de falar. Nas chamadas casas de pasto e cafés, o movimento também era intenso: empregados circulavam servindo limonadas, vinho verde português misturado com água e cervejas suecas, tipo *porter*, que afogavam docemente o hábito do consumo de licor de caju e cachaça. Também na rua do Ouvidor, reuniam-se advogados e meirinhos para tratar de seus negócios ou de como esvaziar o bolso

de seus clientes. Apresentavam-se vestidos com velhas casacas pretas, fivelas enormes nos sapatos, perucas empoadas e chapéus sebentos, numa prova de que a moda europeia não aburguesava a todos da mesma maneira.

Europeus chegavam aos magotes, não só pela curiosidade de conhecer o continente em muitos pontos ainda virgem, mas também em busca de melhores informações sobre o mercado que se abria. A ignorância sobre o reino tropical era tão grande que o Rio de Janeiro foi inundado por patins de gelo! E, se o Brasil não tinha nobreza propriamente sua, religiosos, funcionários e famílias abastadas possuíam privilégios e distinções. Depois da vinda da corte, acostumaram-se a pensar o Rio de Janeiro como sua capital e a adotar, como seus, costumes e modos de pensar europeus.

Longe da cidade africana, o jovem casal foi instalado em uma casa de campo nos terrenos da Quinta da Boa Vista. Ali, no seu “pequeno, mas lindo palácio”, Leopoldina só via “o paraíso terrestre” que ainda estava “no estágio em que Adão e Eva são expulsos”. Comparava as serras cariocas às montanhas da Suíça sob o “mais lindo e suave céu”. No jardim, sebes de mimosas, lantanas e buganvílias coloriam a paisagem. Dividiam seis aposentos: sala de bilhar, de música, de festa; o gabinete em musselina branca e tafetá rosa, com um toailete de cada lado, guarda-roupa, uma despensa para a prataria; quatro aposentos para o “pessoal do esposo” e um corredor onde dormiam pássaros e cães de caça. Pinturas na parede e no teto, candelabros de bronze e móveis de *bois du Brésil* – madeira brasileira – compunham a decoração.

A vida na corte era quase tosca. O próprio Palácio de São Cristóvão, apesar da varanda com vinte colunas, foi considerado por contemporâneos, como o pintor francês Debret, simples como qualquer casa rural brasileira. Móveis, tapetes e quadros vindos de Portugal espalhavam-se sem nenhum cuidado ou critério. Segundo Von Flemming, “cozinhas, estrebarias, guarnição interna, [...] tudo era tão mau, sujo e mesquinho” quão pobremente arranjado. Se humilde era a residência real, mais simples ainda se apresentava seu séquito quando aparecia em público. A carruagem do rei, segundo o viajante francês Saint-Hilaire, era de tal maneira malconservada que ninguém ousaria servir-se dela. A rainha, certa feita, teve que conduzir ela mesma, candelabro à mão, um visitante à porta da casa. Faltavam criados. A situação do Tesouro público impôs economias aos Bragança. Como dizia o conde de Palmela, faltavam ainda “gente branca, luxo e estradas”. Mas o tempo iria prover...

A jovem, apesar de vir de uma das mais sofisticadas cortes do mundo, adaptou-se. Como tantas outras mulheres nessa época, acuada pelo desejo de perfeição, não cessava de interrogar-se, de medir seus progressos, de deplorar suas incapacidades e, sobretudo, de traçar regras de conduta severas. Num livrete, redigido de próprio punho, sublinhava as qualidades da boa esposa: humildade e modéstia. No capítulo “Em todas as situações”, anotou: “Longe de mim as despesas inúteis, os adornos indecentes, o luxo maléfico e as mundanidades e vestuário escandaloso.” Acompanhava, sem protestar, a situação financeira que se abateu sobre a família.



A ingênua jovem que amou D. Pedro.

D. João adorava a nora. Ela representava uma aliança com uma das mais influentes casas reais. Eram os Habsburgo que lideravam o jogo da restauração monárquica na Europa, impondo-se contra as revoltas liberais e republicanas. Se Leopoldina era a pérola dos olhos de D. João VI, não há registro de proximidade entre sogra e nora. Alguns diziam que a primeira não abria o coração à segunda.

De fato, a jovem arquiduquesa escrevera à “muito querida sogra” pedindo que esta lhe “acordasse sua bondade, ternura e conselhos maternos”. Prometeu-lhe merecer a afeição que ela dedicava à família, além de “provar em todas as ocasiões seus sentimentos de respeito e profunda submissão”. Carlota Joaquina, grã-mestra da Ordem de Santa Isabel, recebeu da parte da imperatriz da Áustria a comenda da Ordem da Cruz Estrelada e limitou-se a agradecer ao

imperador austríaco, acrescentando sobre o casal: “Creio que estão contentes um com o outro.” Comprometeu-se a não negligenciar nada que não contribuísse para a felicidade de uma “nora recomendável por suas próprias qualidades”. Porém, pouco fez no sentido de facilitar a vida de Leopoldina. No máximo, chamava a atenção do filho para que, nas cerimônias oficiais, cuidasse da esposa, no mais das vezes, deixada de lado por ele.

A rainha e o rei viviam separados. Metida num velho paletó de talhe masculino, saia aberta, chapéu de abas levantadas e botas, Carlota Joaquina gostava de cavalgar pelos arredores de sua casa em Botafogo. Montava escanchada sobre a sela, como um homem, chocando as provincianas moradoras da capital. Tinha muito em comum com a nora: instruída, prendada, dominava línguas e a harpa. Menina, pasmou a corte portuguesa quando lá chegou.

MÁ IMPRESSÃO DA SOGRA

Apesar da vida rumorosa, era mãe dedicadíssima à educação das filhas. Queria-as decorosas, castas e preparadas para casar-se na alta nobreza da Europa. As cunhadas de Leopoldina – assim como ela mesma – tiveram aulas de matemática, ciências, música e artes com os melhores professores. Carlota Joaquina mandava buscar-lhes caixas de livros, introduzindo-as aos conhecimentos da literatura clássica. Para Maria Isabel e Maria Francisca, armou excelentes matrimônios: uma tornou-se rainha da Espanha e a outra casou-se com a primeira pessoa na linha de sucessão espanhola. As meninas escreviam à “amada mãe” contando de sua felicidade. Longe de sua

Espanha querida, Carlota Joaquina isolou-se em Botafogo, fugindo das intrigas que a cercavam. Isso acabou por afastar as duas mulheres. Em São Cristóvão, a nora ficou com os rumores e a má impressão da sogra: "Sua conduta é vergonhosa, e desgraçadamente já se percebem as consequências tristes nas suas filhas mais novas, que têm uma educação péssima e sabem aos dez anos tanto como as outras que são casadas."

Dias bucólicos encadeavam-se uns aos outros. Os primeiros meses foram agradáveis. Leopoldina passava tardes inteiras enfiada na mata, tentando decifrar o segredo dos minerais, ouvindo a melodia dos riachos, identificando plantas raras ou perseguindo borboletas. Parecia querer resumir o mundo bizarro e exótico que, então, descortinava. A natureza a encantava: "Vejo plantas e árvores lindíssimas, cobertas de flores ainda desconhecidas na Europa."

Exímia atiradora, ela acompanhava o "lindo marido" na planície de Jacarepaguá, cheia de jacarés. E informava ao pai: "Diariamente saio às oito da manhã, a cavalo, com meu esposo, para caçar." Passeios ao Corcovado eram constantes, sendo ele um apaixonado por equitação. "Há alguns dias fiz um passeio a cavalo de oito horas na Tijuca, um vale com uma magnífica queda-d'água sombreada por mimosas palmeiras", escreveria a Louison. Possuía quatro animais e roupa para praticar equitação que lhe era enviada da Europa.

A paixão pela música os aproximava. Ela no piano e ele na flauta ou no violino. A presença do seu "queridinho" enchia-a de alegria. Assim, tinha a satisfação de estar "sempre próxima ao ente querido." "Meu marido toca quase todos os instrumentos, tanto os de corda

quanto os de sopro, muito bem, [...] talento igual para a música como ele possui, ainda não tenho visto.” E prosseguia, toda faceira, em carta ao pai: “O meu marido é compositor também, faz-vos presente de uma sinfonia e de um *Te Deum* compostos por ele. Na verdade são um pouco teatrais, o que é culpa de seu professor, mas o que vos posso assegurar é que ele próprio os compôs sem auxílio de ninguém.”

A música era o ponto de encontro dos recém-casados. Ela corria nas veias de D. Pedro, contam os biógrafos. E do lado de Leopoldina não era muito diferente. Na Áustria, florescia o hábito de fazer música em casa. Ouvia-se Beethoven e, no Palácio de Schönbrunn, tocava-se como nas casas burguesas: o imperador encarregando-se do primeiro violino. Foi nessa época que soaram as primeiras valsas vienenses e os *lieder*, associando voz e sentimento, cantando amor eterno. Amor como o de Leopoldina por Pedro.

Além da música e das cavalgadas, o cotidiano tinha muito de monotonia: “Cada manhã da véspera se assemelha à manhã do dia seguinte; e vós acreditaríeis que a nuvem que passa hoje sobre vossa cabeça é a mesma nuvem que veio ontem proteger-vos”, queixava-se o escritor francês Jacques Arago – que, vez por outra, visitava o casal real e jogava bilhar com D. Pedro.

Pela manhã, toda a família reunia-se para a missa, inclusive D. Carlota Joaquina, que vinha com as filhas menores. Almoço às nove horas, aula de música às 13 e jantar às 15 horas. A primeira refeição, invariavelmente à base de galinha e laranjas, era feita com o sogro e assistida pelos criados do paço, camaristas, guarda-

roupas, veadores, médicos e oficiais superiores. Tarde livre, mas, às ave-marias, estava-se sempre de volta ao palácio. A seguir, na sala do trono, ocorriam as audiências e o beija-mão, hábito já banido das cortes europeias mas que vingou nos trópicos. Dormiam às vinte horas, pois, segundo Leopoldina, “era mais fácil pedra virar leite do que receber permissão para ir ao teatro”.

Ela observava que as relações entre as pessoas não eram fáceis. Sua imagem ingênua dos brasileiros como “bons selvagens” logo se desfez. Os nobres portugueses tratavam os brasileiros com superioridade. O Brasil era visto como uma região inferior, apesar de tê-los agasalhado na fuga intempestiva. Vivia-se aqui como que cumprindo um pesado dever, que impunha resignação. Alguns escreviam aos patrícios dizendo que “qualquer escravo mulato” era mais polido, açucarado e mais sábio do que a rústica fidalguia da terra.

Os brasileiros, por seu lado, respondiam ridicularizando os portugueses: eles eram os cabeçudos ou graúdos. E testemunhavam sua antipatia pelos recém-chegados por uma série de pirraças, denunciou o geógrafo francês Luís de Freycinet. Na ciranda de desconfianças, os ingleses ficavam no topo: menosprezavam os portugueses e os brasileiros. Rugendas, pintor alemão, queixava-se que o “estrangeiro imparcial” – seu caso – não podia deixar de se sentir chocado ao deparar, em meio a uma nação tão grande e original, com as mesquinhas, as bobagens e os preconceitos da alta sociedade europeia.

Na verdade, tal como Leopoldina, o estrangeiro captava os sinais de uma rivalidade profunda que opunha quem era e quem não era da terra. Além disso, havia as tensões ditadas pelas normas rígidas da etiqueta europeia, totalmente subvertida nos trópicos. O tom irônico de muitas descrições de estrangeiros sobre nossa elite têm a ver com a impressão que suas atitudes despertavam: de farsa e exagero. Os gestos, as maneiras de expressar-se e comportar-se estavam sempre fora do lugar.

Mas não era só. Incomodava a visão de uma sociedade que, por imitação da europeia, se queria portadora de elevados valores e hábitos do mundo civilizado, mas que não dispunha dos meios para sustentar tal projeto. A ausência de jornais, escolas, professores e a terrível escravidão lembravam ao estrangeiro que o cenário era puro verniz.

Nele, moviam-se os de fora e os daqui. Os daqui ofendiam-se em ter de suportar um bando de nobres exilados que se limitavam a jogar cartas e lembrar os bons tempos de Lisboa e Mafra. Houve mesmo decreto real reservando as rendas da Alfândega do Rio e da Bahia para sustentá-los. A hospitalidade obrigatória e o confisco de casas de "brasileiros" para abrigar os que preferiram compartilhar os infortúnios do rei também provocavam celeuma. Houve casos de proprietários que acabavam se tornando inquilinos de seus próprios hóspedes. O decreto transformando o Brasil num Reino Unido a Portugal e Algarves lisonjeou momentaneamente os brasileiros. Mas, no tempo em que Leopoldina chegou, o rancor provocado por

incidentes entre portugueses e brasileiros desabrochava como uma planta venenosa.

Tais motivos, somados ao temperamento da princesa Leopoldina, colaboravam para afastá-la das pessoas: “Estou totalmente só com meu esposo. Não me dou com ninguém, não me preocupo com nada e essa é a melhor forma de ser bem-sucedida.” Só a condessa de Linhares e a cunhada Maria Teresa tinham sua consideração. “Até agora não conheci outra mulher que me interesse e com quem simpatize.” E fechava-se.



BELEZA TRISTE

Outras tensões alimentavam o isolamento. Crescia o mal-estar em torno dela por ser estrangeira. Estrangeira ou quase exilada. Os hábitos de Leopoldina aumentavam a distância entre ela e seus súditos. Ela comia com talheres; eles, com as mãos. Ela gostava de ler, eles desconheciam o prazer da leitura. Ela sentava-se em cadeiras, mas as damas, de acordo com o costume oriental, com as pernas cruzadas no chão. Ela era feia, enquanto eles a queriam bonita. Ela não queria ter a mão beijada e eles queriam beijar-lhe a mão: “nos mínimos detalhes os hábitos do país são um tanto esquisitos”, a jovem observava.

Ninguém parecia se lembrar que na Áustria, entre aristocratas, só havia desprezo mal dissimulado por tudo o que não pertencesse à mais alta nobreza. Do *almanach de Gotha*, registro das casas principescas europeias, só constavam os Fürstenberg, os Lobkowitz, os Coblenz, os Bellegarde, os Schwarzenberg, os Esterhazy, os

Liechtenstein, os Palffy, entre outros. Nessa elite, não só casamentos e questões dinásticas, mas também regras de etiqueta, eram rigorosamente respeitados. Não havia a informalidade que ela encontraria nos trópicos.

Um mês depois de sua chegada, Leopoldina registrava as carências: “Embora esteja muito feliz, o estilo de vida em que nunca se vai ao teatro, nunca a uma festa em que as pessoas não sejam as mesmas de todos os dias, vai se tornando mortal para alguém acostumado a um pouco de distração, e até meu esposo reclama disso; o calor, o clima e a consequente preguiça não nos deixam ler nem escrever.” Resultado? Certa melancolia, palavra que iria repetir com insistência para descrever seu estado de espírito.

Caso único? Não, pois tais sentimentos eram os mesmos de muitos estrangeiros e mesmo portugueses instalados na corte. Eles se queixavam dos conterrâneos que logo “se faziam da mesma raça”, adaptando-se aos costumes locais e perdendo as “civilidades”. Denunciavam que “tudo aqui vai devagar”. A corrupção e a impostura já eram motivo de lamento. O choque entre a nobreza das províncias lusas e os “nativos da terra” aprofundava a tensão entre a ideia de “velho e puro” – os portugueses – *versus* o “novo e contaminado” – os brasileiros. Solidão e desconfiança alimentavam os sentimentos de diferença.

E mulheres bem-educadas como Leopoldina também tinham seu momento de fragilidade: “Hoje, meu José, estou um pouco triste. As saudades tornam-nos pesados, mas falemos de outra coisa”, escrevia certa Maria Bárbara Garcez, da elite emigrada. “Viver

melancólico e rodeado de estranhos” era queixa de muitos. A palavra “saudade”, insistentemente repetida na correspondência com Lisboa.

Melancolia: uma indisposição da alma à qual inúmeros homens e mulheres foram confrontados. Leopoldina não foi exceção. Seu pai sofria do mesmo mal. Artistas e escritores europeus dela deixaram sua descrição. Reis, rainhas ou súditos não estavam imunes ao sentimento associado à presença da bile negra no corpo. Acreditava-se que ela se originava de ilusões e paixões tristes.

O remédio? Divertimentos, jogos e ingestão de pós extraídos da pedra bezoar. Sintomas? Corpo lânguido, sentimento de solidão, tristeza, angústia. Nessa época, em que o romantismo fazia sua aparição, uma linha de pensadores associava a paisagem e a natureza aos estados d’alma. Rousseau, Bernardin de Saint-Pierre ou Edmund Burke, cada qual à sua maneira, faziam referências aos sentimentos que, comparados a marés, avalanches e tempestades, a alma deveria superar.

A contemplação de cascatas, florestas e rios era incentivada. Tais formas da natureza eram consideradas exemplos sublimes, capazes de criar um sentimento melancólico muito poderoso. Por exemplo, a “beleza triste” de uma noite de luar, anunciando o repouso e a morte, deveria ser também momento de meditação e isolamento. Quem diria se tais momentos de “melancolia doce” ou “furiosa” – existiam os dois tipos – não atacavam Leopoldina quando ela se via ao entardecer, numa paisagem claro-escura, ouvindo piar a coruja, nos solitários arredores de São Cristovão?

Outros sentimentos a fragilizavam. Leopoldina casara-se com D. Pedro imbuída de seu papel real. Para ela, felicidade era “o cumprimento estrito” de suas obrigações, fazendo tudo o que seu esposo desejasse. Mas, no fundo do coração, embalava-a o que seus contemporâneos chamavam de modernismo: o sentimento também romântico que levava seus adeptos a acreditar que “o coração sempre vence”.

Já D. Pedro continuava a viver num universo em que as alianças matrimoniais representavam um papel crucial. Baseado num calculismo sem rodeios, nele o interesse surgia na sua crueza, despido de maiores expressões de afeto. Além disso, a mentalidade da época em torno da função do todo-poderoso matrimônio não deixava dúvidas: o marido era senhor. Depois da Revolução Francesa, que tentara apagar vestígios feudais nas relações entre homens e mulheres, o Código Napoleônico, de 1807, voltou a sublinhar as desigualdades: o marido devia proteção à esposa e esta, obediência a ele. Ela voltava a ser uma criatura inferior, sem poder sobre si mesma ou sobre seus filhos. Nesse jogo, o casal de príncipes não era exceção. Ele mandava, ela obedecia.

O ANIVERSÁRIO DE LEOPOLDINA

No entanto, a vida seguiu seu curso calmo e a cerimônia do casamento foi superada em magnificência por outras demonstrações de pompa oficial no ano seguinte. O aniversário de Leopoldina foi comemorado em São Cristóvão com fogos de artifício e um espetáculo de gala no Teatro Lírico, onde se apresentou um conjunto

de duzentas dançarinas vestidas de Índia. Cocares iam se tornando o novo símbolo das terras brasileiras. O ponto alto da diversão foi uma tourada que terminou em riso, pois o touro, magro e preguiçoso, não respondia às investidas do toureiro, limitando-se a abanar moscas com o rabo.

No mesmo ano de 1818, a apoteose do reinado foi, em fevereiro, a aclamação de D. João VI como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A família real apareceu coberta de diamantes. Leopoldina, com penas brancas na cabeça, e suas cunhadas, com penas vermelhas. Manobras de cavalaria, bailados e hinos patrióticos reuniram uma multidão no Campo de Santana, onde um pavilhão com 102 obeliscos em torno de um lago foi artificialmente iluminado. Entre estrangeiros e portugueses, até "chinas", trazidos de Macau para trabalhar na fazenda do rei, queriam ser testemunhas do evento. Dias de festa se sucederam.

Nos outros dias do ano, nesse local reinavam as lavadeiras. No centro, um vistoso chafariz de pedra reunia as mulheres, algumas delas alugadas a casas de famílias, que esfregavam e batiam roupa em meio ao falatório e à cantoria. Algumas levavam amarradas às costas, por meio de panos coloridos, as crias pequeninas. Crianças miúdas aguardavam o fim do trabalho de suas mães, quando não as ajudavam a quarar a roupa. Muito perto, se instalaram os ciganos que comerciavam com cobre, ofereciam trabalhos de caldeiraria, vendiam e compravam cavalos velhos e roubados, enquanto suas mulheres liam a sorte ou benziavam doentes. Não muito longe, também, no largo do Rossio (atual praça Tiradentes), por trás de

venezianas cerradas, pois a polícia assim o exigia, mulheres sussurravam convites lascivos aos homens que passavam pela calçada. À noite, o movimento aumentava. Afinal, o Rio de Janeiro era um porto.

Enquanto uma apaixonada Leopoldina tentava se adaptar ao Novo Mundo, os funcionários que a acompanharam não deixavam passar os detalhes. Uma carta do barão de Eschwege a seu sócio em Viena dizia: "Por falar no príncipe herdeiro, posto que não seja destituído de inteligência natural, é falho de educação formal. Foi criado entre cavalos, e a princesa cedo ou tarde perceberá que ele não é capaz de coexistir em harmonia. Além disso, a corte do Rio é muito enfadonha e insignificante, comparada com as cortes da Europa."

Insignificante e regida por hábitos forjados na precariedade. O Rio de Janeiro, recém-erguido à condição de corte, tinha vida social muito modesta. Tudo girava em torno das igrejas, cujas fachadas de sabor italiano eram emolduradas por bananeiras e figueiras: "Oitenta mil festas religiosas" iriam martirizar a existência de Leopoldina. Muitas notícias eram dadas pelos sinos: nascimentos, casamentos, batizados, incêndios e mortes. Por exemplo, nove badaladas indicavam o nascimento de um menino. Sete, o de uma menina. Na Semana Santa, passava-se os dias inteiros nas igrejas, conversando, rezando e comendo frutas e doces que escravos transportavam em cestos ou eram vendidos nos adros e portas.

Uma católica fervorosa como a princesa não deixava de ficar impressionada com as solenidades religiosas, mistura de misticismo e profanação. Durante a Semana Santa, na capela real soava o

Miserere, de Pergolesi. Um Cristo em tamanho natural carregava a cruz em meio à multidão de fiéis, enquanto D. Pedro estendia a mão a beijar, a torto e a direito. O casal visitava as igrejas a pé, alabardeiros formando a ala à entrada. Eles depositavam uma moeda de prata na bandeja de esmolas, faziam curta oração e seguiam para a próxima.

DE CONDESSAS A CAIXEIRAS

Na segunda-feira da Quaresma, por exemplo, as mulheres iam à catedral para tocar os pés do Salvador. Velhas e jovens, de condessas a caixeiras, de senhoras a escravas, mães de família ou prostitutas, cada qual ostentando seu melhor traje, prosternavam-se diante do Crucificado, protetor da ordem à qual pertencia Leopoldina. À noite, voltavam da igreja em procissão, desfilando diante de austeros cortesãos e senadores que carregavam lanternas penduradas na ponta de longas varas. O cortejo encerrava-se com a guarda do rei em uniforme de gala. Proibidas de sair às ruas, as mulheres costumavam comparecer às cerimônias religiosas como se fossem a bailes: enfeitadas e decotadas, “tratando mais de se divertirem do que de rezar a Deus”, segundo uma observadora estrangeira.

A missa tinha, então, uma importância hoje inimaginável. Era o melhor lugar para o namoro. Em 1817, não escapou a Louis de Freycinet que o acanhamento e a timidez, resultantes da pouca vida social, sumiam na hora de ir para a igreja. Nela se conversava com as jovens diante de seus pais, e os olhares trocados estabeleciam

verdadeiros códigos secretos. Por sua vez, o mercenário alemão Carl Seidler, autor de um livro sobre o país, observara que a igreja era o teatro de todas as aventuras amorosas na fase mais ardente – a inicial. Só ali as mulheres se aproximavam, e até cochichavam algumas palavras com seus interlocutores. A religião encobria tudo. O mínimo aceno bastava para ser compreendido, e, enquanto se fazia devotamente o sinal da cruz, pronunciava-se, em tom de fervorosa prece, uma declaração de amor. Se a dama resolvesse dar ouvidos ao suspiro enamorado, acabada a missa, mandava uma mensagem por meio de sua escrava, determinando data e local para um encontro. “Tudo sem afetação ou disfarce.”

E os riscos? “Os homens, apesar de sua ciumenta atenção, podiam, a todo momento, ser enganados”, acrescentava Seidler. “Assim, um estrangeiro nunca deixará de lograr seus desejos, mesmo que não tenha pretensões a bonito, contanto que apareça sempre bem-vestido”, gabava-se ele. Não era o caso da princesa, que só tinha olhos para o marido.

NADA DE ÓPERAS

Leopoldina deslocava-se de São Cristóvão para a cidade, atravessando uma estrada aprazível e flanqueada de casas de campo, a fim de participar dos eventos religiosos. Nenhuma novidade, pois também a corte austríaca era muito piedosa. Aqui como lá, ritos e devoções sucediam-se num ritmo desenfreado. Escrevia à irmã: “Agora já estou há seis dias na cidade abafada e úmida porque temos festas religiosas às quais não posso faltar, mas

prefiro de longe aquela calma e tranquila vida no campo.” Em outros momentos, queixava-se da falta de agitação social. Nada de óperas, concertos ou espetáculos: “A terrível falta de qualquer distração e sarau me deixa bastante melancólica.”

A mistura de gente, porém, não impressionava Leopoldina, uma vez que, na sua Áustria, as festas populares começavam a juntar o alto e o baixo da população. A elas, segundo muitos observadores estrangeiros, compareciam os poderosos e a criadagem. A nobreza, por sua vez, frequentava os salões de dança e os teatros da periferia, mais por curiosidade do que por prazer. Viena festejava o derradeiro brilho de uma época decadente, na qual as diferenças começavam a esgarçar-se. Em resposta, o *Gotha* fechava-se sobre si mesmo.

Eram tempos em que um sentimento alimentava suas esperanças e ajudava-a a combater as dificuldades de adaptação: a certeza de que a família real voltaria para a Europa. Chegava a combinar com Louison sua visita a Portugal: “Não te darei sossego enquanto não me visitares.” Escrevia ao pai, instando-lhe para que, com sua influência, pressionasse o sogro a voltar logo. Ainda estava no ar o perigo de “novas revoltas” como a pernambucana, de 1817, que organizou um governo autônomo em relação ao Rio de Janeiro. Ela temia a ameaça de perder o “lindíssimo reino”, além de sua cabecinha loura.

Leopoldina fora educada entre os responsáveis pela Restauração e a Santa Aliança: movimento que defendia a legitimidade das coroas e dinastias contra a “soberania do povo”. Estabelecida entre os

monarcas europeus que pretendiam propagar os princípios da fé cristã, manter o absolutismo como filosofia de Estado e sistema político dominante na Europa, foi firmada por um tratado definido pelo imperador Alexandre I, da Rússia, sendo posteriormente assinado em 1815, em Paris, por seu pai e Frederico III, rei da Prússia. O sentimento de insegurança provocado pela resistência das colônias americanas a esses princípios era enorme, além de ser aterrorizador para uma princesa absolutista.

TRADIÇÃO PATRIARCAL

Portas adentro, descobertas também se sucediam. O príncipe de contos de fadas começava a virar sapo. Um mês depois de casado, teve o primeiro ataque de epilepsia. Esteve “doente dos nervos”, incômodo atribuído ao “esquisito clima do Brasil”. Começou a ralhar com ela. Cortou-lhe as asas não deixando que usasse o próprio dinheiro. Ela era obrigada a escrever ao pai, pedindo-lhe para “pagar as criadas de que gostava muito”, pois desconhecia a tradição patriarcal de não deixar as mulheres dona de seus próprios cobres. Enquanto cabeça do casal, a proteção das propriedades cabia ao marido e ela, a esposa, deveria responder com obediência. Não havia igualdade no usufruto dos bens. Longe estavam os dias em que, para impressioná-la e à sua família, o sogro gastou mais de 1 milhão de florins, presenteando-a com 17 barrinhas de ouro, diamantes e muitas joias.

Além disso, as damas que trouxera de Viena ridicularizavam os hábitos locais e até mesmo seu marido, desagradando à família real.

As condessas de Künburg, Sarnthein e Von Lodron foram elegantemente mandadas embora. D. João chegou a escrever a Francisco I afirmando que elas teriam granjeado a "estima e a afeição geral tanto por sua honestidade quanto pela delicadeza de suas maneiras e conduta exemplar".

Maldade com a princesa estrangeira para isolá-la de suas conterrâneas? Nenhuma. Nas cortes europeias, princesas eram sempre confiadas por um cortejo às damas da outra corte na qual iriam viver. Adotavam imediatamente as maneiras, indumentárias e hábitos do novo reino. Desapegavam-se de tudo o que significasse passado. Sua irmã Louison, ao ser "entregue" à rainha de Nápoles, cunhada de Napoleão, na fronteira da Áustria e da Baviera, assumiu, ato contínuo, o francês e a França como sua língua e pátria. Vinda da corte francesa, Isabel de Bourbon e Parma adotou a Áustria e o alemão ao chegar à corte ao se casar com José II, avô de Leopoldina. E Maria Antonieta teve de vestir-se com roupas francesas e até deixar o cachorrinho de estimação para trás.

Com ela não seria diferente, e a jovem princesa perdeu sua pequena corte. Essas damas tinham entre si laços de amizade e formavam uma rede de contatos paralela à rede oficial. Esse sistema de comunicação, fundado na solidariedade, permitia-lhe obter informações sobre a nova família e a corte brasileira, transmitir mensagens, sondar terreno para novas alianças e, mesmo, proteger-se da agressividade masculina. Mas como o mesmo sistema servia ainda para urdir complôs e maquinações e cultivar o desejo de

vingança, D. Pedro, também por esse outro motivo, tratou logo de subtraí-lo.



O ONDULAR DOS QUADRIS

Cabia, portanto, a Leopoldina, com charme e graça, refazer tais laços com as senhoras brasileiras e portuguesas. Mas não soube desempenhar esse papel. No seu ponto de vista, nenhuma delas era confiável. A princesa desconhecia a arte de atrair pessoas para o seu entorno.

Ela se tornou escrava do próprio lar, submissa ao despotismo patriarcal e à política conjugal. Era infeliz numa sociedade em que a falta de civilidade absorvia todos os recursos do coração e do espírito, na qual as pessoas que a cercavam passavam o tempo a bisbilhotar as novidades e iniciar intrigas, contava Von Flemming. Nada a ver com a imagem romântica que fizera de D. Pedro e do Brasil. Mas tal situação era segredo. No seu papel, era obrigada a calar e a suportar tudo com a maior dignidade. Somente a correspondência servia como refúgio contra o que julgava uma agressão do mundo exterior.

À irmã, a quem abria o coração, mencionava “ingratidão e desgostos” que tivera nos primeiros meses. Confessava a grosseria com que era tratada por D. Pedro. Mas consolava-se: “Estou convicta de que, com toda a sua impetuosidade, me ama sinceramente.” Restavam-lhe, portanto, só a religião e a consciência tranquila dos deveres cumpridos. O Brasil, explicava, “não era um trono dourado”. Era, sim, uma “canga de ferro”. Um ano depois de casada,

tranquilizava o pai: “Tenha certeza de que sou muito feliz em meu casamento, pois, ainda que se espalhem alguns boatos falsos, como o senhor bem sabe, meu marido tem um caráter e um temperamento muito peculiares, as pessoas que não o conhecem podem julgá-lo erroneamente.”


Os boatos, ouvidos até na Europa, referiam-se à ligação de D. Pedro com as filhas de Pedro José Cauper, guarda-roupa de Sua Alteza. Era homem excelente, mas pouco cioso da reputação da própria casa. O povo murmurava e com razão. Suas filhas, solteiras e bonitas, eram o chamariz para que o príncipe ali almoçasse. Gamão, bilhar e passeios pela chácara alimentavam as más-línguas. Leopoldina queixou-se ao “bom pai”, ou seja, D. João. Dias depois, arrebentou uma notícia palpitante: o Cauper fora agraciado com um ofício em Lisboa. Tal função iria render-lhe 18 mil cruzados. Uma fortuna! A família foi embarcada às pressas numa corveta inglesa. D. Pedro e Leopoldina foram levar-lhe seu adeus. Derramaram-se algumas lágrimas, sinceras ou não. A aliança entre o sogro e Leopoldina estreitou-se.

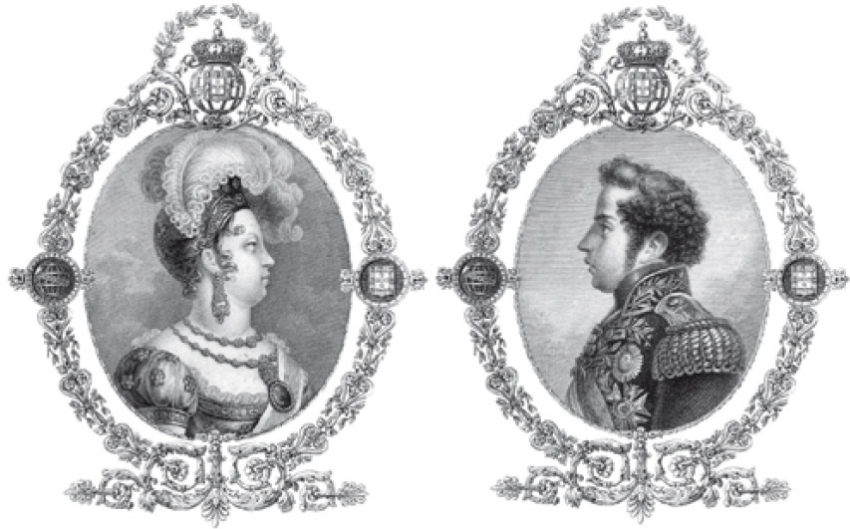
D. Pedro, que “não a deixava dormir” nos primeiros dias, passou a encontrar a mulher sempre achacada, com dores de barriga e estômago. A lua de mel, segundo ela, era um período lindo, mas o sagrado matrimônio trazia muitos aborrecimentos e sacrifícios. Resfriava-se com facilidade. Grávida do primeiro filho, tornou-se “mal-humorada e melancólica”. É possível que, aos 19 anos, o rapaz viril, acostumado aos combates do sexo, esperasse maior reciprocidade.

Mas Leopoldina era pudica ao extremo. Chocava-se até com o ondular dos quadris femininos ao som do lundu, tão comum por essas terras: "É impossível de se ver algo tão indecente, fico suando e quase morro de vergonha", escrevia a Louison. Evitava comer carne de lagarto, "porque dizem que desperta paixões, que não desejo". "Engordava bastante", sem medir as consequências e aplicava-se no "rigoroso exercício das virtudes". Afinal, "tórridos amores", segundo ela, não duravam e ainda davam lugar à "feia frieza". De fato, para a princesa, o sexo era um "transtorno", um incômodo, um contratempo.

A visão sobre a idílica terra também mudou. Ela sentia muito calor e maldizia os mosquitos. Dois anos depois de chegar, até as florestas tornaram-se "tristes e úmidas". Um livro e a solidão eram seus únicos confortos. O pior era a gente: regida por "vilania e ciúme". Mulheres virtuosas? Só se achavam com um microscópio. Amizade era coisa menor no Novo Mundo. Ao tio, escrevia queixando-se de que as mais bem-intencionadas atitudes eram sempre mal interpretadas. No Brasil, tudo era muito pior do que ele lhe tinha profetizado.

CAPÍTULO II

 "Quando virou a roda da fortuna"





ALGO DE SAGRADO E DE SOLITÁRIO

Em agosto de 1818, Leopoldina anunciava a primeira gravidez ao pai e a Louison. Confirmava, assim, a esperada solidez de laços entre dois Estados soberanos. A criança iria preencher o vazio que a família ausente deixara. Seria “o consolo, o apoio, a alegria e a mais valiosa ocupação”, dizia. Na época, a gravidez era considerada uma enfermidade, e a grávida, uma paciente. Ela era cercada de pessoas, saturada de conselhos e tratada como doente. A futura mãe tentava compreender seu estado, como a forma do ventre, as náuseas, os movimentos da criança, por meio de certas tradições.

Sua espera era dividida entre a preocupação e a ansiedade, consolidando-se no mal-estar da expectativa e no medo de sofrer. Tabus apartavam as mulheres de toda a forma de atividade sexual e assimilavam o intercurso durante a gravidez a um sacrilégio: Leopoldina preparava uma vida, sua pessoa tinha algo de sagrado e de solitário, também. “Realmente é uma sensação singular e divina, a de ser mãe.” Queria-o ser “muitas vezes”, anotava.

Nesse estado, deplorava insistentemente a demora e, sobretudo, a falta de cartas: “Nem uma sequer dos entes queridos.” O pai ou as irmãs pouco lhe escreviam. Sentia-se isolada. Abandonada. Mas por que essa distância? O pai casara-se, pela quarta vez, em 1816 e, com o fim do império napoleônico, ocupava-se com questões estratégicas e diplomáticas europeias. Leopoldina, que perdera a mãe aos 10 anos, tivera educação moral e religiosa rígida e via em

Louison, sua irmã mais velha, um anjo em forma de gente. Alguém sacrificado ao altar dos deveres monárquicos. Uma vítima pura e inocente. Não lhe passava pela cabeça que sua correspondência fosse endereçada a uma pessoa que não equivalia absolutamente a essa imagem.

Tendo abandonado Napoleão, marido galante e generoso que a adorava e chamava de “minha boa Luísa”, Louison caiu nos braços de um general austríaco, assim que retornou a Viena. Dona de um caráter frívolo e versátil, não ouviu o conselho da avó, Maria Luísa de Bourbon: “Casamento é para toda a vida!” Enquanto, da ilha de Elba, Napoleão escrevia-lhe desesperado de saudades, ela fingia-se de refém do pai. Bailes e festas sucediam-se, assim como os filhos que começou a ter com o conde de Neipperg, conhecido como “o caolho”. Nem depois do desastre de Waterloo e de sua prisão em Santa Helena, Louison teve a compaixão de enviar ao consorte uma mensagem de apoio.

Os filhos adulterinos nasceram entre os anos em que Leopoldina reclamava-lhe cartas: 1817 e 1819. Louison os teve clandestinamente, escondendo o parto do próprio pai. Estava, portanto, muito ocupada ocultando amores, traição e ingratidão. O que diria disso Leopoldina, que certa feita souou e chocou-se ao assistir a uma peça de teatro cujo tema era um adultério, por considerá-la absurda e imoral?! Pois Louison jamais contou-lhe do seu!

No oitavo mês de gravidez, Leopoldina seguia queixando-se:

“Poderia dizer também que estou sozinha aqui, pois vejo tantas atitudes contraditórias que não consigo dormir direito, e não sei se tenho um amigo em meu esposo e se sou realmente amada, e sabes que uma maneira de pensar igual e sentimentos genuínos fazem a verdadeira felicidade.”

Triste gestação. Multiplicavam-se os dissabores, que ela aguentava “de boca fechada”. Durante a gravidez, não montou a cavalo e limitou-se a passear a pé ou de “carro aberto às primeiras horas da manhã”. No palácio, edificou-se um quarto para o futuro infante, decorado com móveis europeus. A sogra enviou-lhe um enxoval novo. Na cidade, no início de fevereiro, tiveram início as preces para o “feliz sucesso” da princesa. À medida que a “prenhez” avançava, multiplicavam-se orações e missas que se arrastavam por um dia inteiro. O parto foi longo. Demorou seis horas. As terríveis dores eram o penhor da vida conjugal. A filha “tinha a cabeça grande e estava sobre a perna”. A velha cadeira onde dera à luz era desconfortável – na Europa, já se paria sobre a cama. Um cirurgião inábil a dilacerou horivelmente. O leite logo secou.

Forte e grande como uma criança de três meses, Maria da Glória Joana Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança nasceu no dia 4 de abril de 1819, loura e de olhos azuis como a mãe. Nas cortes europeias, costumava-se cobrir o sexo do nascituro e mostrá-lo ao pai numa bandeja de prata, antes de entregá-lo à parturiente. Numerosos assistentes acompanhavam nos quartos contíguos. Depois da apresentação da criança, festejava-se ruidosamente o

final da rude prova que deixava mãe e médico exaustos. Para Leopoldina, ela seria a "minha Maria". Na cidade, ouviram-se muitos fogos de artifício e *Te Deums*. Carruagens circulavam pelas ruas iluminadas. Tiros disparados da fortaleza da ilha das Cobras anunciaram o evento. Diplomatas e dignitários, nos seus melhores trajés, fizeram fila para cumprimentar a família real.

PERFEITA SOLIDÃO

Três meses depois, a princesa voltou a cavalgar e aproximou-se D. Pedro: "Amo meu esposo cada vez mais." A herdeira os aconchegou e ela, apesar de queixar-se de melancolia, concluía: "Desfruto de uma perfeita felicidade, em minha perfeita solidão que amo infinitamente." Cuidava da filha, dos estudos e do marido. O nascimento de Maria a ajudou a esquecer momentaneamente a solidão afetiva e a nostalgia de uma juventude cada vez mais longínqua. Em novembro, anunciou nova gravidez em meio aos estados de espírito um tanto instáveis do cônjuge. Abortou, meses depois. Era um menino: Miguel. Atribuiu o acontecido ao calor e a muitos desgostos.

Em dezembro de 1820, novamente grávida, enviava boas notícias da filha e, más, da situação que enfrentava o sogro. Em outubro, em São Cristóvão, D. João ficou sabendo da rebelião contra sua legítima autoridade. Em Portugal, tivera início, meses antes, um movimento liberal, inspirado por lojas maçônicas, que logo se derramou pelo país. Não houve resistência. A maçonaria, os liberais afrancesados, os comerciantes insatisfeitos e o exército esmagado pela presença

inglesa gritavam unidos: Constituição! Uma junta provisória convocou as Cortes Gerais para elaborar uma para o país.

Reforçava-se o nacionalismo. Portugueses, sobretudo os da burguesia, queriam os ingleses fora do país. Desde 1808, o governo inglês enviara um general como governante todo-poderoso e via o país como uma espécie de protetorado; um reino de segunda classe. Os lusos exigiam o retorno da corte e a restauração do comércio com o Brasil. A reação contava com a participação de comerciantes insatisfeitos com o fim do monopólio comercial de produtos exportados da colônia. Insatisfação acrescida pelos tratados assinados com a Inglaterra: esta ganhara em todas as frentes, despejando no Brasil seus produtos e comerciantes.

A resposta foi a reivindicação do retorno de D. João como forma de “restaurar a dignidade” da metrópole e o controle da monarquia por meio de uma Constituição que garantisse os direitos individuais dos cidadãos. No Brasil, não tardaram as reações. E o tão temido caos se instalou. Acontecimentos precipitavam-se. No Grão-Pará, na Bahia e no Maranhão, as tropas revoltaram-se em apoio aos revolucionários portugueses. Formaram-se juntas governativas, que só obedeceriam às cortes de Lisboa. O ressentimento com a corte do Rio era grande; afinal, eram essas regiões que, sobrecarregadas de impostos, suportavam-lhes o trem de vida.

O PAI OU O FILHO?

As tensões estavam fora e dentro da vida da jovem e inexperiente Leopoldina. Diante da situação, descobriu que o marido pensava

segundo “os novos princípios”: os liberais. E o sogro, segundo “os bons e verdadeiros”, ou seja, o absolutismo. Encontrava-se dividida entre “os deveres de boa e amorosa esposa” ou “súdita valente e filha obediente”. Seu coração, explicava ao pai, permanecia fiel aos antigos princípios e sentimentos. Na família de Bragança discutia-se quem voltaria a Portugal: o pai ou o filho?

Em Viena, o poderoso príncipe de Metternich, ministro das Relações Exteriores e mentor do projeto de restauração do absolutismo, incentivava D. Pedro a instalar-se em Lisboa. E tentava induzir D. João a consentir um acordo que permitisse a paz em “tão importante parte do império [...]. A corte portuguesa aproveitaria o ensejo do casamento do príncipe D. Pedro com a arquiduquesa Leopoldina, especialmente se o príncipe se estabelecesse em Lisboa [...]”. O gabinete do Rio deveria levar na devida conta as “poderosas razões” que tornavam urgente que o rei D. João se compenetrasse da “importância e da necessidade de estabelecer, logo que possível, o príncipe real em Portugal com os títulos e poderes de um rei prudente”.

Se havia quem os quisesse de volta a Portugal, no Brasil manifestações contra o governo dos Bragança eclodiam em toda parte. O rei tentava temporizar. Para um grupo, a resposta à revolução seria uma monarquia constitucional comandada pela nobreza. Logo, D. João deveria regressar a Lisboa, deixando o herdeiro no Brasil. Outro grupo pensava que, se isso ocorresse, haveria a desunião do reino. Melhor enviar D. Pedro. Ao que D. João

respondia: "Meu filho não pode ser mandado porque é ainda muito moço."

Em ambos os casos, os revolucionários portugueses aceitavam o rei, mas com poderes limitados, e exigiam que o Brasil voltasse à antiga condição de colônia. O antibrasileirismo era latente. Nas ruas, circulavam panfletos discutindo a questão: "Devem nas presentes circunstâncias El-rei e a família real de Bragança voltar a Portugal ou ficar no Brasil." E não faltava quem gritasse: "Abaixo o absolutismo."

Na intimidade, a discussão tocava fundo o destino do casal. D. João só queria enviar o filho, retendo a nora grávida. E, se o príncipe quisesse levar a esposa, D. João deteria os netos. A sede do império continuaria a ser no Rio, onde permaneceriam o rei e os futuros herdeiros. Por trás dessa decisão, dizem alguns estudiosos, estava a desconfiança do pai em relação ao filho. Dois partidos se haviam formado pela intriga na corte. Combatiam-se mutuamente e procuravam exercer influência sobre os membros da família real.



DESAVENÇAS FAMILIARES

O príncipe não escondia o ódio que devotava aos cortesãos que cercavam o pai. E Leopoldina sofria com as desavenças familiares. Estava também convencida de que desconfiavam dela. Aborreceu-se ao descobrir que suas cartas estavam sendo censuradas e confessou ao embaixador da Áustria: "Deveis saber como é doloroso, depois de ter sido tão feliz em casa, onde éramos tão dedicados um ao outro, achar-me aqui onde cada um está contra o outro, onde todos

intrigam e todo mundo briga. A gente se sente numa posição muito delicada e encontra-se a todo o momento entre o pai e o filho.”

Leopoldina opôs-se vivamente à decisão do sogro. Ou ia em adiantado estado de gravidez ou seu marido aguardava o parto para viajarem juntos. E ameaçava os diplomatas austríacos: “Estou disposta a tirar proveito de qualquer meio, até uma revolta, que me permita acompanhar meu marido.”

E, animada, escrevia à irmã: “Quero contar que acompanharei meu esposo a Portugal, estou felicíssima de poder estar mais perto de ti.” Se, à primeira vista, “estar perto” podia parecer voltar à Áustria, a resposta é não. Não era costume de princesas casadas no estrangeiro retornar ao seu país natal. O matrimônio supunha laços rompidos com a pátria de origem. Se ela volvesse ao país natal, seria exclusivamente em condições excepcionais: em caso de fracasso ou de anulação do casamento. O “estar perto” significava, sim, fazer valer o ofício secretíssimo que D. João enviara ao seu embaixador, na Europa, a fim de garantir seu casamento: a família regressaria com o Brasil pacificado e “sem susto de futuras subversões”.

Mas não era só o amor familiar que retinha D. Pedro. Ele tinha ideias próprias sobre a situação. O poder devia permanecer nas mãos do monarca que doaria a Constituição que julgasse adequada ao povo. Tinha ligações com a maçonaria, da qual recebia informações e encorajamento para permanecer no Brasil. Não queria voltar para o que chamava de purgatório. Temia um golpe de Estado e recebia estímulos para tomar as rédeas da situação.

Na madrugada de 26 de fevereiro de 1821, D. Pedro dormiu em São Cristóvão, fardou-se e informou ao pai a agitação militar na cidade. Cavalgou até o Rossio. Os regimentos atulhavam a praça. A tropa o ovacionou. Reclamava apenas o juramento da Constituição que se estava fazendo em Lisboa e a substituição de ministros e funcionários que ocupavam cargos administrativos. O príncipe prometeu voltar a galope até a Quinta e consultar o rei.

De volta a São Cristóvão, deparou-se com um espetáculo triste. D. João trancara-se e fechara as janelas. Segundo um diplomata estrangeiro, ele tinha medo "até da luz do sol". Não havia guarda para a defesa do palácio. Ministros choravam. Nos aposentos das mulheres, mais lágrimas. Antevia-se sangue. Pairava o fantasma da Revolução Francesa. D. Pedro, que tinha sido consultado pelos conspiradores e havia prometido o juramento do pai, explicava: o rei não tinha de argumentar, e sim de obedecer. Afinal, "o povo queria"! D. João VI ruminava... Era só uma Constituição, um papel rubricado, dividido em artigos e parágrafos. Não ambicionavam seus pescoços, mas uma Constituição.



Indumentária de festa na Corte: Carlota Joaquina entre as duas mulheres do filho: Leopoldina e Amélia.

Um tanto a contragosto, D. João foi empurrado para o quarto, vestido em grande gala, pentearam-no e meteram-lhe o Tosão de Ouro cabeça abaixo, as condecorações e a faixa. Enfiado na carruagem dourada das cerimônias, largou para a cidade.

O REI! O REI!

D. Pedro obteve tudo o que lhe pediam e mandou prevenir seu irmão, D. Miguel, de que o encontrasse no Rossio. Conciliava assim o espírito do século com a sobrevivência do trono. Às oito da manhã, ao lado do bispo, os irmãos juraram a Constituição. Depois, acenou da sacada com o papel assinado entre as mãos: "Viva El-Rei Nosso Senhor, viva meu pai!" Gritou o nome dos novos ministros. Garantiu

a liberdade de opinião. A praça veio abaixo. O povo delirava. "O rei! O rei!", queriam agradecer.

D. João entrou na cidade pela rua do Conde (hoje rua Visconde do Rio Branco). Cruzou a dos Ciganos (atual rua da Constituição). Em toda parte, mulheres nas varandas, militares e curiosos ovacionavam. Rompendo o mar de gente, a carruagem varou a rua do Ouvidor e desembocou no largo do Paço (que, em 1870, passou a ser chamado de praça Dom Pedro II). A multidão seguia ululando. Ao ser arrebatado da charola pelo povo entusiasmado, sentiu sumir das mãos o lindo bastão de castão de ouro, todo cravejado de rubis. Fora roubado!

Em prantos, o rei foi levado de roldão escada acima, até chegar a uma das janelas laterais. Nas outras, espremiavam-se os demais membros da família real. Foi a voz do príncipe que se fez ouvir sobre a praça: D. João VI jurava solenemente a Constituição. D. Pedro mostrou maior desembaraço e presença de espírito no contato com a multidão. E entrou no foco do jogo político.

Dias depois, nascia o príncipe herdeiro João Carlos Pedro Leopoldo Borromeo, "grande e gordo", segundo a mãe. Em carta ao marquês de Marialva, afirmava: "Garanto-lhe que só um milagre pode explicar a força e perfeita saúde de meu filho, que acaba de nascer em um momento em que estive preocupada não só com os intensos desgostos provocados pelos acontecimentos políticos, mas também com o desespero no qual estive mergulhada por ter sido quase forçada a separar-me de um esposo, que adoro."

PARTO DIFÍCIL

Novamente, sofreu um parto difícil. O menino só saiu até a metade do corpo sem ajuda, pois seu braço direito estava à frente da cabeça. Três dias depois, Leopoldina teve uma violenta infecção, seguida de convulsões. Ainda não se sabia se D. Pedro ou D. João partiria para Portugal. E a jovem mãe embarcou num vai e vem de sentimentos opostos.

Primeiro escreveu ao pai sobre “a desagradável situação a que nos levou o espírito de liberdade”. Anunciava que o sogro, amigo que adorava, voltaria a Portugal levando os netos, o que lhe causava um “sofrimento indescritível”. Continuava a acreditar que iriam para a Europa e declarava-se fiel aos seus “antigos princípios e sentimentos”. Ou seja, ao absolutismo monárquico.

Louison lhe escrevera relativizando a situação: melhor a independência do que a guilhotina. Ela concordava. Iria retomar as cavalgadas e esperava pisar em solo europeu para rever a irmã. No fim do mês de abril, “debaixo do maior segredo, de modo que nem viva alma o possa suspeitar”, pedia a um compatriota que alugasse uma embarcação e contratasse uma ama de leite e serviçais. Com o consentimento do marido, se dispunha a fugir levando os filhos. A opinião pública agitava-se, favorecendo um clima de inquietação. “Maquinava-se” em toda parte. O rei ia ou ficava? A impaciência expressa nos rumores que corriam entre o povo parecia querer apressar as mudanças.

No dia seguinte ao nascimento do príncipe herdeiro, chegou um ofício das Cortes determinando a volta do rei para Portugal e reclamando a presença de deputados do Brasil. Logo foi promulgado o decreto determinando a data do retorno de D. João VI e a instauração da regência de D. Pedro. No dia 26 de abril, o monarca embarcou em lágrimas. Carlota Joaquina exultava. Maldizia o Brasil, terra onde só vira negros! A esquadra, composta por duas fragatas e nove embarcações de transporte, levava 40 mil pessoas e 50 milhões de cruzados. D. Pedro acompanhou o pai até a saída da barra. "A maré carregava o que a maré trouxera."

A "roda da fortuna virou". Ficavam eles e os filhos e partia o sogro. Partia raspando os cofres do tesouro e deixando o Banco do Brasil insolvente. A decepção foi grande. Além dela, havia o medo. Leopoldina considerava que essa fora uma decisão arriscadíssima. Afinal, era uma "época ensandecida", um "inferno na terra". D. Pedro estava no olho do furacão, envolvido com a regência governativa, o caos das finanças públicas, o desafio de manter o reino unido, a insatisfação das Forças Armadas, a rivalidade entre portugueses e brasileiros.

Leopoldina não escondia sua infelicidade. A interlocutora era sempre Louison. A princesa desesperava-se. Dizia viver como uma eremita, controlada pela polícia secreta. Recém-saída do terceiro parto, queixava-se: "Começo a crer que se é muito mais feliz quando solteiro, pois agora só tenho preocupação e dissabores, que engulo em segredo, pois reclamar é ainda pior; infelizmente vejo que não sou amada, meu esposo e meu dever exigem que eu suporte até o

último instante e meu coração busca um ser a quem comunicar seu amor e amizade.”

O nascituro era “robusto e alegre”. Maria, encantadora e ajuizada: “Uma verdadeira alemã!” Mas, também, se parecia muito com seu “tesouro”. O mesmo que continuava a causar-lhe dissabores. “Meu esposo tem o encantador hábito de se divertir de todas as maneiras.” Uma delas era com a mulher do comandante das tropas portuguesas, Jorge de Avilez, D. Joaquina.

A desejada comunicação entre os esposos ficou interrompida também em função da agenda do marido. D. Pedro procurava compor-se com os militares portugueses: participava de jantares e bailes promovidos pela oficialidade, ia à ópera, frequentava diariamente o quartel onde passava em revista soldados e assistia a suas manobras. Tudo sem Leopoldina. O casamento não impedia o monarca de satisfazer seu apetite com uma enorme quantidade de mulheres que não deixaram rastros. D. Pedro fazia servir ao seu prazer as belezas que o tentavam. A Hospedaria da Corneta, de certa Maria Pulquéria, onde se reuniam pândegos e desordeiros, era seu ponto de encontro preferido.

FUTURO NEGRO

Sabendo que não podia contrariá-lo e isolada em São Cristóvão, Leopoldina continuava a escrever à irmã: “Aqui está uma verdadeira miséria, todos os dias novas cenas de revolta. [...] Meu esposo, infelizmente, ama os novos princípios e não dá exemplo de firmeza, como seria preciso, pois atemorizar é o único meio de pôr fim à

rebelião; receio que tome consciência tarde demais, com seu próprio prejuízo, e só possa ver um futuro negro.”

O futuro negro fizera da jovem uma princesa triste. O sonho de reencontrar sua família parecia desmanchar-se. Europa, nunca mais... Bem fizera o sogro de ter “se atirado aos bens de sua bem-amada pátria”. Como boa monarquista, registrava que os sentimentos, aqui, eram liberais demais. Dizia-se quieta e taciturna. Não expressaria mais suas opiniões. Seu comportamento, em favor do absolutismo, a dispôs com o “partido brasileiro”, liberal e mesquinho, segundo ela. Temia o ódio que a nação alimentava contra estrangeiros. Vivia na pele a tensão entre os nativos e os europeus. Pedia a Deus que não engravidasse de novo. Afinal, os “dissabores domésticos e políticos” não fariam bem à nova gestação.

O Onipotente não atendeu às suas preces, pois D. Pedro cumpria rotineiramente a tarefa de promover a descendência. Mais tarde, diria: “Nove anos fui casado, nove filhos tive.” Nove com a esposa, afora os bastardos, contados às dezenas. O próximo legítimo seria para março. E ela seguia lamentando o que considerava o inferno sobre a terra. Achava a gravidez desagradável e, no dia a dia, as coisas pioravam. O sexo era incompreendido e negligenciado. Os filhos, a única alegria. Via pouco o marido e dizia-se admiradíssima quando ele aparecia. Leopoldina sacrificava tempo e esforços por ele. Mas o sonho romântico da alma gêmea embalada por assuntos do espírito e da música há muito se esfacelara. Perdeu seus poucos encantos físicos, a ponto de o “turista” Ebel criticá-la: “Não é bonita

nem favorece sua maneira masculina de vestir-se.” E era assim que a estrangeira parecia aos súditos.

Contudo, era preciso manter as aparências e a princesa seguia escrevendo aos parentes sobre o progresso dos herdeiros: Maria, mais gentil, “uma verdadeira filósofa”, e João Carlos fazendo as primeiras gracinhas. Para uso externo, e mesmo sem amá-la, o esposo era sempre “adorado”.

Em cartas de menos cerimônia, Leopoldina revelava a disposição de D. Pedro em relação aos brasileiros. Ele estaria decidido, mas não tanto quanto ela desejava. O cenário político mudava com a velocidade do vento. Mas que decisão seria essa à qual aludia Leopoldina? A de lutar abertamente contra a recolonização do país. Sim, pois tropas vindas de Lisboa continuavam a chegar ao Rio de Janeiro e a Pernambuco. Juntas provisórias comandariam as províncias, retirando do príncipe regente sua força e autoridade. Ele passava a ser, simplesmente, o governador da capital. Leopoldina via o marido sentir-se diminuído e impotente. Ele chegou a escrever a D. João dizendo: “Suplico a Vossa Majestade, por tudo o que há de mais sagrado no mundo, queira dispensar-me destas penosas funções, as quais acabarão por matar-me.”



ENTRE DOIS FOGOS

Na verdade, o regente estava entre dois fogos: obedecer a D. João, dominado pelas cortes e obrigado a impor sanções ao Brasil, ou reagir, manifestando o desejo de independência. Leopoldina, inicialmente pouco simpática ao movimento e desejosa de voltar à

Europa, foi se dobrando aos fatos: “Aqui se diz: o Exército português quer obrigá-lo a partir – então estaria tudo perdido. Impedir é absolutamente necessário.” Mudança nas ideias?

O segundo semestre de 1821 foi tenso. Ora parecia que iam embarcar e ela escrevia ao pai dizendo-lhe do aguardado prazer de reencontrá-lo. Ora, apoiado pelos jornais maçônicos, D. Pedro colocava-se como favorável à independência e sensível à ideia de assumir o trono do Brasil. Pouco antes de seu aniversário, 12 de outubro, panfletos invadiram a cidade informando que, na data, ele seria proclamado imperador. Mas ao passo à frente correspondia sempre um para trás. E ele escrevia a D. João jurando-lhe fidelidade e obediência, assinando com sangue ou tinta vermelha. Nas cortes lisboetas, as pessoas riam de tais juramentos.

No início de dezembro, chegou o empurrão que faltava para o arranjo dos que não queriam a partida do regente. Um decreto ordenava sua volta a Portugal. Folhetos não tardaram a chover. Acusavam a resolução das cortes de “ilegal, injuriosa e apolítica”. Incentivavam os brasileiros a pedir a D. Pedro que garantisse a representação de que o país já gozava. No mesmo dia, foi encaminhada uma representação pedindo-lhe que não partisse.

Leopoldina, agora, animava-o: “Ele está mais bem-disposto para os brasileiros do que esperava, mas é necessário que algumas pessoas influam mais, pois não está positivamente decidido quanto eu desejaria. [...] Muito me tem custado alcançar tudo isso – só desejaria insuflar uma decisão mais firme.”

Todavia, animava com restrições. No fundo, conservava-se a tradicional absolutista contrária às mudanças. E, chorando “lágrimas amargas”, dava detalhes ao “querido papai”: “[...] falando com sinceridade, seja lá como se observem os assuntos políticos daqui, esses são delicados e críticos e receio (aconteça o que acontecer) que o final será sempre sujo; lamento de coração pelo meu esposo, mas (falando honestamente) ele procurou tal situação.”

A crise política aproximou o casal, mais uma vez. Leopoldina acompanhava os desdobramentos. Perguntava aos próximos: “Terá ouvido alguma coisa?” Lia panfletos e jornais que eram impressos e distribuídos pelos maçons nas ruas da cidade. Na Quinta da Joana, recebeu membros do grupo que queria a independência do Brasil. Conspirou com o Partido do Fico e afirmava que D. Pedro devia organizar o governo do jeito que quisesse. Percebeu que a retirada do príncipe encontraria forte resistência entre grupos expressivos, sobretudo os constituídos pela gente das províncias de São Paulo e Minas que faziam parte da corte no Rio de Janeiro.

Lutar contra a desunião e o enfraquecimento era a ordem do dia. Unir-se num “pacto social” para consolidar um corpo político, outra preocupação. Como “ousar desmembrar o vasto e riquíssimo Reino do Brasil”? E mais: na qualidade de princesa, ela não arriscaria jamais a herança dos filhos, indo para a Europa. Em sua opinião, o melhor seria um Estado independente de feição americano. Os brasileiros eram valorosos. Entre eles, destacava-se José Bonifácio, que ocupava o cargo de vice-presidente da Junta Provincial de São

Paulo. A simpatia era mútua. Ele a tratava de “boa e incomparável ama que o céu nos quis dar como presente seu”.

No início de 1822, Leopoldina começou a espalhar a notícia na corte austríaca: ficavam. A decisão tinha sido tomada no dia 9 de janeiro. A data ficou conhecida como o dia do Fico. Ela ainda sentia medo e abria-se com seu pai: “Só Deus sabe no que tudo isso vai acabar. [...] Ficaremos aqui, quanto a isso não há mais dúvida, e pelo que me parece, eternamente.”

No dia 12, um sábado, o casal de príncipes apareceu no teatro, Leopoldina novamente em adiantado estado de gravidez. O edifício estava todo iluminado. Os homens ostentavam bandas e crachás; as mulheres, pérolas, brilhantes e vestidos. No intervalo dos atos, o público chamou vários oradores a fim de que falassem aos príncipes dos acontecimentos dos últimos dias, contou a escritora inglesa Maria Graham. Após uma enxurrada de aplausos, D. Pedro apelou em favor da união de portugueses e brasileiros. O espetáculo foi interrompido por rumores: os lusos estavam quebrando vidraças e fazendo depredações. D. Pedro pediu calma. O camarote se transformou em sala de reunião com militares. Era preciso conter as tropas portuguesas: desacatos varriam a cidade. Os espectadores começaram a se levantar para voltar para casa, quando, ao lado de Leopoldina, D. Pedro pediu calma, afirmando que não era nada grave.

“A serenidade e a presença de espírito do príncipe, sem dúvida, preservaram a cidade de muita confusão e miséria. No momento em

que a ópera se acabou, as ruas estavam bastante livres para permitir a cada um ir para casa em segurança”, registrou Graham.

A reação foi reunir no Campo de Santana a tropa de linha e as milícias, incluindo o regimento dos Henriques e dos Pardos. Cidadãos armados de paus e cacetes engrossaram o grupo de amotinados que queriam colocar os lusos “barra afora”. Mulas e cavalos foram requisitados. Rapidamente, juntaram-se cerca de 10 mil pessoas, incluindo meninos e escravos. D. Pedro gabava-se dizendo que não estava para “aguentar maroteiras”. Tropas de Minas e São Paulo desciam em apoio ao regente. Sitiado na Praia Grande em Niterói, o general Avilez embarcou com seus homens no dia 15 de fevereiro.

“Suportamos aqui as cenas mais encantadoras possíveis”, ironizava Leopoldina, “provocada por uma tropa rebelada e pelo espírito de liberdade, quase fui obrigada, para minha salvação, a refugiar-me no interior do país.” Ela temia pela própria vida e a dos filhos. Pedia aos compatriotas que lhe emprestassem dinheiro, caso tivesse que fugir.

Em meio ao que chamava de guerra civil, debaixo de um tórrido verão e no fim da quarta gravidez, Leopoldina viu o pequeno João Carlos partir. Por ordem de D. Pedro, ela viajou de São Cristóvão para a fazenda de Santa Cruz – doze léguas sob sol escaldante. Com os filhos no colo, é possível que tenha lembrado a fuga de Varennes: a que, sob o signo do medo, o casal de reis franceses tentou durante a revolução. Aqui, também, houve vítimas. O menino não resistiu. Jogou-se a culpa na ama de leite. A notícia causou comoção

e a morte do príncipe da Beira estimulou maior solidariedade entre “brasileiros”.

DOR MAIS PROFUNDA

Dizendo-se melancólica e consternada, escreveu à tia para dar maiores detalhes: “Tive a infelicidade de perder meu filho muito amado no momento em que ele começava por suas graças infantis a fazer minha alegria. Sendo forçada, cercada pela guerra civil e sentimentos de revolução e insubordinação, a fugir com meus dois filhos para doze léguas daqui, em um dia dos mais quentes e abrasados, e o pobre pequeno, que tinha uma constituição de sistema nervoso frágil, apanhou uma espécie de inflamação no fígado, que foi mal curada, ou antes, desconhecida, e morreu em quinze dias de sofrimentos contínuos em ataques epiléticos de 28 horas. Eu lhe asseguro, querida tia, que não tive em minha vida uma dor mais profunda e que somente a religião e o tempo poderão consolar.”

D. Pedro não ficou atrás na reação à morte do primogênito e registrou a dor em carta a D. João: “No meio da tristeza, cercado de horrores”, informava o golpe que sua “alma e coração dilacerado sofreram”. E acrescentava, rancoroso: “A Legião (de soldados lusos) matou o neto de Vossa Majestade.” Ele, que pouco esteve ao lado da esposa por conta dos tumultos, “chorando muito, deu o último beijo, deitou-lhe a derradeira bênção paterna”, vendo-o exalar o último suspiro. A José Bonifácio solicitou que dispusesse sobre o caixão do

“querido filho” um epitáfio de seu próprio punho: “emende-o se não estiver bem”, pediu.

D. Pedro, o bom pai, como afirmaram tantos biógrafos. Sim, pois o sentido da paternidade estava em transformação, nessa época. Passava-se do pai tirano ao pai amante. O jovem príncipe inspirava-se claramente nesse novo princípio. Se durante o Antigo Regime eram comuns os pais que tratavam seus rebentos com brutalidade e ignorância, essa era a época dos laços de afeto e cuidados com os filhos. A paternidade deixava de ser pautada exclusivamente pelo sangue e pela linhagem para consolidar-se como resultado de um desejo, de uma vontade. O homem deixava de ser simplesmente um genitor, para responsabilizar-se pelo amor à criança e pelo bem da família. Nesse quadro, perder um herdeiro macho era fonte de luto e lágrimas. Pior, confirmava-se a maldição dos Bragança: primogênitos eram condenados a morrer. Rompia-se o sentido da linhagem.

Para Leopoldina, leitora de Rousseau, autor de um manual de pedagogia, quanta dor! Sim, pois os escritores do século XIX exaltaram a maternidade, levaram-na ao pináculo como se descobrissem uma maravilha desconhecida. Essa função, antes desprezada como coisa animal, no máximo aceita como natural, tornou-se objeto de um verdadeiro culto. Antes, só a Mãe do Salvador, abençoada entre as mulheres, parecia digna de tal celebração.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, a valorização da maternidade e, em consequência, da infância, consolidou novos hábitos. A tristeza passou a cercar a morte da criança, por parecer

injusta. Antes, a maioria dos pequenos mortos não era suficientemente chorada. É provável que o velho fundo de resignação cristã anestesiasse a dor dos pais. Aos acidentes inelutáveis somava-se o cortejo de doenças que açodavam a primeira infância: disenterias, complicações pulmonares, epidemias. Todas as práticas de prevenção eram, então, usadas e o tempo entre o nascimento e o batizado, visto como preocupante. Sonhar com criança, por exemplo, era considerado aziago. Choro à noite? Os ancestrais mortos o disputavam.

Debret retratou os corpinhos, vestidos com as melhores roupas, touca de renda, sobre bandejas enfeitadas com flores e fitas, a caminho dos frios túmulos nas igrejas. A criança morta parecia um querubim adormecido. Mães piedosas recomendavam a sua à Virgem Maria. Ainda que a mortalidade infantil fosse alta na época, não havia resignação diante da dama da foice, e a dor tomava uma aparência exterior. Multiplicavam-se os anjos de mármore. Meses depois da morte do filho, Leopoldina dizia-se completamente inconsolável. Nada atingira sua alma tão violentamente.

Mal enterrou o filho, Leopoldina ficou só. No final de fevereiro, a conselho de José Bonifácio, D. Pedro foi a Minas apaziguar os ânimos e garantir a adesão daquela rica porção do território brasileiro. Só regressaria em fins de abril. Ele subiu a serra, passou na fazenda do Córrego Seco, atravessou o Paraíba e o Piabanha e a 1º de abril entrou em Barbacena. Comería da cozinha mineira, feijão, angu e couve. Dormiria sobre uma esteira de palha. Provaria da cachaça local. Em Vila Rica, depois Ouro Preto, debaixo de

verdadeira apoteose, pediu: “Uni-vos comigo e marchareis constitucionalmente: confio em vós, confiai em mim.”

No mês de março, nasceu Januária Maria Joana Carlota Leopoldina Cândida Francisca Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela, que receberia nome escolhido pelo pai em homenagem à cidade em que moravam. “Deus tirou-me João e deu-me outra filha”, abriu-se com José Bonifácio. Leopoldina deu à luz de pé, agarrada ao pescoço do marido. E, se o médico não estivesse presente, “o assoalho teria sido o berço”, registrou. A criança encontrou uma mãe fragilizada. À Louison confessou, sem pejo, que havia se livrado de sua “carga à maneira dos animais selvagens do mato”. Filhos também podiam ser sinônimos de solidão, de distância de seu “queridinho”.

Além de sofrida pela morte de João Carlos, Leopoldina continuava a acompanhar, amedrontada, a situação que se desenrolava. “Nas províncias do Norte estão matando todos os europeus. [...] Deus permita que isso não se espalhe por outras províncias”. A Áustria continuava a ser o porto seguro para seus devaneios: “Quando tudo andar mal e tomar as feições da Revolução Francesa, irei com meus filhos para minha pátria”, escrevia ao pai.

Atenção por parte de D. Pedro? Tudo indica que muito pouca. Ela jamais mereceria os cuidados que Napoleão tinha com Maria Luísa: almoços *tête-à-tête*, atenção à intimidade do casal, sensação de proximidade. Durante a terrível campanha da Rússia, por exemplo, o general escrevia à esposa quase todos os dias, despedindo-se: “*adio, mio douce amore.*” Assinava-se “Nap”.

Na contramão dessas delicadezas, o isolamento em que Leopoldina era mantida justificava que comentasse com a irmã: “O jugo do matrimônio, nestes tempos atuais, é mais insuportável e perigoso do que nunca.” Os primeiros anos de casamento tinham feito de D. Pedro um marido indiferente, muito absorvido por suas funções e escapadas extraconjugais para preocupar-se com o que ela sentia ou pensava.

Dividida entre a sensação de solidão e a saudade, Leopoldina escrevia ao “querido e amado esposo” em Minas, reclamando do “desgosto de ser privada de notícias”. Enviava-lhe mil abraços e dizia-se inconsolável por estar separada dele, a quem amava “ternamente” como devia. Pedia-lhe que voltasse logo, depois seria “alegre e feliz”. Assinava-se “a amante esposa”. Porém, nesses tempos, seria uma esposa mais do que um ventre e o amor mais que um dever?

UM ÍDOLO

Enquanto isso, D. Pedro era recebido pela gente mineira como um ídolo. As cidades se enfeitaram com arcos de flores e em São João del Rei, São José e Vila Rica, foguetes, vivas e o repique de sinos saudavam sua chegada. Acreditava-se que esse era o fim da escravidão e o início de uma era próspera. Todos, livres e escravos, ricos e pobres, uniam-se em torno desse jovem que proclamava: “Vós amais a liberdade, eu adoro-a.” D. Pedro previra uma estadia de três meses para unir os mineiros ao governo da regência. Mas três semanas bastaram.

De volta ao Rio de Janeiro, enfiou-se no Real Teatro de São João, verdadeiro palco para as aparições políticas. Foi recebido com uma explosão de aplausos: "Em quatro dias e meio vim de Vila Rica. Tudo ficou tranquilo." Na contramão da solitária Leopoldina, D. Pedro era a exuberância em pessoa. A fidelidade monárquica unia a nobreza da terra e o povo em torno de um quase herói. As folhas aclamavam: "O Rubicão passou-se, atrás fica o inferno, adiante está o templo da imortalidade."

A maçonaria quis conferir-lhe o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil. Em maio, uma guarda de honra trajada como os boêmios do imperador da Áustria acompanhou o regente ao paço, levando-lhe essa comunicação. Indiretamente, tentavam obter as graças de Leopoldina, que não aprovava a academia secreta. Academia que lia "papéis franceses" e preparava a independência. Em agosto, D. Pedro ingressou na maçonaria com o título de mestre proposto por José Bonifácio, passando, depois, a grão-mestre.

O mundo da princesa mergulhava em sombras. Ela inspirava suspeitas entre os adeptos do partido brasileiro. Ninguém se esquecia de que Leopoldina era austríaca. Suas cartas para a Europa revelavam um descrédito profundo sobre a situação. Não parecia aderir a nenhuma das causas em curso na vida das pessoas que a cercavam: "Estou sendo mal interpretada, o que me magoa muito, já que tenho bons e autênticos desejos para o bem do Brasil, mas as almas liberais mesquinhas estão todas contra mim."

Em resposta, fechava-se mais e mais. Para muitos, parecia fria e sem coração. Segundo ela, a distância era dura prova. Aqui, uma

“estrela melhor queria brilhar”, mas esta lhe parecia uma “estrela fixa”. Tudo fora feito “para evitar a queda total da monarquia portuguesa” e para a “reunião de todas as províncias” do vasto império, ou seja, para preservar os princípios monárquicos. Só que, lamentava ao pai, reinavam “modernos princípios populares de tão exaltada liberdade e independência”. O risco e o perigo, do seu ponto de vista, eram grandes. Trabalhava-se para a constituição de uma assembleia popular, no modelo americano. E, “sem papas na língua”, abria-se com o interlocutor:

“Meu esposo, que lamentavelmente ama todas as novidades, está deslumbrado e, infelizmente, parece-me, no final pagará por todos; com relação a mim estão desconfiados, o que me deixa muito feliz, pois assim não sou obrigada, graças a Deus, a expressar minha opinião e pelo menos estou livre de briga; esteja convicto, querido pai, aconteça o que acontecer, de que nunca esquecerei o que devo à religião, aos meus caros princípios pátrios e fique despreocupado, pois confio no Onipotente, que nunca abandona quem Nele confia firmemente; no pior dos casos, e, se as coisas tomarem o rumo da Revolução Francesa, como receio, verei minha querida pátria com minhas filhas, pois tenho certeza de que a venda do deslumbramento não cairá dos olhos de meu esposo [...], o melhor é sempre estar na pátria com os queridos pais.”

A carta reafirmava sua posição contrária à do “deslumbrado” D. Pedro, associava a situação na corte à de Paris antes da tomada da Bastilha e criticava a cegueira política do marido. Jogo de cena para manter-se em boas relações com o imperador da Áustria? Não. Só

concordava com o marido por prudência. No fundo, acreditava que aqui fosse “o inferno na terra” e que, com as “extravagantes medidas vexatórias”, cada dia seria pior. Para ela, palavras como “liberdade” e “indecência” eram sinônimas. E tudo resultava na “feia situação em que nos pôs o desgraçado espírito de liberdade”.

À Louison, sua confidente, também não escondia o péssimo estado de espírito: “O futuro é negro, negro.” Leopoldina afastou-se de todos e dizia só conhecer “pessoas corrompidas e com ideias às avessas”. Sua nova gravidez parecia-lhe inoportuna. Tal sacrifício só valia “pelo renome da Casa da Áustria”, queixava-se ao pai.

De fato, as notícias não eram tranquilizadoras. Nas cortes portuguesas discutia-se asperamente a situação brasileira, alguns querendo punição para o Rio de Janeiro. Deputados americanos eram apupados, quando não insultados. O próprio regente era descrito como “um mancebo vazio de experiência, incoerente em ação” e que não distinguia inteligência e impostura. Ao que D. Pedro retrucava, pedindo limites às “maroteiras das facciosas cortes feitas a Vossa Majestade e ao Brasil”. Não era possível, argumentava, que as leis aplicadas no Brasil se fizessem tão longe e por homens que não eram brasileiros. No Rio de Janeiro, jornais incentivavam o jovem príncipe: “Não desprezes a glória de ser o fundador de um novo império.”

 **VEM, VEM, VEM**

Com a morte de João Carlos, D. Pedro acreditava que não teria mais um herdeiro homem. Sua filha seria, portanto, a herdeira do trono

de Portugal e do Brasil. Para assegurar seus direitos, pensou em uni-la a seu irmão, D. Miguel: “vem, vem, vem” cortejar e, a tempo, casar, insistia.

No início de junho, D. Pedro convocou uma assembleia de representantes das províncias do Brasil. Era a Assembleia Luso-Brasiliense. O debate girava em torno da independência ou da união com os ramos da família portuguesa. Escrevendo ao pai, o regente sublinhava: “Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre do que Vossa Majestade me disse [...]. Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar que para algum desses aventureiros. Foi chegado o momento de quase separação e estribado eu nas eloquentes e singelas palavras expressadas por Vossa Majestade, tenho marchado adiante do Brasil, que tanto me tem honrado.”

A 14 de agosto, partiu para São Paulo. Não que lá houvesse “partido português”, como em Minas Gerais. Havia sim tensões com a família dos Andrada. Uma divisão se dera na junta que governava a província, da qual fazia parte Martim Francisco, irmão de José Bonifácio. Partidários de outro membro da junta, o coronel Francisco Inácio, o Andrada foi deposto.

D. Pedro seguia para a província a fim de pacificá-la, restabelecendo a autoridade da família. Foi acompanhado de pessoas de confiança: Luís Saldanha da Gama, então camarista, e também seu primeiro amigo brasileiro, a quem encontrara na Bahia. Mais jovem do que o príncipe, acompanhava-o na condição de “ministro itinerante”. Francisco Gomes da Silva, o popular Chalaça,

principal confidente do príncipe, que se autointitulava seu “criado honorário e sem salário”, enquanto a princesa Maria Isabel o definia de outra maneira: o “demônio mau do homem”. Manuel Rodrigues Jordão, homem rico e generoso que hospedou D. Pedro em casa, na semana em que chegou a São Paulo e senhor de muitas terras nos Altos da Mantiqueira, conhecidas como Campos do Jordão. O jovem cadete Francisco de Castro Canto e Melo, cujo pai reunir-se-ia ao grupo em Moji das Cruzes. Havia ainda dois criados particulares: João Carvalho Raposo, que, apesar de ser tratado como laçoi, secretariava Luis Saldanha da Gama. E João da Rocha Pinto, apelidado de João Carlota, personalidade ambígua, considerado por seus contemporâneos pessoa sem mérito algum, trapaceiro, “recadeiro”, pois levava e trazia mensagens e era serviçal do príncipe. Na verdade, educado na Inglaterra, era riquíssimo e sua família era uma das maiores produtoras e exportadores de vinho do Porto. Por fim, o padre Belchior Pinheiro, aparentado com o ministro José Bonifácio, antes deputado nas cortes portuguesas, agora redator, no Rio de Janeiro, do jornal *O Constitucional*.

Antes teve o cuidado de entregar a regência à sua “muito amada e prezada esposa, Leopoldina”, para que o governo não ficasse paralisado. Copiou a atitude do cunhado, Napoleão, que nomeara Maria Luísa regente durante as campanhas da Rússia e Alemanha. Nada de gesto de amor, nem de reconhecimento por suas competências políticas. Mas uma artimanha para ganhar o apoio da Áustria – do “querido papai” – e identificar a princesa estrangeira ao solo americano.

Na corte, as despedidas foram breves. Nos corredores do Palácio de São Cristóvão, alguns cortesãos, fidalgos e funcionários seguiram os últimos momentos e viram os abraços que o príncipe deu em José Bonifácio e na princesa.

Além de terem plena confiança um no outro, Bonifácio e Leopoldina tinham liberdade para “tomar todas as medidas necessárias e urgentes ao bem e salvação do Estado”. O clima político se complicava. Via-se o colonialismo desaparecer da América Latina por meio de revoluções sangrentas, dando lugar a repúblicas instáveis e adversárias. Não só Leopoldina, mas quase todos temiam a anarquia.



PICUINHAS ENTRE PORTUGUESES E BRASILEIROS

Por outro lado, picuinhas entre portugueses e brasileiros se multiplicavam diariamente. Os brasileiros sabiam que não precisavam de Portugal, e os portugueses, que sem o Brasil eram um país de segunda ordem. A separação estava no ar: invisível, porém, palpável. Não registrou o mercenário alemão Carl Seidler que, nos teatros, o público sapateava exigindo aos gritos: “República! República!” Para uma aterrorizada princesa, essa gente era a “maldita canalha”. Contra eles, só medidas enérgicas.

Na vida doméstica, D. Pedro deixava a esposa com a filha nos braços. O marido que outrora acompanhava a esposa ao piano, bem como nos passeios a cavalo, deixou-se contaminar pelos problemas do império. Maria da Glória preocupou, mergulhada por semanas

numa “febre biliosa”. Fosse pelo sentimento de mais uma vez ser abandonada diante das responsabilidades familiares e, agora, também das políticas, Leopoldina lamentava-se a quem escrevesse: à tia, ao marquês de Marialva, seu amigo, e ao pai. A palavra “sacrifício” repetia-se em todas as cartas.

“Já que meu esposo foi obrigado a ir a São Paulo para apaziguar as agitações lá existentes, eu nesse momento fiquei sufocada com todos os negócios; o todo-poderoso sabe que nunca tive ambição pelo poder, nunca gostei de reinar, muito menos nas condições atuais; por este motivo, certamente, este é o sacrifício mais pesado e maior que eu faço.”

A reação de Leopoldina não tinha só a ver com sua personalidade ou o calvário conjugal que percorria, mas também com os modelos femininos da época. Não havia livro religioso, padre confessor ou sermão dominical que não lembrasse que o lugar das mulheres não era a vida civil e sim a doméstica. Em função de sua natural indigência intelectual, moral e psíquica, estariam excluídas do poder, independentemente de sua boa educação. Literalmente falando, a incapacidade feminina significava que, sem autorização dos parentes de sexo masculino ou do rei, elas não tinham personalidade jurídica autônoma. A princesa já tinha sentido na carne como era não poder dispor livremente de seus bens. Seu único lugar era a esfera do lar. Assim engessada pela norma, via-se mal nas funções de regente.


Mas as queixas de Leopoldina não diziam respeito só à sua participação na vida política. Pudica e religiosa, ela se prestava mais aos deveres de sacrossanta esposa do que aos apetites do marido.

No plano físico, D. Pedro contentava-se em honrar sua prolífica consorte. E sua fertilidade contribuía para afastá-la dele, pois, ao mesmo tempo em que as maternidades reforçavam sua posição de princesa real, elas apagavam seu frescor juvenil, fazendo dela uma matrona e acentuando as diferenças com o garboso marido. As sucessivas gravidezes a impediam de acompanhá-lo nas cavalgadas e nas viagens.

Até o leito nupcial, seu lugar de encontro, tornava-se impraticável para o príncipe. Segundo as regras médicas, além das eclesiásticas, a abstinência na gestação era obrigatória. A princesa sofria em silêncio por não conseguir fazer-se amada por um esposo que ela procurava agradar apaixonadamente. O jovem irrequieto a quem se unira tinha-lhe consideração. Mas não lhe entregou o coração.

A princesa, porém, sacrificaria tudo – fidelidade aos ideais absolutistas, esperança de voltar à Europa, obediência ao pai – aos interesses do trono de que era a fiadora. Tudo lhe custou caro e nem por isso seria recompensada. Leopoldina era virtuosa. Apenas. Ela mesma o dissera: filhas de reis eram como dados jogados ao azar. Faltavam-lhe ambição ou malícia, desenvoltura ou determinação, característica de muitas princesas e rainhas europeias que conheceram o segredo de governar. Enquanto salvava o país, sufocava-se num casamento deprimente.

CAPÍTULO III

 No início, era o pecado...

ÀS ESCONDIDAS

A colina da Penha se destacava em meio às regiões mais baixas da várzea, e sua igreja se destacava na paisagem. Era o ponto de passagem de viajantes e tropas nos caminhos que cruzavam a região e estava ancorada numa área rural, pontilhada por chácaras que não reuniam mais do que 3 mil pessoas. No entorno da igreja prosperava o comércio de produtos religiosos, além de itens necessários às caravanas de romeiros.

D. Pedro tinha enviado uma portaria ao Senado da Câmara de São Paulo determinando-lhe que, no dia 25 de agosto, viesse recebê-lo na entrada da cidade. Avisava também que não comparecesse nenhum dos vereadores que tivessem tomado parte nos últimos sucessos. Ou seja, os membros da revolta de Francisco Inácio.

Tudo indicava que, apesar dos gestos de simpatia emitidos ao longo da viagem em várias cidades do vale do Paraíba, D. Pedro temia a recepção paulistana. Os inimigos ainda o aguardariam? Há quem diga que ele teria entrado na cidade às escondidas, na calada da noite, pois temia um atentado. Para colher informações e assegurar-se de uma chegada tranquila, enviou o Chalaça e Francisco de Castro Canto e Melo, a quem chamava de *nhô* Chico.

“Sua Majestade quis informar-se, a certa distância de São Paulo, do que lá se passava e houve quem fosse observar, a todo o risco, o estado da dita cidade”, registrou o Chalaça.

Andaram espionando nas principais artérias da cidade: no largo da Glória (atual largo Almeida Júnior), no do Pelourinho (agora praça

Sete de Setembro), no de São Gonçalo (canto direito da atual praça Dr. João Mendes), na rua da Freira (que se tornou a rua Senador Feijó), no beco do Mosquito (rebatizado como rua Felipe de Oliveira), no largo do Capim (que passou a ser o largo do Ouvidor). Atravessaram a ponte de Santa Efigênia, onde à tarde se reuniam os moradores para um dedo de prosa. Foram à casa de João de Castro Canto e Melo, pai de Francisco, e às ruas do Ouvidor (agora rua José Bonifácio) e do Jogo da Bola (hoje rua Benjamin Constant) para encontrar amigos e simpatizantes. Em relação à política geral, todos os que apoiavam os Andrada ou os que sustentavam Inácio só queriam uma coisa: a independência do Brasil com a realeza de D. Pedro. Apesar de sua participação econômica discreta, os paulistas já atuavam no cenário político. Homens como Diogo Antônio Feijó, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco de Paula Souza e Melo tiveram papel importante na aliança com o príncipe que resultaria na separação de Portugal. Eram todos de Itu.

Enquanto os acontecimentos se precipitavam, as elites paulistas tinham um projeto específico nascido de uma experiência inédita: depois da Revolução do Porto, que obrigou o retorno de D. João VI a Portugal, as Juntas Provisórias assumiram o governo de diferentes províncias. Isso lhes possibilitaria desenvolver suas agendas regionais.

A da bancada paulista giraria em torno do programa exposto por José Bonifácio, pelo menos até a Independência: defesa intransigente de privilégios comerciais obtidos desde 1808 e a reivindicação de autonomia. As elites deviam ter espaço de manobra

para levar adiante a defesa de seus interesses, sem a menor interferência do governo central. Duas esferas do Estado deveriam conviver entre si: o governo central e o provincial. As atribuições de cada uma seriam definidas pela Constituição, de modo que uma não interferisse na outra.



O ENTUSIASMO DOS HABITANTES

Tais ideias estavam no ar e os enviados de D. Pedro podiam senti-las. O que mais viram e ouviram? O Chalaça resumia: “O entusiasmo dos habitantes foi extraordinário; não se podia esperar tanto. Eu consegui informá-lo a tempo de tudo quanto ocorria e pintar à Sua Majestade o estado de espírito público. Em verdade, a província o idolatrava porque via nele um príncipe ativo, endurecido nos trabalhos, incansável, generoso, amante da liberdade brasileira e quase filho do Brasil. [...] A população de São Paulo, sem querer deprimir nenhuma outra do império do Brasil, é vivíssima, penetrante e entusiasta; não podia deixar de olhar o Sr. D. Pedro como a mais firme âncora de segurança para a nau do Estado; porém no meio de afetos de amor e admiração transluzia com toda a clareza o sentimento de independência.”

D. Pedro não tinha mais dúvidas. Com o apoio dos poderosos vale-paraibanos, dos mineiros e dos paulistas, a agenda estava decidida. Nesse dia, acolheu na Freguesia da Penha muitas pessoas que o queriam cumprimentar. No dia 25, acordou cedo e foi para a missa, pois era dia de São Luís, rei de França, um dos padroeiros da casa de Bragança. Finda a missa, organizou-se um cortejo. Na frente

iam a guarda de honra, comandada por Antonio Gama de Leite Lobo, e o esquadrão, por Manoel Marcondes de Oliveira Melo, futuro barão de Pindamonhangaba. Ao lado, o príncipe.

Atravessaram o vasto alagadiço denominado várzea do Carmo, mais tarde conhecido como aterrado do Brás. Mal chegaram à beira do rio Tatuapé, as girândolas de fogos começaram a pipocar. As seis peças de artilharia que tinham sido colocadas na frente do Convento do Carmo dispararam. O povo apinhado na ponte do França, sobre o Tamanduateí, aplaudia. Os pescadores que ali jogavam suas redes passaram a acenar. Era o sinal. Estudantes repicavam alegremente os sinos. Na calçada, um arco de boas-vindas com ramos de flores e a saudação:

“Acolhe afetos, que nas almas crias,
Honra-me a condição, meu fado emenda
E os olhos serenos, como são teus dias
Firmem ingênua, respeitosa oferenda.”

Num lado, o símbolo da Verdade, e, no outro, o da Justiça. Num pedestal, dois gênios com as inscrições:

“Corre a deusa de cem bocas
pelo azul filtrado do mar.
Noutra esfera, noutro clima,
Novos numes vão cantar
Nossos prados reverdejam;
Já Ceres doura a campina
À vista do par augusto

Pedro excelso e Leopoldina.”

Depois da passagem triunfal pelo Convento do Carmo, a comitiva desfilou por entre a milícia que tinha formado alas na ponte do França até a Sé e o Palácio do Governo, armas às mãos. À medida que D. Pedro passava, disparavam-se mais salvas. No ar, os rojões deixavam o cheiro característico de pólvora queimada enquanto o troar das bombas simulava a artilharia. Os sinos continuavam a tocar e o povo dava vivas das janelas, das quais eram atiradas flores. As casas assobradadas expuseram suas colchas de damasco nos gradis. As negras que costumavam ficar sentadas de um lado da rua oferecendo doces, biscoitos, pinhões e amendoim torrado se ergueram para saudar o regente. Na frente da Câmara tremulava um estandarte.

O bispo, D. Matheus, homem ativo, o aguardava nas portas de seu sobrado, fronteiro à ladeira, sob um pálio. Abençoou D. Pedro, que aguardou o fim das antifonas e orações cantadas, como era praxe. Acompanhado do conjunto de clérigos, aguardou a última salva e juntos deram os passos que faltavam para entrar na Sé. Passaram arcos coloridos representando as deusas da Paz, da Felicidade e da Liberdade e, ao som de timbales e clarins, adentraram a igreja. Todos se dirigiram solenemente ao altar. Os cantos do *Te Deum* encheram a nave. Lá fora, no pátio do colégio, a imagem da Fama enfeitava a festa que adentrou a noite. Luminárias se acenderam e dois coretos decorados com figuras da América e da Europa e versos de Virgílio ofereciam boa música a quem passava. O clima de

entusiasmo contaminou a população. Nas ruas, por onde se transitava, pendiam faixas com “patrióticas expressões”, verdadeiros recados de D. Pedro aos paulistas. Não se sabe quem as teria encomendado, mas eram muito oportunas:

“Contai com nosso Defensor Perpétuo – Brasileiros, firmeza, constância, intrepidez na grande obra – eu pela minha nação estou pronto a sacrificar a própria vida [...] em desempenho da minha honra e amor ao Brasil darei a vida pelo Brasil – advoguem a causa do Brasil ainda que contra mim seja.”

O dia seguinte consolidou a expectativa de D. Pedro. Todos foram lhe prestar homenagens e obediência. Assim como aconteceu em Minas Gerais, também em São Paulo o príncipe parecia remover qualquer obstáculo que lhe pudessem criar. Misturando esperteza e malícia, segundo alguns biógrafos, consciente de seu papel e de suas maneiras estouvadas, soube angariar simpatias. Ao paço, decorado com tapetes e móveis emprestados, afluíam as diversas delegações vindas dos quatro cantos da província: Itu, Campinas, Sorocaba, Santos. Na grande sala de audiência, debaixo de um dossel, colocou-se um retrato de Sua Majestade e teve início o ritual do beija-mão. E ele recebia a todos os cidadãos, “alegre e prazenteiro”.

Expediam-se portarias e atos administrativos inclusive a determinação da vinda de milicianos de Sorocaba e Itu, a fim de garantir ordem e sossego. O secretário Saldanha da Gama, mesmo assessorado por Raposo, não dava conta do serviço. A secretaria

funcionava das oito da manhã a uma ou duas da madrugada. Muitas vezes, era o próprio príncipe quem ditava cartas e papéis.

A correspondência dando conta de tudo o quanto se passava chegava, também, do Rio de Janeiro. Pelas estradas, os animais se esfalfavam. Sentindo-se mais uma vez isolada, Leopoldina escrevia todos os dias.

MEU QUERIDO E PREZADO ESPOSO

No dia 19, por exemplo: “Meu querido e prezado esposo, mesmo sendo privada de notícias suas, que é muito custoso a meu coração, acho meu dever e único meio de aliviar as minhas saudades escrever-lhe.” Contava que o médico acertara nos remédios: Maria já reagia melhor. Foi à audiência com os ministros e confessou ter tido “muita vergonha”. Foi, também, à festa da Igreja da Glória. Mandava notícias da Europa: navios partiam de vários portos na França, Itália e Inglaterra para fazer a guerra a Portugal.

Dias depois, voltava a escrever, sublinhando o abandono em que se encontrava: “Meu querido e amado esposo! Confesso-lhe que tenho já muito pouca vontade de escrever-lhe, não sendo merecedor de tantas finezas. [...] Ordinariamente quando se ama com ternura uma pessoa, sempre se acham momentos e ocasiões de provar-lhe a sua amizade e amor. Todos estamos bons e tudo muito sossegado, graças a Deus. Receba mil abraços e saudades minhas com a certeza de ser a última carta.”

Antes de assinar-se “a amante esposa” insistia na necessidade urgente de saber notícias. Afinal, ele partira havia oito dias.

No final do mês de agosto, em seus aposentos na Quinta de São Cristóvão, depois de receber uma carta escrita em Lorena, Leopoldina tomava da pena para informar ao "querido e amado esposo" os últimos acontecimentos na corte: "Perdoe mil vezes que eu ralhei na minha última carta", porém era "muito triste ter me deixado faltar notícias suas", queixava-se. Mas, apesar da tristeza, a princesa revelava seu compromisso com os fatos políticos que vinham sucedendo:

"Sinto muito dar-lhe notícias desagradáveis, mas não quero faltar à verdade, mesmo se é penoso ao meu coração: a tropa de Lisboa entrou na Bahia, e dizem que desembarcou; a nossa esquadra não se sabe o que fez, se é falta de ânimo dela é preciso mais rigoroso castigo, chegarão três navios de Lisboa, os quais dão notícias de que abomináveis portugueses querem a sua ida para lá mesmo se voltasse ao Brasil outra vez, e que ia ao poder executivo a decidir se deve vir mais tropa para cá, é certo que aprontam a toda a pressa dois navios; ontem deram a falsa notícia que estava uma esquadra fora da Barra de modo que tudo se aprontou para recebê-la com fogo e bala."

E procurava consolo com Bonifácio, a quem confessava seu temor de que em pouco tempo tudo andaria "em inquietação", instava sobre a necessidade de "ensinar marotos" e afastar o perigo de "sujeitinhos" ou transmitia cartas de D. Pedro trazidas pelas mãos de escravos: "Todos estavam em perfeita saúde, viajando ao vagar tendo as bestas muito cansadas."

Enquanto isso, D. Pedro apaziguava os ânimos e tranquilizava os exaltados. E, em meio à rotina de trabalho e de alianças políticas, ainda achou tempo para outras coisas.

E a coisa tinha nome: Domitila de Castro Canto e Melo, irmã do alferes Francisco. Tratava-se de uma morena forte, dona de olhos brilhantes. Tinha 25 anos. E era uma dessas paulistas louvadas pelos viajantes estrangeiros como moças belas, de modos nobres e graciosos. Há algumas versões para o encontro do regente com sua futura amante. Uma dá conta de uma visita que esta lhe fez, para pedir a proteção de Sua Alteza Real no processo que lhe movia o marido. A outra, mais romântica, conta que se cruzaram nas ruas da cidade, ela carregada numa cadeirinha por dois escravos. Domitila se teria deixado ver pelo príncipe, que se encantara de suas graças.

Há outra ainda, mais provável, da pena de um dos biógrafos do imperador. Já se conheciam: Domitila estivera no palácio, no Rio de Janeiro, antes mesmo da vinda do príncipe a São Paulo. Fizera parte de uma comitiva chefiada pelo então vice-presidente da junta governativa de São Paulo e deputado pela vila de Santos, José Bonifácio de Andrada, da qual faziam parte o coronel Rafael Tobias de Aguiar, padre Feijó, Nicolau de Campos Vergueiro e D. Maria Flora Ribeiro de Andrada e Silva. Há registro de cavalgadas do casal pela floresta da Tijuca, onde teriam sido vistos por um paulista.

Os jovens teriam se reencontrado nos dias que antecederam a entrada do príncipe na cidade, para os lados do Ipiranga, numa localidade chamada Moinhos. Ali, a família Canto e Melo tinha uma propriedade onde D. Pedro pôde descansar da longa jornada. E, ali,

ela o teria esperado. Nos dias subsequentes, D. Pedro lhe teria falado nas múltiplas oportunidades que teve: solenidades e beija-mão. E por que não teria conversado com a irmã de seu ajudante de ordens, filha de amigo de seu pai? Seguiram-se, com certeza, encontros íntimos.

Se de rainhas e princesas exigia-se virtude, acima de tudo para garantir a descendência legítima, de concubinas e favoritas, reis e príncipes exigiam a arte da sedução, apimentada com certa licenciosidade. Mais: homens não precisavam negociar o direito de ter amantes. Mais além, é provável que D. Pedro tenha conhecido com ela uma atração sexual e uma cumplicidade até então ignoradas. Pela primeira vez, ele se encontrava diante de uma mulher com quem podia compartilhar uma relação de igual para igual.

A AMANTE DO REI

E Domitila sabia o quanto valia. Nela, o orgulho de pertencer a uma família fora do comum acompanhava-se de inteligência, independência e capacidade de usar o mundo em seu benefício. Quaisquer que fossem os escrúpulos de sua consciência por tornar-se a amante do rei, ela estava orgulhosa de seu papel. Papel que encarnaria com a soberba e elegância de uma Canto e Melo. Domitila, “mulher nobre e limpa de sangue”, era fruto da velha nobreza portuguesa e pertencia à influente família paulista.

O lastro de sua estirpe se assentava na própria casa real portuguesa, havendo parentesco distante com D. Inês de Castro – a

“rainha coroada depois de morta”. Seu pai, o coronel reformado João de Castro, veio da ilha Terceira e chegou ao Brasil com 21 anos no “Regimento de Mexia”. Teve carreira sólida, tendo passado pelo Regimento dos Voluntários de Cavalaria, de Infantaria de Santos e de Cavalaria de Linha. As promoções o atestam: de alferes a tenente, a capitão, a sargento-mor e, aos 60 anos, a tenente-coronel. Todos tinham orgulho de uma linhagem reconhecida como “indiscutível, pura, honrosa e imensa”, consolidada na luta contra mouros e espanhóis.

Do lado materno, as raízes não eram menos importantes. Por parte de D. Escolástica Bonifácia de Oliveira Toledo Ribas, Domitila descendia de bandeirantes, governadores, pregadores, entre outros. Estava longe de ser uma vulgar cortesã. Tinha seis irmãos, além de Francisco, que acompanhou D. Pedro: João, José e Pedro, “distintos entre todos” e integrantes, mais tarde, da Legião de Voluntários Reais, com “extraordinários serviços” prestados nas campanhas do Sul do país. E Maria Benedita, Ana Cândida e Fortunata.

D. Pedro e Domitila apressaram-se a viver um amor profano. Eram jovens que já conheciam a vida, tinham descoberto afinidades e a capacidade de fazerem-se mutuamente felizes. Ele encontrou na amante uma mulher livre e apaixonada que não poluía o prazer com escrúpulos e orações. E ela saberia, com tato e paciência, distraí-lo e aparar as asperidades de seu temperamento. E o que dizer da facilidade com que se comunicavam, ambos diretos e sem o verniz da educação sofisticada que tinha, por exemplo, Leopoldina?

Uma favorita, porém, não era só feita de sexo, amor e dedicação. Ela nutria intenções ocultas: ambição, orgulho e desejo de dominação alimentavam os sentimentos. Mas eram, também, armas com as quais ela teria que se defender dos obstáculos, amargores e humilhações que costumavam pavimentar as vias transversas percorridas por amásias e concubinas. Por mais costados que tivessem.

Teve início, em fins de agosto, uma aventura que marcaria a vida de D. Pedro. Ele daria seu coração a uma mulher cujo culto iria celebrar publicamente. Esse *affair* extravasou a alcova e refletiu-se na vida política e familiar do príncipe, bem como na imagem que dele se fazia dentro e fora do país. A data do primeiro encontro foi registrada pelo punho do próprio D. Pedro um ano depois: “O dia 29 deste mês em que começaram nossas desgraças e desgostos em consequência de nos ajuntarmos pela primeira vez, então tão contentes, hoje, tão saudosos.”

No céu de D. Pedro raiava uma conjunção explosiva: era o momento em que a paixão por Domitila associou-se à sede de prestígio que só a independência do Brasil poderia lhe dar. A glória era uma noção muito importante na época: mistura de honra pessoal com conotação militar. Ao mesmo tempo, possuir uma amante, cuja beleza somava-se ao fato de pertencer a uma nobre família que aderiu à causa, além de ser brasileira, agregava mais valor a sua fama de libertador do Brasil. Ele consolidava o sentimento de glória, tanto na vida pública quanto na privada. Ao fazer a reverência diante do futuro imperador, Domitila teria dito:

“Não é a vós que eu amo, senhor, é a vossa glória.” Possuir Domitila não seria possuir um reino inteiro?

TITÍLIA

A esplêndida Titília: pele acetinada e sem marcas de varíola, uma massa de cabelos escuros e brilhantes que na época valiam admiração, rosto ovalado, boca pequena, mas “bem mobiliada” de dentes, olhos escuros com palhetas esverdeadas, “olhos de águas encantadas e profundas”, disse dela um biógrafo. Alta, majestosa e dona de um corpo perfeito, a moça tinha no andar e nos modos “enlevadora graça”. “Maravilhava pela beleza”, diria um cronista na época. Era um rosto de mulher em que cada linha revelava uma graça particular, cada movimento parecia traduzir um segredo a descobrir. Além de vivacidade, alegria e a arte de subjugar corações, comprovada em conquistas anteriores às do príncipe.



A esplêndida Titília: mulher livre e apaixonada.

Conta um biógrafo de D. Pedro que os dois “namorados” divertiram o público paulistano, pois a assiduidade da moça, acompanhando D. Pedro em passeios e sendo vista a entrar e sair do palácio onde dormia o regente, servia de assunto para comentários.

Por coincidência, no mesmo dia 29 de agosto, Leopoldina escrevia alarmada:

“Meu querido e muito amado esposo! Mando-lhe o Paulo; é preciso que volte com a maior brevidade, esteja persuadido que não é o Amor, Amizade que me faz desejar mais do que nunca sua pronta presença, mas sim as críticas circunstâncias em que se acha

o amado Brasil; só a sua presença, muita energia e rigor podem salvá-lo da ruína.”

“As notícias de Lisboa são péssimas; 14 batalhões vão embarcar nas naus [...]. Lisbonenses têm-se permitido toda a qualidade de expressões indignas contra sua pessoa, na Bahia entraram os 600 homens e duas ou três embarcações de guerra; nossa traidora esquadra ficou de boca aberta olhando para eles.”

Na mesma data, Leopoldina pediu a José Bonifácio que insistisse com o príncipe para que voltasse. Leopoldina temia que D. Pedro interpretasse as informações como um exagero motivado por sentimentos amorosos.

A princesa desesperava-se com o silêncio e a ausência do marido:

“Meu querido esposo. Ontem à noite recebi sua carta na qual me diz que responde aos ofícios do (dia) 20”. E, impaciente: “Ela me zangou muito vendo que ainda não toma a resolução de vir que é mais necessária do que nunca; o estado das coisas não é nada bonito e eu já não estou para sofrer maroteiras, às quais só o senhor com medidas enérgicas pode remediar!”

Na madrugada de 7 de setembro de 1822, a vila de Santos dormia. Do interior do casario baixo que se aglomerava em torno da praça, um ou outro insone ouviu o barulho dos passos da comitiva. Coberto por capas para proteger-se do frio, o grupo se dirigiu ao mesmo ponto onde desembarcara: o novo cais de madeira, recém-construído pela Câmara, no largo da Alfândega Velha. Não houve despedidas com estandartes ou comitivas de gente importante como na chegada. Nem salvas de tiros, nem vivas. As colchas e panos

coloridos que enfeitavam as janelas das casas voltaram ao fundo dos baús. As ruas ainda guardavam, enlameadas, as flores e folhagens que aí tinham sido colocadas para que os convidados pisassem na chegada. Agora, serviam para amortecer seus passos. Discretos, seus componentes tomaram uma embarcação comprida, a *lança*, espécie de canoa ágil, que os conduziu na direção do porto de Cubatão. Peaçá, Perequê ou Cubatão queria dizer a mesma coisa em tupi-guarani: porto ou baía abrigada.

Do fundo do barco escapavam gemidos. O mal-estar que tomou os homens não vinha da oscilação das ondas, nem do ritmo da embarcação. Mas de um almoço apimentado no dia anterior. Noite ainda escura, chegaram ao povoado que crescera nos limites da antiga fazenda geral do Cubatão, pertencente, até 1759, aos padres jesuítas. Moradias e armazéns se localizavam à margem esquerda do rio de mesmo nome. Para além das construções que se aninhavam no porto encarregado de escoar a produção agrícola serra acima e abaixo, a baixada abrigava diversas fazendas.

Aguardados por uma tropa de mulas descansadas, tomaram a direção da calçada de Lorena: 50 quilômetros de uma estrada de pedras que levava de Santos a São Paulo de Piratininga, elevando-se num desnível de 700 metros. Antes de começar a subida, contudo, fizeram uma parada no atual largo do Sapo. Um dos membros do grupo se dobrava de dor. Foi atendido por uma moradora, Maria do Couto. Ela era como tantas mulheres que, nessa época, conheciam os remédios caseiros para os males cotidianos: disenteria, febres, dor de dente ou de cabeça. Tomou chá de folha de goiaba. Foi D.

Pedro que se animou, esporeou o animal e começou a subida seguido por seus companheiros.

Nas horas que se seguiram ao lento retorno a São Paulo, a comitiva aproveitou o frescor da madrugada e o pouco movimento da estrada de Cubatão para ganhar tempo. Durante o dia, a circulação de mercadorias, sobretudo arroz, fumo em rolo, fardos de açúcar e café, era intenso. Nas primeiras luzes da manhã, a mata densa e a chuva fina tornavam as pedras escorregadias, enquanto a água que descia pelo caminho gorgolejava, sumindo pelos canais pluviais que a jogavam serra abaixo. O sol já estava alto quando alcançaram a boca do planalto, tendo aos pés a vista que o viajante Bayer descreveu, em 1813, como a “mais deslumbrante que talvez haja no mundo”.

Apesar do mal-estar que o acometia, D. Pedro não esquecera o que viera fazer desde que chegara a São Paulo, em 24 de agosto: pôr ordem nas coisas. Ninguém mais tinha dúvida sobre sua autoridade ou a dos ministros que o apoiavam. Esta era mesmo uma das razões que o levaram a Santos: inspecionar a fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, localizada no canal que dava acesso ao porto de Santos. Os últimos relatórios a descreviam em estado preocupante: quase em ruínas. Substituir o comando militar nessa praça. E, também, visitar familiares do seu poderoso primeiro-ministro, José Bonifácio, que aí residiam.

Voltando de Santos, para onde fora no dia 5 de setembro, a comitiva do príncipe foi, primeiro, abordada por *nhô* Chico, que passara dois dias em São Paulo e então avisava o príncipe da

chegada de emissários vindos da corte, no Rio de Janeiro. Eles traziam cartas de Leopoldina, de seu pai, D. João VI, e de José Bonifácio. Apresentavam, também, atos das cortes portuguesas e informações passadas pelo cônsul e encarregado dos negócios britânicos no Rio de Janeiro, *Sir* Henry Chamberlain. D. Pedro acelerou a marcha, apesar das paradas a que era obrigado para – como se dizia na época – “prover-se”. O chá de folha de goiaba não fora o bastante.

As montarias, em galope reunido, partiram em busca dos enviados de José Bonifácio, que a comitiva do príncipe logo encontrou no “alto da colina próxima do Ipiranga”. O Ipiranga era um riacho que corria na direção sul, para juntar-se ao rio Preto e, depois, desaguar no rio Juquiá. Às suas margens, havia um pouso à beira da estrada onde paravam habitualmente os tropeiros. Nesse lugar, o moço fidalgo Paulo Emílio Bregaro, oficial da secretaria do Conselho Supremo Militar, coberto com a capa paulista, manto longo distintivo de poder, e o major Antônio Ramos Cordeiro, sargento-mor da vila de Resende, que conduzira Bregaro pelo vale até São Paulo, se apresentaram com trajes de oficial de milícia. Tinham estourado quatro cavalos para fazer a viagem o mais rapidamente possível, valendo-se das fazendas dos senhores e dos tropeiros que os apoiavam para a troca de animais e descanso.

PÉSSIMAS NOTÍCIAS

Traziam as péssimas notícias do Rio de Janeiro, enviadas por Leopoldina e Bonifácio. E mais outras. Na carta de um dos irmãos de

José Bonifácio, Antônio Carlos, escrita de Portugal, a mensagem era direta: “inimigos de toda a ordem e que não poupavam a real pessoa de Vossa Alteza Real de envolta com ataques ao Brasil.”

Na mesma linha, Leopoldina, conhecida por sua dedicação ao marido, implorava: “Pedro, o Brasil está como um vulcão. As Cortes ordenam vossa partida imediatamente, ameaçam-vos e humilham-vos. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partirmos agora para Lisboa [...]. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, [...] o Brasil será em vossas mãos um grande país, o Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará sua separação. O pomo está maduro, colhe-o já senão apodrece.”

Por fim, as palavras do próprio ministro, José Bonifácio: “Senhor, o dado está lançado, e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha Vossa Alteza Real o quanto antes e decida-se.” E explicava, pragmático: “Porque irresoluções e medidas d’água morna [...] para nada servem e um momento perdido é uma desgraça.”

Até então, D. Pedro tinha cumprido quase todas as decisões que emanavam da metrópole. Na verdade, ele se encontrava numa encruzilhada. Ou o rumo dos acontecimentos se alterava, ou ele voltaria à Europa. Duas possibilidades estavam no ar: a proclamação de uma república, seguindo o exemplo de vizinhos como Colômbia e Chile; ou a conservação da monarquia, com o apoio de uma Constituição. O “dia da ficada”, mais conhecido como o Fico, a 9 de janeiro de 1822, dera ao governo de D. Pedro a possibilidade de

recuperar a autoridade que as Cortes tinham posto em causa. O importante, como já se viu, era concentrar esforços na união de três províncias: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Mas os problemas que se apresentavam não eram apenas externos. Havia os internos, também. A cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos e o Maranhão continuavam fora de sua influência. Ambos concentravam setores da elite alinhados com o projeto recolonizador. Na Bahia, o sertão e o rico Recôncavo estavam com o imperador, assim como o sertão de Pernambuco e a mata sul do Piauí, região de bons pastos. O interior do Ceará, Alagoas e Sergipe estavam a favor de Portugal. São Paulo, dividido na mão de grupos rivais, ainda que todos a favor da independência. A unidade necessária a uma tomada de posição ainda estava longe de existir. Manifestos se multiplicavam incentivando a ideia de independência e liberdade. Só faltava um ato que os justificasse.

Do lado português, as ameaças eram concretas: ruínas, escravidão e horror. Em Portugal se reuniam cerca de 7 mil homens, além dos 600 que já se encontravam na Bahia. Projetava-se fazer nessa província um centro de operações para fomentar desordens nas demais províncias e atacar o governo do Brasil. Outros boatos incendiavam a capital, enquanto o príncipe era acusado por Lisboa das piores traições e coberto "de expressões indignas".

Foi em meio a essa conjuntura que D. Pedro recebeu os documentos. Além das cartas de familiares e José Bonifácio, os atos recém-chegados das Cortes não escondiam a gravidade da situação. Segundo esses, o príncipe passava de regente a simples delegado

das Cortes e, mesmo assim, só nas províncias onde tinha autoridade efetiva. As demais ficavam sob responsabilidade do Congresso. Seus ministros seriam nomeados de Lisboa, para onde se transferia a sede do governo do Brasil. Mandava-se submeter a processo criminal todos aqueles que contrariassem as ordens das Cortes.

RAPAZINHO

Numa das versões do fato – foram três: esta do padre Belchior e as outras do barão de Pindamonhangaba e de Canto e Melo –, D. Pedro caminhou alguns passos acompanhado pelo padre Belchior, além de Bregaro, Cordeiro, Carlota e outros em direção aos animais, que se achavam à beira da estrada. Estacou no meio da estrada, dizendo: “As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de ‘rapazinho’ e ‘brasileiro’. Pois verão o quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero do governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal.”

Gritando vivas ao Brasil independente e ao príncipe, a guarda e a comitiva viram D. Pedro desembainhar a espada. Todos tiraram seus chapéus e ouviram do príncipe: “Pelo meu sangue, pela minha honra, juro fazer a liberdade e a separação do Brasil.” Segundo seus biógrafos, D. Pedro costumava jurar, em horas solenes, usando sempre as palavras Deus, honra e sangue.

E tomou a direção de São Paulo, num galope picado, esporeando a sua besta baia. A comitiva o seguiu na mesma velocidade. Os correios seguiram na frente para transmitir às autoridades locais,

civis e eclesiásticas, o que tinha acontecido. Ao se aproximar do povoado, a comitiva do príncipe ouviu o repicar festivo dos sinos da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, localizada entre as ruas Tabatinguera e do Carmo. Sua alta torre permitia avistar os viajantes, que chegavam pela estrada do Ipiranga em direção à cidade. Os demais sinos respondiam: o da Sé, o do Carmo, o de São Gonçalo e o de Santa Ifigênia.

A notícia do que ocorrera no Ipiranga depressa se espalhou. Os que presenciaram a cena comunicaram a boa-nova. Eram cerca de cinco e meia da tarde e a multidão frenética saudava com gritos e vivas. O alferes Canto e Melo, ao passar pelas ruas da Glória e Santa Teresa, logo avisou o coronel Antônio Prado, vice-governador da Província de São Paulo. Breve, ninguém mais ignorava que o Brasil estava independente. Todos se entusiasmavam. O príncipe entrou na cidade, acolhido pelos paulistas. Mal apeado no palácio dos governadores, localizado no pátio do Colégio, fez rapidamente num papel o molde da legenda *Independência ou Morte* e ordenou que fosse fundido em ouro. O trabalho foi executado por um ourives chamado Lessa, da rua da Boa Vista. A seguir, foi preparar-se para a festa da noite que seria no teatro.

Chamava-se Teatro da Ópera ou Casa da Ópera, localizado no mesmo pátio do Colégio, em frente ao palácio dos governadores. Foi levantado em 1793 e era construído em “estilo moderno”, como o descreveu o botânico alemão Von Martius, em 1818. Mas o teatro diferia pouco dos sobrados comuns da cidade: de taipa, com paredes de barro calcado entre tabuões atravessadas por tiras de

madeira e caiadas com tabatinga. Possuía janelas com gelsias, que eram três no pavimento superior, e três portas largas no térreo. Por fora, não mostrava o fim para o qual se destinava.

CORES DO BRASIL

Segundo outro viajante, o francês Saint-Hilaire, era uma construção estreita, sem nenhum ornamento arquitetônico e com janelas de postigo preto. Entrava-se por um vestíbulo estreito, por onde se ia aos camarotes e à plateia. A sala, com 28 camarotes em três ordens, era iluminada por um lustre e uma porção de velas. Aparentemente a plateia era frequentada apenas por homens, que se sentavam em bancos de madeira. Trezentas e cinquenta pessoas cabiam no teatro, cujas decorações para o pano de boca e teto não valiam grande coisa. Ali cantavam artistas negros, mulatos, e um barbeiro que emocionava o público. Nessa noite, porém, gente da terra e elementos da comitiva cuidavam ansiosamente do espetáculo. Todos ostentavam o laço verde, cor dos Bragança, e amarelo dos Habsburgo, agora, cores do Brasil livre.

E quem abriu para o príncipe as cortinas do camarote do teatro, senão *nhô* Chico, mano de Domitila? Ali estavam todos os Castro Canto e Melo, aplaudindo D. Pedro e ouvindo as declamações, os coros e improvisos em torno do “rei do Brasil”.

O teatro se transformara no lugar onde eram repercutidos todos os atos da vida pública, entremeando-se com óperas, comédias, bailados, dramas. Ali se reuniam todos os estratos da sociedade. Versos e hinos patrióticos não impediram que fosse representada a

peça *O convidado de pedra* quando o príncipe saiu. Não se sabe se D. Pedro foi festejar entre os braços bem torneados de Domitila. Sabe-se, sim, que, certa noite, um tenente de guarda à porta do Palácio de São Paulo teria visto saltar de uma cadeirinha uma mulher embuçada num manto. Se lhe arrancassem os panos, dariam com a filha mais moça do coronel João de Castro Canto e Melo.

Da capital, Leopoldina seguia escrevendo. Melhor, lamentando-se: “Mesmo sendo privada de notícias suas, o que é muito custoso ao meu coração, acho meu dever e único meio de aliviar as saudades escrever a você.” Ou: “Sendo certamente todo meu ser seu, não falando das muitas saudades que tenho, pedindo-lhe que não fique mais ausente um mês, e José Bonifácio lhe diria o mesmo...”

Juntava informações: ingleses e franceses seguiam em vinte navios para o Brasil, a esquadra baiana os traía, “malvados patriotas” tinham se reunido. E a José Bonifácio, ela reclamava: só tinha notícias do marido por um tropeiro recém-chegado de São Paulo.



A aclamação de D. Pedro, primeiro imperador do Brasil: ao lado Leopoldina e Maria da Glória, futura rainha de Portugal.

A 9 de setembro deixando o governo da província entregue a uma junta provisória nas mãos de D. Mateus, bispo diocesano, do ouvidor e do comandante da praça de Santos, D. Pedro partia para o Rio, com uma pressa igual à da viagem de volta de Vila Rica. Regularmente, os correios faziam em oito dias o percurso das 96 léguas entre São Paulo e a capital do Brasil. Apesar de chuvas e temporais, D. Pedro o fez em cinco.

MEU LEDO

Não há muitas informações sobre o que aconteceu com o príncipe até 12 de outubro, seu aniversário e dia da Aclamação como imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Sabe-se que, na mesma noite em que chegou, reuniu-se com a maçonaria e o antagonista de Bonifácio, Gonçalves Ledo, a quem chamava amistosamente de “meu Ledo”, em correspondência privada. Segundo alguns de seus biógrafos, embora considerasse Bonifácio seu homem de maior confiança, foi hábil. Não se isolava do grupo adverso ao seu ministro.

Nesse período, as atividades maçônicas tinham se ampliado. O exemplo da loja do Grande Oriente Brasileiro é conhecido: ela se tornara um foro de debates, mobilização e contato entre as forças políticas. O segredo e a discrição que cercavam seus membros tornavam o espaço maçônico ideal para articulações que seriam ilegais se exercidas publicamente.

Foi entre debates acalorados do Grande Oriente que surgiu a ideia de se chamar império o país que seria independente e imperador,

seu primeiro governante. Alguns historiadores afirmam que partiram daí, também, emissários encarregados de difundir a ideia da independência, coletando apoios para o jovem príncipe em outras províncias.

No dia 15, aniversário da adesão de Lisboa ao movimento revolucionário do Porto, não houve comemoração. D. Pedro e Leopoldina voltavam, porém, ao Teatro São João, onde costumava se reunir a gente mais representativa da sociedade. Aí o casal foi aclamado com “o mais vivo entusiasmo”, contou um diplomata. Choveram palmas. Tanto no salão quanto nas ruas, o povo já ostentava as novas cores do país: o verde e amarelo em lugar do azul e branco português.

Três dias depois, anunciava-se no *Diário do Rio de Janeiro* a venda dos versos “Independência ou Morrer, glosada em 16 quadras patrióticas”, por quarenta réis nas lojas de livros da rua da Alfândega. As palavras representavam bem o que pensava a maioria da população sobre ter um “rei novo”:

“Pátria, Pedro e Carolina,
Protestamos defender,
Eis a divisa da glória,
Independência ou morrer
Da Brasília Assembleia
Supremas leis vão nascer,
Tem por base inalterável,
Independência ou morrer.

Este reino outrora escravo,
Escravo não torna a ser.
Emancipou-se, está livre,
Independência ou morrer.
Ao defensor do Brasil
É tempo de conceder
Trono, cetro... o véu se rasgue
Independência ou morrer.”

ERA MAIS FELIZ

Leopoldina, parceira desse júbilo? Chegou a ser homenageada por senhoras baianas e paulistas, por sua contribuição para a “prosperidade de todo o Brasil”. Mas, apesar do ambiente festivo que a cercava, ela escrevia ao pai com nostalgia. Na Áustria era mais feliz. Embora o fizesse com discrição, não escondia o sentimento sobre o fardo que significava um casamento que só atendia à política externa à qual obedecera:

“Meu pai e meu senhor [...] Não passa um momento que eu não me lembre dos felizes momentos que tive de passar na companhia de Vossa Majestade; a privação desta fortuna enche meu coração da maior mágoa e saudade; que posso jurar e certificar a Vossa Majestade que eu sempre, mesmo nas circunstâncias mais melindrosas e críticas, mesmo a risco de minha vida, fiquei sua filha e vassala mais fiel, amante e obrigada.”

No dia 18 de setembro, D. Pedro assinou dois decretos. Um estabelecia o escudo de armas e tope – laço de fitas, flâmula ou

estandarte – nacional, nas cores “verde da primavera e amarelo d’ouro”. Deveria ser usado “por todo português, europeu ou brasileiro que abraçasse o atual sistema do Brasil e estivesse pronto a defendê-lo”. Ainda não se falava em império, só em Reino do Brasil. O mesmo decreto descrevia a bandeira nacional: “um paralelogramo verde, e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o escudo de armas do Brasil.”

À criação de emblemas nacionais se somaram gestos de acolhida: concedia-se a cidadania brasileira a quem quisesse viver aqui e participar dos benefícios de nossa sociedade. Anistiavam-se os presos e processados por opinião política, até os que participaram da revolta de Francisco Inácio em São Paulo. Bonifácio não gostou da decisão, que, na realidade, atendia a um requerimento de Gonçalves Ledo. Em reação, o ministro tentou renunciar, mas D. Pedro não aceitou. Colocava-se, assim, acima dos dois partidos. Era o chefe da nação. Embora falasse em bondade e justiça, não deixava dúvidas de que queria suas ordens acatadas. No mesmo decreto alertava: se alguém quisesse atacar “a Sagrada causa do Brasil, ou por palavra ou por escrito”, seria processado sumariamente e punido “com todo o rigor” que as leis impunham aos réus de “lesa-majestade e perturbadores da ordem pública”.

Na mesma época, chegou carta de D. João VI, escrita em agosto de 1822. Sem nada saber da independência, o rei pedia ao filho que tivesse calma: “Lembra-te que é um príncipe e que os teus escritos são vistos por todo o mundo e deves ter cautela, não só no que dizes, mas também no modo de te explicares.”

Tarde demais. A resposta foi carregada de ressentimento: era a última carta que escrevia sobre questões já decididas pelos brasileiros. "De Portugal, nada. Não queremos nada!" E "Triunfa e triunfará a independência brasileira ou a morte nos há de custar". Falava em nome do povo ao qual se incorporara. "O rapazinho" mandava as Cortes às favas. Não as temia mais. Os próprios brasileiros não o consideravam "um pouco durinho", talhado para comandar, segundo Von Flemming?

Agora enfrentava outros problemas. O Brasil seria reino ou império? Qual o fundamento de sua autoridade? Apenas o consentimento da nação ou entrariam em jogo direitos existentes em Portugal? Resposta: império pelas dimensões do país. "Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja – independência", escreveria Gonçalves Ledo com a anuência da maçonaria. Era "terra para um grande e vasto império", nada menos.

Já para governá-la, não era possível emancipar um país e submetê-lo a um novo monarca simplesmente por ser o filho do rei de Portugal. Cabia ao país escolher livremente suas instituições, sobretudo as mais convenientes. Vale lembrar que, diferentemente da Europa, onde o liberalismo expressava as aspirações de uma burguesia antiabsolutista, anticlerical e favorável aos direitos humanitários, aqui a mesma bandeira era defendida por uma "aristocracia rural", dependente do Estado e sem nenhum interesse em pôr fim à escravidão.

Mas havia quase um consenso nacional de que o regente lutara pela emancipação, cabendo-lhe, em recompensa, ocupar a liderança

nacional. Com essa solução, resguardava-se o país das tendências separatistas que várias províncias tinham ou estavam demonstrando. De todas as partes choveram aprovações: dos Andrada a Ledo. Da maçonaria ao senado da câmara.

O diplomata britânico Henry Chamberlain resumiu o sentimento que tomava conta dos grupos mais diretamente interessados na manutenção de D. Pedro no poder: "O povo estava tão decidido a demonstrar sua gratidão a Sua Alteza Real por haver anuído em permanecer aqui, salvando-o assim de todos os males da anarquia [...] que a ideia de conferir-lhe o título imperial se propagou com a rapidez do fogo logo que se tornou pública e difundiu-se por todo o reino num instante, não deixando outro caminho senão aceitar a medida."

E isso só na corte? Não. "Os atos públicos das diferentes províncias, assim como as informações que pude recolher particularmente [...] demonstram que não havia disparidade de sentimentos entre os habitantes do interior e os da capital."

Leopoldina escrevia ao pai, justificando os atos do marido e seu desejo de manter laços estreitos com a Áustria:

"A Família Imperial não só está a salvo como também é amada e querida por todo o povo. Disso temos as mais tocantes e satisfatórias provas. O destino do Brasil interessa altamente aos poderes europeus, especialmente no que tange aos interesses comerciais. As nossas Cortes não têm desejo mais ardente do que o de estabelecer tratados comerciais com as terras da Áustria. A

extraordinária riqueza do Brasil em peles, madeiras e mantimentos poderão, dessa maneira, ficar à disposição de minha querida pátria.”

Infelizmente, as autoridades de ambos os lados do Atlântico não estavam tão interessadas quanto Leopoldina em estreitar laços. Tudo o que interessava a Francisco I e Metternich era a manutenção da monarquia no Brasil, agora a única entre tantas repúblicas. A diferença é que o libertador do Brasil não era um simples burguês. E sim um membro da família real portuguesa com filhos que tinham sangue Habsburgo, futuros herdeiros da coroa e das terras.

Tal sucesso político não se faria sem tensões. A aliança com a maçonaria não durou. Dezesete dias depois de ascender a grão-mestre, D. Pedro proibiu as atividades maçônicas. A ordem era assinada por Pedro Guatimozim, apelido maçônico do monarca. Ele remetia ao último chefe indígena asteca, chamado de imperador pelos espanhóis que foram também seus assassinos.

CONFLITOS

Os conflitos ficaram mais claros a partir do dia 17 de setembro. Buscando antecipar-se a Bonifácio, Gonçalves Ledo e seus associados no senado da câmara tomaram a iniciativa de preparar a aclamação de D. Pedro como imperador constitucional. Fixaram a data no dia de seu aniversário. José Clemente Pereira, deputado que liderou o Fico, expediu circulares às Câmaras de todas as províncias, avisando-as do fato e integrando-as a um acontecimento de alcance nacional. D. Pedro não poderia ser acusado de ter usurpado o trono

e teria o apoio popular. Além disso, acalmavam-se as possibilidades de tumultos.

O problema residia numa cláusula do juramento. Ao ser aclamado imperador, D. Pedro deveria jurar obediência à Constituição a ser elaborada pela futura Constituinte. A redação um pouco redundante exigia que o futuro imperador jurasse obedecer, às cegas, a uma coisa que ainda não existia. José Bonifácio reprovou a proposta. O exemplo de D. João VI, prisioneiro das Cortes em Lisboa, não deixava mentir sobre os resultados de tais práticas. Ele também era contrário à intromissão de qualquer poder entre o governo e a nação. Sobretudo o poder da maçonaria.

Bonifácio, por seu lado, empenhava-se em apartar qualquer aspiração absolutista, afastando D. Pedro das pretensões de também ocupar o trono português. Este tinha que ficar para sua filha D. Maria da Glória. Aos diplomatas, D. Pedro respondia que daria uma resposta que satisfizesse “todo o mundo, aqui e lá”. E o ministro procurava resguardar a investidura do recém-imperador de críticas, alertando-o, ao mesmo tempo, para os riscos de um “juramento prévio”. Daí o aumento de tensões com a maçonaria, cujos membros insistiam num compromisso com uma Constituição moldada por princípios democráticos. Tudo indica que esses foram dias sobrecarregados. De ambos os lados, argumentos choviam sobre D. Pedro.

Dias depois, ignorando as tensões entre grupos que apoiavam a Independência, a *Gazeta do Rio* trouxe aos seus leitores boas notícias: com cinco dias de atraso, anunciava a chegada do Senhor

Príncipe Regente vindo de São Paulo e explicava que lá ficara “tranquilizado aquele povo de heróis, a quem uma facção de poucos indivíduos havia incomodado e chegaria a fazer manchar o nome dos paulistanos, conhecidos na história do Brasil pela sua fidelidade, patriotismo e honra, se o Perpétuo Defensor do Brasil não voasse tão prestes em seu socorro”.

Na pluma do redator, D. Pedro virou um herói: “Com a vista do Herói Brasileiro, caiu por terra o monstro da rebelião e da discórdia e São Paulo recobrou seu antigo sossego.” O feito era mais um “troféu a ornar o carro do nosso triunfante Regente”.

Apoio havia e muito, mas não era suficiente para acalmar os liberais ligados à maçonaria. No dia 10 de outubro, uma sessão da câmara serviu para esclarecer a posição do governo. D. Pedro convocou Ledo, o presidente da câmara, José Clemente, os líderes dos partidos e, segundo a correspondência diplomática, os admoestou com severidade. Negou-se a assinar qualquer cláusula. Os deputados, por seu lado, preferiram sublinhar a necessidade de “obrar em união perfeita de vontade com todas as províncias”. Um deles exprimiu a “vontade universal em todo o povo do Brasil” de aclamar D. Pedro imperador; afinal, ele resolvera ficar no Brasil e proclamar a independência.



D. Pedro: o imperador de um grande vasto império.

De uma das janelas da câmara, foi anunciado “ao inumerável povo que cobria o Largo de São Francisco de Paula” a deliberação tomada. O médico e historiador Mello Moraes contou que o povo concordou “gritando a uma voz – aprovamos tudo, viva o Sr. D. Pedro imperador constitucional do Brasil e seu defensor perpétuo e queremos que conserve este título ele e seus sucessores e queremos que se declare na ata que é nossa vontade que assim o sancione a Assembleia Constituinte, como artigo de lei fundamental”.

Embora alguns deputados fossem favoráveis à aclamação no dia da coroação do imperador, essa se fez antes. Pode-se imaginar o impacto de tal comemoração, depois de tantos meses de rumores, tensões e medo. Como bem disse a princesa Leopoldina, foram tempos de confusão. As celebrações manifestaram o alívio dos diferentes grupos.

Dia 12 de outubro de 1822: ao amanhecer, as fortalezas dispararam salvas. Os navios e embarcações, ancorados na baía, se embandeiraram. Às nove horas, chegaram ao Campo de Santana os

corpos da 1a e 2a linha. Portavam seus melhores uniformes e encheram os olhos dos espectadores com evoluções. A praça estava apinhada de gente e as janelas e varandas das casas ao redor, ornamentadas com tecidos coloridos e finos, como era de praxe nos dias de festa.

O "DIA SUSPIRADO"

Como disse o jornal *O Espelho*, era o "dia suspirado": aquele em que "uma radiante luz" havia afugentado para sempre "as trevas da escravidão" do Brasil. D. Pedro era comparado a um astro no zênite. Em meio à multidão se destacavam as mulheres – que raramente saíam de suas casas –, "que pela elegância dos seus vestidos, em que sobressaíam a cor verde e amarela e a riqueza de enfeites, ofereciam uma cena capaz de despertar sentimentos de alvoroço na alma mais tibia".

Até escravos aderiram. Debret os pintou em pleno momento de entusiasmo nacional. As frequentes paradas militares tinham introduzido a moda do *schako*, que eles transformaram em chapéu de palha, ornado de uma roseta nacional com galões pintados a óleo. Uma pena de pássaro, segundo o pintor francês, substituía o penacho do uniforme.

Em meio à praça, aonde tradicionalmente escravas e mulheres pobres vinham lavar roupa, ergueram um "formoso palacete". Em seu teto, o recém-criado escudo de armas do Brasil. À porta do mesmo, uma guarda de honra composta por cadetes da infantaria.

Às dez horas da manhã, D. Pedro, D. Leopoldina e a filha Maria da Glória deixaram o paço da cidade, na atual praça XV. À frente, a guarda de honra composta por paulistas e fluminenses, além de batedores e soldados da mesma guarda. A seguir, um grupo de moços de estribeira, ou seja, que seguravam o estribo para o rei, de forte poder simbólico: um negro, um mulato e um índio. O coche, puxado por oito cavalos, vinha seguido do restante da guarda de honra e camaristas. Mal chegaram à praça, vivas ecoavam. *O Espelho* registrou:

“O inumerável concurso do povo que disputava a preferência em fiéis demonstrações seguia seu Augusto Soberano que, apeando junto ao palacete, subiu o mesmo e, com sua costumada afabilidade, correspondeu aos brados pela sua glória e prosperidade.”

Na varanda do palacete juntaram-se ministros, camaristas, secretários de Estado e a família real. O presidente da Câmara, José Clemente, fez um discurso eletrizante, que era interrompido pelos vivas do povo cada vez que se mencionava o nome do imperador. Findo o discurso, D. Pedro deu a seguinte resposta:

“Aceito o título de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil porque, tendo ouvido o meu Conselho de Estado e de Procuradores Gerais e examinando as representações das câmaras das diferentes províncias, estou inteiramente convencido de que tal é a vontade geral de todas as outras, que só por falta de tempo não tem ainda chegado.”

Ditas essas palavras, D. Pedro caiu em prantos. Entre o público, as pessoas se abraçavam, trocavam parabéns, “lágrimas sinceras corriam dos olhos de todos”. Muitos tentavam se aproximar da família real para congratulá-los. Emoção em toda parte! A artilharia começou a disparar a salva imperial de 101 tiros, seguidos de dez descargas de infantaria e vivas à “Santa Religião”, ao imperador e à imperatriz, à Assembleia, à dinastia de Bragança. Dos sobrados e casas ao redor da praça, milhares de lenços brancos acenavam e os gritos de alegria se juntavam aos do povo nas ruas.

Acabado o ato oficial, autoridades se puseram em marcha na direção da capela imperial. Caía uma chuva fina. A imperatriz e a princesa partiram no coche e D. Pedro, a pé, entre o povo que lhe “dava decisivas provas de amor”. Das janelas, lhes atiravam flores. Cruzaram arcos triunfais com mensagens de gratidão.

O DEMONÃO


Chegando à porta da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, aguardavam-nos o bispo e o cabido em riquíssimos paramentos. Recebidas as bênçãos, franquearam a entrada das capelas para as senhoras e teve início o *Te Deum*. Com a igreja lotada e o público molhado, o bispo leu orações. Na capela imperial, o ministro José Bonifácio em destaque, entre outros. Finda a solenidade, a artilharia e a infantaria descarregaram suas armas em salvas. O beija-mão foi a etapa seguinte da festa: “grandíssimo número de pessoas” foi levar a Sua Majestade Imperial seus votos de adesão e fidelidade. À noite, a família foi ao teatro decorado com as novas cores do Brasil,

inclusive num novo pano de cena e iluminação. Cantou-se um novo hino patriótico e encenou-se um espetáculo adaptado às circunstâncias com cantata de certo Trocarelli: era o drama *Independência da Escócia*. A noite brilhava com os milhares de pequenas lamparinas que adornavam as fachadas em toda a cidade, enquanto fogos de artifício enchiam os ares.

Se D. Pedro já conhecia Domitila, e se por ela se apaixonara nos fins do mês de agosto, deu um jeito de enviar-lhe notícias de seus afazeres e inquietudes. A carta que expediu à amante a 17 de novembro demonstra que, ao contrário do que fazia com Leopoldina, e mesmo em meio às maiores tribulações políticas, não a esquecia. Os namorados trocavam correspondência. Chamando-a carinhosamente de Titília, um apelido familiar, registrava: "Foi inexplicável o prazer que tive com suas duas cartas." Os vários encontros íntimos já tinham rendido fruto: "Tive arte de fazer saber a seu pai que estava pejada de mim." Ele ia trazer a família toda para a corte, protegeria a todos e em especial a ela. Ninguém passaria fome. E, num rasgo de apaixonado, acrescentava: "e muito menos o meu amor, por quem estou pronto a fazer sacrifícios. Aceite abraços, beijos e f..., deste seu amante que suspira pela ver cá, o quanto antes."

Assinava-se "o Demonão", apelido com que ela retribuía seus carinhos. Não se sabe se Domitila já se encontrava na corte por ocasião da coroação do amante a 2 de dezembro, vestido com manto de penas de tucano, para o solene juramento prestado na capela imperial.

CAPÍTULO IV

 *"Madame La Grande
Maîtresse" ou a mulher de fogo*



QUEM FOI ESSA MULHER?

Mas quem foi essa mulher que enfeitiçou D. Pedro? Mais do que filha de D. Escolástica Bonifácia e *nhô* João, Domitila era um produto do meio. São Paulo, uma cidade pacata de cerca de 7 mil habitantes, com características rurais e urbanas ao mesmo tempo, era diferente do Rio de Janeiro. Cortada por 38 ruas, possuía então dez travessas, sete pátios e seis becos. Bem abastecida, sobretudo no início do século XIX, via crescer à sua volta víveres baratos de primeira necessidade: cará, repolho, nabo, batata-doce, milho, feijão, arroz e sofisticados aspargos e alcachofras. Baratíssimos eram porcos e frangos criados em sítios nas vizinhanças. Jacus, mutuns e macucos eram engordados como galinhas.

Casas governadas por pessoas solitárias, celibatários e viúvos, homens e mulheres, expunham a instabilidade dos laços matrimoniais. Quase 40% da população paulista residia só e havia forte predominância feminina. Nas ruas Direita, do Comércio (atual rua Álvares Penteado), Boa Vista, ladeira do Carmo (que é hoje o primeiro trecho da avenida Rangel Pestana), São Bento e arredores, onde havia uma diversificação maior de atividades urbanas, proliferavam os domicílios de solteiras com filhos ilegítimos. Muitas tinham vida familiar independente, por conta da inconstância da população masculina da cidade, que, por motivos econômicos, se deslocava com frequência para outras regiões. Por outro lado, a dificuldade do casamento, fosse por falta de papéis ou em função

dos altos custos, e a proliferação das uniões esporádicas, principalmente entre as camadas mais pobres da população, reforçavam esse quadro.

Domitila cresceu entre mulheres chefes de família, que, sozinhas, tocavam a própria vida e a de seus dependentes. Elas perfaziam, nas primeiras décadas do século XIX, entre 40% e 60% da população paulistana. Entre elas, havia muitas brancas empobrecidas. Ao sul da Sé, à sombra dos amplos sobrados ricos de comerciantes, fazendeiros ou funcionários públicos como seu pai, multiplicavam-se aquelas que vendiam serviços: costurar em domicílio, ensinar meninas, fazer doces ou quitutes vendidos em pequenos tabuleiros forrados com toalhas brancas ou fazer rendas. Muitas viviam da venda de suas quitandas, ou seja, produtos cultivados em pequenas roças fora da cidade ou do comércio de excedentes: velas, farinha, fumo, sabão. Outras alugavam cômodos aos homens celibatários que viviam de seu trabalho. Às negras e mulatas cabiam os serviços mais aviltantes: carregar água ou lixo, lavar roupa, ser vendedora ambulante, fiar ou cuidar da roça. Diferentemente da corte, onde eram maioria, os escravos perfaziam 28% da população.

Na cidade de São Paulo, a autoridade feminina era um fato e, com sua liderança econômica e moral, ela consolidava uma posição de poder entre a parentela e a vizinhança. Mulheres recorriam às autoridades para fazer prevalecer suas vontades no âmbito de querelas familiares. A luta para sobreviver no imprevisto do dia a dia fez das paulistas figuras fortes, capazes de ilustrar versinhos

satíricos: “Paulista de Taubaté, cavalo pangaré, e mulher que mija de pé, libera nos Dominé...” Ou respeitosos: “Nóis agora vamos embora/ com muita satisfação/ Na frente vai a dona/ de nosso belo mutirão.”

Multiplicavam-se as imagens de jovens lutadoras, cheias de vida, capazes de vencer intempéries. Os contos de serão, aqueles glosados ao pé do fogo à noite, relatavam estórias de mulheres com qualidades práticas, capazes de artimanhas, de improvisar ardis, arrastadas para adversidades que eliminavam graças às habilidades de donzelas guerreiras.

A bastardia era tolerada e havia uma atitude de complacência em relação aos filhos tidos fora do casamento. Havia mesmo um bairro na cidade, o do Pari, às margens do Tietê, sobre o qual se registrou: “Quase todo de gente bastarda.” Na Espanha, Portugal e Brasil, tais filhos participavam na herança dos pais, concorrendo inclusive com os herdeiros legítimos. Elas, inclusive, acobertavam nas suas casas os filhos ilegítimos dos maridos, que continuavam como enteados mesmo após a morte do cônjuge.

COSER, RENDAR E BORDAR

Como eram vistas paulistas como Domitila por viajantes estrangeiros que por ali passavam? Consideradas as mulheres mais belas do Brasil, a ocupação delas era “coser, rendar e bordar”, diria o mineralogista inglês John Mawe. Elas iam às igrejas vestidas de seda negra, cobertas até a cabeça. Já nos bailes, iam de branco e gostavam de dançar. “Abandonavam-se a banhos quentes” – D.

Pedro deve ter apreciado, pois Leopoldina vivia suada – e, segundo Mawe, eram sérias. “Atribuo o costume que se diz reinar entre elas, de atirar flores das sacadas sobre os transeuntes, de acordo com seu capricho, ou presentear com uma flor ou ramalhete seus favoritos, a uma prova de deferência.”

Pois Domitila representava a afamada beleza do lugar: de “admirável harmonia e perfeição nas formas e contornos do corpo, tinha no andar e nos modos enlevadora graça, maravilhava pela beleza”, extasiou-se o cônsul-geral da Espanha no Brasil, D. José Delavat Y Rincón. Não foi difícil amá-la. Pele sem marcas, braços roliços, olhar expressivo, mãos e pés pequenos eram então os signos da beleza feminina. Ela os tinha todos. E por isso mesmo era disputada: Bento Furquim, Pedro Soares de Andrade, Manuel da Costa Fernandes, até um sobrinho do almoxarife da Real Fazenda, certo Aires da Cunha, todos suspiravam por Domitila.

Além do mais, era alegre e gostava de se divertir, como tantas de suas conterrâneas. Em São Paulo, nas casas abonadas jogava-se o uíste, antecessor do jogo de bridge. Natalícios de reis e rainhas eram comemorados com bailes e jantares. O canto e a dança eram valorizados e as modinhas e o toque da viola invadiam as noites paulistanas. Cantigas dolentes reforçavam um vocabulário específico: “Ai! Nhanhã, mecê não sabe/ Como está meu coração/ Está como noite escura/ Na maior escuridão...” Não precisou muito para que D. Pedro, na correspondência com Titília, usasse “mecê” em lugar de “Vossa Mercê”.

No teatro, apresentavam-se operetas francesas, peças de Racine e Molière, Metastásio ou Alfieri. Assistia-se, no largo dos Curros (atual praça da República), do outro lado do Anhangabaú, a cavalhadas e corridas de touros. O movimento das ruas aumentava com a passagem constante de tropas e tropeiros a caminho da corte ou de Minas Gerais. Assistia-se a suplícios no largo do Pelourinho (praça Sete de Setembro) ou no largo da Forca (hoje praça da Liberdade), onde foi o enforcamento de Chaguinhas, soldado que liderou revolta em Santos contra a falta de pagamento de seu batalhão.

Domitila pertencia a uma família extensa, exceção em São Paulo, onde grupos com menos membros eram comuns. E, por fazer parte da elite, seu casamento não fugiu à regra. Fundamental para as mulheres era ter proteção decente e sobrevivência garantida, além de exercer o papel de esposa e mãe. A competência do marido residia em zelar pelos bens e pela segurança da esposa e da prole. A condição socioeconômica do noivo, bem como sua pureza de sangue, eram critérios importantes. Não sobravam homens em São Paulo e o índice de nupcialidade era baixo. Isso talvez explique a escolha.

O moço fidalgo da Casa Real era Felício Pinto Coelho de Mendonça, membro do famoso Regimento de Cavalaria de Vila Rica, também chamado de Corpo dos Dragões de Minas. Famoso, pois reunia 600 homens escolhidos e de bela estampa, recrutados e mantidos pelo governo da Capitania de Minas, com equipamentos de luxo e excelente soldo. Eles tinham por função servir às armas, mas

também ao fisco, impedindo o contrabando e as extrações ilegais, cobrando dízimos e escoltando ouro para as casas de fundição.

A criação independente das Províncias Unidas do Rio da Prata, o desmanche do vice-reino espanhol e problemas de fronteiras com o Brasil levaram alguns destacamentos para São Paulo. O primeiro, no qual Felício servia, chegou no início de junho de 1812. Instalado no convento de São Francisco, que lhe servia de quartel, o alferes não teve dificuldade em notar uma linda moça, cuja avó morava numa casa em que os fundos davam para o largo de São Francisco, no fim da rua do Jogo de Bola. A menina ainda vinha a ser sua prima de longe, graças aos laços intrincados das famílias Pires, Horta, Baião e Alvarenga.

O MARIDO IDEAL

O moço era o marido ideal. Rico, de ilustre e antiga ascendência, além de ter um posto que lhe garantia futuro brilhante. Felício nascera em berço de ouro, na propriedade de Cachoeirinha, próxima a Sant'Ana de Cocais do Mato Dentro. Seu bisavô instalara-se em terra de lavras fecundas. Seu pai, ligado por casamento a importantes ouvidores-gerais e guardas-mores, era considerado "vassalo útil ao Estado" e à capitania. As festas que dava em homenagem aos aniversários do príncipe regente D. João VI tornaram-se afamadas. Todos os seus tios eram moços fidalgos e um deles, solteiro, chegou a legar bens em testamento a D. João VI. Em suma, os Pinto Coelho eram ocupantes de imensas datas de

minerais e propriedades rurais, além de aparentados com grandes famílias como os Nogueira da Gama e os Azeredo Coutinho.

Correram as proclamas, pagou-se a exorbitância de 3.150 réis pelos papéis da legalização nupcial e Domitila e Felício casaram-se seis meses depois: a 13 de janeiro de 1813. Ela com 15, e ele com 24 anos. A cerimônia e a festa realizaram-se, às nove horas da noite, em casa.

Primeiro, moraram na rua do Ouvidor. Seis meses depois, a paz negociada com Buenos Aires levou a oficialidade do regimento a preparar malas e voltar às Minas. O jovem casal interrompeu a lua de mel e seguiu junto. Não se conhece a reação da recém-casada ao passar pelas cidades do ouro. Nelas, a prosperidade da vida urbana incentivara uma série de melhoramentos arquitetônicos e domésticos: fachadas com sacadas rendilhadas em pedra-sabão, grades em ferro de inspiração italiana, ornamentos em cantaria nas soleiras, jardins à francesa e, em algumas casas, comodidades de água encanada. Pouco disso havia em São Paulo.

Domitila trocou a casa do pai, de parede e meia, pela fazenda que foi louvada por vários viajantes estrangeiros – sendo John Mawe um deles – que nela pernoitaram: um magnífico feudo, com imenso sobrado cercado de senzalas e paióis onde labutavam duzentos escravos.

Em dois anos em Ouro Preto, Francisca e um pequeno Felício vieram ao mundo. Em 1817, o casal regressava a São Paulo e o alferes era incorporado ao Primeiro Batalhão. O casamento ia mal. Muito mal, pois, em maio de 1819, Domitila já tinha se recolhido à

casa da avó materna. Não era hábito as esposas capitularem tão rapidamente. Pelas leis da Igreja, o matrimônio devia garantir estabilidade, funcionando como uma entidade organizada e incumbida de certas funções sociais. Se tensões graves se estabeleciam entre os cônjuges, cabia ao Juízo Eclesiástico mediar separações ou a coabitação. E o problema atingia a todas as camadas sociais. Pois uma aliança não era só morada de doçura e proteção mas espaço de confrontação e de todos os incêndios.

Que o diga o requerimento dramático enviado por Domitila a D. João VI. Nele, afirmava que seus pais a tinham “feito casar” com Felício e que este, mal chegado a Ouro Preto, submetera-a a seu “péssimo gênio e depravados costumes, atentando até contra a vida da suplicante”. O fidalgo escondia um monstro. Ele a seguira de volta, até São Paulo, “com protestos de amizade”. Os pais a convenceram a voltar aos braços do marido.

As consequências? Sevícias caseiras, desordens e até falta de “camisa para vestir-se e aos seus filhos”. Felício devia a todo mundo, vendeu o próprio uniforme, falsificou a assinatura da esposa para vender bens, tentou arrancar dinheiro da Pagadoria das Tropas, “acabou em más companhias nas casas de jogo, chegando até a levar seus filhos pequenos para casas indecentes”, “tudo consumiu”. Inclusive a paciência da mulher.

Nas duas primeiras décadas do século, separações e anulações de casamento foram encaminhadas à Cúria Metropolitana de São Paulo. Só no ano de 1819, foram 16. A do casal entre elas. As alegações eram subjetivas e, em muitos casos, apresentavam os argumentos

mais adequados para que fossem aceitos pelas normas da Igreja Católica: sevícias, ameaças de morte, adultérios, abandono de lar, injúria grave e doenças infecciosas. As que mais mereciam atenção e compreensão do bispo se referiam aos atentados à moral e aos costumes.

QUEBRA DE FIDELIDADE

O adultério ou quebra de fidelidade matrimonial era considerado falta grave para ambos os sexos, porém colocava a mulher numa situação inferior do ponto de vista jurídico. O antigo direito português punia o adultério com pena de morte tanto para a mulher casada quanto para seu amante. Mas, o do marido, não merecia tão grave repulsa por parte do velho código filipino: infidelidades transitórias não eram consideradas graves. Só os “barregueiros”, os que viviam em concubinato estável, eram passíveis de degredo. O mesmo estava previsto na legislação civil. Na verdade, sevícias, adultério, má gestão dos bens, tudo era usado quando se tratava de incompatibilidade entre os pares. Difícil era detectar a origem dos conflitos ou sua real dimensão.

Não se conhecem, portanto, as razões que teriam levado Felício a esfaquear a esposa, numa manhã em que ela se dirigia para a casa da prima. Possuir, dominar, devorar, incorporar... por fim, matar. A violência patriarcal fazia parte das reações masculinas para lavar a honra manchada. O que Felício saberia sobre Domitila?

Ele a esperou numa esquina. Eram sete horas da manhã. Esfaqueou-a no baixo ventre e nas coxas. Ela estava grávida. Dele?

Corriam rumores sobre a jovem e D. Francisco de Lorena, adido ao Exército do Brasil como integrante de seu Estado-Maior. Um colega de farda – o que transformava os cornos de Felício num problema maior. Rumores corriam na cidade. Tinham sido vistos na fonte de Santa Luzia, próxima à chácara do oficial. Com a faca manchada de sangue, o marido correu para a casa de amigos. Pensou ter matado a mulher. Desesperou-se. Quando Domitila deu à luz o pequeno João, cuja vida foi efêmera, já estava restabelecida dos ferimentos. O crime não ficou impune e ele foi encarcerado por três meses. Contudo, salvou a honra. Mais três meses e pediu para ir ao Rio de Janeiro, tratar de “dependências de sua Casa”. Sair de cena: uma boa iniciativa. Ficaram, porém, as cicatrizes no corpo que, mais tarde, D. Pedro despiria.

TEÚDA E MANTEÚDA

Domitila voltou para a casa dos pais, de onde despontou para, ao chamado do jovem imperador, ir para a corte em novembro de 1822. Ela seria catapultada para a frente do palco, exposta a todos os olhares, tornando-se tanto objeto de admiração quanto de inveja, alvo de intrigas perpétuas. Mas o coronel João de Castro não podia mesmo recusar o convite de seu real senhor. Sobre isso, Domitila recebeu carta de D. Pedro, tranquilizando-a de que havia convencido seu pai de “que a fosse buscar e a sua família”, que não haviam de morrer de fome, especialmente o seu “amor” por quem estava “pronto a fazer sacrifícios”. Sim, qualquer sacrifício seria aceitável para ter por perto essa mulher de fogo e ferro, que a partir de

dezembro teria novo endereço: primeiro uma casa em Mata-Porcos, atual bairro do Estácio; a seguir, um sobrado na freguesia do Engenho Velho, onde se espreguiçavam outras casas de recreio e de campo. Nos ares, o som dos sinos da matriz de São Francisco Xavier chamava para as missas.

Com ela seguiram os filhos, os pais – o pai receberia soldo de 80 mil-réis mensais como coronel reformado –, o irmão Pedro, tenente avulso da cavalaria, reintegrado no Exército, e Francisco, tenente do esquadrão de São Paulo. João e José permaneciam nas guarnições do Sul. Veio, junto, Maria Benedita, a irmã que pariu um filho de D. Pedro, Rodrigo, em novembro de 1823. Ao marido conivente, Boaventura Delfim Pereira, coube a administração geral da propriedade real de Santa Cruz. Outro cunhado também os acompanhou: Carlos Maria de Oliva.

Na mesma localidade moravam autoridades. Ali se estendia a chácara do barão de Itapagipe. Num belo solar, D. Pedro hospedou *Sir Charles Stuart*, embaixador especial de Sua Majestade Britânica, responsável pelo acordo que reconheceu a independência. Diplomático, o inglês foi logo visitar Domitila. Na paisagem pitoresca, além das mansões, crescia o capim-melado que atendia à crescente necessidade de tração animal para os cavalos de passeio, transporte e guerra na capital.

Felício, que se encontrava na corte para tratar de seus “conhecidos negócios”, foi transferido para o 2º Batalhão de Pilar e Serra, nas terras de Marapicu: meia dúzia de pequenas moradias e roças de feijão, café e milho, num cenário selvagem que contava

com menos de 5 mil habitantes. Lá conheceu certa Antônia Joana com consequências: as filhas Antônia e Jacinta, ambas batizadas na corte. O cônsul inglês anotou que ele era considerado irritadiço e maluco. Tão maluco que foi pedir emprego ao imperador. E a resposta deste veio num bilhete a Domitila: "O Felício foi pedir para ser meu criado e eu lhe disse que não, e que quanto antes fosse para o Distrito..." Ele vivia um desterro.

A separação do casal foi o assunto que aproximou Pedro e Domitila. Inúmeras requisições encaminhadas a D. João VI não foram cumpridas pelo então governador de São Paulo, Oyenhausen. Poucas vezes um divórcio foi requerido, assentado e concluído tão rapidamente. De esfaqueada, abandonada e vulnerável, ela passou a "teúda e manteúda". No dia 4 de março de 1824, teria início o processo. E, no dia seguinte, monsenhor Francisco Corrêa Vidigal reconheceria oficialmente os maus-tratos.

Durante o processo, choveram acusações ao marido: ameaçava-a de morte e dormia com facão sob o travesseiro, mantinha amante "em pública mancebia". Felício, um monstro? Segundo alguns cronistas, o marido não deu sinal de si, nem apresentou defesa. No dia 9, assinou-se a sentença em favor da queixosa. A justiça eclesiástica trabalhou a passos largos, auxiliada por provas irrefutáveis: as duas facadas e as duas filhas bastardas de Felício. Ele também abriu mão do pátrio poder. O prêmio de consolação para o ex-marido foi sua nomeação como administrador da feitoria de Periperi na mesma localidade de Marapicu. Resignou-se. A 21 de maio de 1824, a sentença seria exarada em favor de Domitila.

 **OS SARAUS**

Apesar das tensões políticas, D. Pedro não deixou de frequentar os saraus que animavam a noite na casa da bela paulista. Ali fugia do bulício do paço, dos mexericos familiares e dos problemas políticos. Ali ria e, como todo apaixonado, era feliz. As idas e vindas ao Engenho Velho tomavam conta do noticiário especulativo da corte. O concubinato imperial começou a despertar comentários. O embaixador austríaco chegou a escrever ao imperador da Áustria a respeito. Antes de cair, até José Bonifácio incomodou-se com a presença de Domitila, a quem aprendeu a temer. E depois a odiar.

Aos poucos, D. Pedro passou a expor-se. Ao saber de uma carta escrita por Felício que denegria a favorita, não teve dúvidas: cavalgou oitenta quilômetros até Periperi e, sob uma chuva de improperios, encheu de bofetadas o administrador da feitoria. Disse-lhe que sua mulher agora lhe pertencia e que se serviria dela como e quando quisesse. Sua Majestade não ficou sem resposta: Felício disse-lhe que ela era *une catin* – uma puta –, e que disso ele também se convenceria um dia, ficando tão farto dela quanto ele mesmo.

O barão de Mareschal, diplomata a serviço da Áustria, escreveria: “Aliás, o público murmura em voz alta sobre um escândalo que não é habitual na corte de Portugal e não poupa de ironias a escolha de Sua Alteza Imperial.”

E, em reação, a corte agiu. Embora o sistema político não tivesse mudado substancialmente a existência de cortesãos, os privilégios

daqueles considerados nobres eram menos ostensivos. E, por isso mesmo, mais valorizados. Para as mulheres e filhas de nobres, ter uma vida recolhida era emblema de um estilo de vida em que, muitas vezes, os bens não abundavam, mas a qualificação social tinha que ser mantida a todo custo. Em vista disso, foi considerado um escândalo o comportamento de Domitila, quando ela passou a circular com desenvoltura.

Em julho de 1823, num final de tarde, vindo da Imperial Quinta do Macaco, D. Pedro caiu do cavalo e quebrou duas costelas. Alguns dias depois, Leopoldina escreveu ao pai dizendo-lhe que o marido estava muito melhor: "Gostaria que não fosse tão arrojado, pois não se ganha nada com isso." Pois D. Pedro ganhou: Domitila, dizem alguns biógrafos, não arredou o pé de sua cama. E, quando não estava presente, o imperador a mantinha informada:



SEU FOGO FOGUINHO

"Esta noite passei bem, só acordei quando me voltaram por causa de algumas dores que ainda tenho na costela [...] Tomara eu que os ladrões dos médicos deixassem de cá dormir, para você vir cá me visitar com o *nhô* Chico conforme lhe mandei dizer [...] Se precisas de alguma coisa desse aleijado, mandes dizer que ele fará todas as diligências para despachar como quem é de você, seu Fogo Foguinho."

Junto com Domitila, orbitavam à volta de D. Pedro "os criados" ou oficiais menores. Por gerações, Plácido Antônio Pereira de Abreu, o Barbeiro, foi a figura principal do Paço de São Cristóvão. Além de

suas ocupações normais de criado incumbido de fazer a barba do imperador, era mordomo da casa, tesoureiro particular, diretor de cozinha e até pagava as empregadas da imperatriz, as várias amas portuguesas e outras velhas que haviam acompanhado a família real desde Lisboa.

“Este homem”, contou Maria Graham, “era inteiramente do partido da Castro, e as reuniões e tagarelices em torno da cama do imperador eram conduzidas sob sua direção e compostas pela maior parte das relações de família de *madame*. Essas pessoas também não estimavam a imperatriz, porque, como diziam, era estrangeira. Aborreciam-se porque o imperador não tinha casado com uma tia ou prima, portuguesa ou espanhola, e, ainda que não manifestassem abertamente os sentimentos, também de boa vontade favoreciam as pessoas que eles esperavam poder diminuir a influência da imperatriz. Todos concordavam em odiar os ministros, que já haviam reduzido algumas prerrogativas do palácio e ameaçado com reformas mais adiantadas. Essas manobras enfraqueceram naturalmente a influência dos Andrada junto ao imperador.” De fato, Bonifácio caiu por querer enfrentar os grandes proprietários contrários à extinção da escravidão, à divisão da propriedade e à rotina predatória da monocultura.

O romance, contudo, floresceria sob um céu tempestuoso. Um ano se passou. Ano difícil no cenário político: a Bahia só se rendeu em julho. O Rio de Janeiro entrou em forte agitação com a queda do ministério dos Andrada. O Brasil perdia um hábil ministro, e o imperador, um servidor zeloso, comentavam os estrangeiros.

Soberbos republicanos e indignados monarquistas se bicavam cada vez mais. D. Pedro insistia, por meio de proclamações, que a democracia num império tão vasto era absurdo! Melhor confiar no Defensor Perpétuo do Brasil.

Impressos chamados de “incendiários” ou “anarchistas” inflamavam o espírito da população: pediam a cabeça dos amigos do rei, incentivavam a revolta ou chamavam D. Pedro de traidor. Não faltavam aqueles que, graças às caricaturas, “representavam de maneira tão justa quanto grosseira, a ascendência que D. Pedro permitia exercer sobre ele”, registrava o conde de Gestas, instalado numa chácara onde plantava morangos que Leopoldina comia com creme e o imperador enviava a Domitila.

Apesar da discrição, a cidade sabia da favorita. Informação e segredos, rumores e publicidade crepitavam: os moradores participavam da vida política. Os aparentemente excluídos também tinham o que dizer e construía sua opinião sobre o rei e sua *madame*. Num desenho pornográfico, a alusão direta a Domitila alimentava a opinião pública. Era uma forma de desmoralização da majestade real como foi utilizada na Revolução Francesa.

E por onde andava Leopoldina? Melancólica e sempre apaixonada pelo marido, a imperatriz teria mais uma filha: a princesa D. Paula Mariana Joana Carlota, nascida em 17 de fevereiro de 1823. Em abril, a princesinha ganharia um irmão bastardo: Pablo. A mãe chamava-se Letícia Lacy e era a esposa de um violinista espanhol. A imperatriz parecia nada ver, preferindo mirar em papagaios e cotias que insistia em abater. Na época, instalou um pátio de bichos na Ilha

do Governador, “verdadeiro jardim inglês”, segundo Debret. A cavalo, corria os cerrados da Mandioca, da Carvoaria e do Córrego Seco. Em Santa Cruz, foi vista muitas vezes com um velho chapéu de palha na cabeça, acompanhada de um reles criado e de um negro descalço, que levava as espingardas. Só percorria, contudo, os caminhos indicados pelo marido. O imperador temia que ela o encontrasse acompanhado.

A gulodice que lhe vinha da infância acentuou-se. O mestre cozinheiro François Pascal Bouyer engordava a patroa. As repetidas gestações cobravam seu preço. Acima do pescoço taurino, o rosto inchou. Ela trazia as bochechas avermelhadas e os cabelos maltratados. Jacques Arago, que muito a admirava, não conseguiu evitar o retrato da mulher desfeita:

“Sem exagero nenhum, ela estava vestida como uma cigana, até com chinelas: uma espécie de camisola amarfanhada retinha as saias que caíam de um lado e estavam presas por quatro ou cinco grossos alfinetes, e seus cabelos em desordem atestavam a ausência de um cabeleireiro ou camarista, no mínimo, há oito dias. Nenhum colar, nenhuma pedra nas orelhas ou anel nos dedos; a camisola era muito velha e a saia rasgada em vários lugares.”

UM SACO DE BATATAS

O reverendo Walsh, médico e capelão inglês, pintou uma soberana esguedelhada, negligente no vestir e afirmava ouvir muitas censuras a esse respeito. Desenhada de costas por Charles Landseer, pintor inglês, Leopoldina parecia um homem ou um saco de batatas.

A francesa Rose de Freycinet, que, pouco antes da independência, por duas vezes visitou o Brasil, descreveu-a num evento religioso:

“Tenho o prazer de estar, na capela, colocada em frente à Família Real, que eu posso ver bem a minha vontade [...]. D. Pedro é alto, com bonita figura, mas de maneiras pouco amáveis e um ar comum. Veste casaca marrom e calças *nankin* – tecido de algodão grosso e amarelo –, coisa um tanto ridícula para aparecer em público, às oito horas da noite, em grande solenidade [...]. Eu não acharia nas atitudes da Princesa Real a aparência nobre e cerimoniosa da corte austríaca. Sente-se que, aqui, ela negligencia enormemente a sua apresentação. Para esta festa de igreja todas vestem de seda e gaze. A nossa pobre austríaca, porém, está em traje de amazona, roupa feita de pano ordinário e com uma simples camiseta de pregas. Os seus cabelos em desordem são presos por um pente de tartaruga.”

Não que as brasileiras se exibissem em melhor estado. A própria *milady* Graham queixou-se que costumava encontrá-las, em casa, com os cabelos *en papilotte* e sem espartilhos. Mas tal desleixo não era admissível numa imperatriz. E, carente de bem-apeçoada companhia, D. Pedro instava a amante a aparecer “bem-vestida e decente”, enviava-lhe touquinhas de renda e pérolas, pagava-lhe os vestidos feitos pelas *madames* Josefine ou Durocher, as mais famosas modistas do Primeiro Reinado. O imperador registrava, sem meios-termos: “Espero que isso faça para se apresentar na Glória enervando todas que lá aparecerem.” Um belíssimo colar de 14

ametistas, “obra digna de quem a dá e de quem a recebe”, segundo o bilhete, acompanhava o presente.

O que não sabia, ela lhe perguntava candidamente:

“Filho,

manda-me dizer se de tarde é preciso que eu vá de manto, pois não sabe esta tua amiga como há de ir. Até logo.”

Novembro assistiu à dissolução da Constituinte. No início do mês, veio ao mundo Rodrigo Delfim Pereira, filho de D. Pedro com D. Maria Benedita, irmã de Domitila. Um mau passo curto e escorregadio. No ano seguinte, o imperador teve que esmagar os rebeldes da confederação do Equador. Havia tensões entre brasileiros e portugueses que tinham adotado a nacionalidade brasileira: os antigos nobres “eram motivo de ciúme dos novos”. Choviam “maledicências costumeiras e os escândalos das Cortes”, registrou Maria Graham. Inclusive, rematava a inglesa, corria que a verdadeira causa do desprestígio dos Andrada “estava na amante do rei”.



AS AVENTURAS EXTRACONJUGAIS DE D. PEDRO

As aventuras extraconjugais de D. Pedro não eram novidade e alimentavam as conversas. Ele costumava embarcar nelas para suprir suas exigências de homem e monarca. Mas com Domitila não foi assim... Até então, as “demonstrações de apreço que o imperador lhe dava, eram de natureza privada”, comentou o ministro espanhol D. Jose Delavat. Mas não se tratava de mais uma simples

aventura. Dois dias depois da assinatura da separação de Domitila e Felício, nascia, a 23 de maio de 1824, uma menina: Isabel foi batizada na matriz de São Francisco Xavier do Engenho Velho. Não era o primeiro fruto da relação do casal, pois, segundo Delavat, ela fora precedida por um menino que não vingara.

Conta um biógrafo que, na ocasião em que nascia a pequena Isabel, o imperador estava flertando com Adèle Bonpland, esposa do naturalista francês Aimé Bonpland, que se perdera na república do Paraguai, onde era mantido prisioneiro pelo ditador do país, Dr. Francia. *Madame* Bonpland viera ao Rio na esperança de conseguir a ajuda de D. Pedro para libertar o marido. O imperador, já ocupado com os rebeldes no Recife, nem pensou em abrir outra frente de problemas ao sul. Mas divertiu-se em entreter “uma bela jovem francesa que poderia ter passado por espanhola, tão delicadas as suas mãos, tão longas e brilhantes suas tranças”, segundo um cronista.

O assunto não deve ter perturbado Domitila ou Leopoldina. As francesas eram conhecidas, até na lonjura dos sertões do Brasil, por suas liberalidades. O viajante e naturalista Saint-Hilaire conta que, no interior de Minas Gerais, reunido com os principais habitantes da localidade de Formiga, o assunto eram as mulheres francesas: “Seriam tão livres quanto afirmou outro viajante?”, perguntavam ao estrangeiro. Diante da confirmação, a reação dos mineiros era rápida: “Deus nos livre de tamanha desgraça!” Segundo Debret, D. Pedro teria apenas um fraco pelas “demonstrações graciosas” de suas patrícias.

Com ou sem francesas, reinava Domitila. A princípio, o casal era previdente. Ele visitava a favorita à noite. Só lhe escrevia em segredo: "A imperatriz ia me agarrando a escrever, mas valeram-me suas orações." D. Pedro, ironicamente, chamava a mulher de "Proprietária". E, embora fizesse Domitila participar das dignidades referentes a seu título, pisava em ovos com Leopoldina.

"O príncipe está cheio de cuidados, atenções e respeito por ela, e, apesar da existência de uma favorita, ele não cessou nem um momento de mostrar-se bom marido e de aproveitar cada ocasião para louvar-lhe as virtudes de esposa e elogiar a felicidade que preside à sua união", dizia um diplomata.

Felicidade para quem? Para o trono, pois tudo se resumia à descendência: no dia 8 de setembro, às nove horas da noite, nascia a princesa Francisca Carolina Joana Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Rafaela Gabriela, assim batizada em homenagem ao rio São Francisco. A criança estava com os ombros deslocados, de forma que, mais uma vez, o parto foi longo e custoso. Dessa vez, o parteiro era bom. "Coragem não me faltou", escreveu Leopoldina ao pai. A menina era forte, gorda e parecia com D. Pedro. Um mês depois, desolada, a imperatriz anunciaria estar de novo em "estado interessante". Se certa alegria revestia as cartas enviadas a Francisco I, verdades, porém, só eram confessadas a Louison:

"Meu caráter animado e brincalhão se transformou em melancolia e misantropia; posso falar em liberdade, pois esta carta segue por uma via confiável. Infelizmente não consigo encontrar aqui ninguém em quem possa depositar minha plena confiança, nem mesmo em

meu esposo, porque, para meu grande sofrimento, não me inspira mais respeito, por mais que me supere e me controle e apesar da minha consciência, de minha amizade, afeição e um caráter bastante franco como aprendi na companhia de teus e meus queridos pais; por isso procuro meu único conforto no estrito cumprimento de minhas obrigações, com um impecável e prudente comportamento e numa vida reservada e calma com minhas quatro filhas, ocupando-me com minha leitura e estudos.”

AMOR DE MATRIMÔNIO

Entretempos, o imperador fazia amor de matrimônio com a esposa e amor de devoção com Titília – como ele mesmo dizia. O comportamento na cama com uma e outra, era diferente: “Vou ser seu mico”, troçava com a favorita. Apressado e cheio de desejo, queria “ir ao cofre”. Nos bilhetes, as palavras parecem modeladas com a graça do pecado, guardando dele o gosto.

Do ponto de vista da Igreja, a relação que vivia com a esposa nunca seria um deleite, mas um mal menor. Sua tarefa básica: procriar. Para Leopoldina e muitas mulheres, a essência do indivíduo residia na alma. Por isso mesmo, ninguém se casava para o seu prazer. E, sim, para sua família. O marido não existia para fazer amor, mas para mandar. Nada sobrava para a esposa senão baixar a cabeça, conformar-se e fazer amor de matrimônio. E ai das estéreis!

Fora disso, restava a educação sentimental feita através da ligação amorosa, o amor de devoção. Ligação precária e que se podia anular a qualquer momento. De preferência, sem encargos. Não oficial ou

sancionada. Mas nessa esfera estreita é que as emoções, sentimentos e sensações se manifestavam. Sufocado dentro do sacramento, o erotismo era vivido somente – ou de preferência – fora do lar, na relação extraconjugal.

Enquanto a imperatriz se recolhia, Titília se exibia. Pois, na segunda quinzena de setembro, seguiu-se o episódio de sua interdição no Teatrinho Constitucional de São Pedro, que substituíra o Teatro Imperial, incendiado em março. Seu palco, num pequeno auditório improvisado, atraía o distinto público com dramas e tragédias em português e óperas italianas. Ali, também, as pessoas se ajoelhavam e beijavam as mãos do imperador. Mas só entravam com convite e o teatro era frequentado pela boa sociedade que murmurava sobre a amásia do rei.

Recusada sua entrada numa das representações, D. Pedro ficou furioso e ordenou que todos os teatros exclusivos fossem fechados por violarem um decreto imperial de 1823 que proibia as “sociedades secretas”. A companhia Apolo e suas Bambolinas, responsável pelo teatro, foi despejada do edifício: “Já se mandou fechar o teatro, apreender papéis e proceder a devassa [...]. Hoje já não trabalha o teatro e estão todos de boca aberta”, escrevia o “amante fiel e constante, o Demonão”. O imperador era zeloso! E Domitila ganhou apelido: “A Nova Castro”, em referência à célebre Inês de Castro, mas também título de uma tragédia da moda. Embriagada de poder, a paulista saboreava as ordens do amante como uma revanche pessoal. Afinal, a glória sempre foi um remédio para as feridas do amor-próprio.

Já saberia Leopoldina de alguma coisa? O ministro dos Negócios da Áustria no Brasil, barão de Mareschal, comentava em correspondência: “Parece-me impossível que a Senhora Arquiduquesa não veja o que se passa absolutamente sob seus olhos; mas sua Alteza Real tem a prudência de jamais mencionar quem quer que seja e de parecer não perceber.” Será?

“Queridíssima tia, [...] teria muitas coisas a contar e pedir seus conselhos, mas esta ocasião e a certeza demais de que se abrem todas as cartas me recomendam a maior prudência e um silêncio perfeito sobre tudo o que concerne à política, e muitos outros assuntos cujos conselhos de uma segunda mãe me seriam indispensáveis.”

Leopoldina chegou a reagir, certa vez, quando acusou Domitila de ter “a moléstia de Lázaro”, ou seja, morfeia. Com frieza, D. Pedro não só confirmou a informação, como lhe disse que tinha muita pena de Titília. A esposa lhe fez coro: compadecia-se, também, e muita gente sofria do mesmo mal. Ao que ele lhe respondeu: “Tenha ou não, cá para mim não me importa, pois não tenho tratos com ela.” O imperador disfarçava.



A TRAIÇÃO DO MARIDO

A esposa intuía a traição do marido, que a conservava a sete chaves em São Cristóvão: “Eis que estou numa perfeita solidão, reduzida somente a passeios a cavalo nos sítios mais pitorescos e creio que, no tempo deste século, é a verdadeira felicidade.” Era a velha regra: o que os olhos não veem...

Leopoldina engordava, cavalgava e seguia entretida só com as “belas filhas”. Escrevendo à família, fazia-lhes o retrato: Maria, uma verdadeira alemã, franca e alegre; Januária, mais portuguesa, menos alegre e mais preguiçosa; e Paula, que se parecia com Maria. Vez por outra, levava a futura rainha de Portugal para o Arsenal da Marinha, onde, junto com o marido, inspecionavam barcos, porões, cordames e velas. Estava em tratativas com a inglesa Maria Graham para lhes dar aulas e assumir a educação de Maria da Glória.

Milady foi e voltou de seu país, instalando-se, ao chegar ao Rio, num apartamento bem alto na ala ocupada pela imperatriz no Palácio de São Cristóvão. Ao acordar, tinha a vista das plantações de café que subiam o morro da Tijuca e o perfume das laranjeiras. Os quartos de dormir, dela e de sua “preta Ana”, alinhavam-se com pequenas salas de aula. Numa delas, paredes com estantes. Recebida com imensa desconfiança pelo grupo que cercava D. Pedro, foi colocada sob uma lupa desde o dia em que ali se instalou: as malas que trouxera da Inglaterra foram abertas sob os olhares inquisidores do Barbeiro, mordomo do imperador, e das damas do guarda-roupa das princesas.



Maternidade: a imperatriz e as filhas, Maria da Glória, Januária, Paula, Francisca e à esquerda de Leopoldina, João Carlos – que veio a falecer ainda na infância.

O pretexto era ajudar. Na verdade, queriam ver os livros, as modas e os objetos trazidos de fora e que doravante competiriam com suas funções. Choveram críticas sobre suas roupas e modos. E, ignorantes, os mexeriqueiros confundiram o autorretrato do pintor renascentista Rafael com o arcanjo do mesmo nome. O estranhamento que provocava a presença de uma estrangeira no círculo íntimo tinha que ser assinalado. Ali, pareciam dizer, era território português. E os complexos de inferioridade diante de uma conhecida escritora britânica – Maria já tinha publicadas duas obras – só tornavam a situação mais espinhosa.

Maria Graham deu o troco, tornando-se observadora atenta do cotidiano do casal. Acordava com os gritos do imperador dirigidos aos colonos e escravos de sua roça particular. Ele era cuidadoso com sua saúde e bem-estar. Saía cedo com Leopoldina e, em pouco tempo, ouviam-se os tiros de espingarda que marcavam o início da caça. Almoço rápido de galinha com ovos, seguido de visitas às repartições públicas ou lojas na rua do Ouvidor. Quando iam ao Jardim Botânico, D. Pedro acompanhava o cultivo do chá e da fruta-pão. À tarde, ele fazia a sesta e a imperatriz corria para conversar com a governanta. Tornavam a sair, enquanto Maria levava as meninas para brincar nos jardins: “animava-as a correr pela sombra, a tirar flores, observar insetos, sem gritar e mesmo a sujar as roupas.” Jardinagem? Nem pensar. “Não ficava bem as princesas revolvendo a terra suja como os negros”, diziam as damas. Antes do jantar, havia beija-mão, quando choviam pedidos ao imperador. Depois, Leopoldina retirava-se para seus aposentos particulares e sua ala fechava-se “por toda a noite”, registraria Maria Graham.

CIUMEIRA

As duas mulheres, cada qual no seu quarto, dormiam sozinhas. Mas as noites do imperador eram partilhadas com Domitila. Noites sem sono, preenchidas por loucuras. Nela, D. Pedro não queria o prazer prometido por seu confessor, na vida eterna, no além. Mas aquele do presente imediato. Volátil, caprichoso, cego, tal prazer não se deixava aprisionar. Ele tinha fome e sede da amante. E o jogo de corpos misturados fazia o imperador queimar de ciúmes:

“Será possível que tu estimes mais alguém do que a mim? Meu coração diz que não, meus olhos dizem-me sim. A quem devo acreditar: no coração, que pode ser iludido, ou nos olhos, que a não serem cegos por força hão de apresentar no entendimento o que se lhes pinta [...] o amor que eu te tenho é de coração, pois não precisa proteção nem dinheiro, o amor que eu tenho nasce do fundo da alma [...] e às vezes tudo o que me dão é para ti ainda em primeiro que para meus filhos...”

Ou enviar-lhe caça recém-abatida: “Meu amor do meu coração. Seria impossível que eu me esquecesse de mecê e de nossa querida Belinha para quem mando um beijo, ainda que estivesse no fim do mundo.”

Os banquetes, o teatro e as festas religiosas eram lugares públicos onde, a todo momento, o casal podia secretamente desafiar as conveniências e deixar falar a linguagem corporal: troca de olhares, mímicas, palavras com duplo sentido, carícias furtivas sob a mesa. Linguagem muda pela qual os amantes exprimiam o desejo que os atraía, ignorando o entorno – o que certamente aumentava o encanto. Sim, pois, graças a mil astúcias, forçar os obstáculos para penetrar a intimidade da mulher desejada e triunfar das proibições que se opusessem à realização do prazer eram o objetivo de D. Pedro. Nada o detinha. Como ele mesmo dizia a Titília, “eu sou imperador”.

E, por ser o soberano, mandou embora *milady* Graham. As razões apenas iluminavam melhor o ambiente mesquinho em que vivia Leopoldina: intrigas e ciumeira. As duas mulheres passavam as

horas da sesta de D. Pedro a conversar. Foi o que bastou. Do ponto de vista das portuguesas, só podia ser uma conjura das estrangeiras! Era tudo o que Leopoldina temia. Chegou a escrever a Louison sobre Maria Graham, confessando esperar que “a maneira equivocada” dali e a política da corte não colocassem “obstáculos” nem afugentassem “a boa mulher”. Não lhe concediam nem o direito de decidir sobre a educação das filhas, “razão para se desesperar totalmente”, explicou.

Mas não era só isso. A saída de José Bonifácio do ministério foi seguida por uma onda popular de antilusitanismo. D. Pedro radicalizou suas atitudes e sofria a influência das pessoas que o cercavam. Sendo uma inglesa liberal, *milady* Graham representava o oposto dos princípios retrógrados que reapareceram: absolutistas pró-portugueses, cujos interesses só os jornais da situação defendiam. Do ponto de vista desse grupo, o império parecia ameaçado de dentro do palácio.

Logo após a partida daquela que já considerava uma confidente, a imperatriz escreveu-lhe:

“Minha queridíssima amiga. Eis que não se passa um só momento sem que eu não lamente vivamente ter-me privado de vossa companhia e amável conversação, meu único recreio e verdadeiro consolo nas horas de melancolia, à qual infelizmente tenho demasiados motivos para estar sujeita.”

Parte dessa melancolia devia-se a “certas pessoas” ou “pessoas insuportáveis”. Sem rosto, mas com presença suficiente para tornar a vida da jovem mulher um inferno: “Eis um período bem penoso

para mim [...]. Mas aqui, infelizmente, certas pessoas não satisfeitas de me terem privado de uma amiga que me era duplamente cara ainda acham de me espionar para me amofinar e provocar-me aborrecimentos.” E, desculpando-se pela caligrafia apressada, completava: “escrevo estas palavras no jardim, onde não sou observada.”

UMA SANTA

Na falta das cartas de Louison ou de parentes, cada vez mais esparsas, Maria Graham tornou-se a correspondente a quem transferia sua esperança de um dia rever a “querida e adorada” Europa. Declarava-lhe com insistência a “doçura de sua amizade e estima”. Confessava-lhe as saudades da “amada e adorada pátria e família”. E, com seu espírito modelado pelos sacrifícios exigidos pelo catolicismo, suavizava: “Ficai tranquila quanto a mim; estou acostumada a resistir e a combater os aborrecimentos, e quanto mais sofro pelas intrigas, mais sinto que todo o meu ser despreza estas bagatelas. Mas confesso, e somente a vós, que cantarei um louvor ao Onipotente quando tiver me livrado de certa canalha.” Leopoldina, uma santa...

O ano se encerrou com um quase martírio. Certa manhã, cavalgando só, Leopoldina perdeu-se pelos matos, arranhou-se nos espinhos, ouviu rugir a onça, rastejou montanha acima, caiu do cavalo mais de trinta vezes. Apesar dos sofrimentos, um fantasma tinha sido afastado. Escreveu à irmã dizendo que, “graças a Deus”, não estava grávida. O prazer da caça não era mais suficiente. À

medida que os verdes anos passavam, ela não conseguia realizar o desejo de felicidade. Seu coração era um templo vazio, sem altar. Nele, qual Deus adorar: D. Pedro?

CAPÍTULO V

Uma estação perigosa

 **A DEVOÇÃO**

Mil oitocentos e vinte e cinco começou com outro incidente. Era a Semana Santa. Ao longo dos festejos que duravam dias, D. Pedro e família estavam sempre presentes, D. Maria da Glória a brincar com o turíbulo. O soberano, nobres e ministros reuniram-se na capela imperial do Carmo, entre sete e oito horas da noite, para carregar em procissão uma imagem esculpida do Cristo com a cruz às costas. Ao pé do altar-mor, onde um quadro de Nossa Senhora cobria com seu manto a família real, a imagem era solenemente colocada sobre um andor forrado de franjas de ouro e amarrada com laços de fita. Oito pessoas carregavam a peça: o imperador à direita e o capitão de sua guarda à esquerda sustentavam nos ombros os varais da frente.

Os personagens mais distintos colocavam-se sob os demais varais. Às nove horas, o sino da capela anunciava a saída da procissão que, depois de meia hora de marcha entrecortada e paradas indispensáveis, chegava à Igreja da Misericórdia. O imperador, depois de colocar o andor sobre nova base, subiu na carruagem e desapareceu, contou Debret. Era preciso mostrar-se vigilante sobre os costumes, bom cristão e cidadão. Só piedade? Não. Em tais reuniões, criticava Debret, o amor-próprio rivalizava com a devoção.

Eis por que, na Capela Imperial, as damas do Paço tinham uma tribuna especial, onde podiam luzir com suas joias e vestidos importados. Mais importante é que não deixavam ninguém se esquecer do prestígio da monarquia. Aos novatos era dirigido um

olhar de desprezo que, junto com a fria polidez da saudação e o ar distante, os colocava no devido lugar: longe. Com a crueldade dos romanos no Coliseu, elas observavam um falso passo ou um gesto fora do lugar. Uma simples frase podia definir quem não fazia parte do grupo.

Ora, sem aviso prévio, Domitila foi aí introduzida a pedido de D. Pedro. Imediatamente, a dama da imperatriz, D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, baronesa de São Salvador de Campos de Goytacazes, se retirou. Imperativos morais ou pura inveja?, perguntavam-se alguns.

O choque do agravo público foi tremendo. Uns diziam que, constrangida, Leopoldina mandou que a camareira-mor nomeasse Domitila primeira-dama do palácio. Outros, que ela fora "obrigada a reconhecer a mencionada Condessa de Santos como sua primeira camareira, o que lhe causou imenso desgosto". Em qualquer das versões, a nomeação produziu uma "sensação desagradável", anotou o cônsul-geral da Inglaterra.

Esse posto conferia à favorita o direito de acompanhar Leopoldina a todos os lugares, sendo-lhe destinado o lugar de honra logo após os imperadores em qualquer situação pública: missas, teatro ou bailes. Logo depois, um decreto concedeu-lhe as benesses do cargo público: 60 mil-réis mensais, entre outras vantagens. A alta dignidade trazia mais vantagens: os amantes estavam um ao alcance da mão do outro. Não teriam mais que explicar aproximações.

A recepção no Paço deu a Domitila o palco para exibir sua beleza. No primeiro dia de gala, ela chegou à corte no coche da princesa Maria da Glória, enquanto as demais damas vinham em coches separados: grande despeito! Nunca a corte assistira a tanta humilhação para uma imperatriz.

A morena apresentou-se toda de branco com rosas na cabeça. Damas camareiras e fidalgas seguidas dos ministros foram cumprimentar a eleita, embora “com certa repugnância”, segundo um diplomata.

Um bilhete enviado por D. Pedro à favorita assegurava-lhe toda a respeitabilidade: “Já esta tarde começam os desavergonhados a saber quem sou e quem é mecê a quem estimo. Mandei pôr uma fechadura na porta das tribunas [...] que não será aberta, venha quem vier, enquanto mecê não vier. E assim ficarão todos em seu lugar.” Assinava-se o “desvelado, constante, fiel, agradecido e verdadeiro amante”. Não era pouca coisa.



PRIMEIRA-DAMA DA IMPERATRIZ

Em abril, começaram duas pelepas: uma dentro e outra fora do palácio. Domitila foi nomeada primeira-dama da imperatriz e estourou a Guerra Cisplatina.

No segundo caso, o inimigo era o Uruguai, cobiçado por portugueses e espanhóis desde o século XVII. Um movimento de libertação, liderado por Juan Antonio Lavalleja, buscava o fim da influência brasileira e a independência da região. As Províncias Unidas do Rio da Prata alimentavam ambições concentrando armas,

alimentos e apoio político. O Brasil reagiu, declarando guerra à Argentina e aos revoltosos da região Cisplatina. Tinha início um erro que custaria caro em recursos e homens.

Na correspondência de Leopoldina, novamente grávida, temas se repetiam: buscava mercenários e cavalos, vindos da Europa, para engrossar as forças brasileiras. Mas aqui era o “país da ignorância”, onde “uma mente esclarecida era considerada herege”. Saudades, sempre. Escrevia à irmã insistindo: “Meu coração e mente estão ligados a vós e ao mui amado solo pátrio.” E ao pai: “Nunca perco a esperança de lhe beijar as mãos pessoalmente, senão já teria perdido há muito a coragem e a força moral para suportar tantos dissabores e preocupações.”

As preocupações iriam se consolidar em outubro, quando Domitila recebeu o título de viscondessa de Santos, com o nome de solteira. Seus irmãos cobriram-se de honrarias. Na França, exilado, José Bonifácio ironizava em versos, chocado com a “michela” – prostituta – que fora elevada a viscondessa da pátria dos Andrada, Santos:

“E das ventas fumando orgulho e sanha
Para fazer alarde as Domitilas
E as fendingas reles.”

Não só o romance ficava mais visível; também a paixão entre os amantes se inflamava. Um biógrafo chegou a falar em “atestados de ardume” dos sentimentos do imperador:

“Meu amor, minha Titília. Eu já não sei onde tenho a minha cabeça e por pouco não perco o juízo [...] o amor que lhe tenho está

provado com as provas irrefragáveis. Se ele era grande, hoje, com a nova por mecê dada de sua amizade para comigo e constância, meu coração fica muito mais cativado e procurarei dar cada vez mais provas e demonstrações de quanto a estimo e lhe sou obrigado e agradecido, pois vejo e conheço o quanto me tem sofrido, tudo procedido do grande amor que me tem e que eu prometo pagar com outro igual.”

 **FIEL, CONSTANTE, DESVELADO,
AGRADECIDO E VERDADEIRO AMANTE**

E assinava-se nos bilhetes como “seu fiel, constante, desvelado, agradecido e verdadeiro amante do fundo da alma e do coração”, dizendo-lhe que não precisava responder “para não se incomodar”. Se algo de bom lhe acontecia – caça abundante ou ratificação do tratado de reconhecimento da independência –, corria a comunicá-lhe. Eram amantes e cúmplices, companheiros e amigos.

O barão de Mareschal não perdeu tempo e comunicou a Metternich:

“O título que acaba de ter lhe dado, aumenta ainda o escândalo desta ligação. A ascendência que essa mulher tomou sobre Sua Alteza Real é na verdade surpreendente e é de se recear, cresça, pois ela já tem uma filha mais ou menos da idade de D. Francisca. Ela está novamente prenha e aproximadamente do mesmo tempo de Leopoldina.”

Acrescentava que o soberano a cobria de presentes e que uma casa, perto da Quinta de São Cristóvão, estava sendo construída

para que ficassem mais próximos. Segundo o diplomata, D. Pedro não hesitava em confessar que seguia a "opinião de sua amásia", a quem, segundo o imperador, não faltava bom-senso. Uma das opiniões dizia respeito aos soberanos europeus, a quem Domitila achava que o amante devia ligar-se. Daí as homenagens que lhes eram prestadas por tantos representantes diplomáticos. Ela também se mostrava grata a Leopoldina, demonstrando-lhe as "atenções devidas" pelos títulos e favores recebidos.

O mais preocupante era o número de áulicos que a cercava: "Todos quantos têm pretensões a grandes favores fazem corte assídua à favorita." Segundo ele, Domitila fazia cenas de ciúmes com o soberano, que, diante dela, tornava-se submisso. Almoçavam juntos e ela o corrigia por palitar os dentes na mesa. O casal corria pelos corredores "como duas crianças a brincar" até ela ser alcançada e agarrada algumas salas depois. Para tornar a brincadeira mais excitante, ela fingia desmaiar. A intimidade entre o casal era tão notória que D. Pedro falava da amante para Mareschal, sem constrangimentos.

A promessa de D. Pedro, de que a favorita não morreria de fome, cumpriu-se. Diz uma biógrafa que, durante os sete anos em que durou sua ligação com D. Pedro, ela enriqueceu. Morava em casa própria, cercada de belos móveis de jacarandá, tapeçarias, porcelanas e um exército de escravos e mucamas. Seus jantares tinham cardápio sofisticado, fugindo do frango com arroz e ovos servido habitualmente no palácio.

Além dos presentes e favores, Domitila correspondia ao temperamento das empreendedoras paulistas, acostumadas a tocar a própria vida: fazia excelentes negócios. Intermediava-os. Mareschal foi dos primeiros a anotar: “Todas as graças, ofícios, empregos que vêm a tornarem-se vagos são dados ou a amigos ou a parentes da favorita, ou por intermédio de sua recomendação.”

A casa da *maîtresse*, esclarecia, “transformou-se num verdadeiro escritório de negócios, onde tudo tem seu preço”.

Debret contou que havia uma engenhosa combinação entre Domitila e D. Pedro para garantir a propina de qualquer nova nomeação ocorrida no paço. O disfarce para vender esses favores era apostar com o candidato o cargo ou promoção que ele ia conseguir. Fingindo não acreditar, o interessado aguardava uma resposta nas imediações. Depois da sesta, D. Pedro vinha com a indicação certa, que passava à favorita, que, por sua vez, embolsava a aposta.

Carl Schlichthorst registrou a simplicidade do achaque: “Dona Domitila almoçava em trajes os mais caseiros, servida por seu mordomo e algumas camareiras. Expus-lhe minuciosamente o negócio do meu cliente e ela mandou que esperássemos na antessala a solução que seu mordomo nos comunicaria. A resposta não tardou.” Tudo se resolveria com a soma de um conto de réis... Sem garantias de sucesso!



MALDADE OU VERDADE

Corria que a própria Leopoldina sabia desses “negócios” e deles se teria queixado a José Bonifácio no exílio: o marquês de Nazaré teria pago 12 mil contos por “um trabalho” de Titília! Maldade ou verdade? E o pasquim que a acusou de aceitar dinheiro dos ministros ingleses Gordon e Smith para convencer D. Pedro a ratificar o tratado da independência, tão prejudicial ao Brasil – o Império obrigava-se a ressarcir dívidas do governo português e manter os privilégios da velha Albion em terras brasileiras.

Se as distrações que Domitila oferecia a seu real amante eram capazes de entretê-lo, nem por isso ele deixava de cuidar, também, dos negócios da corte e das feridas abertas pela própria independência.

Em agosto, corriam pelas ruas murmúrios sobre as intrigas inglesas e a ameaça à liberdade do jovem império. Ainda se temia a recolonização. A fragata do diplomata inglês *Sir* Charles Stuart, encarregado de mediar o conflito, chegou ao Rio de Janeiro, sem os usuais fogos nem disparos de canhões das fortalezas. O povo reunido no largo do Paço decepcionou-se. Foi preciso esperar o dia 7 de setembro para reunir o alto clero, as tropas, o bispo, lacaios, diplomatas e, como sempre, *Madame*.

Ao pé do palácio, tocava a banda de música do Batalhão dos Periquitos, com suas belas fardas. A família dirigiu-se à sala do trono ao som do hino imperial. Leopoldina cobriu-se com uma touca bordada de ouro e prata. Maria da Glória, vestida de azul, encantava com o rosto “infantil, virginal e lindo”, segundo um cronista. Alguns minutos depois, D. Pedro apareceu na sacada e em poucas palavras

comunicou ao povo a súmula do tratado concluído com Portugal, sob as bênçãos da Inglaterra. Troaram os canhões, vivas encheram os ares.

Restabeleceram-se formalmente as relações diplomáticas com as cortes da Europa, embora a maior parte das repúblicas sul-americanas visse o Brasil como um aliado do absolutismo e um instrumento das monarquias europeias empenhadas em ajudar a Espanha a reconquistar suas ex-colônias. D. João continuou com o direito de seguir usando o título de imperador do Brasil. E, importante: o tratado incorporava o conceito de que o povo brasileiro havia recebido a independência de Portugal e que D. João nomeava seu filho para governar a nova nação. O tratado obrigava ainda o Brasil a pagar uma compensação pelas propriedades governamentais e privadas confiscadas durante a Guerra da Independência e a assumir os pagamentos de um vultoso empréstimo assumido por Portugal com os britânicos.

Durante as tratativas, Francisco I seguia de Viena aconselhando o genro:

“Senhor meu irmão e caro genro,

Fui informado por meu encarregado de negócios em Lisboa da envergadura das negociações confiadas a *Sir* Charles Stuart [...] creio ter que lhe endereçar alguns conselhos de amigo que se reconhece, a justo título, como tendo os interesses de um pai. Vossa Alteza Real terá entre as mãos o destino de sua própria existência e o da monarquia à qual a providência o ligou como eventual sucessor do trono. Ela conhece os votos que não cessei de fazer para o

arranjo definitivo do diferencial que se estabeleceu entre Vossa Augusta Alteza e vosso Augusto Pai.

Ela não pode duvidar que não terei a maior e mais sincera das satisfações em saber que um acordo perfeito porá termo ao mal que é tão real. O momento me parece dos mais propícios. O Rei Vosso pai oferece ao mundo um destes exemplos de moderação que não se perderá para o bem dos dois países que não podem se manter afastados por tensões [...] saberei que o bem terá sido feito e ele não poderá se encontrar fora da pacificação a mais imediata entre Brasil e Portugal.”

Com os ingleses renegociou-se o tratado que lhes dava primazia sobre as demais nações no comércio com o Brasil, além de uma promessa de abolição do tráfico de escravos entre a África e o Brasil em quatro anos.

Na mesma época, a capital mudava em função das tormentas políticas. Europeizava-se, segundo a inglesa Maria Graham. Ganhou um “ar de pressa e atividade”, tão agradável aos olhos dos estrangeiros. Multiplicaram-se joalheiros, peruqueiros, perfumistas e costureiras estrangeiros na rua do Ouvidor e arredores. O negociante francês Carlos Durand, estabelecido na rua do Ouvidor, oferecia novidades: cheiros, *eau de cologne*, diversas essências e vinagres para toucador e para mesa, luvas, suspensórios, sabão, leques de toda sorte, sapatos e chinelas de seda e marroquim, botas de Paris, bijuteria falsa e verdadeira, pêndulos e relógios de repetição, além de livros franceses. No Hotel Royaume du Brésil era possível comer um “*beefsteak* e tomar um copo de vinho” a 160 réis.

Empregados circulavam servindo vinhos tintos franceses e claretes ingleses.

Homens de negócios e diplomatas ingleses animavam a cidade organizando *pic-nics* e jantares ao ar livre. Graças a eles, difundiu-se o hábito do chá da tarde. Havia procura de empregos para livres e escravos. Subscrições haviam reforçado a contratação de mercenários irlandeses, ingleses e alemães, e uma atividade militar febril tomou conta da cidade. D. Pedro entusiasmava-se com a Marinha e aparecia nos estaleiros de madrugada para fiscalizar o trabalho.

Leopoldina o acompanhava de vez em quando. Eram necessárias forças militares para garantir a flor exótica que havia brotado na América. Forças, aliás, que, por vezes, ficavam descontroladas. Certa feita, o Terceiro Batalhão de Granadeiros, meio alemão, meio irlandês, quebrou janelas e cometeu as maiores desordens, com armas brancas, pelas ruas da capital. De outra, ocorreu uma bebedeira entre marinheiros britânicos, que Leopoldina logo explicou: "Oh! É costume do Norte, de onde vieram esses bravos homens [...] Os marinheiros estão sob minha proteção; eu estendo meu manto sobre eles." A esquadra partiu no dia seguinte para combater os portugueses na Bahia, sem punição. Mas, à boca pequena, corria que tanto a imperatriz quanto D. Pedro desconfiavam da eficiência dos brasileiros.

As suspeitas eram prováveis em função da política de duas caras levada pelo imperador. Eis o que justificava tantos pedidos de contratação, inclusive os de Leopoldina ao seu interlocutor, major

Schaffer, encarregado de trazer para o Brasil soldados, cavalos e colonos. Sobretudo a soldadesca germânica e austríaca, treinada nas guerras da Europa. Em carta a Caldeira Brandt, então ministro da Fazenda, o soberano pedia o envio de 3 ou 4 mil homens. E Leopoldina agradecia, satisfeita, os soldados e cavalos. Apesar da presença cada vez mais ostensiva da favorita, o casal de monarcas era extremamente popular. Maria Graham anotou que sua mocidade "excitava tanto a admiração quanto o amor de seus felizes súditos".

UM BEIJINHO NA PONTA DOS DEDOS

Quanto à vida social, esta ainda se achava na infância, segundo um estrangeiro que conheceu Domitila. Não havia grandes rodas, nem a arte de conversar. E, tanto nas casas de família como nas "duvidosas", alguns pares dançavam isoladamente, cantavam-se modinhas e o tempo passava "nos jogos com os leques e nas trocas de olhares apaixonados". E concluía, talvez pensando na favorita: não havia muita diferença entre uma senhora decente e uma mulher à toa. No teatro, entravam os dois tipos e, "em vestidos e comportamento", tampouco havia diferença. "Na rua", ele contou, ninguém se envergonhava de "cumprimentar uma cortesã". "Excelências e generais", o próprio imperador em pessoa lhes atiravam "um beijinho na ponta dos dedos."

No fim do ano, encontravam-se ambas, Leopoldina e Domitila, no termo da gravidez. A imperatriz chegou a consultar uma parteira francesa, antes de engravidar. Sabia que precisava dar um herdeiro ao trono. A mulher lhe teria ensinado um "segredo" para conceber

machos. Ela esperava, assim, atenuar a atenção que o marido dava à amante. Já a da favorita ficou conhecida como “a prenhez do escândalo”. A 2 de dezembro, às duas e meia da manhã, nasceu o futuro Pedro II. “Um filho que correspondeu a todos os meus anseios”, diria Leopoldina a *milady* Graham. O parto demorou cinco horas e o sétimo filho da imperatriz nasceu com aparência vigorosa, medindo 47 centímetros. Houve muita celebração na capital. As casas iluminaram-se durante quatro dias. O veador da casa imperial, brigadeiro Francisco de Lima e Silva, apresentou o menino à corte. No batizado, em 9 de dezembro, foi executado um *Te Deum* de autoria de Pedro I. Em 2 de janeiro de 1826, pediu-se para o menino a proteção de Nossa Senhora da Glória, na Igreja do Outeiro.

Cinco dias depois do nascimento do filho legítimo, via a luz, em Mata-Porcos, Pedro de Alcântara Brasileiro. D. Pedro revezou-se entre as duas mães, conforme as conveniências. Estava na casa de Domitila quando esta sentiu as primeiras dores. Recebeu um aviso da Quinta e rumou para lá, onde assistiu ao parto de Leopoldina. Fez a apresentação do filho e, em menos de uma semana, voltou para Titília, onde encontrou o outro filho nascido.

Logo depois, Domitila recebia bilhetes açucarados: “Meu amor, minha viscondessa e meu tudo [...] estimei muito saber que mecê e nossos queridos filhos passaram bem [...] agora, meu encanto, só me resta dizer que é e será sempre seu fiel, constante, desvelado, agradecido e verdadeiro amigo e amante do fundo da alma.” Junto, seguiam uma joia avaliada em 4 milhões de cruzados e uma maravilhosa baixela de prata lavrada.

Diante dos fatos, em carta para *milady* Graham, o barão de Mareschal confirmava: “O Palácio não poderia vos convir e o resto da sociedade ainda menos.”

INFELICIDADE, SOFRIMENTO, MELANCOLIA

Leopoldina sabia que, em primeiro lugar, nada devia dizer. Não revelar, nem deixar aparecer. Sobretudo não deixar parecer. Mostrar – infelicidade, sofrimento, melancolia – era abandonar-se. Na pequena corte, onde todos se espionavam, onde as reações mútuas eram observadas, o importante era não se deixar trair pelos sentimentos. Por isso, nunca palavras ácidas ou lágrimas. Sozinha, ela construía uma espécie de heroísmo particular, cristalizado numa cadeia de sacrifícios: ignorar prazeres, sacrificar os dias com a prática de virtudes, aprofundar os sentimentos religiosos, aprimorar o caráter indulgente, discreto e solene... Pobre imperatriz, tão estimável e tão pouco amada. A impressão de Maria Graham sobre ela era de alguém com pouca saúde e “maior depressão de ânimo do que de costume”.

Na província da Bahia, as perturbações não tinham cessado e os baianos continuavam audaciosos na defesa do sentimento liberal. Acostumado a pôr em ação o seu prestígio pessoal, que dera certo antes, D. Pedro resolveu ir ao Norte. Embarcaram os três no dia 2 de fevereiro. Corriam piadas sobre o imperador: “Levava a mulher para disfarçar a amante.” Domitila tinha recebido cartas anônimas com as piores acusações. A velha nau de guerra que os transportou já

tremulara sob o pavilhão do almirante Cochrane, quando, a serviço de D. Pedro, enfrentara as forças portuguesas do general Madeira em 1823.

O *Diário Fluminense*, porta-voz do governo, lamentava: “Esta capital ficou privada temporariamente de nossos adorados soberanos.” Cercados por escaleres com súditos que acenavam, “Sua Majestade o imperador, Sua Augusta esposa e filha em pé, em cima do tombadilho pareciam deleitar-se com as provas de fidelidade que lhes dava seu querido povo”. O jornal também publicou a lista de gentis-homens, vedores, veadores, ajudantes de campo que os acompanhavam: sessenta guardas de honra e oito damas do paço, entre as quais as viscondessas de Santos, de Itaguaí e Lorena e a baronesa de Itapagipe.



A MAIS PERFEITA INDIFERENÇA

O diplomata Mareschal, em seu relatório a Viena, pronunciava-se:

“A viagem da corte à Bahia provocou um escândalo, pois o imperador, ao se fazer acompanhar pela imperatriz, sua filha mais velha e sua amante titular, chocou logicamente todo mundo, mas o temor que o caráter violento do príncipe inspira calou a boca de todos. A senhora arquiduquesa, que deveria naturalmente sentir-se muito ferida, demonstrou a esse respeito a mais perfeita indiferença; a viagem lhe é agradável e ela prefere essa situação a ficar aqui. A única preocupação que ela ousou exprimir foi pelo mau exemplo que isso daria à jovem princesa, criança precoce a quem nada escapa. Eu não sei se é sabedoria, filosofia prática ou indiferença, mas seria

impossível agir com mais tato do que a senhora arquiduquesa, todos concordam com isso, e ela ganha cada dia mais a opinião pública e a de seu augusto esposo.”

Tudo se passou bem durante a travessia. Domitila, que ocupava o primeiro camarote a estibordo, passeava no convés com a princesa Maria da Glória. Leopoldina jogava gamão e comia sozinha nos seus aposentos. Os amantes jantavam juntos: Domitila à esquerda e Maria da Glória à direita do imperador. Durante a travessia, *nhá* Titília teve dor de ouvido e D. Pedro serviu-lhe de enfermeiro “deitando-lhe bichas”, ou seja, aplicando-lhe sanguessugas, terapêutica da época para todos os males.

Em outra correspondência, o diplomata austríaco ironizava: “Todo mundo está assim contente, sobretudo eu, por lá não estar.” Pois Salvador recebeu o séquito com pasquins pelos muros e portas de igrejas, condenando a ida da favorita. Choveram mais cartas anônimas. Irritado, D. Pedro chegou a mostrá-las à imperatriz. E, sobre isso, disse o representante austríaco:

“Esta recebeu essa estranha confidência com seu sangue-frio habitual, dizendo-lhe que tais insinuações eram falsas ou verdadeiras: no primeiro caso não valia a pena ocupar-se, e no segundo só seria preciso fingir desprezar os rumores para que fossem esquecidos; o engraçado foi que a calma e a frieza da imperatriz encolerizaram o imperador e ele a reprovou de não se agastar com o fato tanto quanto ele. Observou-se depois disso que Sua Majestade aparecia constantemente em público com a senhora arquiduquesa e redobrava as atenções e deferências para com ela.”

Na capital da província, o imperador hospedou-se no primeiro andar do palácio do governo. Domitila no segundo e, dizem, em quarto ornado de cambraias de linhos e colchas de seda da Índia dando para o pátio interno. A imperatriz na Relação e D. Maria da Glória no passadiço que ligava os dois edifícios de taipa de pilão. Apesar das implicâncias com a comitiva composta por portugueses, a população da Bahia saudou seu chefe. Era leal. Velhas famílias e diplomatas, como o cônsul francês, deploravam, porém, a presença da favorita. Houve quem recomendasse que o imperador se contivesse diante de tanta gente. Mas D. Pedro pouco se importava. Saía com a amante e a filha “de carrinho”.

Em meio à correspondência oficial que ia e vinha do Rio de Janeiro, chegavam também cartas dando notícias dos filhos: os legítimos e os bastardos. “A Sra. Bela tem passado muito bem [...] O senhor Pedro tem ido sempre melhor, sua cor é de quem tem perfeita saúde [...], mama bem, não chora e dorme; já não tem vômitos e engasgamento enquanto come”, contava o avô. D. Escolástica preferia descrever gracinhas: quando a menina ouvia barulho de cavalos, corria à janela e dizia, “foi lá mãe *nhanhã*”.

Do lado de São Cristóvão, quem escrevia era D. Mariana de Verna, camareira-mor: “O lindo e forte Príncipe Imperial conservava-se na mais perfeita saúde”, “Princesa Dona Francisca lutando contra o defluxo, mas vai melhor”, “Princesa Francisca mais galante e esperta” e “Dona Paula ainda de cama”.

No mês em que pousou em Salvador, D. Pedro visitou arsenais, distribuiu esmolas para militares, órfãos e leprosos, perdoou os

desertores, inspecionou tropas, quartéis e repartições. Mandou consertar a catedral, levantar muros e colocar prateleiras na Alfândega, numerar as casas da cidade e até nomear o sineiro da igreja. Apesar de não despertar ali o entusiasmo que esperava, sua presença obteve alguns resultados e aplacou os ânimos, restaurando a ordem na província. Voltou ao Rio de Janeiro para acudir aos acontecimentos do Prata.

Os baianos, porém, não esqueceram. Anos mais tarde, o jornal *O Guaicuru* sofreu um processo por calúnia contra o imperador. A folha julgava absurda a reverência a ele devotada. Um trecho considerado comprometedor dizia: "O monarca inviolável e sagrado pode bem ser um miserável cheio de vícios, mal-educado (quase todos o são), um estúpido, um prodígio estragador que abrasa com asnático escandaloso luxo os recursos todos do país: um devasso e adúltero."

Enquanto isso, Leopoldina escrevia ao pai sobre "a viagem extremamente desagradável em todos os sentidos à Bahia". Para Maria Graham, dizia ter se tratado de "penosa viagem", que lhe deixara um reumatismo nos dedos da mão. Seu sofrimento não passava mais despercebido.

MULHER INDIGNA

O povo, que a tudo assistia, lia no *Português Brasileiro* a manchete em letras garrafais: "Para salvar o Brasil da fatal ruína que vejo principiada." O articulista acusava a "mais cega paixão amorosa de Vossa Majestade Imperial com a Viscondessa de Santos, mulher indigna de tal sorte por sua má conduta e baixa educação" como um

dos males do país. Os efeitos de tal relação para o país seriam funestos, afirmava. Era preciso “exterminá-la para fora do reino”. Com decoro, sem dúvida. Mas, prevenia, dar atenção e riqueza aos filhos da favorita poderia trazer sérias consequências para os herdeiros legítimos e o Estado. Antecipava, ainda, que o imperador se acautelasse “nas horas noturnas”, por conta de possível atentado. Alguém queria matar D. Pedro em nome da moral e dos bons costumes?

Foi chegar de volta ao Rio de Janeiro para D. Pedro e Titília receberem a notícia: havia quatro dias morrera Pedro de Alcântara. O enterro do pequeno foi feito com discrição. Indiscreta foi a reação de D. Pedro junto ao bispo D. Coutinho, que se recusou a batizar o pequeno. O santo homem teve de retirar-se da capital, esperando passar a cólera imperial.

Outra baixa se seguiu: às quatro horas do dia 10 de março de 1826, no Palácio de Belém, D. João VI fechou os olhos. Morria o monarca que enganara Napoleão – segundo confessou o francês nas memórias escritas em Santa Helena. Que fizera da aventura do Brasil um sucesso, implantando os órgãos de funcionamento do Estado nos trópicos. Que fez o progresso em direção à independência sem a violência que marcou os países vizinhos. Os canhões da corte dispararam solenes, anunciando à população o infausto acontecimento.

 **VENENO DISCRETO**

Rumores inflamaram as ruas: fora envenenado pela mulher e D. Miguel! O aspecto cadavérico, as faces arroxeadas, a tremura e a dificuldade para andar multiplicavam as suposições. Convulsões e síncope não se explicavam depois de um sóbrio jantar composto de frango assado, queijo e laranjas! Curiosamente, três dos mais próximos colaboradores do monarca morreram em seguida, em condições suspeitas. À boca pequena, murmurava-se sobre os efeitos terríveis da "água tofana", veneno discreto, mas eficiente. O aparente regicídio intoxicaria, porém, outras relações: a de Portugal com o Brasil, como se veria a seguir.

A notícia chegou ao palácio pelas mãos de Mareschal, que encontrou Leopoldina só, como de hábito. A jovem desesperou-se. Queria bem ao sogro e correu ao outro pavilhão para consolar o marido. Encontrou as portas fechadas e um criado de guarda: o imperador estaria reunido com os ministros. Ordenara que ninguém o interrompesse. Em lágrimas, Leopoldina insistia. Envergonhado e pedindo perdão, o homem caiu de joelhos e contou a verdade: não havia ninguém ali. Leopoldina compreendeu tudo e desabou a chorar. Avisado, D. Pedro voltou da casa vizinha a toda velocidade.

As solenes exéquias foram preparadas na capela imperial, com toda a pompa litúrgica que o culto católico costumava imprimir a essas ocasiões. Leopoldina escreveu a *milady* Graham, lembrando o "mais delicado e afetuoso que o melhor dos pais". Chorou, sinceramente, a perda do amigo. Sublinhava seu isolamento, insistindo: "O único consolo que me resta é de seguir sempre o caminho da virtude e da retidão, com firme confiança na divina

Providência que não abandonará jamais um coração sincero e generoso.”

Grávida novamente, a imperatriz vivia reclusa em seus aposentos. Quando se prolongavam por dias os constantes desaparecimentos do imperador, ela mergulhava em saudades da Áustria e em negra melancolia. O permanente sofrimento em que vivia transformou-a. Tornou-se fria como sua mãe fora com os filhos. Certa noite, depois de ser acordada porque D. Januária estava tendo um ataque epilético, zangou-se: chamassem o médico. Pela manhã, quis sair para caçar – sua única distração.

D. Pedro, por seu lado, passou a intervir na vida portuguesa anunciando que doravante carregaria duas coroas. Segundo o Chalaça, começou a ser caluniado: os do Brasil acusavam-no de “ser português”, e os portugueses, de “ser em tudo brasileiro”.

Na mesma época, Domitila já se tornara vizinha do casal imperial. Comprara um sobrado, com sótão e senzalas, ao lado do Palácio de São Cristóvão. Custara 4 contos de réis e a assinatura da escritura fora passada a 20 de maio de 1826. Chamaram Pedro Alexandre Cavroé para ali fazer mudanças. Era arquiteto da casa imperial e o responsável por, em estilo neoclássico, elevar o frontão da Igreja do Carmo, que abrigava a Capela Imperial. Sob sua batuta, melhoraram-se as disposições internas e externas do edifício. Embelezou-se o oratório, onde se batizavam os filhos dos amigos da favorita e no qual oficiava o carmelita José Antônio do Amor Divino. Pinturas internas ficaram por conta de Francisco Pedro do Amaral,

pensionista da Academia, paisagista e cenógrafo. Um gradil de ferro o destacava entre outros sobradões da rua Nova do Imperador.

No interior, o ambiente era de luxo: tetos de estuque com desenhos, paredes decoradas, um salão de baile com painéis alegóricos simbolizando os quatro continentes. A África, uma egípcia, palmeiras e o deserto infinito. A América, uma índia nua com uma ave a brincar em seu dedo. A Europa e a Ásia, em vestes magníficas e tesouros. Vasto era o salão de jantar e as portas todas trabalhadas. Um aposento especial para D. Pedro tinha a águia napoleônica pintada no teto. E não faltou à casa um banheiro de largas dimensões, com uma quase piscina de desenho caprichoso.

QUANDO... COM MECÊ

Domitila se banhava. Viria o hábito de São Paulo, onde os banhos estavam disseminados? Da corte, onde as mulheres eram acusadas de desfrutáveis por portugueses como Joaquim dos Santos Marrocos por gostarem de se lavar? A sala de banhos: espaço de absoluta intimidade. Com espelhos, por certo, e águas perfumadas. “Mande-me dizer como passou”, escrevia D. Pedro, para completar logo depois, “antes de irmos para o banho.” A piscina ou banheira, sem dúvida, veio das leituras que o casal de enamorados fez sobre a vida das favoritas de Luís XIV. *Madame* de Montespan tinha a sua, verdadeiro templo de Vênus, onde esgotava as forças do Rei-Sol com brincadeiras de antes da queda e expulsão do paraíso. E Domitila usaria os pelos púbicos em cachos ou se depilaria como faziam as cortesãs francesas? Executaria, como *Madame* Du Barry,

“o batismo de âmbar”, ao perfumar o sexo? A casa pegada à do imperador fazia lembrar o castelo de *Madame* de Montespan, colada ao parque de Versalhes.

O resultado das visitas, contudo, era garantido: “Forte gosto foi o de ontem à noite que tivemos. Ainda me parece que estou na obra. Que prazer! Que consolação!!!”. Ou: “É incalculável a disposição física com que estou hoje para lhe ir aos cofres.” “Virei na segunda-feira repousar nos seus braços amorosos e sentir aqueles prazeres que nos são iguais.” Eram os “amores da cintura para baixo”, como ele gostava de dizer. Amores em que abraços inauguravam mistérios, lábios se tornavam cúmplices e corpos exalavam fluidos.

E D. Pedro terminava: “Com votos de amor do coração deste seu amante constante e verdadeiro que se derrete de gosto quando... com mecê.” Ou mandava um beijo para a sua “coisa”. A linguagem era direta: ele queria gozar. Incansável, devorava o fruto da árvore do paraíso. Despia Titília nos bilhetes. Transformava o desejo em excitação, em linguagem e rabiscos eróticos. E assinava-se “seu fogo foguinho”, quando não acrescia o desenho do real pênis ejaculando em louvor da amante. Tudo cheirando, como disse um biógrafo, a lençóis molhados e em desalinho. E depois, mortificado de ciúmes e suspeitas, perguntava: “Será possível que estimes mais a alguém do que a mim?”

As manifestações de carinho se multiplicavam: “Eu sempre estou pronto a fazer o que mecê quiser, e, portanto, decida e ordene-me o que quiser”, curvava-se D. Pedro. Enviava a Titília e Belinha morangos fresquinhos da chácara do conde de Gestas, “laranjas das

melhores”, ou mudas de hortênsias para enfeitar o jardim. “Estou aqui para servir no que estiver a meu alcance...”, dizia. Presenteava a favorita: “Remeto as pulseiras e estimarei que estejam a seu gosto.”

CAPÍTULO VI

Amores da cintura para baixo



TODOS OS PRAZERES

Domitila aproveitava todas as vantagens que sua posição oferecia. Entre todos os prazeres que usufruía, os da carne – ou o “comércio”, como se dizia na época – tinham um bom lugar. Sua atitude em relação ao assunto era bem diferente do esperado das mulheres de então. Os pregadores da Igreja condenavam os atos amorosos fora da procriação ou muito frequentes. Beijo, ou “chupar a língua”, era considerado pecado. Os chamados “toques desonestos” nas partes pudendas, ou a masturbação mútua, também. As posições no coito eram controladas. Proibidas: a mulher sobre o homem ou ela de quatro. A primeira por inverter a ordem natural das coisas. E a segunda porque animalizava um ato considerado sagrado. A maioria das esposas preferia ter um quarto separado ou simplesmente pagar seu “débito conjugal” quando este lhe era exigido, sem demonstrar o menor prazer. A modéstia e o costume impediam-nas de tocar no assunto. Sexo era um fardo, como bem demonstrava Leopoldina.

Mas as proezas sexuais de D. Pedro e Domitila mantinham o imperador preso à vizinha. A celebração dos ritos amorosos o ocupava loucamente. Mas, também, a vida social animada que ali se levava. D. Pedro tinha orgulho de ter ao seu lado uma beleza que julgava triunfante, uma personalidade feminina que dava relevo à vida de sua pequena corte. Por Leopoldina mostrar-se incapaz, D. Pedro deu à favorita um papel que, em outra situação, deveria ser da imperatriz. A casa era frequentada por personalidades eminentes:

Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e o cônego Januário da Cunha Barbosa eram dos mais assíduos. Sendo que, nos saraus, o cônego tocava violão e cantava modinhas. Marcos Portugal, o músico, estremecia a batuta. O visconde de São Leopoldo, o do Rio Seco e o conde de Lajes acompanhavam sempre os diplomatas estrangeiros que visitavam Domitila para prestar-lhe suas homenagens. Ali se acotovelavam compadres, conselheiros e cortesãos. Pululavam escravos e mucamas a granel, pelos salões e câmaras da residência. À sua mesa sentavam-se os grandes do império: o visconde do Rio Seco e marquês de Jundiáí, cuja mulher deslumbrava a sociedade com suas magníficas joias, D. Romualdo de Seixas, depois marquês de Santa Cruz, o marquês de São João da Palma, o de Cantagalo, o de Jacarepaguá, o de Rio Pardo. Enfim, a alta fidalguia vinha ali comer o presunto recém-chegado de York, Inglaterra.

Domitila exibia sua perspicácia, verve e alegria, seduzindo a todos. De acordo com os cânones da época, passeava sua beleza, montada em guarda-roupa caro: fardas bordadas de 350 contos de réis ou mantos de escumilha e cetim no valor de 1920 contos de réis eram, por exemplo, despesas pagas pelo palácio que deixaram registro nos papéis. Até a "chumbação" de seus dentes foi garantida pelo imperador. Aliás, ele abria a mão para toda a família dela: D. Bonifácia recebia mesada de 100 contos de réis. Seu tio Manoel Alves e seus irmãos José e Pedro, 50 contos de réis cada um. A filha Francisca foi para o colégio Mallet à custa de D. Pedro. O filho, Francisco, foi estudar na Europa. O ex-marido pedia-lhe nova

nomeação; o sogro, vendo esgotarem-se as minas da Serra Velha, oferecia-as, por sua intermediação, aos ingleses. Mesmo a construção de uma ponte do Corcovado debitava-se à vontade de *nhá* Titília, como a chamava um apaixonado D. Pedro.

MEU TUDO

O luxo que ostentava servia para afirmar seu papel de *madame la grande Maîtresse* – Senhora Grande Concubina. D. Pedro, até então frugal nos gastos, passou a gastar uma parte cada vez maior de seus rendimentos com a manutenção de Titília. A Câmara dos Deputados até concordou em aumentar o estipêndio anual do imperador de 200 para 400 contos. A sensualidade da favorita lembrava a todos o poder que exercia sobre o imperador, a quem sabia distrair e esbulhar.

Tornou-se sua amante por amor, mas também por ambição. Nos braços de D. Pedro, a jovem mulher descobria outros reinos: o do desejo, o do prazer, mas também o do poder. Com o parceiro, ignorava as proibições perseguidas pela norma e os bons costumes de uma sociedade carola. Ao mesmo tempo, acumulava terras cariocas que fariam sua fortuna imobiliária. Até 1827, já possuía noventa braças no centro da capital. Então, dizia-se que só havia uma virtude e um crime na corte: agradar ou desagradar a marquesa.

Não faltava o lado feminino da favorita, do “benzinho, amor, encanto” e seu “tudo”, capaz de dobrar-se ao trabalho de costureirinha. Ele lhe mandava lenços para que ela os copiasse: que

deveriam ser “em número de vinte e quatro”, especificava e assinava “seu amante”. Ela então curvava-se docemente sobre o pano e a agulha.

Morando ao lado, D. Pedro nada deixava escapar. Vigiava Domitila e enviava-lhe, da janela, sinais codificados ou bilhetes por emissários: “Manda-me dizer quem está lá, pois de cá vejo duas seges”, reclamava. “Muito obrigado, estou por mandares fechar as janelas, estando tu na casa sentada na janela e não me corresponderes ao sinal, estando eu de óculos olhando para ver-te.” “A janela da tua câmara fechada e o mais aberto, é acaso?” Espionava-a. Quando queria, frequentava-a passando por um portãozinho que mandara abrir no muro do palácio: “Manda-me dizer se posso ir e manda estar a porta aberta que eu lá vou.”



NOSSO SANTO AMOR

Cuidados? Muitos. Mas com Leopoldina eram de outra ordem: “[...] nunca me apanha nem há de apanhar descalço. O melhor é que, quando eu sair de dia, nunca vá lhe falar para que ela não desconfie de nosso santo amor, e, mesmo quando for para essa banda, ir pelo outro caminho e nunca falar em mecê, e sim em outra qualquer madama para que ela desconfie de outra e nós vivamos tranquilos à sombra de nosso saboroso amor.” Somava a mentira aos pecados.

Truques para encontrá-la? Inúmeros: “Vou jantar no Corcovado somente para descer pelas Laranjeiras e vê-la em casa do Magessi.” A capa da noite protegia os amantes: “Lá vou esta noite depois da

ópera ver-te.” Ou: “Só me resta a consolação de passar contigo bocados de noite.”

O ano foi frustrante para os defensores da virtude. Apesar da aparente discrição, o adultério do rei era sabido por todos. A confiança que Francisco I depositava em D. Pedro foi ficando muito abalada pela aventura amorosa. As relações tornaram-se cada vez mais impessoais e só não foram interrompidas por causa de Leopoldina e de seus filhos.

Veza por outra, ela deixava escapar um lamento. Escrevendo a um amigo alemão, desabafava: “Infelizmente, anda tudo transtornado, pois, sinceramente falando, mulheres indignas fazendo de *Pompadour* e *Maintenon*!! E pior ainda, porque não têm nenhuma educação... e os outros têm que silenciar, restando-lhes apenas o grande isolamento.”

Leopoldina muito sofria, pois a paixão era escancarada. Para ela sobrava impaciência. A filha Paula não estava bem e a imperatriz queria cavalgar? “Mãe desnaturada”, gritava o marido.

D. Pedro não passava um dia sem declarar seu zelo, atenção e sentimento à sua Titília: “Não tenho estado muito contente depois que lhe vi o semblante tão carregado, mas espero que seja unicamente aborrecimento procedido da prenhez, e não o estar mal comigo ou arrenegada. Bem sei que com tantas coisas, mecê me terá por impertinente; mas paciência! O amor é que me faz falar e que excita a amá-la cada vez mais.”

Ou confessava: “Não posso sofrer mais saudades, nem quero fazer-te sofrer. Lá vou esta noite depois da ópera ver-te, pois, filha,

meu coração assim mo pede.”

E quantos cuidados: “Estimaria que esta te achasse boa e que te divertisse vendo a procissão”. E choviam declarações: “tu deves estar certa que muito te amo”, “não estejas mal com teu filho que ele te quer muito de todo o coração”, “mais ninguém te ama mais sinceramente do fundo d’alma do que este teu filho”.



CORREIO AMOROSO

Favores? Atendia a quase todos os que ela lhe solicitasse: “Na resposta, mande dizer o que quer de mim.” Ela era birrenta: “Por isso pego na pena para pedir-te que me perdoes qualquer raiva que te fizesse.” Amor? Eterno: “Sou inacessível a intrigas, jamais deixarei de amá-la, ainda que mecê vá para o inferno eu haverei de vê-la.” E entremeava pequenas notícias: “O batalhão chegou a Pernambuco e todos bons.” “A Paula quebrou a cabeça numa cadeira.” “Fui à Alfândega, mostrar as múmias à imperatriz.” E presentes, como cavalos, carruagens, flores e escravos seguiam sempre por meio do correio amoroso.

A menção de Leopoldina às duas favoritas de Luís XIV não era um acaso. O padre Boiret, que por vezes acompanhava a imperatriz nas cavalgadas, foi o responsável pelo contato de D. Pedro e Domitila com a história de França. Ele importou a literatura: *O século de Luís XIV*, de Voltaire, e as *Memórias*, de Saint Simon, eram as obras mais conhecidas. Nas páginas incandescentes, o casal encontrava todas as justificativas para sua situação.

Durante o reinado do Rei-Sol, os devotos não se preocuparam tanto com a constante imoralidade própria de todas as cortes do século XVII. Mas chocaram-se com o exemplo do soberano, que arruinou sessenta anos de esforços da Igreja e do Estado para defender a concepção católica da instituição matrimonial e familiar. O Concílio de Trento, em 1545, condenara severamente o adultério e um édito real privava de seus títulos e de suas qualidades de fidalgos os filhos ilegítimos de nobres. As cartas de enobrecimento só eram acordadas mediante a comprovação de méritos seus ou de seus pais.

Na contramão dessas disposições, Luís XIV seguiu o exemplo de Henrique IV e exhibia-se com sua corte de favoritas e bastardos. Comportava-se como um sultão em seu harém de concubinas, cujos filhos espúrios legitimava regularmente. Esquecia que os hábitos do chamado Grande Henrique eram uma herança dos tempos feudais.

Passados mais de cem anos, Pedro e Domitila repetiam a fórmula: exceção ou a regra? Os viajantes que por aqui passaram na primeira metade do século XIX concordavam num ponto: "A moralidade reinante no Rio de Janeiro se apresenta bem precária", como dizia o mineralogista inglês Alexander Caldcleugh. Já Freycinet queixava-se dos vícios e da libertinagem. Afinal, era um país onde não era difícil encontrar "todo o tipo de excessos". E Arago cravava: o Rio era uma cidade onde os vícios da Europa abundavam. Eles tomavam como vícios os concubinatos e adultérios correntes, sobretudo nas camadas mais pobres da população, onde se multiplicavam as teúdas e manteúdas.

“Nascer do outro lado dos lençóis” era eufemismo para designar bastardia. E não foram poucas as famílias assim constituídas. Coches e cocheiros, assim como alcoviteiros, passaram a ter seu papel na vida amorosa da cidade. Sinhás de sobrado não se furtavam a aventuras galantes dentro de vitórias ou carruagens com lanternas douradas, forros em damasco de seda e caixilhos das rodas em prata. Escravos cocheiros encarregavam-se de alcovitar amores proibidos, mas não eram os únicos.

Vendedores de flores e doceiras, com entrada franca nos sobrados imponentes das cidades, levavam e traziam mensagens: “As mulheres até casarem quase nunca saem de casa, a não ser quando sob a vigilância da mãe e vão à missa; companhia de homens lhes é absolutamente proibida, e este rigor as leva frequentemente a se entregarem a uma negra de sua confiança, que por caridade cristã assume o honrado papel de alcoviteira, com o que é satisfeita a natural inclinação das brasileiras para a aventura, de modo que até as filhas das famílias melhores, mais cultas, apesar de severamente vigiadas, quase sempre encontram oportunidade para desafiar a vigilância dos pais”, contaria, em 1825, o dinamarquês Heinrich Belmann.

O ambiente, portanto, ajudou. E a leitura sobre Luís XIV inspirou um gesto: em maio, D. Pedro reuniu os ministros da Guerra, do Império e da Marinha. E decidiu-se que Belinha, a bastarda considerada por D. Pedro fruto de seus “sinceros amores”, seria reconhecida. Apenas o marquês de Paranaguá ousou criticar a

complacência dos colegas. Sem indispor-se frontalmente com o imperador, fez, contudo, observações críticas.

Algumas pedras teriam que ser retiradas do caminho. Luís XIV enfrentou o confessor real, cuja tarefa era dirigir sua consciência. O poderoso abade Boileau aproveitou a Páscoa para negar-lhe a absolvição do pecado de adultério. Ao buscar a confissão, *Madame* de Montespan ouviu do mesmo que tinha de cessar “seus escândalos antes de jogar-se aos pés de Jesus Cristo”.

DUQUESA DE GOIÁS

Com D. Pedro não seria diferente. O imperador desafiou o bispo D. José Caetano e, com a costumeira autoridade, obrigou o vigário Manoel Joaquim Dantas a alterar a certidão de batismo da bastarda, para que constasse o assento de que a “sobredita inocente, a Senhora Isabel Maria de Alcântara”, fosse reconhecida como sua filha. O bispo capelão do Rio de Janeiro não cedeu: “Faça Vossa Majestade como entender [...]. Com minha anuência Vossa Majestade não tocará nos livros da Igreja.” Já o vigário não teve alternativa. Diante de um irritado Chalaça, tratou de buscar o livro, fazer o registro e obedecer às ordens do imperador, apagando a marca da paternidade desconhecida. Não bastasse, o imperador estipulou por decreto:

“Havendo eu reconhecido por minha filha a Dona Isabel Maria de Alcântara Brasileira e querendo fazer-lhe honra e mercê, hei por bem conceder-lhe o título de Duquesa de Goiás, com o tratamento de Alteza.

Palácio do Rio de Janeiro, Ano 5 da Independência do Império.”

Diante do direito eclesiástico, do direito civil e da Constituição, nada mais irregular e nulo. A declaração não passava de um papel em branco, sem legalidade. Mas D. Pedro, inspirado no Rei-Sol, impunha sua filha ilegítima aos seus legítimos, desafiando a ordem estabelecida. Acreditava que, por ser imperador, podia fazê-lo. Seus bastardos seriam nobres e chamar-se-iam Alcântara Brasileiro.

A vitória implacável foi de Domitila. Não ganhou apenas nessa frente, mas em outras também. O velho coronel João de Castro foi feito visconde de Castro; seu genro, o pacato e cornudo Boaventura, tornou-se barão de Sorocaba. Os irmãos de Titília foram tornados moços fidalgos da casa imperial. Para Leopoldina, o castigo foi maior: doravante seria obrigada a conviver com a pequenina Isabel, que ganhou um título de duquesa e acrescentou Maria ao nome de batismo. Dali em diante até as Forças Armadas teriam que prestar continência na passagem da menina.

Isabel Maria foi, então, pessoalmente apresentada a Leopoldina, que, segundo D. José Delavat, por tal motivo “*se afligió mucho e encerrandose en su habitacion, pasó llorando*”. Além do escândalo, a imperatriz teria que representar a dolorosa comédia de receber a primeira-dama e sua filha. Conta um biógrafo que ela teria desabafado a uma de suas servidoras: “Posso sofrer quanto quiserem, menos ver essa menina a par de meus filhos [...] É o maior sacrifício recebê-la.” A seguir, foi preciso apresentar a bastarda às filhas legítimas. As meninas passaram o dia juntas, na presença de Domitila e seus familiares. A imperatriz não se conformava em

ver crianças oriundas da mais alta estirpe europeia misturadas com outra, oriunda de gente não nobre, e, ainda por cima, filha de relações espúrias. Tratava-se de manter a dignidade dos filhos legítimos. Outro sacrifício era ver D. Pedro irritar-se com as filhas em favor da bastarda. D. Pedro fechava os olhos e exigia que Bela se misturasse aos meios-irmãos, fato que a deixava louca de tristeza e ressentimento.

Na edição do dia 10 de maio, o *Diário Fluminense*, sob a rubrica “artigos não oficiais”, publicou algumas linhas que causaram revolta, sobretudo entre os estrangeiros. Tentavam explicar à população que “tais fatos não enfraqueciam as monarquias”. Ao contrário, por vezes “tinham feito a fortuna dos povos”. Os artigos apregoavam as vantagens da bastardia, citava exemplos históricos e dava explicações estapafúrdias:

“A conduta de Sua Majestade o imperador neste lance, mostrando que os monarcas são homens, mostra também que eles devem ser pais. Este ato não é novo na história das monarquias [...], Henrique IV e Luís XVI reconheceram esta verdade, [...] não é por este lado que se enfraquecem as monarquias, pelo contrário, a história nos faz ver que iguais adoções têm feito mais de uma vez a fortuna dos povos.”

Diante da péssima repercussão, foi a vez de *O Spectador Brasileiro* correr em socorro de D. Pedro. Com o solene título “O reconhecimento de Sua Alteza Imperial Duquesa de Goiás”, invocava as maiores dinastias da Europa que, na época de “grandes triunfos”,

ofereceram “multiplicados exemplos desta conduta”. Seguia-se uma fileira de nomes. Caiu mal...

MURMÚRIOS E CALÚNIAS

Os atos do monarca provocaram toda sorte de comentários. Murmúrios e calúnias alimentavam o mal-estar em torno da favorita. Nos portões do palácio, choviam cartas anônimas e “expressões de espanto”. A todo instante colavam-se pasquins nas paredes das ruas. Em seguida, a polícia corria a retirá-los.

Os inimigos ganharam fôlego e os amigos tiveram que fechar os olhos. Daí por diante, os muros da cidade viviam empastelados. Esquinas exibiam cartazes contra Domitila e caricaturas injuriosas de D. Pedro. Num deles, Domitila puxava as rédeas de um cavalo: o imperador! Palavras e imagens demonstravam que havia uma ruptura entre a consciência dos súditos e a do monarca.

O conde de Gestas, em nota confidencial, registrou:

“O que terminou por abrir os olhos e produzir uma forte impressão sobre a opinião, foi a maneira pela qual o imperador reconheceu a filha que teve com Dona Domitila sob o nome de Duquesa de Goiás, e data desta época uma aparição em público com ela e certo esquecimento das conveniências sobre as quais os brasileiros manifestaram seu descontentamento.”

A decisão do imperador mereceu uma comemoração de gala e a data escolhida foi a inauguração do palacete de Domitila, mas também o aniversário da nova duquesinha. E toda a corte recebeu o cartão-convite. Compareceram os mais importantes personagens:

ministros do império, o capitão da guarda, o visconde de Cantagalo, o barão do Rio Pardo, o visconde de Barbacena, o cônego da Capela Imperial e o abade Boiret, mestre das princesas, entre outros. Todos, em grande gala, tiraram o luto por D. João VI.

D. Pedro I chegou à casa da amante em uniforme, escoltado por dois cavaleiros. À porta, recebia o avô da pequena, recentemente nomeado camarista. Nos braços, a duquesa de Goiás. Leram-se dois documentos: o que reconhecia D. Isabel Maria de Bragança Brasileira e o que encarregava o velho Castro de sua guarda. Em voz alta, D. Pedro anunciou: "Eu vo-la apresento!"

Todos correram a beijar a mão daquela que, em cartas a Titília, ele chamava carinhosamente de "nossa Belinha". Seguiu-se um grande almoço em mesas que separavam pai e filha, seguindo a tradição da etiqueta real. Noutra, Domitila e seus parentes. O primeiro brinde foi feito à saúde da duquesa, o segundo, à família imperial, e o terceiro, à Assembleia. Não faltaram gafes, de acordo com o meticuloso Mareschal: o ministro dos Negócios Exteriores e o visconde de Gericinó caíram bêbados. "O primeiro por devotamento, o segundo por ser hábito seu", explicava a Viena. Para romper o baile, iniciou-se a contradança de cerimônia pelo casal de amantes. Nas cocheiras do Paço, carruagens foram especialmente destinadas à menina. Um brigue de guerra foi batizado com seu pomposo título.

Leopoldina passou o dia caçando. D. Pedro colocou-a a par dos fatos. E Mareschal cravava: "É puro Luís XIV, pelo menos foi o modelo que lhe apresentaram [...] sem calcular nem a diferença dos tempos, nem das posições."

Nesse entretanto, Leopoldina recebia nos aposentos particulares Isabel Maria e a rival. Mareschal escrevia à Áustria explicando que a “boa inteligência” entre marido e mulher não tinha sido prejudicada graças ao “bom espírito e ao sentido de moral” da arquiduquesa. O cônsul espanhol rematava: “A imperatriz tem dissimulado a dita conexão entre seu augusto esposo e a mencionada senhora, tratando-a com amizade em público.” O que podia mover tanta dedicação? A formação religiosa, na qual, quanto mais sacrifício, melhor. Em seu isolamento, a imperatriz sequer sonhava que seria mal interpretada.

POUCO CASO

O conde de Gestas, porém, queixava-se: “É lamentável que a extrema bondade que caracterizava o coração da imperatriz levou-a a uma conduta que só agravou a maneira de ser de seu esposo em relação a ela.” Não eram poucos os que perguntavam se tratava-se de negligência, insensibilidade ou pouco caso. Afinal, a comédia era encenada em público, o espetáculo dado a todos. E tudo às escâncaras. A única coisa não visível, silenciada, sufocada era o sofrimento da imperatriz.

Quando surgiu o boato de que Leopoldina queria partir para a Europa, muitos reagiram. Num texto anônimo dirigido ao imperador, um jornal explicava o porquê: “A cega paixão amorosa que V. M. há tributado a mulher indigna, de tal sorte por sua má conduta e baixa educação.”

Francisco I, que trocava cartas com Mareschal, considerava o genro "uma espécie de miserável velhaco". Um inimigo de D. Pedro, exilado na Argentina, incitava o povo: "Que esperais desse marido brutal, que, escandalosamente libertino, nada respeita?" O certo é que tais imprecações encheram o imperador de medo. Passou a andar armado e a visitar os quartéis de surpresa. Temia que a amante e sua família pudessem ser vítimas de represálias. Voltou D. Pedro a aproximar-se da imperatriz. Mas só em público.

A paixão por Domitila era forte e D. Pedro não a escondia: "Não podendo pelo verdadeiro e sincero amor que lhe tenho deixar de procurar todas as ocasiões de a ver ..."; "Vou fazer a barba para mecê não ser arranhada à noite." Vigia a amante através de um binóculo. E assinava-se "amigo *ex corde et anima*". Digladiavam-se em ciúmeiras: "Eu já não namoro mais ninguém depois que lhe dei minha palavra de honra [...]. Sinto infinito que depois de tanto tempo de prova mecê ache ainda capaz de fazer traições e infidelidades." E ainda levava Belinha para ver os exercícios militares no campo da Aclamação.

Chegou outubro. Na data do seu aniversário, o imperador assinou o título que levava a viscondessa de Santos a marquesa do mesmo nome, "por merecimento próprio". Para Leopoldina, era o que bastava. O drama doméstico alcançava suas notas mais agudas. No dia 23 do mesmo mês, ela pediu a Mareschal que comunicasse ao pai: era extremamente infeliz.

Leopoldina estava cada vez mais desmazelada, os cabelos enrolados no alto da cabeça. As bochechas arroxeadas e flácidas.

Seus desafetos diziam que ela afogava as mágoas no vinho. Não lia mais. Nada parecia interessar-lhe: nem a política, nem a família. Maria da Glória via o sofrimento da mãe. Reagia batendo na Goiás, quando a pequena vinha brincar em São Cristóvão. O pai interferiu e teve que ouvir da pequena: que ele não ousasse encostar a mão na rainha de Portugal.

As cartas não deixavam mentir. Nelas, Leopoldina revelava melancolia e mágoa. Confessava “um estado inexplicável de inquietação e tristeza”. A insônia era constante. Tinha uma dor no ilíaco que parecia queimá-la por dentro. “Hoje achando-me numa sonolência muito desagradável, não sendo nada do meu gênio.” Parecia doente. “Vou, graças a Deus, vivendo, mas muito sem sabor; dormi mais esta noite, mas sono muito interrompido e às vezes acordo em confusão. O remédio que chegou da botica parece leite. Vou tomando duma a outra metade. Devia ter bebido tomando caldo em cima.” Urinava muco branco e queixava-se de solturas e dor na virilha e quadris. “Passei a noite inquieta... Tenho ainda aflições na cabeça.” “Creio que é tudo nervoso e vou passear vendo se a distração me faz bem.” Fugia para a fazenda do padre Corrêa, em Petrópolis, onde se sentia um pouco, apenas um pouco mais contente.

Na volta, escrevia: “Fui ontem ao teatro e gostei da comédia. Levantei-me à meia-noite, chegou-me a imaginação como de costume, com seu contínuo abatimento de que me faltarão forças pelo trabalho de parto e que eu morrerai. Que diz disto?”

Tinha forças para dar notícias dos filhos: o primeiro dente queixal, a urina cor de gema de ovo, “o nariz entupido por causa da porcaria dos criados que não limpam” e “Pedrinho chorando muito esses dias”. Ou “Maria da Glória cada vez mais endiabrada”. E a ama, com sarna.

Leopoldina vivia em isolamento total. Onde estavam Louison e o “querido papai”? A irmã vivia os últimos anos do conde Adam de Neipperg, que faleceria em 1827. Morando em Parma, distante da corte vienense para não despertar o “furor das harpias” – como aconselhou sua madrasta –, ela mandou construir, entre 1821 e 1829, um teatro com fachada dourada e excelente acústica. Inaugurou-o com uma ópera de Bellini, *Zaira*. O julgamento da história jamais perdoaria a segunda consorte que abandonou Napoleão, sem jamais tentar reencontrá-lo em Elba ou Santa Helena. A ironia é que o imperador francês considerava as alemãs as melhores esposas do mundo.

MEU TESOURO

Nessa altura, Napoleão II, o filho que tiveram, adorado por Leopoldina, que o chamava de “meu tesouro”, unia-se por um sentimento de terna afeição a Sofia, esposa de Francisco-Carlos, seu tio. Iam juntos ao teatro, passeavam nas florestas próximas a Schönbrunn, visitavam um lugar encantado, que representaria, anos mais tarde, um enigma e uma tragédia: Mayerling, um pavilhão de caça a poucos quilômetros de Viena. Os passeios terminavam na relva.

Louison falhou como esposa e, depois, como mãe. Quando o jovem príncipe morreu, em 1832, aos 21 anos, a única a desesperar-se foi a arquiduquesa Sofia. Atingido por uma tuberculose, ele foi tratado como se estivesse doente do fígado. Quando o avô, Francisco I, recebeu a notícia da morte do neto, reagiu lacônico: “Essa morte seria um bem para ele e também para a monarquia...”

Louison também fracassou como irmã. Referia-se a Leopoldina unicamente como *“ma pauvre soeur qui est allée mourir au Brésil malheureuse et loin des siens”* – em português, “minha pobre irmã que foi morrer no Brasil, infeliz e longe dos seus”.

Nas últimas cartas que trocaram, nunca uma verdade. Só amenidades:

“Querida Luísa,

Graças a Deus [...] e continuas sendo aquela que mais amo neste mundo [...] e apenas a doce e fervorosa esperança de te estreitar de novo junto ao meu coração de irmã me mantém e faz por vezes que não desespere por completo.”

Sobre o casamento da filha Maria da Glória com o cunhado, D. Miguel: “Deus permita que seja uma união feliz, pois tenho que te confessar que cada vez mais me convenço de que apenas paixão mútua e amizade podem fazer um casamento feliz, e nós, pobres princesas, somos tais quais dados, que se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado.”

Ou para enviar-lhe “uma lembrança da terra tão estranha em todos os sentidos” e dizer-lhe que Paula Mariana e Pedro eram completamente como sua “querida família austríaca”. Leopoldina

sempre se sentiu uma estrangeira. E a Áustria era o centro de seu mundo interior. O sentimento de desterro era acentuado pela depressão. Escrevendo a *milady* Graham, dizia-lhe com todas as letras: "Estou desde há algum tempo numa melancolia realmente negra." E depois, sobre a estadia da amiga na Europa: "como a invejo do fundo deste deserto". Brasil: uma desolação.

O pai também estava demasiadamente ocupado. Entre as mãos competentes do príncipe de Metternich, a liga dos príncipes cristãos foi um utensílio eficaz de repressão contra as aspirações nacionais e liberais na Alemanha e na Itália. Mas esse acordo, que, supostamente, deveria prevenir as desordens na Europa, foi esvaziado por muitos fatos. A defecção da Inglaterra em 1825, seguida dos preparativos do levante grego contra o Império Otomano, ocupava corações e mentes. Na cena internacional, a Áustria perdia terreno em relação à França, à Inglaterra e à Rússia. Em breve, a revolução de 1830 expulsaria os Bourbon do trono francês e os Habsburgo veriam sucedê-los um "rei burguês", Luís Filipe de Orléans, cuja prioridade era a simplicidade e a vida familiar.

Em Viena, Francisco I acompanhou algumas mudanças: deu mais leveza ao protocolo e recebia seus súditos às quartas-feiras, em audiências sem brilho. A cidade e a corte pareciam cochilar, regalando-se de chocolate, café e *pâtisseries*. Tudo se passava como se a capital, esgotada pelo interminável Congresso, se colocasse numa prudente convalescença. Apenas uma música acordava os vienenses: a da valsa. Os Strauss acompanharam e sobreviveram aos Habsburgo. O ritmo era uma novidade e foi considerado a

primeira revolução vienense do século XIX. Ele abria e fechava todos os bailes, ressoava imperial e popular ao mesmo tempo.

Sem contar a incrível audácia de um homem enlaçar uma cintura feminina ou tocar os dedos enluvados de uma mão de mulher! O monarca dançava e o congresso dançava junto. Enquanto Leopoldina mergulhava na mais negra depressão, seu pai preocupava-se com a sucessão do trono e o destino de Ferdinando, alcunhado *o Débil*, ao som da *Täuberln-Walzer*.

DEPRESSÃO

O que significava depressão no século XIX? Ainda impregnados da teoria dos humores, os médicos acreditavam que ela revelava um temperamento ou uma maneira de reagir ao mundo – a complexão – feita da mistura de queixumes e condutas que garantiam um estado de espírito flutuante, doloroso, debilitador, sonhador e nostálgico. Tais estados de espírito agitavam-se nas sombras do corpo. O mal era o humor negro desesperado. O rosto dos melancólicos trazia a marca da fadiga do mundo, do *taedium vitae* que assustava os interlocutores. Estudiosos diziam, então, que tal humor era sutil ao calor: como a madeira seca produzia a chama, o calor tropical animava a melancolia. Aqui, o corte transformava-se em ferida aberta. Na distante família, ninguém via que Leopoldina se entregava. Parecia não querer mais viver.

Francisco I diria mais tarde, ao visconde de Barbacena, que uma moça “tímida e negligente” como sua filha não poderia fazer a felicidade de D. Pedro. Seus prazeres eram vistos como inocentes e

escassos: aqui e ali conversava em alemão com um ministro que dominasse a língua; pintava pequenos quadros; trocava ideias sobre ciências naturais com quem lhe desse ouvidos. Desde meados do ano, queixava-se a todos de melancolia. Como tantos que sofriam desse mal de viver, achava que a vida era uma mistura de inquietude e contrariedades. Pensar era sofrer.

Era uma vencida, disse sobre ela um biógrafo. “Gastadeira, mentirosa e perturbada”, acrescentou o marquês de Gabriac. Porém Leopoldina apenas sofria de desilusão. O ostentoso pedido de casamento, o cortejo com oitenta lacaios, as festas de noivado encheram de inveja as outras princesas casadoiras. Tudo engano! Levaria às terras selvagens da América o sangue secular dos Habsburgo. Até Napoleão teria dito: uma sólida realeza faria a fortuna do povo que a tivesse na América. Fantasia! A única verdade? Ela amava o marido de amor romântico. E, por esse amor, recebia os piores golpes. Percorria o calvário das esposas infelizes.

No início de novembro, morria o coronel reformado João de Castro Canto e Melo, feito visconde de Castro, grande do império e gentil-homem de Sua Majestade. Tinha 86 anos de bons serviços prestados à coroa. Amicíssimo de D. João VI. Seu erro? Ter consentido o adultério da filha. Sua glória? Ter apresentado o príncipe imperial, meses antes, à deputação extraordinária da Assembleia Legislativa e levado, a seguir, o auto de reconhecimento do herdeiro do trono ao pai em São Cristóvão.

A doença começou em outubro: um ataque apoplético seguido de hemiplegia. Veio o barão de Inhomirim, médico da Câmara de Sua

Majestade. Seguiu-se “considerável palpitação sobre o estômago que indicava um aneurisma”. “O pulso acelerado mostrava grande embaraço na circulação.” Correu-se, logo, com a extrema-unção e os óleos. Para receber o viático, atapetou-se a casa com folhas de cravo, canela e laranjeira, iluminando-a com castiçais, candeias e lanternas. Os presentes, ajoelhados, acolheram o padre. Mergulhado na fumaça do incenso, o moribundo se confessou. O padre leu preces e ungiu olhos, orelhas, nariz, boca e mãos – instrumentos dos sentidos e dos pecados. Deu-lhe a cruz a beijar. Ao fundo, preces.

A GOTA D'ÁGUA

O quarto encheu-se de gente: todos oravam. Com as mãos no terço, Domitila e D. Pedro. A dama de branco vinha buscar o valente soldado. Ele resistiu duas semanas. Comportara-se heroicamente contra os espanhóis nas guerras do Sul e nunca pedia nada: “Todas as mercês que recebeu foram nascidas da generosidade do imperador.” Teve até visita de Leopoldina. Depois, a imperatriz subiu as escadarias da Igreja da Glória para pedir por sua saúde. A marquesa de Itaguaí admoestou-a respeitosamente e ouviu em resposta : “Ele pede a Deus pelo Castro, eu peço que Ele lhe abra os olhos...”

No dia 30, o imperador deixou o Paço para acompanhar os últimos momentos do velho amigo. O sofrimento do coronel o fez esquecer os compromissos conjugais. Ao seu lado, Domitila em prantos. Ambos não arredavam pé do leito do moribundo. Às cinco horas

menos um quarto da tarde de 2 de novembro, João de Castro e Melo não respirava mais. Ao abrigo da curiosidade alheia, foi banhado, vestido com a mortalha de sua escolha, barbeado, embelezado por corte de cabelo e unha. O ofício era feito por comadres e parteiras. Exclusiva foi também a vigília, na qual se comia e bebia na presença mais chegada dos parentes. Os mais próximos cuidavam da organização do funeral. Contratou-se um armador para “armar a casa”, ou seja, decorá-la com panos negros que simbolizavam o luto.

Avisou-se aos amigos por carta-convite especialmente entregues por escravos e criados. Quando saiu o enterro, apagaram-se os traços da morte em casa: varreram-se os cômodos com especial cuidado, jogando a poeira para a porta da frente, que ficou semicerrada. Só assim a alma do coronel não voltaria para assustar os seus. Depois, foi mergulhado na catacumba da capela de Nossa Senhora da Anunciação, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, de que era irmão. Correu pela cidade que os gastos do funeral foram excessivos. O velho senhor teve as honras de estribeiro-mor, cargo que recebeu sem saber, pois já delirava.

No dia 6 de novembro, *O Spectador Brasileiro* publicava: “O tesoureiro da Casa Imperial, Plácido Antonio Pereira de Abreu, por ordens de Sua Majestade Imperial, anunciou que tem ordem do mesmo Augusto Senhor para pagar todas as dívidas que se lhe apresentarem do falecido Visconde de Castro.” Até isso.

Ou talvez isso: não se sabe o que foi a gota d’água para Leopoldina. Mas, ela cansou. Ao voltar D. Pedro, recebeu-o com unhas e dentes, numa cena infernal. Trocaram insultos. Ela ameaçou

recolher-se ao Convento da Ajuda, à espera de que o pai a mandasse levar de volta para a Áustria. Fez as malas do imperador e disse-lhe que fosse viver para sempre com a favorita. Ele revidou, acusando-a de gastar demais com comida e ameaçando cortar pela metade as despesas da cozinha. Os biógrafos divergem sobre uma agressão na frente do cozinheiro francês. Há, porém, registros de que ele teria se destemperado.

Compaixão, amizade? Não se sabe o que fez D. Pedro, mais tarde, pedir-lhe perdão. Às vésperas da partida do imperador para o Sul, o conde de Gestas soube e anotou: "A saúde perturbada por um início de gestação foi ainda mais alterada pela partida de seu Augusto Esposo. Garantiram-me que ela recebeu ternas marcas de afeto nos seus últimos dias." O imperador desculpou-se antes de ir para a guerra, que não ia bem. O esforço para reaver a Banda Oriental e a fronteira no estuário do Prata estava em curso.

Na batalha conjugal, porém, ela perdoou tudo: as infâmias e vexames, a amante na porta ao lado, a bastarda a brincar com seus filhos. Voltou a achar que ele era o melhor de todos os esposos. Para confirmar as pazes, ele passou três noites com ela. Preocupou-se com sua saúde. Ela deu-lhe um anel romântico, com dois brilhantes, dois corações e o nome de ambos unidos e gravados. E avisou: "Eu estou morrendo [...] quando você voltar do Rio Grande, eu não estarei mais aqui. Os que são separados na vida serão unidos depois da morte." Despediram-se chorando. Ela arrematou: "Que todos o perdoem e ninguém lhe guarde rancor." Abatido, D. Pedro deixou a esposa. Mas partiu com antecipadas saudades da amante.



ENTRE A ESPOSA E A AMANTE

E não sem antes fazer uma última desfeita a Leopoldina. Na noite anterior ao embarque, ele tentou forçar a imperatriz a entrar no salão, onde se realizava a cerimônia do beija-mão, acompanhada apenas pela dama paulista. Queria deixar Titília amparada pelo teatro que ele mesmo orquestrara para enganar a opinião pública. A esposa não cedeu, pois julgava o ato atentatório a sua dignidade. Vários biógrafos revelam que ele tentou arrastá-la para a sala com imprecações e gestos violentos. Deu-lhe pancadas? Alguns preferem falar em maus-tratos. A verdade é que ela “foi conduzida do lugar da entrevista para um leito de dor”, segundo testemunhas.

A viagem realizou-se às carreiras. A 29 de novembro, o imperador alcançou Canavieiras, em Santa Catarina. Em Araçatuba, desembarcou no dia 1º de dezembro. Sete dias depois, entrava a cavalo em Porto Alegre. No dia 18, às cinco e meia da tarde, escreveu a primeira carta para a Proprietária:

“Minha querida esposa do meu coração,

Agora neste momento fundíamos com muito boa viagem e com o comboio todo junto a largar ferro, caiu um pampeirete com trovoada, mas fraca. Esta manhã às nove horas, avistamos uma corveta com bandeira francesa, demos-lhe caça por duas horas e meia, e não entrando com ela, pois ela andava mais, voltamos a entrar com o comboio e mandei o *Pássaro* por excelência que é a fragata *Isabel* que anda muito e tenho sobejas esperanças que seja agarrado o tal inimigo que é uma linda corveta. Pretendo partir para

o Rio Grande por ser assim mais conveniente para fazer ir à tropa com brevidade para o exército.

Agora só me resta patentear-lhe por este modo as acerbas saudades que tinha da imperatriz que pode contar que é amada do fundo do coração. Deste seu esposo amante e saudoso.

P.S.: Abraços e beijos em todos os nossos queridos filhos e conte que quanto mais depressa eu puder lá estarei.”

No mesmo dia, mesmo horário e com o mesmo primeiro parágrafo descritivo, seguiu outra carta para “Minha querida filha e amiga do meu coração”. Um longo segundo parágrafo, contudo, marcava as diferenças entre a esposa e a amante:

“Não te posso, minha filha, explicar as acerbas saudades que dilaceram o coração do teu constante, fiel e saudoso filho. Nada mais digo senão que só teu, e do mesmo modo quer esteja no céu, no inferno ou não sei onde. Tu existes e existirás sempre em minha lembrança, e não se passa um só momento que meu coração me não doa de saudades tuas, e da nossa querida Bela, a quem darás mil beijos e mil abraços de minha parte. Recomenda-me a tua mãe, a *nhá* Cândida, e acredita que sou o mesmo teu amante filho e amigo fiel, constante, desvelado, agradecido e verdadeiro e saudoso por estar de ti ausente.”

A valentia do imperador teria que ser demonstrada num quadro muito diferente daquele enfrentado pelos portugueses dez anos antes. As tropas regulares tinham voltado a Portugal entre 1823 e 1824 e as forças, no interior, eram em muito menor número do que os inimigos. Além disso, o moral das tropas estava baixo. Às portas

da Alfândega, onde embarcavam as milícias, lia-se: "Aqui se recebem esmolas pelas almas de nossos soldados enviados ao Sul." Pernambucanos e baianos lutavam descalços, famintos, cobertos por roupas de algodão num clima tão frio que a água congelava. Os navios estacionados ao largo de Buenos Aires eram insuficientes para estabelecer um bloqueio efetivo. D. Pedro logo ficou sabendo que as condições do Exército eram péssimas. E reagiu como de costume: uma enxurrada de ordens, demissão dos incompetentes e confraternização com as tropas. A guerra ameaçava trazer inúmeros prejuízos ao comércio do Brasil. O imperador estava lá para liderar uma ofensiva no fim do ano.

As pressões e os rumores emanavam de todos os lados. Como se não bastassem os problemas locais, a situação em Portugal fervia. Antes de partir, recebera cartas da mana Isabel Maria, regente depois da morte de D. João VI, trazendo as piores notícias. A luta fratricida pelo trono se acirrava. As outras irmãs, D. Maria Teresa e D. Maria Francisca, consideravam D. Pedro um usurpador. Por que não substituir a infanta por D. Miguel? E açulavam o mano, que se encontrava na Áustria aos cuidados de Francisco I, para que voltasse pela Espanha para reunir forças, entrando em Portugal como novo rei. Na Europa, corriam memórias que negavam a legitimidade do imperador brasileiro ao trono luso. Foi preciso Metternich interferir numa resposta pública. Proclamações nos jornais contra a regente somavam-se a artigos em favor de D. Miguel. Pior, havia quem dissesse que os irmãos estavam mancomunados e que os

empréstimos conseguidos em Londres nem sequer tinham entrado nos cofres da nação. Ambos se locupletavam!

A visita de D. Pedro ao Sul, porém, foi interrompida abruptamente. As notícias começaram a circular na imprensa, assim que ele deixou a capital. *O Spectador Brasileiro* começou anunciando que a imperatriz estava, "há alguns dias, acamada com uma erisipela", mas "ia progressivamente melhor".

Comum nos obesos como Leopoldina, a infecção causava febre, náuseas, vômitos, pele brilhosa, vermelha e quente. Era chamada de mal de Santo Antônio. Rumores, contudo, diziam que o problema era mais grave. Irmandades e confrarias se associavam em procissões e missas. Andores enchiam as ruas. O pedido era um só: "que o Supremo Árbitro da Vida e da Morte prolongasse os preciosíssimos dias de Sua Majestade a Imperatriz":

"O povo desta capital continua na sua ansiedade a procurar todos os momentos conhecer seu estado efetivo, já pelos boletins médicos, já pessoalmente dirigindo-se à Quinta onde se misturam grandes e pequenos nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, com lágrimas nos olhos, o rosto abatido e o coração repassado de amargura e inquietação, fazem, tremendo, esta pergunta: Como está a imperatriz?"

No dia 29 de novembro, com grande esforço, Leopoldina levantou-se do leito e presidiu, na chamada Sala Chinesa, o conselho de ministros. A seguir, até o dia 1º de dezembro, mergulhou em febre e convulsões. Cancelaram-se os compromissos oficiais. Ela não deixaria o quarto. Acordou para conversar, apreensiva e abatida,

com o ministro e marquês de Paranaguá. Às duas horas da manhã, abortou um feto masculino. Saiu perfeito e foi acondicionado em álcool para ser mostrado ao pai.

D. Pedro, que nada sabia do agravamento do estado de saúde de sua esposa, recebia notícias de Titília. Estava queixosa. Sentia-se isolada. Mentia, pois Leopoldina, ainda que acamada, acolhia pacientemente mãe e filha. O imperador resolveu partir bruscamente. Só na vila de Rio Grande recebeu os despachos do dia 7, falando em perigo de morte da consorte. Irritado, maltratava sem cessar seus ministros.

Enquanto isso...

CAPÍTULO VII

Jogos de amor e morte

NÃO HOUVE FESTA

Boletins médicos assinados pelo visconde de Inhomirim davam conta do caso e da atuação dos médicos. No dia 2, em que se comemoraria o aniversário do filho Pedro, não houve festa. Apenas as fortalezas deram salvas. No dia 3, ao meio-dia, anunciaram febre, evacuações biliosas, pouco sono, “tosse gutural teimosa”, “algum tremor de mãos” e “meteorismo”. A incoerência de comportamento levou o médico a aplicar sinapismos, ou seja, cataplasmas de vinagre, mostarda e farinha. O momento era de aflição. No dia 4, Leopoldina teria passado menos mal à tarde e tinha as funções intelectuais, antes embaralhadas, em bom estado. À noite, teve pesadelos e “assaltos espasmódicos”. Depois, queixou-se de sensação de desfalecimento, mas, aos olhos dos médicos, sua situação parecia melhorar. Às oito horas da noite, “confessou-se sem abalo e tomou o Santíssimo Sacramento”. Chamou os criados da família imperial e pediu-lhes perdão se estivessem ressentidos com algo que ela não soubesse. Todos choravam juntos. Dormiu um pouquinho: “um benefício de Deus.”

O dia 5 não transcorreu tão bem... Na madrugada, ela se agitou, suou. Só tomou caldos. Sofreu “treze evacuações biliosas com mau cheiro”. De novo reunidos, todos os médicos da Imperial Câmara resolveram passar para um remédio mais eficiente: a “água de Inglaterra”. No sexto dia, ela não estava nem melhor nem pior. Aos primeiros sinais do que os sábios doutores chamavam de exacerbação ou impaciência, suspenderam-se os remédios e deram-

Ihe caldos. Leopoldina começou a se desfazer em líquidos e fezes. Passou a vomitar.

No dia 6, pouco sono e "estado cerebral um pouco mais preocupado". Prosseguia a diarreia. No dia seguinte, resolveram os médicos aderir à medicação mais eficiente: cânfora, éter, vinho quinado e "vesicatórios na nuca". Sem resposta, uma nova conferência dos médicos optou por insistir na medicação. O pulso e a respiração pareciam ter um princípio de melhora.

Nesse dia, a Irmandade de Nossa Senhora da Glória organizou procissão e o esquadrão de cavalaria de Minas Gerais uniu-se aos moradores em preces, em Mata-Porcos. Na capela imperial, juntaram-se outras irmandades: Nossa Senhora do Carmo, das Dores, de São Francisco de Paula, do Santo Sacramento, de São Francisco da Penitência etc. Todos os membros com suas opas, cruces e bandeiras em súplicas ardentes. Afinal, como dizia o *Diário Fluminense*: "A Religião, em tão iminente calamidade, é o único refúgio de tão justa ansiedade." Chovia no Rio de Janeiro, e os súditos, com vestes ensopadas, choravam. No dia 8, soou o alarme. Leopoldina passara mal à noite.

"Não houve sintomas novos, mas, cresceram infelizmente alguns dos que mais têm figurado como delírio, subsultos, tremores, sonolência, e as forças diminuem. Fez-se às oito horas desta manhã a Conferência, que havia de ter lugar às 11h. Reconheceu-se o aumento de gravidade, e por isto conveio-se sem discrepância em fazer novas adições ao uso dos remédios em que Sua Majestade se

achava, para servirem diversamente combinados, conforme as ocorrências”, explicava Inhomirim.

Leopoldina começou a suspeitar dos remédios que lhe davam. Delirava, amaldiçoando a amante do marido. Atribuía-lhe poderes de feitiçaria negra. Reagia com gritos ao vê-la. Os sentimentos da submissa imperatriz, contidos por tanto tempo, explodiam. Afinal, foram anos em que dividira a cena com a paulista, escondendo sob uma capa de cordialidade o ódio e o desprezo que sentia. A violência entre as mulheres nunca deixou de existir e Leopoldina apenas se batia contra a que Domitila ainda ousava lhe impor.

No mesmo dia, D. Pedro escrevia à esposa noticiando sua chegada a Porto Alegre e explicando: “A desordem na administração é enorme. Mas hei de pôr tudo direito.” Ela nunca lia essas linhas.

UM TESTAMENTO DE INFELICIDADE

No dia 9, mencionou-se a expulsão dos restos de placenta. No entender dos médicos, ela se achava “mais perturbada de cérebro e nervos”. Piorava de hora em hora. Na tarde do dia 10, o capelão foi chamado para ministrar-lhe a extrema-unção. Mareschal, que se encontrava entre os que podiam ficar no quarto da imperatriz, acrescentou que, “quando o Bispo começou a recitar a prece dos agonizantes, Sua Majestade se encontrava em estado convulsivo, o abatimento aumentando a cada instante, o que somente lhe permitia gemer fracamente”. Os médicos se revezavam. Dentro e fora do palácio, em vigília constante, povo, criados, escravos, literalmente todos de joelhos pelas ruas. O boletim do dia 11 não

deixava esperanças: "Sua Majestade ainda vive, e as diligências continuarão, mas o seu estado é para desanimar."

O 17º boletim resumia: "Pela maior das desgraças se faz público, que a enfermidade de Sua Majestade e a imperatriz resistiu a todas as diligências médicas empregadas com todo o cuidado por todos os Médicos da Imperial Câmara. Foi Deus Servido chamá-la a Si pelas dez horas e um quarto."

Nenhuma palavra oficial sobre o aborto de um feto do sexo masculino de três meses. As informações finalmente alcançaram o marido. "Minha pena até se recusa a escrever as palavras", diziam as primeiras linhas de uma carta coberta de cinzas e assinada por frei Arrábida. "A virtuosa imperatriz Leopoldina não está mais neste mundo." Apagava-se a piedosa, a santa, a devota austríaca.

Não se sabe quando, mas, acamada, Leopoldina ditou uma carta endereçada a Louison: a última. Traçou-a a marquesa de Aguiar, sua camareira. O tom de lamento era o mesmo da correspondência que a jovem alimentara durante anos, sem respostas. Sim, ela era capaz de amargura. E deixou um testamento de infelicidade:

"Minha adorada mana,

Reduzida ao mais deplorável estado de saúde e chegada ao último ponto de minha vida no meio dos maiores sofrimentos, terei também a desgraça de não poder eu mesma explicar-vos todos aqueles sentimentos que há tanto tempo existiam em minha alma, minha mana. Não vos tornarei a ver! Não poderei outra vez repetir que vos amava, que vos adorava!

Pois, já que não posso ter essa tão inocente satisfação, igual a outras muitas que permitidas me não são, ouvi o grito de uma vítima que vos reclama não vingança, mas piedade e socorro do fraternal afeto para inocentes filhos que órfãos vão ficar em poder de si mesmos ou das pessoas que foram os autores das minhas desgraças, reduzindo-me ao estado em que me acho.”

Ela, que sempre fora resignada e muda, mergulhada numa tristeza que a deixava à beira da loucura, não tinha só a preocupação de alertar a família para os riscos que corriam os filhos. Afinal, eles foram sua única fonte de alegria e razão política do casamento. Aos 29 anos, mãe de 5 filhos vivos, a moribunda acusava:

“Há quase quatro anos, minha adorada mana, como vos tenho escrito, por amor de um monstro sedutor me vejo reduzida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida do meu adorado Pedro. Ultimamente, acabou de dar-me a prova de seu total esquecimento a meu respeito maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças. Muito e muito tinha a dizer-vos, mas faltam-me forças para me lembrar de tão horroroso atentado que será sem dúvida a causa da minha morte.”

Pela última vez, confessava sua solidão e abandono. A que fora relegada pelo marido, mas, também, pela própria família. Se, publicamente, não reagira ao escândalo, usara a privacidade de uma carta para acusar o companheiro e sua amante. Ela poderia ter escrito como o poeta: “Eles me mataram.” O lamento de Leopoldina registrava, pela última vez, sua luta. Luta por um amor unilateral,

em que tudo virara armadilha. Depois de tanto cansaço, poderia, enfim, dormir um sono de criança. Nas últimas correspondências, dizia-se arrependida de ter casado. Passadas as "semanas de manteiga", sobravam "desgostos, aborrecimentos e o sacrifício da própria individualidade".

Contou Chalaça que D. Pedro sentiu o golpe. Apesar de atarefado em meio a mapas, tropas e projetos de campanha, recebeu a notícia com "profunda mágoa". "Tremeu e arrancou os cabelos." A comitiva que o acompanhava reuniu-se. Em sua correspondência, o Conselho de ministros foi mais específico. Depois de apresentar pêsames, confessava-se no dever de comunicar que a jovem imperatriz, em seus delírios, deixara perceber as causas de seu mal. Eram de ordem moral: desgostos e ressentimentos. A opinião pública já tinha conhecimento desses fúnebres queixumes ditos no momento de sua despedida: "Tendo chegado ao conhecimento público, a quem nada pode ser oculto em tais circunstâncias, incitaram-no a grandes maledicências com ameaças de vingança."

Carta do bispo reclamava a presença de D. Pedro, no Rio de Janeiro. Já frei Arrábida açulava-o: ficasse. Que fosse em busca de vitórias em nome de Deus, nas batalhas. Venceu o primeiro argumento: que o imperador voltasse o quanto antes. Mas havia uma terceira razão para levá-lo, rápido, dos areais de Torres a Santa Catarina, onde embarcou: havia um cheiro de anarquia no ar. Seus inimigos republicanos aproveitaram o vazio de poder para lançar uma campanha difamatória e retomar a cena política.

Sim, as circunstâncias da morte de Leopoldina e a detestada guerra no Sul podiam favorecer uma insurreição. Certa "Proclamação da Sentinela da Liberdade à beira do mar da praia Grande refugiada, em Buenos Aires aos habitantes livres do Brasil", por exemplo, dava o tom dos ataques. Chamando-o até de "antropófago", argumentava:

"Que podeis esperar de um perjuro, lacaio de estrebaria, borracho cachaceiro, sem educação e sem princípios, sem honra e sem fé, sem probidade e sem moral, sem talentos e sem virtudes, sem costumes e sem religião, sem palavras e sem vergonha; mau filho, pior pai, péssimo marido, iníquo monarca, de cuja boca nunca se tem ouvido uma boa palavra e de cujo coração jamais tem aparecido uma obra boa."

DESESPERO E DOR

De despedida, aprontou-se um espetáculo teatral, *Desespero e dor*, a que assistiram o monarca e seu secretário. Foram dadas ordens militares e frustrou-se o Exército, que queria ser comandado pelo próprio monarca. No dia 4 de janeiro, a nau *D. Pedro I* largava de Santa Catarina, trazendo a bordo o viúvo.

Não se sabe o que deu em Domitila, mas, no auge da crise, ela quis entrar na câmara da doente. "A concubina deu provas de imprudência e loucura", registrou Mareschal. "Seus ares imperiais ao atravessar os cômodos, como se estivesse tomando posse, e o tom arrogante e escandaloso de seus lamentos fizeram com que a dama de companhia incumbida, segundo os costumes, de presidir a

consulta dos médicos, não a recebesse.” Juntos, o marquês de Paranaguá, o bispo do Rio de Janeiro, frei Arrábida, e a marquesa de Aguiar, barraram-lhe a passagem: “Tenha paciência a senhora Marquesa! Vossa Excelência não pode entrar.” Pior foi saber que a jovem mãe, em agonia, chamava pelos filhos e que Titília não deixou que eles a vissem. A notícia correu sobre um rastilho de pólvora: a opinião pública. A aparência do povo não era mais desordenada, curiosa, inquieta. Era ameaçadora.

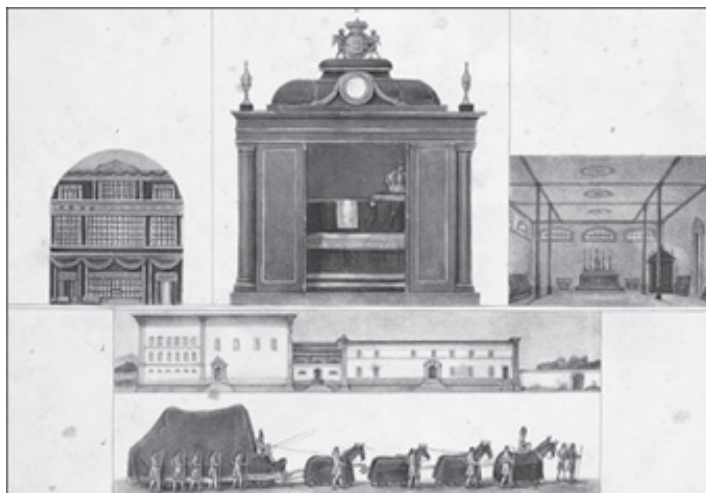
E explodiu. O povo queria vingança contra aquela que era considerada a causa da morte da querida imperatriz. Corria que a concubina se mancomunara com o cirurgião-mor para envenenar a imperatriz; que o verdadeiro príncipe tinha sido trocado pelo bastardo. Cartas anônimas agora eram endereçadas aos ministros. Estes reagiram, falando em afastar Titília da corte. Dois tiros foram disparados sobre um dos cunhados da marquesa de Santos, o coronel Oliva. Em fúria, a multidão dirigiu-se a São Cristóvão. A casa da marquesa foi cercada e apedrejada. Os mercenários alemães eram os mais agressivos. Chamaram-se reforços. Vieram patrulhas de cavalaria proteger os muros e portas do palacete.

Em carta a *milady* Graham, Mareschal, que odiava a concubina, não a poupou:

“Durante todos os anos, por mais desgraçados que tivessem sido de Maria Leopoldina no Brasil, não se soube que tivesse proferido uma queixa. Ela havia suportado a inconstância do imperador e durezas ocasionais [...] Mas naqueles momentos, no delírio da febre, rebentaram as expressões que provaram que sua calma e brandura

anteriores não tinham tido origem na insensibilidade, e verificou-se que seus sentimentos em relação à *Madame* de Santos, à nomeação desta para primeira-dama da corte, e sua escolha para companhia de viagem à Bahia, haviam sido as circunstâncias que haviam ferido profunda e fatalmente a imperatriz.”

Por carta, a favorita não perdeu tempo em contar ao amante que fora destrutada pelos ministros e pelo frei Arrábida. Que fora barrada à entrada do quarto de Leopoldina em seu leito de morte. O imperador não perdeu tempo em consolá-la:



O cortejo fúnebre que acompanhou o corpo de Leopoldina.

“Minha querida filha de meu coração e minha amiga. Teu tio Manuel Alves, meu íntimo amigo e inseparável companheiro de dia e de noite, é portador deste, ele, minha filha, te contará os incômodos, sofrimentos, aflições, pesares e mais que tudo o desgosto pela morte da minha adorada esposa, saudades e cuidados em ti, e em todos os meus, digo, nossos filhos me têm feito quase enlouquecer chegando a ponto de não comer três dias quase nada e

não dormir; ele te contará do célebre sonho que tive em 11 do mês passado que desde então data a minha aflição e disposições para vir unir-me contigo e junto do teu peito e sobre ele depositar minhas lágrimas. Eu tomo nojo [luto] por oito dias, e esta é a única razão que faz com que eu não vá logo. Como desejava abraçar-te e mais nossa Bela que tanto cuidado me deu e sim vá à noite como teu tio combinou contigo. Pedro I que é teu verdadeiro amigo saberá vingar-te de todas as afrontas que te fizeram ainda que sua vida lhe custe. É ao mesmo tempo com todo o gosto, e verdade que tenho o prazer de poder dizer com toda a franqueza e contentamento que sou o teu mesmo amante, filho e amigo fiel constante, desvelado, agradecido e verdadeiro, digo outra vez, amante fiel.”

Se por um lado o povo culpava Domitila, por outro santificava Leopoldina. Os jornais cobriam-na de adjetivos: virtuosa, bondosa, gentil. Enterrava-se a imagem da dona de convicções hereditárias: monarquia absoluta, autoridade real e obediência dos súditos eram princípios sacrossantos que a Habsburgo levou embora consigo. As folhas contavam também como a população reagiu: “gemia o clero ao pé do altar”, choravam famílias no interior de suas casas e mesmo os estrangeiros não escondiam as lágrimas. Do sobrado à senzala, do comércio ao zungu, onde se reuniam escravos, das ruas às estradas, o povo chorava. A cidade-porto em permanente bulício cobria-se de luto. Silenciavam as ruas, sem os gritos das vendeiras e dos cativos prestadores de serviços, sem o peditório de mendigos e de irmãos de confrarias, sem o canto dos presos que carregavam água ou dos escravos carregadores de café.



IRREPARÁVEL PERDA

“Quem tomará agora o partido dos negros? Nossa mãe se foi.” *Milady* Graham registrou o lamento. Pranto, também, no Asilo dos Órfãos dos Oficiais e vários estabelecimentos de caridade que ela havia criado. Calavam-se também os guias de tropas de mulas, os mascates, as mulheres nas janelas. Emudecia a conversa na frente das vendas ou das casas de pasto.

“Uma dor muda de desespero tomava todas as fisionomias; negros, mulatos, portugueses, ingleses, italianos, alemães todos choravam em comum a morte da imperatriz; pela primeira vez sentiam-se irmãos, o ódio nacional calava-se e os ressentimentos nacionais desapareciam”, contou Seidler. Em cada esquina, só se comentava a dignidade da imperatriz: “A morte pôs fim aos seus sofrimentos, sem estertor nem esforço. Seus traços não se alteraram e ela parecia dormir calmamente, numa posição bem natural”, registrou Mareschal. No dia 13 de dezembro, *O Spectador Brasileiro* retratava a cidade de luto:

“É impossível descrever a impressão que a morte da nossa amada imperatriz tem feito sobre os ânimos de todos os habitantes desta Capital, cuja tristeza ainda foi aumentada pelas demonstrações fúnebres acostumadas, praticadas em todas as repartições públicas. Desde que se publicou a fatal notícia, todas as fortalezas e navios de guerra içaram suas bandeiras a meio pau, dando tiros de dez em dez minutos, fecharam-se todos os tribunais por espaço de oito dias. Mesmo antes de se ter declarado o luto de seis meses, já todos os

cidadãos e mesmo todos os estrangeiros mostraram sinais externos do mais pesado luto e sinceros sentimentos de tão irreparável perda.”

A primeira das reações foi organizar o beija-mão da morta. Para isso, foi preciso retirar seu corpo da solução de álcool e cal na qual a tinham metido por dois dias. Injetaram-lhe líquidos corrosivos “por ser vedado pela lei portuguesa embalsamar mulheres”. Enfaixaram-na com linho e derramaram sobre ela essências e aromas a fim de evitar as consequências das altas temperaturas de verão. Na manhã do dia 13, vestiram-lhe os trajes de gala imperial e depuseram-na num catafalco, sobre uma colcha da China e travesseiros de seda verdes e amarelo-ouro. A mão direita, acinzentada, gélida e malcheirosa, pendia para fora, enluvada. Foi ela que os filhos beijaram.

A primeira foi Maria da Glória, seguida das irmãs e do pequeno Pedro, no colo daquela que iria substituir-lhes a mãe: a *Dadama*, D. Mariana de Verna em linguagem infantil. A filha mais velha explodiu em soluços, seguida pelos irmãos, que pareciam não acreditar no que viam. Maria da Glória tinha apenas 7 anos, Januária, 4, Paula, 3, Francisca, 2 e Pedro, 1. Seguiram-se altos funcionários. Logo, procissões provindas de todos os bairros rumaram para o palácio, estacionando nos portões. Carregavam velas, imagens ou círios monumentais.

De lá, a multidão retornou às oito horas da noite, arrastada por soturno cantochão entoado pelo cabido da capela imperial e seus cônegos. Um destacamento de cavalaria imperial abria o cortejo com

seus cavalos cobertos de veludo negro. A seguir, formavam o esquadrão de guarda de soldados alemães, membros do corpo do Senado da Câmara, camaristas, camareiras, conselheiros de Estado e o corpo diplomático em suas carruagens. O coche mortuário, também coberto de negro e puxado por quatro parelhas, era ladeado por lacaios de tochas acesas. Um esquadrão de guardas e de serventuários do Paço ladeava a carruagem de Leopoldina. Um silêncio de morte, quebrado por choro e o rufar de tambores, acompanhou o corpo.

Seguiam-se os coches com eclesiásticos, destacamentos de cavalaria, artilharia montada e caçadores a pé, com respectivas bandas. Vez por outra, disparavam as armas ao ar. Ao som de música fúnebre e do bater dos cascos dos cavalos, cruzaram Mata-Porcos, Catumbi, a rua do Conde, do Lavradio, de Mata-Cavalos, das Mangueiras e do Passeio público. Chegaram ao Convento da Ajuda às dez e meia da noite. Ali, os batalhões de granadeiros alemães, com os tambores revestidos de crepe, aguardavam a imperatriz.

Em sua Viena, Leopoldina teria sido conduzida à Cripta dos Padres Capuchinhos, lugar de sepultura dos Habsburgo desde 1633. Na tradição familiar, separavam-se as entranhas e o coração dos defuntos. As primeiras seriam enterradas nas catacumbas da Catedral de São Tiago e o segundo, na cripta da Igreja dos Agostianos. O corpo ficaria no túmulo octogonal que acolhia cinco caixões dispostos simetricamente. Seus ancestrais tinham, também, uma cerimônia de admissão solene, levada a cabo na entrada da cripta. A procissão que carregava o corpo detinha-se à porta. Um

arauto batia pedindo para entrar. Uma voz perguntava: "Quem quer ser admitido?" Resposta: o nome do defunto com todos os seus títulos. Do interior, os capuchinhos respondiam em coro: "Não o conhecemos." A pergunta se repetia e a resposta trazia os títulos abreviados: "Não o conhecemos." Na terceira vez, a resposta era o nome simples, acrescido de "um pobre pecador". E a porta da cripta se abria.

Aqui, as exéquias mantinham a tradição portuguesa do luxo e sofisticação associados ao sentimento de consternação. Regras bem definidas determinavam a grandeza do ato. Os sinos soavam em soluços profundos. A orquestra executava o ofício dos mortos, enquanto o corpo entrava pela porta do claustro, carregado por aristocratas. Os documentos do óbito eram entregues com toda a cerimônia para a abadessa. Em toda parte, música – não consoladora mas tenebrosa. As lágrimas dos presentes eram de dor e temor, afinal, a morte dos outros sempre ensejou o medo da própria. Uma coroa dourada foi depositada sobre o esquife. Às duas da manhã, salvas de artilharia, replicadas por aquelas disparadas das fortalezas e embarcações, marcaram o encerramento da cerimônia.

No curto espaço de tempo que foi de março de 1826 à sua morte, D. Leopoldina foi, além de imperatriz do Brasil, rainha de Portugal. Entre seu casamento e a independência do Brasil, encontrou-se princesa do Reino Unido. Nenhum dos títulos lhe trouxe alegrias. E ninguém ilustrou melhor o tema favorito do romantismo: a impassibilidade da natureza diante do sofrimento humano.

No dia 15, os jornais anunciaram a chegada da nau do imperador. Ele desembarcou sem pompa e encerrou-se por oito dias no palácio, para dar “pleno desafogo a sua justíssima saudade”. As exéquias ficariam para depois. De fato, só no dia 25 de janeiro de 1827 reuniram-se na capela imperial os membros da corte, o corpo diplomático e “enorme gente de todas as classes”, como informou um jornal.

Domitila, colocada em primeiro lugar na tribuna das damas do Paço, na capela imperial, assistiu, em face do famoso pregador Mont’Alverne, às cerimônias fúnebres em memória da finada imperatriz. Estava grávida, novamente. Foi alvo de todos os olhares e comentários. De acordo com o *Diário Fluminense*, D. Pedro teria desafogado “os pungentes sentimentos de seu coração diante dos sagrados altares”.

Mas não foi bem assim. Um ofício do cônsul sueco deu conta do paradeiro do viúvo: “O imperador ausentou-se de sua tribuna uma hora durante a missa e passou esse tempo, num almoço, arranjado na tribuna que era reservada à marquesa de Santos, aos seus parentes e amigos.” Mareschal, que já o conhecia bem, não hesitou em prever que ele se restabeleceria rapidamente.

Em janeiro de 1827, Portugal recebia a notícia com atraso. Por ironia macabra, anunciou-se até o aniversário de 30 anos da morta, com “embandeiradas fortalezas, assim como as embarcações de guerra nesse porto, solenizando tão fausto dia com as salvas de costume”.

LUTO FECHADO

Apenas em março, três meses depois do evento, é que a *Gazeta de Lisboa*, tarjada de preto, espalhou a morte da imperatriz. Foram decretados seis meses de luto nacional – três de luto fechado. Salvas fúnebres foram disparadas. Os portugueses, elegantemente, absolviam a mesma imperatriz que, às vésperas do grito do Ipiranga, chamara Portugal de “traidora mãe pátria europeia”.

No Rio de Janeiro, no prelo das oficinas de impressão, multiplicaram-se as homenagens: “Elegia à morte de Sua Majestade”, vendido a 80 réis nas ruas da Quitanda ou de São Pedro. Ou “Sensibilidade nacional e estrangeira – homenagem à sempre saudosa memória da muito alta e muito augusta senhora Dona Maria Leopoldina”, a 160 réis em benefício da Santa Casa de Misericórdia. Os editores franceses Plancher e Bompard fizeram melhor: reproduziram os boletins médicos que eram devorados pelo populacho em busca de informações sobre o trágico fim. Choviam poesias e panegíricos, assim como versos venenosos, acusando quem tinha “nefandos e pestíferos projetos”: Domitila.

Nos dias subsequentes ao luto, D. Pedro retomou gradualmente seus hábitos. Mergulhado num clima de remorso e violência, começou por despedir a camareira, a marquesa de Aguiar, e frei Arrábida, acusando este último de tentar afastá-lo da amante. Exaltou-se com o marquês de Paranaguá, que era aplaudido pelas ruas por ter impedido Domitila de entrar no quarto da imperatriz. Falou em erguer forças contra quem o contrariasse. Demitiu os três

ministros – o próprio Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, Nogueira da Gama, marquês de Baependi, e Pereira da Cunha, visconde de Inhambuque de Cima. Ao saber da demissão dos colegas, o visconde de São Leopoldo pediu a sua. Foi recusada, e o imperador ainda o ameaçou com o seu desfavor.

Pior: ele não quis pagar as dívidas da morta, como era normal e já fizera com o pai de Titília: beneficência, aquisição de livros, de roupas, de petrechos de cozinha. Indignada, a Assembleia abriu uma dotação especial para quitá-las e manter os empregados com o ordenado completo. Os débitos da imperatriz foram cobertos pelo bolso do governo, e não do marido.

Não evitou, contudo, uma visita de Mareschal, que lhe descreveu os horríveis sofrimentos da esposa, deixando pairar no ar uma ameaça: e se ela tivesse falecido dias antes, depois das discussões que encheram de murmúrios o palácio e a cidade? Tinha razão José Bonifácio, que profetizou:

“A morte da imperatriz me tem penalizado assaz. Pobre criatura. Se escapou ao veneno, sucumbiu aos desgostos; mas este sucesso deve trazer consequências poderosas não só para D. Domitila, mas, talvez para grande parte do ministério.”

O viúvo tratou logo de escrever ao sogro. Na carta que lhe enviou, D. Pedro dizia ter o coração magoado pelo desaparecimento desta que era “um modelo de honra, candura, bondade, honestidade, caridade”.

“A minha saudade excede todas as expressões de que podia usar, e direi a V. M. que ela existe ainda em meu coração e existirá, até

que a morte me faça separar deste mundo, elevando-me (como espero em Deus) ao céu, onde seguramente ela está colocada.”

Mas ele também queria emendar-se. Pedia ajuda: uma noiva.

“Vou protestar-lhe que convencido de um dever religioso é que procedo deste modo; que toda a minha maldade acabou; que de hoje em diante não cairei nos erros que até agora tenho caído, e dos quais me arrependo e tenho pedido a Deus perdão, prometendo nunca mais os cometer; desejo casar-me para viver conforme a minha religião e edificando os meus súditos que têm precisão de bons exemplos dados por mim.”

O imperador havia perdido a mulher e, com ela, um mundo. Civilidade, educação, compostura, importados de uma das mais refinadas cortes europeias iam-se para debaixo da terra com o corpo sofrido de Leopoldina, e com seu precioso sangue azul. Certa maneira de ser, baseada na contenção dos sentimentos e o autocontrole, em curso na vida burguesa que se forjava além-mar, se consumia. Sob o sol dos trópicos, os hábitos eram outros. A rudeza forjava a sobrevivência. E D. Pedro vivia uma ruptura que modificaria o olhar dos outros sobre sua existência. Ele não podia imaginar que o fim de Leopoldina lhe renderia uma péssima imagem. Onde? Na Europa.



VERSOS DE SAUDADES

De início, o viúvo chorou. Trancou-se e compôs versos de saudades: “Deus eterno, por que me arrebataste a minha muito amada imperatriz?/ Tua divina bondade assim o quis/ sabe que meu

coração dilaceraste!” Mas a dor pouco durou. Um mês depois, Domitila ousou apresentar-se publicamente no Paço. Levava nos braços a filha e o ventre dilatado de nova gravidez. Foi buscá-lo. Corria que D. Pedro quis hospedá-la no Paço, com todas as honras que queria lhe creditar. Viena foi logo avisada. “Escravo de uma paixão que o subjugava”, nas palavras do ministro francês Gabriac. D. Pedro passou a frequentar a casa da favorita. E na dele, vazia da Proprietária, ele dizia que mandava ela: “Tu mandas nesta casa como se fosses eu, e tudo o que quiseses e não te resolveres a mandar a ordem, dize-mo, que eu prontamente o executarei com todo o gosto e prontidão.”

E ao ser cobrado por Mareschal por continuar na companhia de Titília, ele se justificou: “Seria uma revolução e causaria a morte da criança.” Não a deixaria jamais por “mau humor ou fastio”, mas sim por dever. Confiava nela: “Nunca fez nem fará mal a ninguém [...]. Não posso conversar sobre esse assunto, antes do parto.” E ponto final. A luta para deixar Titília apenas começava.

CAPÍTULO VIII

O começo do fim...



Igreja da Nossa Senhora da Glória do Outeiro.



A CARNE E O SANGUE

As tempestades que se abateram sobre a vida privada não se comparavam às que os observadores lúcidos viam armar-se no céu do império. Ardia o amor, mas também a guerra. No Sul, os “crioulos independentes” batiam nos “imperiais usurpadores” como podiam. Armaram-lhes emboscada em Ituzaingó e destruíram a Marinha na foz do rio Negro, na Patagônia. Conservou-se Camaquã, mas as armas brasileiras submergiram. Não foi difícil: nossos soldados, barbas longas e sujas, uniformes em frangalhos, marchavam por hábito e caíam de cansaço assim que se detinham. Estavam prontos para atacar, mas, sobretudo, para fugir.

Nos campos queimados, depois da Batalha de Passo do Rosário, ficou um cofre. Continha a partitura de uma marcha comemorativa composta pelo imperador, para ser interpretada depois da vitória brasileira contra os republicanos. D. Pedro nunca a ouviu. Perdeu os anéis, mas ficaram-lhe os dedos. E, temporariamente, a coroa.

Em março de 1827, depois de uma temporada do casal com Belinha em Corrêas para curar-lhe uma tosse crônica, chegaram aos ouvidos de Titília os primeiros rumores sobre um novo casamento de D. Pedro. O compromisso o obrigaria a emendar-se da má conduta. Mestre em disfarces com a esposa, ele não seria diferente com a amante. Mesmo porque D. Pedro não confundia os verbos: amar e casar, ou seja, a carne e o sangue. Sabia que nobres de sangue só se casavam entre si. Nunca com nobres de cama.

Aparentemente descontraído, ele escrevia à “filha do coração e minha amiga” avisando que uma carruagem iria buscar a menina para assistir à procissão dos Passos. A festa era concorrida pela presença do farricoco: uma figura esguia, vestida de roxo, capuz na cabeça, com abertura nos olhos e no nariz. De uma corneta, tirava sons sombrios. Simbolizava a morte. Anjos vestidos de roxo e um Cristo vergado ao peso da cruz obrigavam todos a se ajoelhar. A seguir, vinham os membros da Irmandade dos Passos, carregando o guião com as iniciais: S. P. Q. R. – *Salva Populum Quem Redemisti* – que era traduzido pelo povo por “Salada, pão, queijo e rapadura” ou “senhor Pereira quer rapé”. Carnalizavam-se a morte e o morrer.

NOVO CASAMENTO

Enquanto pai e filha se distraíam, Domitila reagiu à ameaça que significava o novo casamento. Passou a estudar genealogia: tomou as armas de Inês de Castro, a dama galega e paixão de D. Pedro I de Portugal, cognominado *o Cruel*. Procurava por todos os meios comprovar sua descendência por pesquisas em velhos livros. Parecia acreditar que o caminho estava livre. Os membros da família faziam o resto: deixavam escapar em conversas que não seria a primeira Castro a subir ao trono. Não parecia coerente uma brasileira no trono do Brasil? Sim, o marido existia, mas estavam divorciados. D. Pedro pedia aos ministros instruções para elevar a favorita. Também pedia aos padres instruções sobre se já podiam ter relações sexuais.

A jovem mulher, caprichosa e versátil, pronta a agarrar a menor oportunidade para consolidar seu lugar, cedia lugar a uma

companheira cúmplice e preocupada em responder às exigências afetivas do imperador. Em Estocolmo, chegou a notícia de que D. Pedro quis converter Domitila em duquesa do Grão-Pará, não consentindo nisso o ministério. “Seria inconcebível para não dizer pior que o imperador confiasse a guarda de seus filhos à senhora de Santos e a nomeasse tutora ou aia”, indignava-se Mareschal.

Em meio aos mais disparatados boatos, Titília recebia homenagens dos diplomatas ingleses. Os representantes Stuart e Gordon revezavam-se em ser mais moderados ou mais frios, porém, constantes em sua casa. Por seus belos olhos? Certamente, não. Nos bastidores diplomáticos, falava-se da conveniência de uma intervenção britânica em favor da paz na região Cisplatina. A Inglaterra via-se prejudicada em seu comércio e impacientava-se. O secretário para o Exterior do Reino Unido era favorável à separação da região e em toda parte assistia-se à crescente impopularidade do imperador. Isso preocupava as potências estrangeiras. As visitas à favorita serviam para colher informações e sentir a temperatura dos humores do imperador, que não saía do palacete da rua Nova.

Aparentemente alheio aos rumores que corriam sobre casar-se e com quem, D. Pedro resolveu comemorar no paço o aniversário da duquesa de Goiás. Houve beija-mão e presença das figuras representativas da diplomacia estrangeira, que só apareciam nos aniversários dos filhos legítimos. Domitila chegou às 15 horas, fazendo sua entrada triunfal entre guardas, arqueiros, música e continências. Recebida pelo imperador, que lhe beijou as mãos, dirigiu-se à filha, beijando-a na face. Crepitavam as maledicências.

Em 4 de julho, dia de Santa Isabel, nova comemoração. Os salões regurgitavam com os representantes das Câmaras, da fidalguia, da Igreja e do Exército. A um dado momento, D. Pedro deu um grito e saiu da sala. Domitila foi encontrá-lo no quarto, soluçando abraçado ao retrato de Leopoldina. A morta ainda não descansava em paz. Assombrava-o. Ele a vira num reflexo do espelho na mesma sala em que fora velado seu corpo decomposto: estava triste, revelou. Não poucas vezes teria deixado escapar que o pensamento na imperatriz o aguilhoava.

Depois, a festa se prolongou num baile na casa da marquesa. Às 20 horas, ela rompeu a contradança nos braços do imperador. Contam alguns biógrafos que, a partir de então, D. Pedro teria mudado e a fogosa relação sofreria os primeiros esfriamentos. Certa vez, ao cobrar-lhe mais atenção, Domitila ouviu dele que ela tomava liberdades que mesmo a finada Leopoldina jamais se permitira. Amou-se a favorita. De "Demonão" passou a chamá-lo "Meu Senhor".

DEPOIS DAS EXPLOSÕES

Só que, depois das explosões, ele insistia: "Eu não te acho ingrata; amo-te muito, e se não te amasse não faria os excessos e até esbarrundos que faço por ti." E sobrepondo em cruz a sua assinatura à da amante, anexava num pós-escrito: "Sempre assim existiremos, vire o mundo o que virar em nós, não há brecha." E a carne sempre falava mais alto: "Esta noite terei o gosto para mim maior de estar contigo e abraçado espero ser um cavalheiro polido para não me

chamares de Bandalho [...]. Não tomes a mal esta minha brincadeira, pois tu deves estar bem certa que te amo e que se algumas vezes estou algum tanto grosseiro é desespero de não poder gozar de ti como desejaria, que me faz dizer e praticar semelhantes coisas.” Com as juras de amor eterno chegavam nuvens leves, arrepios, zangas passageiras. “O muito amor é que nos faz mal”, explicava a Titília, “somos gente, por outro modo seríamos pedras”. Só quem tinha “zelos”, ou seja ciúmes, tinha questões. Amava-a com violência.

Nos arredores do palácio, porém, murmurava-se. A morte da imperatriz teria rompido o talismã que o ligava a Titília. Às vezes, ele até chorava quando mencionavam a defunta e, num momento de raiva, teria vomitado nos ouvidos da favorita: “Larga-me! Sei que levo a vida indigna de um soberano. O pensamento da imperatriz não me deixa.” Oscilava o prestígio daquela que, outrora, tudo conseguia. Mesmo os ministros com os quais ela se indispôs, uma vez afastados do Paço, tinham sido providos com cargos de categoria.

A vida privada do imperador, recheada de episódios escandalosos, o diminuía aos olhos do povo. O respeito que inspirava era apenas feito de conformidade e submissão às hierarquias. Os olhos dos brasileiros não viam mais a dignidade ou a excelência moral de quem os conduzira à emancipação. Em consequência, um caldo de aborrecimentos impregnava seu cotidiano. Chalaça o prevenia, pois ouvia os rumores da rua: havia quem dissesse que ele transformaria a velha fazenda dos Jesuítas, em Santa Cruz, em ducado para a

senhora Santos. E outros que soavam a hora da paulista: ela partiria depois de um trambolhão. Os choques entre portugueses e brasileiros repetiam-se com frequência. O povo sentia falta da austríaca que se abasileirara, enquanto D. Pedro ia ficando cada vez mais aporuguesado.

O semestre começara mal. As cortes portuguesas desrespeitavam-no. Aqui, suas concepções sobre monarquia liberal não coincidiam com as dos políticos. Os liberais mais exaltados brigavam por um parlamentarismo à inglesa. Ainda tinham atravessada na garganta a dissolução da Assembleia Constituinte, anos antes. Agora, se o Senado conseguira ser ocupado por homens que apoiavam o imperador, a Câmara borbilhava de opositores que teriam, na política do império, intensa atuação. Multiplicavam-se os pasquins pelas paredes e muros da cidade. Nas conversas nos botequins e barbearias, zungus e casas de pasto, o assunto era um só: a política.



QUALQUER PRINCESA

A saída? Um novo casamento com pompa e circunstância. Era urgente repor a dignidade monárquica e calar os insatisfeitos. D. Pedro começou a folhear o *almanach de Gotha*, que lhe fora enviado pelo sogro, em busca de uma nova parceira. Qualquer princesa bávara resolveria o problema. Mas qual princesa? Debret registrou que o gênio e o temperamento feroso do imperador “o tinham desacreditado de tal maneira aos olhos de seus súditos e da Europa inteira, que as primeiras tentativas [...] produziram unicamente resultados pouco satisfatórios”.

D. Pedro chamou Mareschal. O diplomata não economizou palavras: a marquesa se tornara uma pedra no caminho. Todas as cortes europeias conheciam e condenavam seu comportamento. Corria que ele agredira Leopoldina às vésperas da morte. Francisco I ainda chorava a filha infeliz, vexada e humilhada. O adiantado estado de gravidez de Domitila e a duquesa de Goiás crescendo junto com os filhos legítimos eram considerados escândalos imperdoáveis. Em carta a Titília, o imperador chegava ao cúmulo de referir-se a seu filho com Leopoldina como “o meu filho e seu”.

A única saída, explicava o diplomata, era expulsar a concubina. Como Abraão fizera com Agar e seu filho Ismael, enviando-os para o deserto. Uma indenização de 30 mil florins com a notícia do rompimento deveria bastar, pensava Mareschal. O problema era a Goiás. D. Pedro se defendia: ao mantê-la em sua casa, só copiava os antepassados. Tinha que proteger a inocente criança. Sobre isso, justificava: “Não fiz nada que a imperatriz não soubesse antecipadamente e não tivesse consentido.”

Se as condições de afastar-se de Domitila fossem satisfeitas, explicava o diplomata, o sogro se empenharia em ajudá-lo a achar uma noiva. As cartas seguiram para Viena. Nelas, D. Pedro prometia emendar-se e “tornar-se um verdadeiro cristão”:

“Prezadíssimo sogro e meu amo,

Posto que no meu coração exista ainda muito vivamente a lembrança de minha prezada Leopoldina [...] que arranca de meus olhos lágrimas de eterna saudade, contudo, vendo a necessidade de segurar bem o trono brasileiro e tomando o exemplo de Vossa

Majestade já por três vezes dado [Francisco casara-se três vezes] vou pedir-lhe licença para efetuar segundas núpcias. Permita-me que agora lhe patenteie meu plano e lhe peço ajudar-me a pô-lo em prática...”

O plano era pedir a mão de uma das cunhadas do imperador austríaco: Maria Ana ou Luísa Guilhermina de Baviera, filhas do rei de Nápoles. D. Pedro enviaria uma carta à mãe e outras duas às filhas. Que Francisco escolhesse quem melhor lhe parecesse e rasgasse a carta sobranete. Afinal, “netos de tenra idade necessitam de uma mãe”, argumentava. Uma outra carta autorizaria que se “sacasse em Londres” o suficiente para cobrir todas as despesas de uma viagem, cujo propósito era garantir-lhe uma esposa. Recomendou a um de seus enviados: se lhe falassem na marquesa de Santos, “prove que eu tenho palavra e ela não falta” – ou seja, ela seria repudiada. Quanto a ele, doravante iria “viver castamente como um santo”.

AFASTAMENTO

Durante o mês de julho, o imperador aparentemente não viu Titília. Aparecia em público sempre com os filhos, aplicava-se em governar e deixava correr notícias sobre um novo matrimônio. Enfiou-se com os filhos em Santa Cruz, de onde expelia nuvens de fumaça sobre suas relações com Domitila. Para sinalizar o afastamento, a guarda de honra da concubina, chefiada por seu cunhado, foi enviada para o Recife.

A 13 de agosto, nascia mais uma filha do casal de amantes: Maria Isabel. Ela foi reconhecida de imediato e o pai quis dar-lhe o título de duquesa do Ceará. Mareschal não deixou: em plena campanha do novo casamento? Seria um tiro no pé. Seu padrinho foi o príncipe herdeiro D. Pedro. O imperador visitou a mãe e prometeu a Mareschal que não a veria de novo.

Nesse ínterim, D. Pedro deu vazão aos instintos do fauno. No dia 15 de agosto, invariavelmente, os romeiros enchiam as escadas da Igreja da Glória para pagar promessas e festejar a Virgem, devoção da família imperial. Nesse ano, choveu muito e, por conta do mau tempo, a queima de fogos foi adiada para o dia 19. D. Pedro dormiu na casa dos Sorocaba para não perder o espetáculo. Domitila sentiu-lhe a mudança de comportamento. Convencida de que seu amante a enganava com a irmã, baronesa de Sorocaba – “um pedaço de mulher”, segundo Mareschal –, reagiu. Três dias depois da partida do imperador, a carruagem de Maria Benedita foi atingida por tiros. Espatifaram-se os vidros. Grande medo! O disparo tinha sido feito por um oficial do batalhão de São Paulo, íntimo da marquesa, ou por um de seus criados? O intendente de polícia, por não encontrar culpados, foi demitido. O fato teria servido para disfarçar a ligação entre os amantes ou outro momento de fraqueza de D. Pedro?

Para acentuar a distância da marquesa, no final do mês, D. Pedro tirou-lhe as duas filhas, Isabel Maria e Maria Isabel. Levou-as para o paço. Dias depois, ele lhe escreveu: “Agora mesmo chego de Santa Cruz, vou pelo único modo que me é possível saber como está.” O único modo possível de comunicação eram bilhetes discretos. Os

diplomatas acreditavam na farsa. “A ruptura é definitiva”, anunciava Gabriac.

“Levando seus filhos naturais para o palácio, o imperador completou a separação com sua amante, e sua partida daqui, mais cedo ou mais tarde, será inevitável [...] D. Pedro inclina-se a conservá-los, mas reconhece desde logo que isso dependerá da vontade de sua futura esposa”, gabava-se Mareschal.

A princípio, o amante apenas pediu a Titília um afastamento. Prometeu-lhe cuidar do jardim de sua casa e que, em breve, ela voltaria a gozar do que era seu. A manobra era novo fingimento, apenas porque o corpo diplomático e a Europa inteira acompanhavam o desenrolar das promessas reais. Do seu lado, a favorita correspondia às pequenas delicadezas imperiais. Foi das primeiras a subscrever uma quantia para fazer obras no chafariz de São Cristóvão.

A farsa prosseguia. Domitila, então, foi informada, por meio de um ofício, que deveria retirar-se para a Europa, sob pena de se ver envolvida no inquérito judicial do atentado da Glória. O argumento: as negociações e a “glória da pátria”. O bergantim *Treze de Maio* estava à disposição e deveria largar rumo à Europa. Seu irmão Pedro foi convidado a acompanhá-la para preservar “sua decência”. O amante garantia gordos honorários mensais a todos. Não à toa, o ministro inglês Gordon escreveu a Londres: “Intriga e o adiantamento de seus interesses privados sempre foram as regras da vida da Marquesa.”

Plácido de Abreu foi encarregado de verter nas mãos da marquesa a soma que o imperador lhe destinou: “em papel e cobre elevando os 200\$ em prata [...] ela me disse que não os recebia pois que lhe tinha pedido dois contos, e como não lhos dava, também não queria receber tão pouco [...] Instei; e não quis. Paguei-lhe em papel e trouxe a prata. Fique sabendo disso”, alertava o criado.

Ela recusou tanto o dinheiro quanto a data de partida. Iria para São Paulo, no mais tardar em outubro, em “virtude de seu estado de saúde e das condições das estradas”. Mais: não partiria precipitadamente, pois “isso a faria parecer culpada”.

Pura fachada. Pois havia os ofícios, redigidos e trocados diante dos que podiam conhecer seu conteúdo – caso do Chalaça, que começava a boicotar Titília. E as cartas e bilhetes que o mano Pedro levava e trazia.

Nelas, D. Pedro integrava a amante ao seu dia a dia, falando-lhe das coisas miúdas como de suas “solturas” – diarreias – e dos “incômodos ligeiros” trazidos pelos gonococos: “lágrimas” e a “venta arrebitada de sua coisa”. O pior era o estado de sua “máquina triforme”, ela “espremia alguma umidade”. O imperador tinha gonorreia: “A mesma debilidade de uretra que já existia e que sempre fazia de manhã deitar como uma lágrima [...] que limpando na camisa, faz uma nódoa como goma de polvilho. Desgraçado o homem que uma vez desconcerta a máquina triforme porque depois, para tornar a atinar, custa os diabos.” Ou falava dos furúnculos de uma filha, da saúde da outra. Em setembro, lamentava sua ausência

no teatro – “minha desgraça por não te ver” – e prometia ir beijá-la depois do espetáculo. Distância? Apenas nas aparências.

Nada disso, porém, impedia D. Pedro de frequentar os salões de Domitila, onde trocou insultos com um tenente de um dos seus batalhões. O rapaz usava um trancelim de cabelos escuros em volta do pescoço. O furo de bala numa tela de Bordone foi a prova de uma rixa de amor. Depois, bombardeou-a com bilhetes: “Tu não ignoras o que é amor, o que é ciúme, e neste ponto é só o amor que fala.” Ou: “Como tu queres que nós não tenhamos dúvidas se elas nascem do amor?”

Chegou a notícia aos jornais franceses: “Anuncia-se do Rio de Janeiro que a Marquesa de Santos cedendo a melhores conselhos ou quiçá a impulsos de sua razão vai deixar o Brasil e fixar seu domicílio na Europa.”

Antes, em setembro, ela compareceu “arrumada e soberba” ao teatro. Foi o centro de todas as atenções. O imperador mal conseguia fixar sua atenção no palco. Os fidalgos não sabiam o que fazer: saudá-la ou passar indiferentes? D. Pedro não apenas rendeu-lhe suas homenagens como deixou perdidos a todos os que acreditavam em sua partida eminente, como explicou o ministro da Prússia. Seguiam para a casa dela cestinhos de morangos e palavras saudosas: “Só me resta chorar a desgraça de não te ver hoje.” E, alguns dias mais tarde, anunciava que chegaria à sua porta às onze da noite. O plano era fingir: “Assentei de ir esta noite ao teatro, um pouco para evitar todas as suspeitas e podermos viver sossegados.”

A 12 de outubro, o imperador completou 29 anos e, saudoso como um “filho, amigo e amante”, escreveu-lhe uma carta apaixonada. Confessando-se “num estado de tristeza e melancolia com saudades além de toda a expressão”, anexou fios do bigode, na época, prova de compromisso e ligação afetiva. Fazia-o por não poder “arrancar o coração” para mandar a ela. Exagerado, mais adiante, enviou-lhe pelos púlicos com outro bilhete apaixonado. Era a sua fidelidade a toda prova. Seu coração falava e os sentidos, também.

Na mesma época, belo gesto: Titília tornava pública sua vontade de oferecer um conto de réis, seguido de depósitos mensais de 40 mil réis para o fundo da Guerra do Sul, enquanto esta durasse. Foi a “primeira brasileira”, ou melhor, “brasileira paulista”, a fazê-lo. Valente, a moça explicava que o sexo não lhe permitiria oferecer a sua própria pessoa para o combate. O amante gabou seu “acrisolado patriotismo”. A conselho do marquês de Queluz, que lhe alcovitava os “honrados sentimentos”, fez publicar a notícia na *Gazeta do Brasil*. “Que Deus a guardasse! Seu brio era bem conhecido e o exemplo faria certamente que seus concidadãos procurassem imitá-la.” E retribuía: “Te afirmo que te amo e até adoro [...], sinto neste teu coração uma inclinação por ti que nem o tempo nunca consumirá.” Domitila repetia as façanhas das “donzelas guerreiras”, cujas histórias corriam em São Paulo.

 **AMANTE PARA SEMPRE**

Em público, D. Pedro comungava na missa e parecia contrito, “com uma vontade firme e sincera de não cair novamente nos mesmos erros”, anotou o ingênuo Mareschal. Mas, na vida privada, buscava Titília insistentemente: “Fala-se pela cidade que vou à tua casa”, avisava o imperador, acrescentando que o austríaco viera tomar-lhe satisfações. Ele se fizera de desentendido: “Se nós até aqui tínhamos cautela, daqui por diante por mim e muito mais por ti a devemos ter.” Menos crédulo, o marquês de Gabriac tinha outra explicação: continuavam juntos, pois D. Pedro acreditava que os entendimentos do novo enlace iam bem adiantados, para que “pequenas fraquezas o prejudicassem”.

D. Pedro não estava só. Alguns conselheiros o apoiavam. Maciel da Costa, o marquês de Queluz, que costumava cear na casa de Domitila, advogava em causa da favorita: “Quem poderá estranhar a conservação de amizade e amor à mesma pessoa que teve a ventura e o talento de saber ganhar o coração? A Realeza é porventura capaz de apagar sentimentos profundamente gravados na alma e inspirados pelo verdadeiro merecimento?” Resposta: os homens de bem aprovariam de coração a demonstração de seus “generosos sentimentos”.

Na correspondência, D. Pedro abria-se com Titília. Sim, tinha de casar e enfrentar os sacrifícios que a empreitada envolvia. Mas não a queria “nem um instante mal comigo”. Nem de “má cara”. Continuava apaixonado. Sangue e carne ainda entrelaçados. Ele queria fazer a paixão arder. E ela, fazê-la durar. Compunha-lhe

versinhos: "Não duvides/ Nem um instante?/ Que eu sou fiel/ que eu sou constante." Assinava-se "amigo e amante para sempre".

No dia em que a marquesa de Santos deveria se afastar definitivamente da corte – 12 de outubro –, D. Pedro elevou seu irmão mais velho a visconde de Castro, o segundo, a dignitário do Cruzeiro, e os outros a oficiais da mesma ordem nobiliárquica.

Deixava-a a par das conversas diplomáticas sobre a possível aliança – "as coisas novas de São Cristóvão" –, pois não queria "encobrir nada". E resumia seus sentimentos, assinando-se "com todo o prazer e saudades", o amante fiel, constante e verdadeiro: "Nem por sombras desconfies de mim, porque por minha desgraça bem me basta ter-te perdido para sempre com o casamento e ter-me atormentado por tudo o que tem havido para te perderem."

Voltou aos braços de sua amada depois de "injeções fortificantes para acabar com a cativação" do pênis. A razão de Estado não o detinha. A carne era mais forte, embora tomasse cuidados, disfarçando sempre. Pedia-lhe apenas discrição para que continuassem a "gozar um do outro" sem cair "nas viperinas línguas dos malditos faladores". E assegurava-lhe: "Por ti, vou ao fundo do mar." E ia... Descia à mais profunda paixão. Ela na Ópera? Ele lá estaria. A janela do quarto de Titília fechada ou o vestido de chita curto com ela "dando a perna"? Cenas de ciúmes. Afinal, o coração do imperador sempre "suspiraria por ela". E só nos seus braços "repousaria tranquilo e satisfeito". Chegava a escrever-lhe duas vezes por dia:

"Minha querida filha e amiga do meu coração,

Vou te dar parte que nossas filhas estão boas, apesar de que a duquesa ontem, por causa de algumas sarnas que tem em uma mão, tomou um purgante de óleo de mamona, com que obrou três vezes e deitou uma lombriga. [...] eu te ofereço a minha caçada de ontem à tarde; ela em si não vale nada, mas eu espero que tu aceites mais a lembrança do que a mesma caçada [...] só me atormenta e para sempre me atormentará não poder estar contigo como antes estava, e estimo que tu também estejas boa de saúde, porque em bondade de corpo, digo elegância e bons modos, ninguém te poderá exceder [...] Filha, já não te ofereço o coração porque é teu, mas sim te digo que muitas saudades tuas me atormentam, este teu coração que nasceu para ser para todo e sempre infeliz. Recebe filha minha, abraços, beijos e tudo quanto puder ser de agradável, pois te ofereço do fundo da alma.”

Ao contrário do que pensava a corte, D. Pedro sofria por Domitila do sentimento paradoxal que é o amor. Disposição pouco sentimental que, e ao contrário do mito, é efêmera, absolutista e autoritária. Amava-a de amor autenticamente selvagem, sem reconhecer limites, nem as regras do direito, da moral e da religião. Amor que era espaço de licença, não de liberdade. E por obrigar-se a substituir o amor de devoção pelo amor de matrimônio, sofria: “Filha, quanto às saudades e tudo quanto há que os amantes verdadeiros como nós sentem, eu sinto [...]. Ah, filha, que fazer, como remediar nossos tormentos eu não sei. E desgraçadamente o remédio é sofrer. Paciência!”



UMA CHAMA MUITO FORTE

Paciência. A palavra se repetia nos bilhetes. No final do ano, mostrava-se cada vez mais apaixonado pela mulher que, segundo biógrafos, havia ganhado em beleza, polimento e maturidade. O casal tinha uma ligação erótica vigorosa. O “tanto e tão gostoso excesso” era, segundo o imperador, resultado do afeto que consagrava a Titília. O sentimento que compartiam queimava de chama muito forte. Seria difícil apagá-la.

Se na cama tudo era cor-de-rosa, o cenário ganhava sombras fora do quarto. Brigavam. Depois, seguiam-se as desculpas: “A fruta é fina, posto que a casca seja grossa”, ele se justificava. Havia tensão de ambos os lados. Ele, querendo resolver sua situação política, e ela, a pessoal. Ele, dividido entre dever e instinto. Ela, entre ser plebeia ou rainha. Para isso, não se fazia de rogada e acertava-lhe num lugar sensível: o cotovelo.

“Se teus amores para comigo são assim, é porque tua amizade para comigo não te borbulha no peito como a minha para contigo. Pois sejam embora teus amores para comigo passageiros, os meus que são baseados na mais firme amizade hão de ser sempre puros e constantes [...] está claro que só a tua carne é quem te chama a fazer a coisa [...] que é capaz a dispor-te a fazeres com outro qualquer ‘amor passageiro’ para aliviar [...] qualquer *perequê* te incitará a fazeres um desses ‘amores passageiros’. Deus me livre pensar que tu escreves isso.”

D. Pedro, enciumado, desnorteado, pressionado de todos os lados:

“Eu já não sei o que digo, estou a modo de maluco, só quero apertar-te esta noite contra meu peito ou decerto acabo doido ou não sei como. Eu me estranho a mim mesmo, acho-me de tal modo com a cabeça abatida que eu não falo, ou falando contigo, no que não tenho razão alguma. Sou teu, acaba-me com esta triste vida, ela é tua, ela é da Pátria, ela me atormenta, sou só infeliz. À noite direi o que jamais poderei esconder.”

Na cama com Domitila, talvez esquecesse os verdadeiros problemas. Quando lhe morreu o pai, D. João VI, e a irmã D. Isabel Maria assumiu a regência, ela disse vagamente: a sucessão “será de D. Pedro ou um dos seus descendentes”. Poderia ele cingir as duas coroas, a que herdara e a que preparara? Ele havia prometido aos brasileiros que ficaria. Que de Portugal não queria nada. Porém, a coroa portuguesa vinha-lhe dos antepassados. Voltou a ler a Constituição que dera ao Brasil e constatou que nela não havia proibição de unir na mesma cabeça duas coroas. Impossível seria reunir os dois reinos.

O imperador não perdeu tempo. Assumiu o trono e abdicou em favor de sua filha Maria da Glória, então com 7 anos e prometida em casamento a seu tio D. Miguel, nomeado lugar-tenente de D. Pedro para governar Portugal enquanto a noiva não chegasse. Assim, ele garantia a continuidade da coroa na Europa e ficaria aqui para acalmar os brasileiros e cuidar da Guerra Cisplatina. Mas, quando a menina chegasse à Europa, em março de 1828, para garantir os

direitos do pai, uma contrarrevolução estaria a caminho. E liderada pelo próprio noivo.

Como se não bastassem os problemas que espoucariam no estrangeiro, no império do Brasil, tanto o imperador quanto o governo achavam-se em situação extremamente crítica. A oposição caminhava confiante. Aprofundava-se o antagonismo entre liberais, republicanos e os defensores do parlamentarismo inglês. O povo se inflamava. Debates se multiplicavam nas praças. A estrela do herói da emancipação se eclipsava. No Sul, por falta de pagamentos e irregularidade na distribuição de munição, os soldados cruzavam os braços. A pirataria tinha se multiplicado nas costas brasileiras e embarcações comerciais desapareciam sem deixar vestígios. As finanças do império, já arruinadas, se desbaratavam.

Outras tensões se acumulavam entre os de cá e os de lá – os “graúdos” ou “cabeçudos”. Desde a abertura da Assembleia Legislativa, D. Pedro acompanhava os trabalhos. Enfrentava medidas aí votadas, subornava deputados, escrevia pasquins e exibia as contradições entre um príncipe liberal e outro que não admitia críticas ou contrariedades. Em nove anos, mudou nove vezes o ministério. Incompetência ou desconfiança? Não se sabia. Os resultados foram péssimos. Protegia-se encerrado num círculo estreito de gente sua, “portuguesa e inferior que escandalizava os brasileiros”. Era “o castelo português”. Nele, criados como João Carlota ou Plácido de Abreu podiam falar ao monarca, sentados e sem cerimônias, enquanto os ministros da terra mantinham-se de pé e silenciosos. Estes, aliás, podiam ser demitidos de uma hora para

outra, por intrigas ou ninharias. Não eram respeitados nem gozavam da confiança real.

O povo murmurava. Quem mandava era o gabinete secreto. Nele, o chefe era o Chalaça, mais conhecido como "secretário para os negócios ocultos do Brasil e Portugal". Até o representante da Inglaterra, *lord* Strangford, ouviu do imperador que falar com Francisco Gomes era o mesmo que falar com ele. Quem o elogiava, era atendido. O clima político se deteriorava.

A insegurança emanava do palácio, contaminando as ruas da cidade. Na Câmara, debitava-se o aumento da violência aos imigrantes pobres, suíços e alemães, "bandos de ladrões" que impediam que se dormisse de portões abertos. Mas, também, temia-se a polícia: "Quando não havia polícia [...] tudo estava em sossego, e agora que há polícia, nada disso existe." Ou: "A roubalheira é tão geral aqui, que é preciso desconfiar de todo o mundo", queixavam-se os deputados que viam superlotar-se as prisões do Aljube, Arsenal, Calabouço e ilha das Cobras.

Crescia o medo dos negros. O jogo da pancada, ou da capoeira, anunciado pelos assovios de seus praticantes, apavorava os moradores. Na rua da Vala, ou em direção ao aterrado da Cidade Nova, eles se aglomeravam em torno das barracas de vendedoras de angu. À porta da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, maltas de capoeiristas aguardavam passar os desafetos. Atacavam-nos, com menor risco, em dias de missa e festa religiosa. Trocavam facadas e, depois, perdiam-se na multidão. Nem as guarnições do paço escapavam das chamadas correrias. Embriaguez,

alaridos e jogos clandestinos tumultuavam o espaço público. O patrulhamento policial não conseguia coibir a presença de gangues em esquinas – os cantos – e tabernas. Sem contar os banhos de mar, frequentes entre escravos, que enchiam as páginas de jornais de reclamações. Afinal, banhavam-se nus! A cidade africanizada também se impregnava das tensões que contaminavam o restante da sociedade.

Os desacertos na corte refletiam-se no exterior e a boa estrela também se apagava. O marquês de Barbacena, que viajara para a Europa com um pacote de brilhantes e duas caixas de borboletas para Metternich, assim que este lhe entregasse a segunda esposa de D. Pedro, frustrou-se. Lá, já circulava que tinham chovido nomeações para os familiares de Titília e, pior, que bispos e arcebispos do Brasil tinham ceado em sua casa, num convívio inaceitável. Não à toa, estrangeiros registravam: “Em parte alguma do mundo existem mais padres e vê-se menos religião do que no Brasil.” Tais fofocas seriam “manejo de pessoas interessadas em fazer malograr o casamento”?, perguntava-se Barbacena, de mãos vazias e já de volta.



Escravos urbanos (século XIX), vendedores de capim e leite.

Enquanto isso, Mareschal escrevia a Viena dizendo que, apesar do caráter fraco, D. Pedro estava tão deslumbrado com a ideia de fazer uma aliança honrosa, de ver adentrar o porto da cidade navios de guerra das grandes potências acompanhando uma noiva, que “fará o que quisermos”. Ilusão!

Passados alguns meses, Mareschal, que já fora feito de bobo, corrigia suas observações em carta para Viena. Sim, Domitila recobrou seu domínio. Mas D. Pedro sabia o que fazer quando estivesse seguro de seu casamento. Enquanto isso, o imperador subiu na gangorra: correu o risco de nova gravidez da favorita, pediu-lhe que queimasse suas cartas, gozou com os “gostosos excessos”, enciumou-se de paixão exigindo mútua confiança e explicações sobre quem lhe tinha dado um “anel de cadeia e coração” com mechas de cabelo no interior.

Em novembro, recebia notícias boas de Viena sobre uma possível aliança. Entusiasmado, D. Pedro chamou Mareschal e insistiu: tudo faria para que a coroa portuguesa pousasse sobre a cabeça de Maria da Glória, se ganhasse noiva nova – esse era o sonho do sogro, Francisco I, que queria Portugal para a neta: mais uma Habsburgo num trono europeu. Ratificou, também, o tratado de navegação e comércio com a Áustria. Tinha de mostrar-se grato aos esforços do sogro. Mareschal, por sua vez, resolveu aproveitar e pressioná-lo. Reclamou: novas provas surgiam. Multiplicavam-se os favores à família de Domitila. Era sabido que a frequentava. Afinal, queria o

imperador ser recusado nas cortes europeias por “seus defeitos pessoais”? A relação com Titília seria seu enterro.

SINCERA AMIZADE

No final do ano, pelo menos nos bilhetes, D. Pedro mudou o tom: “Desejo saber como lhe passou e lhe participo que estou bom e as meninas (também).” Assinava-se apenas como “seu amo que muito a estima”. Era o fim da carreira dos quatro ou sete adjetivos que costumavam acompanhar sua assinatura. Também não haveria mais o “querida amiga”, “minha filha e amiga”, “meu amor” ou “minha Titília”. No dia do aniversário dela, 27 de dezembro, felicitou-a e aproveitou para “certificar-lhe da lícita e sincera amizade”. Cortesia formal? Sim, somada à decisão que tomou. No mesmo dia, seguiu outra carta:

“[...] Eu te amo, mas mais amo a minha reputação, agora também estabelecida na Europa inteira pelo procedimento regular e emendado que tenho tido. Só o que te posso dizer é que minhas circunstâncias políticas atualmente estão ainda mais delicadas do que já foram. Tu não hás de querer a minha ruína nem a ruína do teu e meu país e assim, visto além das mais razões, me faz novamente protestar-te o meu amor, mas ao mesmo tempo dizer-te que não posso lá ir, o que é, além de tudo, conveniente, para não te mortificar nem me amofinar. Sempre me acharás em tua defesa e te terei uma lícita e sincera amizade.”

Assinava, simplesmente, “Imperador”. Suas linhas cheiravam a pura razão. Consolava Domitila, pois não voltaria atrás. A palavra

“amor” foi substituída por “cuidado”. Enviou-lhe votos de bom ano. Estava doente? Mandava-lhe uma receita à base de flor de enxofre. E protestos de amizade daquele que “a estima e estimará”. Chorava por ela? Sim: “meus olhos têm e estão derramando lágrimas.” Mas as questões de Estado estavam acima dos “amores de devoção”. O sangue acima da carne.

Mas ainda não havia noiva à vista. O imperador Francisco I recebeu os emissários brasileiros de mão abanando. Tinha uma explicação: “O ponto principal é que seja linda e espirituosa para fazer meu genro feliz.” Enviou até a mulher a Munique, em busca de uma das sobrinhas. Preocupava-se que filhos tidos por D. Pedro com uma princesa que não pertencesse à dinastia Habsburgo viessem a disputar o trono brasileiro com seus netos.

Os jornais locais tinham publicado as más notícias que rondavam a morte de D. Leopoldina. Ninguém... Na Sardenha, também foi recusado. A princesa lombarda chegou a ajoelhar-se, pedindo para não ir ao Brasil. Na Holanda, prometeu-se à princesa Frederica Luísa Mariana que ela teria ampla liberdade para realizar o culto protestante e até mesmo visitar os parentes. Negativo! Metternich pedia paciência, enquanto o duque de Orléans perguntava: “*Et la marquise?*” Os pedidos de D. Pedro caíam como um castelo de cartas. A única oferta veio do Haiti: uma princesa filha de um rei afrodescendente. Não foi aceita, bem como uma sueca, albina.

No dia 22 de fevereiro, D. Miguel desembarcava em Lisboa. Embora tivesse jurado, perante a corte austríaca, manter-se regente e casar com a sobrinha, ao chegar, convocou uma reunião das

Cortes e foi aclamado rei. Jovem e belo, homem de ideais católicos e tradicionalistas, os quais defendia com unhas e dentes, Miguel era impopular entre burgueses e comerciantes liberais, sobretudo os do Porto. Mas o povo o adorava. Mergulhado em miséria negra desde as guerras contra a França e a Espanha, os mais pobres viam num rei forte e absolutista a figura do salvador. A crise financeira e uma terrível seca no Norte do país oprimiam a população. A isto acresce que era a Igreja que, muitas vezes, matava a fome do elevadíssimo número de mendigos e deserdados de mais de trinta anos de guerras. Ora, a falta de apreço dos liberais pela instituição católica aumentava o número dos que se colocavam ao lado do piedoso D. Miguel.

Usurpador ou futuro rei de Portugal? As opiniões se dividiam. Os “miguelistas” alegavam que, ao assumir o trono do Brasil, D. Pedro perdera o direito ao trono de Portugal. De fato e de acordo com as Leis Fundamentais do Reino, quem levantasse armas contra a coroa portuguesa – o que acontecera ao declarar a independência – perderia direito ao trono. D. Miguel seria, assim, autêntico sucessor de D. João VI. Tinha o apoio de Fernando VII, restabelecido no trono espanhol.

Ao saber desses fatos, D. Pedro acusou o irmão de traição e chamou a filha, que estava a caminho da Europa, de volta ao Brasil. O papa, a Espanha e os Estados Unidos reconheceram Miguel como monarca. Ele tinha até a simpatia da França e da Inglaterra, esta última tendo retirado, um ano antes, suas tropas que apoiavam o imperador.

As restantes potências ficaram na expectativa, aceitando, porém, tratar com o governo, pois era ele que exercia o poder político sobre a quase totalidade do território. Só a Áustria, apesar da mágoa contra o tratamento que D. Pedro dera a Leopoldina, queria ver a menina no trono. Tanto D. Pedro, interessado em ganhar tempo e ambicionando duas coroas, como os liberais portugueses, não aceitaram o golpe de D. Miguel.

O sogro alertava:

“Senhor meu irmão e muito caro genro. Vossa Majestade Imperial sem dúvida já foi informada, há bastante tempo, pelo relato de seus agentes na Europa do caminho deplorável que tomam os negócios em Portugal, desde que o infante D. Miguel se encontra à cabeça da regência deste reino [...]. Nesta complicação deplorável, meu primeiro cuidado foi de preservar os direitos da augusta filha de Vossa Majestade ao trono de Portugal e de exortar meus aliados a não permitirem que ele lhe cause nenhum dano [...] A infanta Maria da Glória, sua filha, é hoje rainha de Portugal *de direito*, mas ela não está na Europa e não está em idade de governar; enquanto o infante D. Miguel encontra-se hoje rei de Portugal *de fato* [...] e não se pode negar que ele tem por si a grande maioria da nação portuguesa, que lhe colocou a coroa na cabeça.”

GUERRA CIVIL

Começava a guerra civil e um ano difícil para Pedro e Domitila. Más notícias chegavam de toda parte: “funestíssima desgraça” abateu-se sobre Carmem Garcia, que ele conheceu no teatro e com quem

pulou a cerca. Ela abortou depois de muitos pedidos de dinheiro – “*2.500 pesos para muebles, casillas e demas composturas*” – e de uma queda de cavalo. Arrancada a ferros por um médico em Montevideu, nasceu morta a 23a filha do imperador. Em São Cristóvão, D. Paula, a filha com Leopoldina, mostrava saúde cada vez mais frágil. Foi, inclusive, removida para Botafogo, área rural, em busca de ares mais sadios e banhos de mar. Apesar de ter recebido de Metternich uma carta sobre a possibilidade de uma aliança com Amélia de Leuchtenberg, choviam notícias sobre as dificuldades de arranjar-lhe noiva. As cortes europeias não esqueciam a imperatriz defunta. Como se não bastasse, a chegada de D. Miguel a Lisboa foi apoteótica. O povo o adorava.

Distante de Domitila, ele se limitava a perguntar: “Como passou? Eu passei bem.” As filhas, também. Era telegráfico: “A Marquesa não pode pensar a aflição que tenho andado.” Com certeza, por causa dos resfriados dela, mas, sobretudo, da malograda pescaria de noivas. O primeiro semestre transcorreu em meio à troca de notícias resumidas à sua saúde e à dos filhos.

Em abril, Mareschal anunciava a Viena que D. Pedro fazia o que podia para afastar Domitila da corte. Depois de muitas recusas, ela teria cedido, prometendo retirar-se logo que recebesse notícias do casamento: “Sua resistência atual sustenta-se na esperança de que as negociações possam falhar.” Dessa vez, estava certo. Sofria recusa sistemática das princesas das casas de Turim, da Baviera, de Wurtemberg, de Nápoles, da Sardenha, dos Orléans, da Holanda etc. Quase todas as princesas da Europa disseram não e suas negativas

estimulavam Titília a ficar. D. Pedro sofria categóricos vexames. Até seu ministro Barbacena o consolava:

“Brilhante casamento no estado atual das coisas, não se consegue sem tempo, paciência e muita desteridade, visto que presentemente princesas só há na Alemanha, onde a influência de Metternich é decisiva. Digo na Alemanha, porque as da Itália se recusaram, na França, Grã-Bretanha e Rússia não há; na Dinamarca, são horrendas e o parentesco da Suécia não convém.” E aconselhava: melhor parecer que por ora não se pensava em casamento. O sogro também se descabelava, pois era preciso controlar a aliança de D. Pedro no Brasil e de Maria da Glória em Portugal.

Em maio, foi lida a Fala do Trono em sessão solene. Nela, D. Pedro anunciou as negociações de paz com Buenos Aires. Pediu, então, à Assembleia apoio para uma saída “justa e decorosa” para o Trono brasileiro. Na época, mudou o visual e anunciou-o à favorita: cortou a barba e as costeletas. Deixou apenas a mosca, espécie de tufo de pelos bem abaixo do lábio inferior. Dessa vez, não lhe mandou os pelos.

Na mesma época, depois de caçada desesperada, Barbacena chegou para expor-lhe os entraves que enfrentara. Convencido pelas informações, D. Pedro entendeu que só receberia o “sim” de alguma princesa se Titília evaporasse. O ministro voltaria para buscar uma princesa da casa de Saboia assim que Domitila partisse para São Paulo e, de lá, fosse para a Europa.



NÃO ME INCOMODE MAIS

D. Pedro tinha pressa. Escreveu-lhe dizendo que não desejava que uma nova aliança se frustrasse por causa dela. Mais: com o gênio irascível que possuía, se ela estivesse em sua "delicada posição", decerto faria exigência pior. A volta de Barbacena da Europa com a lista de negativas pedia medidas urgentes. O jeito foi arranjar uma desculpa, uma saída honrosa. Um convite para Domitila deixar o Rio, com a desculpa de uma licença de saúde, parecia ser a solução. Mais do que nunca o sangue falava mais alto do que a carne:

"Marquesa. Não foram faltos de fundamentos os conselhos que lhe mandei em minhas anteriores cartas para que me pedisse licença debaixo de pretexto de saúde para ir estar em outra província do império, a fim de eu poder completar meu casamento, ao qual se opõe sua presença na corte [...] O caso é muito sério. Esta minha comunicação deve pela marquesa ser tomada como um aviso que lhe convém aproveitar [...] fique certa que esta é minha derradeira resolução."

Colocou à disposição para levá-la a São Paulo os cavalos que lhe tinha dado e se encontravam nas cocheiras de São Cristóvão. Organizou para que partisse de madrugada, com comitiva. As tralhas iriam por mar até Santos. Tinha, então, início um cabo de guerra.

Ela, cautelosa: que viessem os cavalos para, "enquanto eu não for, serem tratados". Destino? Não tinha ainda. "Por quanto tempo quererá que eu esteja separada de minha casa?", perguntava. E desmentia os que a desacreditavam: "Enquanto o falarem e dizerem que eu não vou, seria melhor dizerem-lhe outras coisas..."

Ele, paternal: "Nunca esperei menos de seu são juízo." Agradecia-lhe pelo "grande sacrifício" que fazia por ele, mas o tempo mostraria seu prêmio. Importante era mostrar que era sua a iniciativa. Não dele. "Pode estar certa de que nunca me esquecerei da Marquesa nem de sua família", tranquilizava-a.

Ela, ressentida: "Eu lá irei, não se mortifique com a minha jornada. Eu tenho paciência para lá aturar tudo."

Ele, apressado: "Espero que se aproveite do que lhe mereço e não faça o que marotos dizem que 'a Marquesa não sai'."

Ela, levantando a voz: "Sei cumprir o que prometo. Hei de sair até o fim do mês e peço-lhe não me incomode mais."

Ele, paciente: "Não repare que a bem de meu casamento, lhe torne a escrever." Pedia-lhe que deixasse a corte antes de sua filha, Maria da Glória, voltar à Europa, por uma razão: "convém que os que vão possam dizer 'a Marquesa já saiu' e não, 'está para sair'." Sair junto ou depois, lhe faria "um mal incalculável". E admoestava: "Não ouça conselheiros que querem a sua perdição na opinião pública. Faça o que lhe digo, pois lhe falo sério."

Ela, irritada:

"Senhor. Perdoe-me que lhe diga isto: eu não preciso de conselhos. Não sou como Vossa Majestade, as minhas respostas são todas nascidas do meu coração [...] eu sempre disse que sairia no princípio de julho e se [ela] disse o contrário mentiu. Eu torno de novo a fazer esta vontade. Sairei até o fim do mês que vem e Deus permita sejam todas as suas vontades feitas assim como eu as faço.

Eu tive criação, sei conservar minha palavra e sou de Vossa Majestade, criada e obrigada.”

Ou, sem se curvar:

“Senhor.

Estimo a saúde de Vossa Majestade [...] Vossa Majestade sabe muito bem que, se eu vou fazer este passeio, é só para lhe fazer a vontade. Não que eu tenha a intenção de sair daqui para parte alguma. Assim, Senhor, não posso ir para o mês que vem, senão nos princípios de julho. Não sou destas de coçar as costas. Já lhe faço esta vontade e assim peço-lhe não me mortifique mais.”

AVARO E VIL

A tensão caminhava para um clímax. Em seus ofícios à França, Gabriac descia aos menores detalhes do desenlace. Um dos ásperos diálogos dos amantes foi por ele reproduzido:

“– Arranco-te a pensão, se quiseres ficar aqui.

– Não quero outra coisa: irei pedir esmola. E todo o Brasil saberá quanto és avaro e vil.

– Pois bem, se me obrigas a isso, hei de expulsar-te à força, pedirei às Câmaras nominativamente uma lei de exceção às garantias dadas pela Constituição.

– Faze-o que todo o Brasil se há de rir e me divertirá infinitamente.”

Enfim, clímax e combustão. Ela reclamava que queria ver mais as filhas. Continuava pedindo cargos para os “afilhados”. Arrufos: ela enviou-lhe cravos que valeram uma resposta dura: “de que me

servirão lembranças destas.” O importante era que ela não se opusesse ao casamento dele, “infelicitando-me, a meus filhos e a todo o império”.

A favorita, finalmente, largou a corda:

“Filho. [...] minha presença não lhe há de ser mais fastidiosa nem V. M. casando nem deixando de casar, e só desta maneira terão sossego os meus inimigos. Fique V. M. na certeza de que serei eternamente grata a tantos benefícios que lhe devo, sou de V. M. a amiga e criada.”

Mareschal, que assistia a tudo, não deixou passar e escreveu a Viena: “O imperador está tão decidido a se casar que, no caso de uma recusa geral, ele pretende ir pessoalmente à Europa buscar uma esposa.”

Exausta, Domitila ainda escreveu duas linhas para o amante: “Senhor. No mundo todos têm um amparo. Dinheiro de nada serve. Que o imperador se condoa pelo amor de Deus de uma desgraçada.”

O grito de dor não foi ouvido. Cumpriam-se as derradeiras medidas da separação. Ele a repudiava abertamente. Não haveria nenhum casamento morganático. Ela jamais daria a mão esquerda para ele, como acontecia nessas ocasiões em que um homem de sangue azul unia-se a uma plebeia.

CAPÍTULO IX

Grandeza e miséria das rupturas

DESCONFIANÇA

Na corte do Rio, os problemas também se acumulavam. Estrangeiros alocados num batalhão de granadeiros, conhecido como *o do Diabo*, e em dois batalhões de caçadores alemães foram responsáveis pela chamada “revolta dos mercenários”, que incendiou as ruas entre os meses de maio e junho de 1828. Mais tarde, no Sul, o 27º revoltar-se-ia em dezembro, por atraso nos vencimentos. Um desses militares comparou a revolta a uma “ameaçadora tempestade” sobre o “oscilante trono de D. Pedro” – esse que se considerava, segundo Carl Seidler, “um Napoleão transatlântico” sem as qualidades do original. A falta de dinheiro e a má disciplina do Exército apavorariam a capital. E jogou brasileiros contra estrangeiros, brancos contra negros, livres contra escravos.

A “repugnante vida” levada por tais estrangeiros, alimentada por “baixas intrigas” e pelo “sistema de pancadas”, à base de pranchadas e chibatadas que corrigiam suas bebedeiras e reclamações, tinha criado uma tensão terrível. Os mercenários tinham que responder a oficiais portugueses, a quem desprezavam profundamente. “Soldados irlandeses e alemães eram caçados pelas ruas como animais”, queixou-se Debret. Até comerciantes franceses, confundidos com militares, foram ameaçados e surrados. Cenas de vandalismo, assaltos às salas dos quartéis, saques de botequins e vendas ameaçaram o funcionamento da cidade. A desconfiança, que sempre envenenara as relações entre os nativos e os de fora,

explodiu no corpo a corpo que terminou com dezenas de mortos, civis e militares.

“Os brasileiros sempre nos haviam odiado sem motivo e nós não os estimávamos [...] um entrevero por mais sanguinolento que fosse ter-nos-ia agradado”, resumiu Seidler. “O imperador estava sempre desconfiado, e certamente nunca sem motivo; mas agora uma desconfiança escravizadora abafava os últimos germes nobres em sua alma”, criticava Seidler, representante das tropas de estrangeiros famintas.

A 28 de outubro, D. Pedro se veria obrigado a ceder a independência à Província Cisplatina. Sobre ele, a quem chamou de Pedro Burro, o julgamento do mercenário foi arrasador:

“D. Pedro, na verdade, não era o homem cujas capacidades físicas e intelectuais bastassem para uma modificação no Brasil; só um Pedro o Grande da Rússia, um Carlos o Temerário da Borgonha ou um Carlos XII da Suécia teriam sido capazes de insuflar novo espírito nessa nação enervada. A fraqueza que agora a cada passo demonstrava o imperador repudiado só servia para tornar mais atrevidos os pequenos opressores do povo e tornar cada dia mais clara a sua prepotência; não admira pois que finalmente os brasileiros, ainda instigados pelas palavras dos deputados, bem como por dinheiro e vinho, pegassem armas e procurassem livrar-se de um governante que, em vez de sustentar a liberdade e as garantias das classes inferiores num reino constitucional há pouco fundado, se dedicava a negociar galinhas, manteiga e ovos na

fazenda de Santa Cruz, sua propriedade privada, a qual lhe interessava mais do que todo o império.”

Passado o susto do levante dos mercenários, na corte só se falava na partida da marquesa. Ela faria uma viagem ao interior, onde ficaria por seis meses, de modo que se acreditava na Europa que ela tinha se afastado, como explicou o diplomata sueco. Ele sabia também que ela partiria com duas escravas e que recebera um par de brincos de diamantes para agilizar a partida. Na correspondência que chegava da Europa, vinha a notícia de que uma princesa italiana aceitara o pedido do imperador.

Mas vinham, também, notícias desabonadoras sobre “Dom Pédre”. Da Chancelaria para Assuntos Estrangeiros, o ministro francês ponderava sobre o que chamava de assuntos anedóticos, concluindo que se, por um lado, eles tinham um quê de divertido, por outro, comprometiam a dignidade do imperador e davam vantagens a quem lhe contestava o título de soberano.

Na mesma época, a pequena Maria da Glória seguiu novamente para a Europa, onde deveria manter-se sob a guarda do avô austríaco, em cuja companhia seria educada, aguardando a hora de reinar. Depois de traído pelo irmão, D. Pedro procurava-lhe outro marido. O que não tinha percebido é que o sogro, o gabinete inglês, a França e a Espanha queriam o casamento da menina com seu tio Miguel. Essas tensões iriam aumentar as dificuldades do seu próprio casamento.

Domitila não iria tão longe e São Paulo não a recebeu bem. A rigidez da sociedade a sufocava: as amigas a evitavam. Não havia

diversões e festas, apesar de a cidade ter crescido. A terra já permitia trocar produtos por bens e a antiga vila se tornava cosmopolita. Dois meses depois de partir, perdeu a filha, Maria Isabel, secretamente feita duquesa do Ceará. A pequena não medrou e uma meningite a levou em quarenta horas. Teve enterro discreto, com uma sege, três cavalos para conduzir os músicos e o aluguel de tochas.

Chorosa e coberta de brotoejas, a marquesa via o tempo escoar: “Eu aqui vou passando os meus dias, sem saber qual será o venturoso dia que me aviste com essa corte, onde existe tudo o que me interessa e pode me dar alegria”, escrevia a um amigo. E concluía, “Enquanto a má intriga aqui me conservar, se vê que posso lhe ser útil.” Sim, sentia que fora afastada por seus inimigos: os que não a queriam ao lado de D. Pedro. “A impaciência me devora, e gradualmente vai me consumindo [...] eu aqui vou passando os malfadados dias, enquanto esse próximo dia (do retorno) não se anuncia”, completava. Nem as irmãs do Convento de Santa Teresa aceitaram-lhe a companhia nas missas.

Enquanto isso, D. Pedro encontrou consolo nos braços de uma modista francesa da rua do Ouvidor. Chamava-se Clemence de Saisset, cujo marido, Pierre Joseph, associou-se ao conhecido comerciante Bernardo Wallenstein, com loja de modas e papel pintado. Ela, bonita; ele, condescendente. Depois que D. Pedro reparou nela, e Pierre em D. Pedro, a casa passou a ostentar, em sua tabuleta, as armas imperiais, indicativo de que era fornecedora de Sua Majestade. O imperador visitava a modista em pleno dia. A

seguir, ofereceu-lhe uma casa em São Cristóvão, pagou-lhe algumas dívidas e começou a cumulá-la de favores.

OUTRO BASTARDO

Mas outro disparo pôs fim à história. A opinião pública cansava-se das estrepolias do imperador. Mal se via livre da marquesa e entrava em cena a francesa. O casal começou a receber ameaças e já pensava em regressar à Europa. Até que, um dia, nos jardins de *madame Saisset* – ou *Sessé*, como era conhecida – ouviu-se um tiro disparado para o ar. Era um aviso. Pierre Joseph correu a pedir auxílio ao ministro da França, acompanhado da mulher e dos filhos. Os filhos eram dois e já se falava que o segundo, com dez meses, seria outro bastardo de D. Pedro. Mas esse foi um terceiro, nascido em Paris, no no 7 da *rue Bergère*, a 23 de agosto de 1829, que receberia o nome de Pedro de Alcântara Brasileiro, o modo com que D. Pedro chancelava a sua paternidade. Os Saisset deixaram a corte a 30 de dezembro de 1828, levando 6 mil francos em ouro mais a promessa de 75 mil francos, além de uma pensão mensal de 1.200 francos.

Enquanto, na corte, declinava a influência do barão de Mareschal, sempre “triste e zangado” por não conseguir casar o soberano, em dezembro, já cansada do “passeio”, Domitila ameaçou voltar:

“Meu Senhor.

Creio ter cumprido o meu degredo e, persuadida de que V. M. já não se lembra de mim, o que prova a falta de cartas suas, tomo a resolução de retirar-me daqui até o dia 23 deste mês, e creio que

não ofendo e nem pretendo incomodar a V. M. Eu o respeitarei sempre como meu soberano e meu amo e nada mais eu lhe sirvo, não me intrometerei na sua vida, pois isto em mim não é novo. Viverei em minha casa como qualquer outra pessoa. Espero isso como mais uma graça, além das muitas feitas a mim e a minha família.”

Ele reagiu, violento: “Não espere a marquesa de chegar sem expressas ordens minhas.” O “negócio de monta para o império” não podia ser ameaçado pelo seu retorno. Estava em causa a felicidade dele, de seus filhos e da pátria. Se voltasse, ele enviaria um soldado e “ordem para se recolher para sua casa”. Cortaria as mesadas da família. Acionou a mãe dela: “uma pessoa que saiu do nada” pelas mãos dele, “devia por reconhecimento eterno” fazer o que ele lhe pedisse. A viscondessa de Castro respondeu, rápida: a filha estava prevenida para não dar um passo sem a determinação imperial. E, solícita: “Sinto, meu senhor, que uma produção de meu desgraçado ventre viesse ao mundo para dar motivos de inquietação a Vossa Majestade.”

Mas Titília insistia:

“Senhor, que motivo haverá mais forte que me obrigou por algum tempo separar-me de minha casa, senão o respeito e o amor que de todo o meu coração consagro à pessoa de V. M. e por isso cheia da maior sensibilidade? Estou por isso resolvida a entregar-me às disposições de V. M. I. qualquer. Sei que o seu magnânimo coração jamais deixará perecer quem por V. M. daria mil vidas se as possuísse. Embora prevaleçam meus inimigos, como eles foram

ganhados pelo amor que V. M. me tinha, fico satisfeita porque V. M. saberá defender-me de seus projetos.”

Enquanto ela pedia para voltar, jurando que “não se entremeteria com sua vida”, ele pedia que a vigiassem. No início do ano, o Chalaça escrevia a uma pessoa de confiança, “debaixo de todo o segredo” e por ordem do “amo”, para saber da saúde e confirmar se haveria má conduta de Domitila. Traidor emérito, o imperador não gostava de ser traído. E mordida e assoprava:

“Minha querida Marquesa,

Muito desejo que goze de perfeita saúde e de tão perfeita como eu desejo para mim e para meus filhos. Peço-lhe que acredite que estas minhas expressões são filhas do amor que lhe consagro e consagrarei, atentas às relações tão íntimas que tivemos.

Eu sempre sou o mesmo homem. Estar longe ou estar perto não me faz diferença para mostrar-lhe uma verdadeira, pura, sincera e cordial amizade. Eu não seria homem digno de existir neste mundo, se assim não pensasse. Eu estou, Deus louvado, de saúde. A Paula já anda e vai à casa de fora. As mais e o Pedro estão bons. A Duquesa mui esperta, e cada vez mais galante, e a Maria [Isabel], igualmente e já quer andar só. Eu lhe asseguro que jamais me esquecerei, quando for tempo, de lhe mandar dizer que venha para sua casa gozar muito descansada do que é seu, e muito seu, e então, pelo sossego em que há de estar, conhecerá a necessidade que havia desta sua saída temporária da corte.

Vou tratar de mandar começar a arranjar o seu jardim, e espero que ficará muito bom, e a seu gosto.

Aceite o protesto da maior, mais pura, sincera e desinteressada amizade com que sou, querida Marquesa, seu amo que muito a estima e estimará, o Imperador.”

NEGÓCIOS DO CASAMENTO

Não só as saudades da ligação antiga e o fim da nova com *madame Sessé*, mas também a conjuntura internacional, fizeram D. Pedro adiar os “negócios do casamento”. Na Inglaterra, onde estava a pequena Maria da Glória, ocorreu uma reviravolta: o gabinete tinha voltado atrás e resolvido apoiar D. Pedro contra o irmão. O contragolpe fê-lo escrever ao sogro: “Finalmente digo a Vossa Majestade que, não querendo complicar os negócios de Portugal com o do meu casamento, deixo por agora de falar neste último.” D. Pedro abria mão da interferência austríaca na escolha de nova parceira.

No início de janeiro de 1829, Mareschal apresentou a D. Pedro uma carta de Metternich e dois retratos: das princesas Cecília e Amélia. D. Pedro desdenhou as estampas. Nada lhe interessava. Exasperava-se unicamente com D. Miguel e o interesse que tinha o sogro em apoiá-lo. Enquanto isso, corria que ele iria casar-se com a filha do duque de Orléans e, sua filha, com um irmão da mesma. Só murmuração. Pois Barbacena insistia em sua espinhosa missão sem resultados e temeroso da impaciência do imperador.

Os meses se arrastavam sem solução. Até que, em abril, começou a correr a notícia. Domitila ia chegar em uma semana à corte, onde, segundo amigos, voltaria a tomar o “distinto lugar que ocupava”. O

barulho de sua chegada penetrou o oásis da corte, perturbou os espíritos, excitou a inveja, animou os amores-próprios. Ela vinha “em inteira graça”, ou seja, com seus direitos intocados. Segundo as mesmas línguas, sua ida a São Paulo explicava-se pela “comissão política de arranjos europeus”. E seu retorno, uma forma de mortificar Mareschal e a Áustria. Uma vingança contra seus inimigos, entre eles o Chalaça, que contra ela conspirara. De fato, esse escreveu a Barbacena mencionando a “paixão [de D. Pedro] nunca sufocada pela Marquesa”.

O diplomata sueco, Westin, comunicava: “Espera-se todo o dia a volta da Marquesa de Santos vinda de São Paulo. O imperador fez diversas vezes à mesa saúdes à Marquesa, de sorte que toda a esperança de um novo casamento parece perdida.”

Mareschal tinha por que arrancar os cabelos. Tudo parecia sem solução e os netos do imperador Francisco I, entregues à maior inimiga de sua filha. O agente da França, por sua vez, sinalizava o risco da “fatal ascendência” da favorita sobre o imperador. Já D. Pedro não escondia sua alegria. Contava os dias para a chegada de Domitila. Seria um sábado de Páscoa. Segundo ele, “uma Aleluia completa”! Nem sequer a esperou sentado. Tomou do cavalo, cruzou as terras da fazenda de Santa Cruz, as roças de milho e cana até Itaguaí. E todos correram para saudá-la. A recepção chocou alguns, como o conde de Pontois, ministro francês:

“A multidão de cortesãos já se precipitou para sua casa, com o impudor e baixeza particulares a este país, para saudar o retorno de favor daquela cuja desgraça, há bem pouco tempo, eles acolheram

com tanta alegria e que, até então, eles tinham constante prazer em insultar.”

Ela voltou, segundo o cônsul da Rússia, “triunfante do exílio momentâneo”. E tão poderosa, que as gratificações com que o Chalaça fora premiado, meses antes, por D. Pedro, ela conseguiu reverter. Vingava-se. Afinal, o velho companheiro do imperador não só conspirara pelo fim da ligação como lhe escrevera dizendo mal da paulista. Não fora o único. Mareschal e o marquês de Paranaguá, também. Pois D. Pedro mostrara toda a correspondência a Domitila.

Para desagravá-la, o imperador sangrou o bolso do Chalaça. Mas tudo se arranjou num baile em que Domitila desculpou o antigo aliado. “Ela foi generosa na vitória”, comentou Westin. “Hoje ficam aparentemente bem todos os três”, comentou outro observador. Nas aparências, apenas. Doravante, Domitila sabia que o número de seus inimigos crescia dentro do palácio. Sobretudo dentro do “castelo português”.

A favorita encontrou um imperador humilhado. D. Pedro tinha mesmo se confessado a Mareschal ser o mais infeliz dos homens: ninguém queria casar-se com ele. Ninguém? Domitila queria e muito. Nos primeiros meses, ela adoeceu e foi alvo de murmurações. Ele fazia-se de médico, preocupava-se com sua falta de apetite e a acalmava: “Não ouço intrigas contra a Marquesa a quem quero muito bem.”

Pedro Burro, como dizia Seidler, aos olhos dos mercenários estrangeiros, mas, também, para a opinião pública. As intrigas batiam à porta. Cartas anônimas voltaram a chover quando se soube

que Titília estava de volta. Nelas, o imperador era tratado como alguém incapaz de enxergar “o monstro de ingratidão e perfídias” que era a favorita. Ele não via que, tirada “do nada, como todo o Brasil sabe”, ela se prostituía em São Paulo, tinha conchavos com os republicanos que ela “fingia detestar”, assassinara Leopoldina e trocara os Pedros: o seu com o dela. Pior: aceitava dinheiro dos diplomatas ingleses para ajudá-los a ratificar tratados, “vendia consulados e presidências”. Um desses pasquins ameaçava: “Ai do Brasil, e mais que tudo, ai das contas que V. M. I. tem de dar perante tamanhas calamidades.” Outro, denunciava uma gravidez abortada e nascida da companhia de “rapazes e estudantes” pela roça...

Desde que se instalara em São Cristóvão, Domitila se tornou o alvo preferido de todos os que desaprovavam a política de D. Pedro. A amizade do monarca com uma mulher dita de “má vida”, encarnação de todos os vícios – luxúria, ambição, vulgaridade e ignorância –, não era a prova mais evidente do cinismo e da corrupção do imperador? E a decadência moral do soberano não seria o espelho daquela da monarquia? Não faltava quem achasse que ela regressara por conta dos esforços do partido brasileiro, que se opunha aos portugueses. Partido, diga-se, inimigo do gabinete secreto chefiado pelo Chalaça.



A VIRILIDADE DO SOBERANO

Se, no passado, ocupar-se da sexualidade dos reis não era considerado subversivo, e as amantes saudadas como troféus que

provavam a virilidade do soberano, tudo mudou depois da Revolução Francesa. A sexualidade se tornou uma metáfora política na moda. Os pasquins ou a literatura serviam para fazer acusações. Uma amante passou a ser prova de fraqueza. E não de vigor. Um rei que, à maneira dos sultões orientais, se deixava dominar pelas paixões, faltava com suas responsabilidades, delegava o poder a pessoas indignas, levava à ruína do país.

Ruína visível na situação de abandono da própria corte. O preço de alimentos básicos da população pobre e dos escravos, como a farinha de mandioca e o charque, dobrou em poucos anos. No meio das ruas continuavam a correr os canais com águas servidas, pois não se construíram esgotos. As calçadas, nunca consertadas, seguiam toscas. "Abomináveis odores" ainda impregnavam os ares. Os gastos com a iluminação noturna, embutidos no orçamento nacional depois da independência, iam mal das pernas. A coleta de lixo, que começou naquele ano, contava só com 16 escravos. Faltavam edifícios "realmente belos". E, tirante as vivendas dos ricos, espalhadas no "lindo caminho" recheado de casas fidalgas da atual rua Marquês de Abrantes, as demais moradias eram vistas como miseráveis choupanas. O mar, uma lata de lixo. O tifo e a varíola provocando mortandades e, na cidade, como se lamentava um francês em 1828, tudo horrivelmente sujo! O imperador dava o mau exemplo: sem a menor cerimônia, aliviava-se em praça pública e, certa vez, estando no balcão do palácio imperial, urinou em cima de um pobre mercenário alemão que montava guarda na parte externa.

Mas ruína política, sobretudo. A questão portuguesa tornava-se delicadíssima. Era indispensável manter a coroa para Maria da Glória, miseravelmente usurpada. Refugiados vindos de Lisboa e do Porto chegavam ao Brasil, esperando ajuda do monarca. Crescia o descontentamento da ala liberal brasileira, que queria o desligamento completo de D. Pedro dos assuntos lusos. A imprensa atacava sua atuação. O nativismo brasileiro, jovem e crescente, repudiava a sombra do colonialismo. A população mais pobre queria a expulsão dos portugueses, pois aspirava a melhores condições de vida e de trabalho que esses lhes tiravam. Os observadores estrangeiros eram unânimes em perceber que o imperador se desmoralizava.

OS PASQUINS

E ainda havia os pasquins: terríveis portadores de todas as notícias e “ecos do sentimento geral”! Afixados nos muros, na calada da noite, de madrugada, eram lidos pela população. E os assuntos viajavam de boca em boca. Ora em prosa, ora em versos, “produzia sempre o pasquim impressão fatal nos espíritos, e tão espertos andavam seus autores que raras vezes eram descobertos pelas autoridades e punidos conforme o rigor da lei”, explicava um observador da época. D. Pedro, seus ministros, seus criados prediletos e seus cortesãos do peito eram as vítimas dos ataques mais raivosos: aventuras amorosas, as idas e vindas da astuciosa Domitila, o despotismo do imperador à espera de colocar sob seu poder absoluto os dois reinos, a farta distribuição de títulos entre apaniguados. Como se

não bastasse, na Câmara havia quem denunciasse a nomeação de “não poucos” à administração pública, graças à “Deusa do patronato”.

Para muitos, tudo indicava que o lugar de Domitila estava maior no coração fragilizado de D. Pedro. Ela não escondia sua ambição ao casamento e ao trono, além de ter atitudes de quem almejava a sucessão da imperatriz. O fato de ter dado as joias que reservara à noiva europeia para a duquesa de Goiás sinalizava a intenção do imperador de elevá-la à condição de esposa, especulavam diplomatas. Havia mesmo quem falasse em pormenores litúrgicos da cerimônia do casamento. Não se sabe o que fez malograr esse plano.

No dia 24 de maio, aniversário de Isabel Maria, uma impressionante recepção foi oferecida no Salão dos Estrangeiros, no Paço de São Cristóvão. Corria que Titília seria feita duquesa. O mundo de oficiais, diplomatas, funcionários, senadores, deputados e gente do povo ali se reuniu. A chegada da favorita foi triunfal: carruagem puxada por seis cavalos, secretário do Conselho Supremo Militar e da Justiça para abrir a portinhola, guardas em continência, bandeiras inclinadas e o som das trombetas. A marquesa surgiu de manto, coberta de joias, plumas e sedas extraordinárias. No colo, luzia a cadeia de ouro em que cada elo era uma letra do nome de D. Pedro. Dela pendia em moldura de brilhantes o retrato do amante. No braço do camarista da semana, e magnífica, ela passou por entre a multidão, e assim foi conduzida até a presença do monarca e seus filhos. Beijou a duquesinha e as mãos do imperador e seus filhos.

Trocaram algumas palavras cerimoniais. Ela o convidou a tomar chá, à noite, na rua Nova, D. Pedro aquiesceu e, rompendo o cerimonial, acompanhou-a ao alto da escadaria da saída. Embaixo, todos de boca aberta.

“*Sans façon, en liberté*”, declarou D. Pedro ao chegar para o jantar em baixela de prata, na casa de Domitila. Rompeu o baile sob o comando do professor de dança, Luís Lacombe. E, entre refrescos e guloseimas, correu uma subscrição para ajudar a 148 emigrados portugueses fugidos de D. Miguel. A dona da casa colaborou com 30 mil francos. Para o agente sueco, a influência da favorita nunca fora tão grande. Num bilhete, dias depois, D. Pedro assinava-se “teu amante até a morte”.

AMOR SEM HARMONIA

Mas amante de um amor sem harmonia. A 21 de junho, o imperador enviava flores a Titília em sinal de paz. Recomeçaram as brigas. Eram lírios brancos produzidos em sua chácara: “Meu amor por ti é que me compele a oferecer-tos: aceita-os, filha, e com eles, o coração que sempre foi teu e que existe dentro do peito deste teu filho amante e amigo verdadeiro.”

No dia 30 do mesmo mês, Barbacena assinava em Canterbury o tratado de casamento de D. Pedro com a princesa Amélia Augusta Eugênia Napoleona, filha do duque Eugênio de Leuchtenberg, ex-vice-rei da Itália. Tinha todas as qualidades exigidas por D. Pedro: formosura, virtudes e instrução. Menos nascimento: ela era neta de um jovem rei, pois o Reino da Baviera fora criado por Napoleão, e o

pai dela, o príncipe Eugênio, filho do primeiro casamento da imperatriz Josefina, era enteado do grande general e foi por este adotado – o que não o fazia ter primazia perante outros nobres e casas reinantes antigas. Eugênio recebia o tratamento de Alteza Real, mas seus filhos, nem o de Real, nem Imperial. Diante do fato, Metternich ironizou dizendo que, se o imperador ia casar-se com Amélia, ou seja, se qualquer uma servia, ele já teria arrumado coisa melhor para D. Pedro...

Para Barbacena, o importante era que fosse fazer a felicidade do imperador e do império. E, um mês depois, a mesma princesa ratificava os 15 artigos do contrato nupcial. Dela, Barbacena enviou a D. Pedro um retrato e umas palavras:

“Aí tem, V. M. I., o retrato da linda princesa que, aconselhada por seu tio, o rei da Baviera, inimigo de Metternich e doador, como V. M., de constituições liberais, ousa passar os mares para se unir a um soberano que todos os ministros austríacos da Europa pintam como o assassino de sua mulher. O original é muito superior ao retrato.”

Não se sabe se foi o retorno de Domitila ou a chegada das notícias, mas D. Pedro adoeceu. O mal vinha do fato de que ele teria que tomar uma decisão definitiva. A esposa estava a caminho. Reuniram-se dez médicos. O diagnóstico? “Fortes aflições de espírito.” A incansável atividade erótica não podia desafiar o tempo, nem as leis da natureza, ainda que a pólvora da marquesa se incendiasse com facilidade. Os doutores não transigiram: “O abuso dos prazeres venéreos é ruína certa, e, quando não produz prontamente efeitos terríveis, prepara-nos a decrepitude no meio da

época da virilidade.” Tinha que tomar água de Vichy e meio grão de muriato de ferro dissolvido, antes e depois do jantar.

Diante da notícia, Domitila respondeu com “vagas promessas de resignação”, conforme anotou o ministro francês. Contava com mais um fracasso nos planos matrimoniais. Em 20 de junho, uma missão secreta partiu para a Europa. Iria buscar Maria da Glória ou uma noiva? Mistério. Enquanto isso, D. Pedro passeava e Domitila “ia em seguimento”. Os diplomatas estrangeiros desconheciam o novo contrato matrimonial e continuavam a informar suas cortes do cotidiano do imperador: passava os dias na casa da marquesa e a deixava gozar de todas as prerrogativas da família imperial. Galanteava-a publicamente. Nada lhes parecia tão distante quanto uma nova aliança. De nada adiantavam os “olhares tristes e intrépidos” de Mareschal, afrontando a vitoriosa marquesa.

Nos fins de julho, enquanto a convenção de Canterbury era ratificada, José Bonifácio voltava ao Brasil depois de longo exílio. D. Pedro mudou-se para o palacete de Botafogo, onde D. Paula, sua filha, tinha vindo recuperar a saúde. O sinal foi rapidamente interpretado: queria afastar-se de Domitila. Os rumores recomeçaram, apesar da incredulidade da maioria.

“Fala-se em nova retirada, para Minas, da Marquesa de Santos, porém, eu não acredito, apesar de se fazer espalhar a proximidade de verificação de casamento do imperador com a arquiduquesa de Baden ou uma filha do príncipe Eugênio; mas eu em nada disso creio”, registrou um diplomata.

D. Pedro passou a exibir o retrato da jovem de 17 anos que viria a tornar-se sua mulher. Ele estava entusiasmado; afinal, além de belíssima, era parente do general que mais admirava: Napoleão.

Mais rumores tomavam conta da corte. A população estava ávida para acompanhar os acontecimentos, desfazer os segredos do imperador e se apropriar de informações que escapavam pelas frestas de São Cristóvão. O rumor era parte da ação política contra um governo que, apesar das promessas, em nada mudara a vida dos brasileiros.

E os rumores eram muitos e contraditórios: o imperador teria encontrado cartas de Barbacena que tranquilizavam Domitila quanto a encontrar nova mulher para ele: tarefa impossível! Que D. Pedro oferecera dinheiro a rodo para a favorita sair do império. Que ele lhe cortara as relações com a filha e proibira aos funcionários visitas aos seus familiares. Que ele ia arrancar-lhe a prerrogativa de dama do paço e o título de nobreza. Que pediria à Câmara medidas para exilá-la. Que os emissários do imperador tinham sido recebidos a ferro e fogo por ela. Que havia uma cláusula no contrato que exigia o afastamento da marquesa, até para fora do país. A maré de mexericos ajudava na desafeição pelo imperador.

A pior notícia não era um rumor: Domitila estava grávida. Em suas memórias, a última filha de D. Pedro com Domitila, a condessa de Iguaçu, diz que o pai se desesperou:

“Desde o ventre de minha Mãe eu principiei a sofrer. Estando ela grávida de mim com dois meses quis meu Pai a matar, dizendo que eu não era sua filha, então meu tio José de Castro pondo-se na

porta do quarto de minha Mãe na ocasião em que meu Pai queria entrar, o [...] embargou o passo e lhe perguntou aonde ele ia, meu Pai respondeu: matar aquela que diz que está grávida de mim não sendo meu o filho, então meu tio lhe disse, se o filho ou filha não for seu, eu lhe dou a minha cabeça.”

Essa filha foi mais um elo quando D. Pedro buscava partir os restantes. Notícias mais concretas foram postadas por Mareschal para Viena: quando o imperador recebeu o retrato da jovem Amélia e teve a certeza de seu casamento, deu ordens para que a marquesa deixasse a corte. Depois de refletir durante três dias, ela declarou que não obedeceria. As leis constitucionais do Estado protegiam sua liberdade individual e ela ficaria onde quisesse. Em fins de julho, ela parecia tocada pela peste: “Toda a corte a desertou”, diria o cônsul sueco. Bastou farejar o repúdio para ninguém voltar à rua Nova. Os adutores de outrora agora usavam fitas cor-de-rosa, cor preferida da nova imperatriz.

O certo é que, tão cedo viu o retrato da bela Amélia, D. Pedro deixou de ir à casa de Domitila. Queria guardar “para essa ocasião as belas ervilhas”. Ela pedia notícias, ele limitava-se a falar da saúde. Ornava as frases com delicadezas: “Filha, muito agradeço o cuidado que tens com minha saúde; eu estou bem e desejo que tu também estejas.” Segundo o Chalaça, tudo mudou: o imperador não dormia mais fora de casa, só fazia visitas acompanhado e “não tinha mais amores”. Barbacena escrevia, temeroso de que a marquesa não tivesse saído do Rio. Afinal, semanas antes, os jornais ingleses

tinham publicado a notícia do casamento com Domitila: “*lady of some beauty*”!

AMANTE ATÉ A MORTE

Mas, no fim do mesmo mês, aquele que se declarava à Titília “amante até a morte” escrevia para a Europa:

“Meu Marquês, meu Barbacena, meu Amo e não sei o que mais. Quão satisfeito estou pelo negócio do meu casamento ir desta vez ao fim! Se fosse possível pintar-lhe nesta carta meu contentamento para que chegando o tempo de lá a achar mostrasse à minha salvadora, à Salvadora do Brasil, a minha adorada Amélia, que felicidade seria a minha! [...] Peço-lhe, com lágrimas nos olhos, que diga à imperatriz e até que lho digo com lágrimas nos olhos: meu coração pertence à querida Amélia e, se eu não tivesse tido o prazer de ver essa negociação bem-sucedida, o túmulo seria meu repouso eterno; é o coração que fala e o tempo me ajudará a prová-lo. Meu entusiasmo é tão grande, que só me falta estar doido, eu não sossego, eu só suspiro pelo dia feliz [...]. Eu sinto não adivinhar o que seria mais agradável ao meu amor, a minha adorada Amélia que eu fizesse para lhe provar diante de minha paixão, a fim de fazê-lo e poder à sua chegada, ser olhado não só como esposo, mas sim como verdadeiro amado e até devoto!”

Quando chegou ao Brasil o contrato nupcial assinado em Canterbury, uma carta de Barbacena vinha junta. As notícias sobre a marquesa continuavam a chover na Europa. A Casa de Áustria esbaldava-se com os insucessos matrimoniais de D. Pedro, de cujas

tratativas foi excluída. Pior, Barbacena tinha dado sua palavra de honra de que a jovem Amélia não encontraria Domitila na corte. Não queria fazer papel de bobo.

Chalça anotou, passo a passo, tudo o que se seguiu: D. Pedro destacou com urgência um ministro para entender-se com a marquesa. Doravante, as ameaças e boatos anteriores eram verdade. Ela deveria deixar o Brasil. Ganharia 280 contos em apólices pelos prédios vazios que lhe pertenciam, podendo dispor dos móveis e de seus outros bens.

D. Pedro escrevia a Domitila: "dando-te conselhos não prevendo o futuro, conselhos nascidos do coração, do coração de um verdadeiro amigo, tu tiras em resultado que eu não te amo, que te quero atormentar, e por fim conclus que não desejarias viver mais comigo! Tenho a dizer-te que sinto muito perder tua companhia; mas não há mais remédio [...] a minha amizade para contigo não sofre a menor quebra e o tempo virá em meu abono. Tudo como antes está ao teu dispor e fica na certeza que sou, e serei até a morte, teu amo."

E ela lhe respondia: "Não é pelos seus conselhos que buscamos ambos separarmos, sim, porque vejo, sem que haja uma coisa certa, V. M. tenha me aborrecido tanto e me tenha dito tantas coisas que eu não sou merecedora."

E depois, queixosa, mas irredutível:

"Recebi ao meio-dia a carta de V. M. e não respondi logo, como devia, por causa de uma grande dor de cabeça que me acompanhava. Agora que me acho melhor, agradeço a V. M. a honra

que me fez, pois se V. M. tivesse feito isso há dias, já estava tudo decidido.

Eu, senhor, largo todas as minhas chácaras com bem custo no coração. Assim, espero em V. M. que me dê outras propriedades iguais em tudo que as deixo. Eu não quero viver mais em chácaras, sim quero uma boa casa na cidade e julgo que o Plácido não porá dúvida de ceder as suas casas para este fim. Restam só duas chácaras da escolha de V. M. [...]. Beija a augusta e benfeitora mão de Vossa Majestade.”

Foi preciso o Chalaça decodificar: ela não ia sair. D. Pedro reagiu com violência: tirava-lhe tudo. O título, a mesada, as benesses. Os laços se desfaziam, enquanto operários ocupavam o paço da cidade e o de São Cristóvão reparando buracos e pintando paredes. Preparava-se a ponte Nova do Imperador e os aterrados de ambos os lados. Ergueu-se um muro no portão que ligava São Cristóvão ao palacete da rua Nova.

Mareschal, que tudo acompanhava, escreveu a Viena dizendo que D. Pedro finalmente se convencera “de que a presença da senhora de Santos seria sempre inoportuna e que uma simples mudança de residência não satisfaria ninguém”. E quanta diferença com os meses anteriores, em que a encontrava às escondidas e mandara buscá-la em São Paulo. As ordens, agora, eram claras: saída em dez dias, no máximo. Outro diplomata acrescentava: “O tempo mostrará se esse arranjo e essa hesitação no afastamento dessa mulher terão uma influência boa ou nefasta sobre a fixação de um novo casamento do imperador.”

E Chalaça ao Barbacena: “Depois de muita porcaria e regateio em que nosso Amo se portou com a dignidade que lhe é própria temos em resultado [...]. Hoje, 17 de agosto, que fui a São Cristóvão ultimou-se a venda de todos os prédios da Marquesa.”

A “Sacra Família” partiu para São Paulo depois de “debater-se escandalosamente”, segundo o diplomata das Duas Sicílias. Levaram sessenta “bestas carregadas” e só um dos irmãos ficou no Rio para embarcar o restante dos bens numa escuna fretada.

D. AMÉLIA

Na Europa, os jornais seguiam bombardeando a figura do imperador: o pedido quase foi recusado, mas a “repugnância” foi vencida graças a uma influência estrangeira. O casamento de “Dom Pédre” foi concluído com mistério. Publicações e anúncios exigidos pela etiqueta, negligenciados. Apesar de todas as dificuldades, no dia 24 de agosto, D. Amélia embarcou para o Brasil. No caminho, recolheu D. Maria da Glória em Plymouth.

O idílio que melindrava a corte, que escandalizou as cabeças coroadas na Europa, que ofendia a opinião pública, encerrou-se em surdina. Houve quem reagisse à partida de Domitila para São Paulo: temia-se que a favorita voltasse mais uma vez. Que D. Pedro se enfastiasse da nova esposa e ela retornasse. Por isso, que fosse mais longe, para a Europa, clamavam alguns. O conto de fadas virou uma crônica de sofrimento e humilhação. A mãe de Domitila, em maré de caridade, alforriou dois escravos “por bons serviços”. Confirmaram-se as licenças e vencimentos dos irmãos em São Paulo

e o jornal *Diário Fluminense* de 28 de agosto de 1829 anunciou: “A excelentíssima Senhora Marquesa de Santos partiu ontem desta corte para a cidade de São Paulo. A sua mobília está embarcada a bordo do bergantim *União Feliz*, que segue para a vila de Santos no dia 29 corrente.”

Aquele que, meses antes, se assinava “o filho e amante até a morte” deixou os sentimentos e a carne de lado e despediu-se da concubina em versos de mau gosto: “De couros duros e moles/ fazem-se coldres e surrões/ bruacas, sacos e colchões [...] e até de maus atanados/ também se fazem marquesas [cadeiras].”

Não contente, apagou todos os traços de sua passagem na corte. Francisco, o *nhô* Chico, foi proibido de aparecer no paço imperial. D. Maria da Glória foi instalada no palácio da rua Nova, agora chamado de palacete da Rainha. E a duquesa de Goiás, tão logo avistada pelo irmão de D. Amélia no palácio, enviada a Niterói e de lá, um mês depois das núpcias do pai, à Europa para ser educada.

O lento retorno de Domitila a São Paulo foi feito ora em liteira ora a cavalo. O bispo de São Paulo mandou oferecer-lhe pouso, além de repicar os sinos de Santa Teresa, saudando sua chegada. Ela preferiu instalar-se discretamente numa chácara. Esta pertencia a Francisco Inácio de Souza Queiroz, que, generosamente, abriu-lhe as portas e a despensa. Evitou a cidade e as maledicências. Não aquelas sobre a bastardia de suas filhas, pois São Paulo abrigava muitas moradoras, brancas, pardas e negras, com filhos ilegítimos. Mas aquelas que conjecturam sobre o novo casamento de D. Pedro ou sua fracassada tentativa de tornar-se rainha. Bastavam-lhe os

atos de vingança contra aqueles que estiveram do seu lado. Os irmãos, Francisco e José, por exemplo, tiveram os soldos reduzidos pela metade. Seria preciso sobreviver à nova solidão. Reinventar uma vida. Daquela passada, o que restara? Dor, raiva, a compreensão de nada ter compreendido. A alegria, as emoções, o sexo, tudo ficaria sem eco, pois D. Pedro não estaria mais lá para partilhá-los. Nem mais sonhos, nem mais risos.

No dia 16 de outubro, a jovem Amélia de Leuchtenberg desembarcou no Rio de Janeiro e, no dia seguinte, os noivos trocaram alianças. O marquês de Barbacena, testemunha ocular do encontro, assim o relatou: "Vi os noivos tão ocupados um do outro, como se fossem namorados de muitos anos. Neste momento considero aqueles dois entes os mais felizes do mundo." Entusiasmado, o marquês de Resende descreveu a noiva: "Um ar de corpo como o que o pintor Corregio deu nos seus quadros à rainha de Sabá e uma afabilidade que aí há de fazer derreter a todos fizeram com que eu exclamasse, na volta para casa: valham-me as cinco chagas de N. S. Jesus Cristo, já que pelos meus enormes pecados não sou o imperador do Brasil." E prosseguia, inconveniente: "Que fará o nosso Amo, na primeira, na segunda e em mil e uma noites? Que sofreguidão!" Não errou. Durante anos, D. Pedro chamaria carinhosamente a esposa de "bocado de rei".

No dia seguinte, a cidade engalanou-se para as bodas. Salvas de artilharia, iluminações, repiques de sinos e arcos triunfais saudaram o longo cortejo de carruagens, desde o Arsenal da Marinha até a capela imperial, onde se celebrou o casamento religioso. Encerrou-se

a cerimônia com um *Te Deum* cantado pelos professores da Imperial Câmara e música de autoria do próprio imperador. D. Amélia adotou o costume que vinha da época do consulado napoleônico: o “vestido de casamento” longo, branco e acompanhado de véu de renda, como o que usara Carolina Bonaparte para esposar o general Murat.

BELÍSSIMA

Apesar da pouca idade, D. Amélia veio para mudar a vida de D. Pedro I e também a de sua corte. Ao chegar ao Paço de São Cristóvão, ficou impressionada com a desordem. O imperador recebia a todos de qualquer maneira. Imediatamente tratou de disciplinar o palácio, impondo etiqueta e cerimonial, obrigando o cumprimento de horários e colocando o francês como língua oficial. Além disso, introduziu o refinamento dos serviços e da indumentária. Feminina, belíssima e moça, Amélia não só inspirou a Ordem da Rosa, condecoração criada pelo marido em sua homenagem, com a legenda “Amor e Fidelidade”, como consolidou nos trópicos um *savoir-vivre* característico das cortes europeias – algo que Leopoldina se esquecera de trazer na bagagem, com os livros de botânica e mineralogia.

Fazendo jus à realidade de uma favorita em desgraça e não ao retrato açucarado de uma amante abandonada, a ex-favorita não largou o osso. Em outubro, Domitila cobrou o dinheiro que o imperador lhe devia: 16 contos de réis, dos quais só recebeu oito. Os restantes seguiriam em novembro. Suas pensões foram lentamente cortadas. Continuou a cobrar por meio de parentes e

conhecidos o que tinha combinado com D. Pedro para afastar-se da corte. Sensatez ou alma calejada na corrupção, ela não descuidou do futuro.

A 1º de outubro de 1829, o Chalaça comunicava-lhe o saque de metade da fortuna e esclarecia a demora: "A dificuldade de poderem verificar-se transações desta corte para essa cidade com segurança, tem sido o motivo de demora dessa remessa." O ideal era que alguma pessoa sacasse os oito mil contos de réis que restavam. A pendência financeira continuava. Ela voltou a escrever, queixando-se dos "sérios transtornos" no desconto das letras e no pagamento de suas mesadas.

Ao escrever a Plácido de Abreu, tesoureiro da casa imperial e membro do grupo português, para que resolvesse suas dívidas, ela recebeu a mais humilhante das respostas. O criado negou-se a servi-la. Maldizendo sua "infernai maldade", acusava-a de tê-lo envolvido num escândalo: Domitila teria espalhado que ele teria tentado seduzi-la. A violência do palavreado e os insultos ajudam a medir a altura da queda da marquesa:

"[...] nunca, nunca deveria ter proferido uma palavra contra a minha honra. Como deixaria V. Exa. de calcar aos pés a indoblez, se V. Exa. não tem outro Deus que o da ambição pela qual é capaz de ir a bordo de todo e qualquer chaveco! [...] Causa riso à providência acutelada ouvir que eu falava a V. Exa. em desejos libidinosos e que V. Exa. não quisesse [...] Não receia que um Deus a cubra de lepra e de crostas e de chagas asquerosas que pelo mau dito se há de a conhecer [...] eu bem sei que a marcha das mulheres como V.

Exa. é afetarem a seus amantes que seus amigos as desejam [...] mas as calúnias e perjúrios de V. Exa. urdidos pelos seus parasitas, e seus negrinhos e filhinhos e outros que a fizeram prevaricar, serão vingados pelo céu, Senhora Marquesa, pelo céu que vê tudo.”

Embora tenha convivido tão de perto com a marquesa, Plácido passou a considerá-la uma ameaça para o Estado. E aproveitava para ganhar maiores confianças de seu amo:

“Agora conheço o quanto perigo corria um soberano jovem, com tão malvado gênio a seu lado e que eu de boa-fé lhe dava crédito que não merecia. E agora conheço quanto é terrível num Estado uma mulher como V. Exa. [...] mas nunca me veio ao pensamento que V. Exa fosse tão ímpia e tão falaz, tão caluniadora e tão perversa, que se servisse de um meio tão vil para me desligar daquele que sempre acompanhei...”

Em julho de 1830, Domitila ainda tentava receber seus dinheiros ou “ordenados”, como os chamava. A um amigo, queixava-se de ter escrito ao imperador: e “de nada tenho tido resposta”. Pior: “e de minha filha, nada me tem mandado dizer.” Maria Isabel nasceu no dia 28 de fevereiro de 1830, sem que ele se manifestasse. Ela implorava que, se soubesse de “alguma coisa, mandasse contar”, para que tivesse sossego. Não tardou em ameaçar: voltaria de São Paulo, com os papéis na mão, provando que ele ainda lhe devia. Só recebera oitenta contos, por seus bens alienados. E os outros 220?

Quando a pequena Maria Isabel tinha um ano e meio, Domitila recebeu uma carta de Londres. Até então, a bastarda fora criada pela avó. A mãe chamava a pequena “pelo doce nome de Bela”, e a

família, de Iaiá. O então ex-imperador queria mandar buscar a menina para educá-la na Europa junto com a irmã. A própria Maria Isabel diria mais tarde ser “bem-nascida e malfadada”, com “selo de bastarda tanto por parte de pai quanto de mãe, não sendo culpa dela, mas de meu pai que não quis que ela me reconhecesse no batistério”.

Domitila respondeu agradecendo e dizendo-se “pronta a acompanhá-la por ter há longo tempo projetado ainda e antes dele [D. Pedro] dar essa grande prova de amor paternal de ir a Paris” a fim de dar à filha “a educação que ela merece”. A simples possibilidade de rever a ex-amante fez D. Pedro adiar *sine die* a confirmação do convite.

MULHERES COMO DOMITILA

Outras razões devem ter esvaziado a vontade de partir. Às margens do Tietê, a vida de Domitila normalizou-se. Em 1834, ela adquiriu, por 11 contos e 400 mil-réis, uma das residências mais aristocráticas da cidade. Proprietários endinheirados constituíam quase 27% dos domicílios na parte central, mais dedicada ao comércio. As visitas, as idas à igreja e o movimento visto da janela iam constituir seu cotidiano pacato e azeitado pelas obras de caridade que fazia questão de animar. Ouvia as conversas trazidas pelos escravos do chafariz da Misericórdia. Mandava buscar os alimentos nas quitandas da Ladeira do Carmo ou nas chácaras nas redondezas, muitas delas tocadas por mulheres sós. Convivia com senhoras com razoável diversidade de níveis de vida. Umas viviam de explorar seus

escravos, que vendiam produtos variados em tabuleiros, pelas ruas: peixes, doces, formigas torradas. Outras exploravam o comércio local, ou, com a ajuda de escravas, costuravam e fiavam panos e colchas. São Paulo tinha mulheres de elite que trabalhavam, ganhavam suas vidas e prestavam contas ao fisco. Eram lutadoras, cheias de vida, provedoras da casa e capazes de assumir papéis masculinos. Mulheres como Domitila.

Na mesma época, instalou-se na cidade aquele que viria a ser seu marido: Rafael Tobias de Aguiar, filho de um tropeiro rico, proprietário de terras, comerciante e arrematador de impostos. Era uma das maiores fortunas da época. Também tinha vida pública: membro do Conselho da Província e do partido liberal, deputado e depois presidente da província por dois mandatos. Casaram-se a 14 de junho de 1842, num oratório privado. Entrelaçavam, como de hábito entre as grandes famílias, fortuna e privilégios.

Enquanto isso, na corte, depois do casamento imperial, o ano de 1830 teve clima de guerra civil. Levantes armados ecoaram em outras províncias: Pernambuco, Ceará e Alagoas. Pequenos proprietários, tropas, índios e negros se levantavam, ora contra a centralização de poder, ora contra a pobreza e exclusão em que viviam. Nesse contexto, a 7 de abril de 1831, D. Pedro renunciou ao trono brasileiro. Houve, sim, o medo de ser deposto, mas o pior acontecia em Portugal. A guerra dinástica contra seu irmão para salvar o trono da filha Maria da Glória estava no auge. Com a renúncia, o imperador buscava apaziguar os ânimos no Brasil. Como herdeiro do trono ficou uma criança, que nem tinha completado 6

anos: D. Pedro II. Na prática, a transferência de poder iria reforçar as elites regionais que já tinham mostrado sua força por ocasião da independência.

Em carta a um amigo, o marquês de Resende, D. Pedro mostrava que a ruptura com a marquesa não deixara marcas profundas. Rupturas podiam ser construtivas. O fim do romance foi vivido como o ato fundador de outro: o casamento com D. Amélia permitiu um retorno às fontes, ou melhor, ao sangue. O novo matrimônio foi o apagamento salvador, redentor do passado e do passivo feito de carne. A paixão por Domitila, já esquecida, resultou em desprezo e ironia.

O mesmo despreço, D. Pedro parecia demonstrar por outras mulheres capazes de despertar desejos. Nas linhas endereçadas ao amigo, revelava um desdém profundo pela esposa do visconde e marquês de Santo Amaro, José Egídio Álvares de Almeida, embaixador em Paris e Londres e senador pelo Brasil, a quem tratou de "puta". E, não à toa, para expressar intimidade, pois falava dos filhos bastardos, rabiscou, vulgar, em meio ao texto, um pênis ereto. Eretíssimo:

"Meu Resende.

Esta vai acusar-lhe a recepção de todas que me têm escrito e fazer-lhe conhecer que sou aquele mesmo que sempre fui [...] a estas horas já terá visto minha filha Duquesa, e mesmo o pequeno Pedro, que lá [no Brasil] nasceu em setembro (parece-me) e que no intervalo não lhe fiz mal. Aquele foi feito naquela de 27 de novembro do mesmo ano, por um motivo bem simples: que a mãe não era

burra, e se chama Rodrigo, e que lhe morreu o pai putativo, está em Inglaterra.

Em São Paulo existe também uma feita enquanto os senhores levavam tempo a me arranjam casamento. Em casa por ora nada, mas o trabalho continua e em breve darei cópia de mim, e farei a imperatriz me dar cópia de si, se ela não me emprenha a mim que é a unica desgraça que me falta sofrer. Se eu me tivesse como o Gagio e não sei mais quem aplicado as Segóvias, nem teria filhos nem incômodos, por consequência e que são os cadilhos [frutos espinhosos] de quem tem filhos e quezilias (ai perdoe) quezilias de quem tem filhas, nem teria feito metade das despesas que tenho feito, mas enfim, que quer que lhe faça? Já não há remédio... Agora fiz propósito firme de não... se não em casa, não só por motivos de religião mas, até para o pôr assim [imagem do pênis ereto] já não é pouco dificultoso [...] em tudo vamos vivendo mal e pobremente, para não dizer porcamente, mas Barbacena que está no leme, e dirige tudo – abaixo de mim – está esperançado de alcançar vitória. *Haga-se el miracolo, haga-lo el Diablo*, Santo Amaro vai lá tratar da questão portuguesa [...] a Sto. Amaro vai, creio que por causa deste; forte tola! Como se em França não houvesse milhares de putas melhores do que ela. Acabou-se o papel e acabou-se a carta. Seu amo e amigo, Pedro.”

O exílio na França e a guerra em Portugal acelerariam a ruptura com o Brasil. Ainda que dissolvidos no passado, os amores de devoção ou de matrimônio deixaram raízes. D. Pedro nunca esqueceu os filhos, legítimos e bastardos, e trocou com eles, até a

morte, correspondência marcada pelo afeto e a preocupação. Foi, até morrer, exemplo de pai extremoso.

Quanto às filhas do amor de devoção, em 1839, a duquesa de Goiás passou a frequentar o instituto de educandas no palácio de Munique, na Baviera. E Maria Isabel, aos 9 anos, foi internada no colégio inglês Hitchings, no Rio de Janeiro. O projeto de D. Pedro de fazê-la estudar na Europa nunca se realizou. Maria Isabel nunca deixou o Brasil: era epilética como o pai. A duquesa de Goiás casou-se com Ernesto José João Fischler von Treuberg, conde von Treuberg e barão von Holsen, em 17 de abril de 1843. O casamento foi arranjado por D. Amélia. Maria Isabel desposou o filho do maior inimigo de sua mãe: o marquês de Barbacena. Tinha 18 anos quando se uniu, a 2 de setembro de 1848, com Pedro Caldeira Brant, conde de Iguazu, tornando-se sua segunda esposa.



AMOR DE MATRIMÔNIO

Do amor de matrimônio entre Pedro e Leopoldina ficaram D. Pedro II, por quem o pai abdicou do trono em 7 de abril de 1831, a rainha Maria da Glória de Portugal, cuja maioridade foi declarada em 1834, meses depois da capitulação do tio Miguel, em Évora Monte, batido pelas tropas de D. Pedro, então duque de Bragança. A primogênita casou-se com o irmão da madrasta, Augusto de Beauharnais. Januária teve o casamento negociado, assim como o de D. Pedro II, com o Reino das Duas Sicílias: os dois irmãos casaram-se com dois irmãos: em 1844, ela casou-se com Luís Carlos Maria de Bourbon e Duas Sicílias, conde d'Áquila, príncipe do Reino das Duas Sicílias,

filho do rei D. Francisco I e irmão da princesa D. Teresa Cristina Maria de Bourbon, que se casaria com D. Pedro II. Francisca uniu-se, em 1843, ao filho do rei dos franceses, Luís Filipe, o príncipe de Joinville. A doentia Paula faleceu em janeiro de 1833, longe do pai. D. Maria Amélia, filha do segundo casamento, morreu tuberculosa e precocemente na ilha da Madeira, aos 21 anos e 2 meses.

Resultado do comportamento amoroso do pai, as relações sempre foram as melhores entre os filhos de carne e os de sangue. Que o diga a carta de Isabel Maria, a duquesa de Goiás, para a princesa D. Januária:

“Minha querida irmã,

Eu teria ficado bem contente de nos ver com papai; para me compensar, eu vos peço de me escrever e de me dar notícias de meu irmão e de minhas irmãs, que abraço ternamente, assim como à minha boa Dona Januária. Eis algumas imagens que vos envia como lembrança Vossa irmãzinha que muito vos ama,

Isabel Maria

Paris, 19 de fevereiro de 1832.”

O imperador seguiu de pé, curou suas feridas para enfrentar a última ruptura: aquela que o libertaria definitivamente de todas as outras. Em 1834, D. Pedro fechou os olhos depois de uma enfermidade contraída na campanha militar contra seu irmão. Não se conhecem as reações de Domitila à notícia. Ele tinha 36 anos incompletos. Ela sobreviveu até os 70. O cônsul inglês em Santos, Richard Burton, a conheceu, já entrada em anos. Nunca esqueceu a

morena “de olhos negros repletos de simpatia, inteligência e conhecimento” que lhe contava episódios da corte. De cachimbo na boca, como era costume entre as paulistas, Domitila foi reconhecida pelo diplomata inglês como uma *grande dame*, “extremamente simpática e atraente”.

No triângulo feito de carne e sangue, a imperatriz Leopoldina viveu seu destino com estoicismo, perdoou e, perdoando, sublimou. D. Pedro esqueceu o que restou da paixão bruta, feita de desejo enérgico e egoísta. E à Domitila só restou aceitar o fim da carreira sentimental que tanto escandalizou uma época e à qual a lenda acrescentou tanto quanto a história.

 **BIBLIOGRAFIA**

- ALCÂNTARA, Laura Pereira de. *Os filhos de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Aurora, 1987.
- ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Anais do Seminário Internacional D. João VI um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.
- ARAGO, Jacques Etienne Victor. *Dum polo a outro*. Lisboa: Francisco Xavier de Sousa, 1855.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Ritmos da vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- _____. *São Paulo imperial: a cidade em transformação*. São Paulo: Arké, 2004.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- AZEVEDO, Vicente de Paulo. "Domitila de Castro, Marquesa de Santos". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 299, pp. 241-54, abr.-jun. 1973.
- BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1935.
- BASTOS PEREIRA, Lúcia Maia; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal: estudo histórico*. Tomo II. Lisboa: Castro Irmãos, 1879.
- BEZERRA, Alcides. "A vida doméstica da imperatriz Leopoldina". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 175, pp. 71-106, 1949.
- BEZERRA CÂMARA, José Gomes. "Duas soberanas irmãs, dois destinos opostos: arquiduquesas Maria Luísa e Leopoldina". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 151, n. 368, pp. 324-33, jul.-set. 1990.
- BOTELHO, Angela Viana; Reis, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. 5a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BRAGANÇA, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. "A princesa D. Leopoldina". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 243, pp. 72-93, abr.-jun.

1959.

- BRANCATO, Brás A. A. *Don Pedro I de Brasil, possible Rey de España* (una conspiración liberal). Porto Alegre: EDIPUCRGS, 1999.
- BRASIL, Helio. *São Cristóvão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: arraial de sertanistas (1554-1828)*. São Paulo: Hucitec; Secretaria Municipal de Cultura, 1984.
- BURDEN, Christopher. "Cego furor homicida". In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 2, n. 18, pp. 62-5, abr. 2005.
- CALMON, Pedro. *O rei cavaleiro*. São Paulo: Saraiva, 1950.
- _____. *O rei do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- CÂNDIDO, Antonio. "The Brazilian family". In: SMITH, T. Lynn (ed.). *Brazil Portrait of Half a Continent*. Nova York: Marchand General, 1951.
- CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. (Série Coleção Temas Brasileiros, v. 41).
- CARS, Jean des. *La saga des Habsbourg: du Saint Empire à l'Union européenne*. Paris: Perrin, 2010.
- CARVALHO SOUZA, Iara Lis. *Pátria coroada: o Brasil como corpo diplomático autônomo 1780-1831*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *D. Pedro II, ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASTRO, Ruy. *Era no tempo do rei: um romance da chegada da corte*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Crônicas históricas do Rio Colonial*. Rio de Janeiro: Faperj/Civilização Brasileira, 2004.
- CHEKE, Marcus. *Carlota Joaquina: a rainha intrigante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- CLAIR, Jean (dir.). *Mélancolie: génie et folie en Occident*. Paris: Réunion des Musées Nationaux/Gallimard; Berlim: Staatliche Museen zu Berlin, 2005.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, Sérgio Correa da. *Every inch a king: a biography of Dom Pedro I first emperor of Brazil*. Nova York: Charles Frank Publications Inc., 1964.
- CRAVERI, Benedetta. *Reines et favorites : le pouvoir des femmes*. Paris: Gallimard, 2007.

- D. Leopoldina, cartas de uma imperatriz*, vários. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- DAUPHIN, Cécile; FARGE, Arlette. *De la violence et des femmes*. Paris: Albin Michel, 1997.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. v. I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.
- DELUMEAU, Jean; ROCHE, Daniel. *Histoire des pères et de la paternité*. Paris: Larousse, 1990.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Duzentos anos – Imperatriz Leopoldina*, realizações do simpósio comemorativo do bicentenário do nascimento da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro: IHGB, 1997.
- EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Nacional, 1972.
- EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII^e siècle*. Paris: Seuil, 1992.
- FARIAS, Juliana Barreto et al. *Cidades negras, africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. 3a ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- _____. *Sobrados e mucambos*. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- GERSON, Brasil. *A revolução brasileira de D. Pedro I*. São Paulo: José Bushatski Editor, 1971.
- GOMES, Francisco da Silva. *Memórias do Chalaça*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1966.
- GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- GOMES, Marleide da Mota; REIMÃO, Rubens; MARANHÃO-FILHO, Péricles. "Dom João VI's death: convulsions and coma". In: *Arq. Neuro-Psiquiatric (São Paulo)*, v. 65, n. 4B, dez. 2007.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1956.
- GRIMMER, Claude. *La femme et le bâtard*. Paris: Presses de La Renaissance, 1983.

- GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *E agora, padre Belchior?* Belo Horizonte: n.d., 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A província de São Paulo". In: *História geral da civilização brasileira*. v. II – O Brasil monárquico. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- JAUCH, Úrsula Pia. *Filosofia das damas y moral masculina*. Madri: Alianza, 1995.
- LEITHOLD, Von; RAGO, Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Nacional, 1966.
- LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- _____. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LUCCOK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MACIEL, Marco. *Bicentenário da Independência*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- MALHERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. "O casório real". In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, n. 30, pp. 42-5, abr. 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- MARIZ, Vasco. *A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- Marquesa de Santos*, Ficção em doze contos, vários. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.
- MARTINS, Luciana Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MAURÍCIO, Augusto. *Igrejas históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cosmos, 1947.
- MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

- MELO, Juliana Alves Fernandes de. "D. Pedro I e a marquesa de Santos: uma análise quanto à correspondência privada: poder e representações e imaginários (1822-1827)". Comunicação ao I Congresso Internacional de História da UFG – Gênero, Cultura e Poder, 2010.
- MINOIS, Georges. *Histoire du mal de vivre : de la mélancolie à la dépression*. Paris: La Martinière, 2003.
- MOREL, Marco. "Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830". In: *Topoi (Rio de Janeiro)*, pp. 39-58, mar. 2002.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- NAZZARI, Muriel. *Disapperance of the dowry: women, families and social change in São Paulo, Brazil, 1600-1900*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- NEUWIED, Maximiliano de Wied. *Viagem ao Brasil (1820)*. São Paulo: Nacional, 1940.
- NORTON, Luiz. *A corte de Portugal no Brasil: notas, documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. São Paulo: Nacional, 2008.
- OBERACKER JR., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina, sua vida e sua época: ensaio de uma biografia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.
- _____. "A corte de D. João VI no Rio de Janeiro, segundo dois relatos do cônsul prussiano conde Von Flemming". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 346, pp. 255-70, jan.-mar. 1985.
- OLIVEIRA RAMOS, Luis A. de. *D. Pedro imperador e rei*. Lisboa: Inapa, 2002.
- PAULA, Rodrigo Teodoro de. *Música e representação nas cerimônias de morte em Minas Gerais (1750-1827): reflexões para o estudo da memória sonora na festa*. Belo Horizonte: Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais, jun. 2006.
- PEDRO I, imperador do Brasil. "A sempre para mim sentida morte de minha adorada imperatriz." In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 61, n. 98, p. 182, 1898.
- PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcellos. "Manuscritos de D. Leopoldina". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 25, pp. 274-81, abr.-jun. 1981.
- PERES, Guilherme. "A ventura de Augusta Candiani: o canto lírico do século XIX no Rio de Janeiro". In: <<http://cafehitoria.ning.com/profiles/blogs>>.
- PINHEIRO NETO, João. *Pedro e Domitila: amor em tempo de paixão*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

- PRANTNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil: a contribuição da Casa Habsburgo-Lothringen e da cultura austríaca ao desenvolvimento do Brasil durante a monarquia no século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PRESAS, José. *Memórias secretas da princesa do Brasil: as quatro coroas de Carlota Joaquina*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Phoebus, 2008.
- PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo: maternidades, mentalidades e condição feminina no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- _____. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. "Ritos da vida privada". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil*. v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.
- REZUTTI, Paulo. *Titília e o Demonão: cartas inéditas de D. Pedro I à marquesa de Santos*. São Paulo: Geração, 2011.
- ROMEIRO, João. *De D. João VI à Independência*. São Paulo: Edaglit, 1962.
- RUGENDAS, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- SALGADO, César. *A guarda de honra do príncipe D. Pedro*. São Paulo: [s. n.], 1972. Separata da *Revista Paulistana*, n. 76, jan.-jul. 1972.
- SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena de. *7 de setembro de 1822: a independência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família, São Paulo, século XIX*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Marco Zero, 1989.
- SANTOS, Amilcar Salgado dos. *A imperatriz Leopoldina (mãe do imperador D. Pedro II)*. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1927.
- SANTOS, Eugenio dos. *D. Pedro IV*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. v. I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como ele é*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2002.
- SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles, empire, monarchy and the portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. Nova York, Londres: Routledge, 2001.

- SCOTT, Ana Sílvia Volpi; Fleck, Eliane C. Deckmann (org.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2008.
- SETÚBAL, Paulo. *1808-1834: as maluquices do imperador*. São Paulo: Geração, 2008.
- _____. "A imperatriz Leopoldina". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 321, pp. 250-63, out.-dez. 1978.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *História da fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864-1868.
- _____. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Nacional, 1977.
- _____. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- _____. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- _____. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa: Referência/Estampa, 1993.
- SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. *Crônica de D. João VI*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- TAUNAY, Afonso d'Escragolle. "Cartas inéditas da imperatriz Leopoldina a José Bonifácio". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 91, n. 145, pp. 701-7, 1922.
- TAVARES, Luís Henrique. "O processo contra *O Guaicuru'*". In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 81, 1957.
- TAVARES, Silva. *Vida amorosa de D. Pedro IV*. Lisboa: Livraria Clássica, 1934.
- TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- TOLEDO, Roberto Pompeu. *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- TORERO, José Roberto. *O Chalaça: galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VIANNA, Hélio. *Estudos de história imperial*. São Paulo: Nacional, 1950.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

WILCKEN, Patrick. *Empire adrift: the portuguese court in Rio de Janeiro 1808-1821*. Londres: Bloomsbury, 2004.

WOFF, Egon. "Dom Pedro I e a princesa da Holanda". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 339, pp. 59-61, abr.-jun. 1983.

XIDIEH, Oswaldo Elias. *Narrativas piás populares*. São Paulo: IEB, 1967.

Site

www.obrabonifacio.com.br

Fontes

Arquivo Museu Imperial

MIP I POB 14/5/1817 FI.A.c

MIP II POB 4/4/1817 L.B.c

MIP CJP.c 1-4

MIP I POB 14/3/1822

MIP I POB 9/4/1822 LB c 1-2

MIP I POB 10/8/1822 L.B c 1-5

MIP POB [1822] L.B c 1-10

MIP I POB 12/4/1824 FIA.c

MIP I POB 23/10/31

MIP I POB 16/4/1817 LB c 2-4

MIP I POB 1822 LB c 1-10

MIP I POB 1º/3/1825. FIA c 1-2

MIP I POB 5/2/1826 Mag. c 1-2

MIO I PAN 8/2/1826 Bar. c 1-9

MIP I POB 1822-1825 LB c 1-22

MIP II POB 1828 – Gar. 1-8

MIP PI.B 1-2

MIP I POB 10/7/1829-PI.B.c

MIP I POB 12/4/1829-A-B.c1-2

MIP II POB 26/3/1829-

MIP II POB 26/6/1827-PI.B.c

MIP POB 26/8/1827-Sil.o

MIP I POB 12/10/1827 Mel.c

MIP II POB 15/10/1827-Cos.c.1-2
MIP II POB 17/11/1827 Cou.c
MIP I POB 30/8/1828 Dum.c 1-2
MIP I DMI 10/5/1828 PI.B.c
MIP I POB 13/5/1828 Mel c 1-21
MIP II POB 1829 Hor.do 1-89
MIP II POB 26/4/1830 PI. B.me 1-9
MIP I DMI 1824-1828 PI.B.ed.
MIP I DMI 10/5/1828 PI.B c.
MIP I DMI 2/7 [1830] Mel c 1-2
MIP S/D I FOT PI.B.c
MIP III-8-4.n.28 MFN 06579
MIP 1-2 n.106
MIP I.POB 2/11/1829 Mel c
MIP II POB 20/1/1829 Abr.c 1-10

Arquivo Nacional – RJ

Boletins médicos sobre o estado de saúde da imperatriz Leopoldina. Fundo Casa Real e Imperial: Mordomia-Mór. CX 04, Pac. 05, Doc. 37A.

Biblioteca Nacional – RJ

I – Divisão de Manuscritos

Carta da imperatriz Leopoldina a seu pai, Francisco I, imperador da Áustria sobre o Brasil após sua independência e constituição. [Brasil], [1823]. Cópia datilografada. 3 docs. 6p. Francês. Incompleto. Localização: 63,05,003 n. 11. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta da imperatriz Leopoldina ao imperador da Áustria falando de sentimentos pessoais. Rio de Janeiro, 20/5/1826. Cópia datilografada. 1p. Alemão. Localização: 64,02,001 n. 006. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta da marquesa de Santos ao conde (???). S/l, 20/4/1862. Original e autógrafo. 1f. Localização: I-35,02,129.

Carta de Leopoldina à condessa de Lazansky falando da breve partida de Maria para a Europa. Rio de Janeiro, 7/6/1826. Cópia datilografada. 1p. Alemão. Localização: 64,02,001 n. 007. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

- Carta de Carlos Fernando Francisco, conde de Kuefstein-Greillenstein, na qual diz enviar o diário de sua tia, a condessa de Kuenberg, que acompanhou a imperatriz Leopoldina ao Brasil. Greillenstein, 30/6/1922. Cópia manuscrita. 2p. Localização: 64,01,002 n. 60. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta de Domitila de Castro Canto e Melo, marquesa de Santos, a Candido (?) tratando de ordenados e contas a serem pagas. São Paulo, 2/7/18--; Fac-símile, manuscrito. 2p. Localização: I-02,25,062. Fundo/Coleção: Manuscritos Avulsos. Série Correspondência.
- Carta de Domitila de Castro Canto e Melo, marquesa de Santos, a Roberto Jorge Haddock Lôbo pedindo que entregue as cartas da sua filha, a condessa de Iguassu (*sic*). São Paulo, 17/7/1865. Original, manuscrita. 1p. Localização: I-02,25,060. Fundo/Coleção: Manuscritos Avulsos. Série Correspondência.
- Carta de Domitila de Castro Canto e Melo, marquesa de Santos, a Roberto Jorge Haddock Lôbo tratando de um favor feito a sua filha condessa de Iguassu. São Paulo, 3/10/1865. Original, manuscrita. 1p. Localização: I-02,25,061. Fundo/Coleção: Manuscritos Avulsos. Série Correspondência.
- Carta de Domitila de Castro Canto e Melo, marquesa de Santos, a seu primo [conde de Iguaçú] desejando boa saúde a sua família, dando notícias e tratando de penhoras de joias e dívidas. São Paulo, 31/10/1851. Consta cópia manuscrita da carta. Original, manuscrita. 2docs. 5p. Localização: I-02,25,059. Fundo/Coleção: Manuscritos Avulsos. Série Correspondência.
- Carta de Domitila de Castro Canto e Melo, marquesa de Santos, ao conde de Iguaçú enviando notícias. São Paulo, 29/3/1954. Autógrafo, manuscrita. 1p. Localização: I-05,20,021. Fundo/Coleção: Ernesto Senna. Série Correspondência de terceiros.
- Carta de João Fernando de Almeida Prado a Tobias Monteiro sobre correspondência de Pedro I para a marquesa de Santos. São Paulo, 19--. Autógrafo, manuscrito. 2p. Localização: 64,01,001 n. 44. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Tobias Monteiro.
- Carta de João Loureiro ao conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá informando sobre a volta da marquesa de Santos à corte e da presença do imperador do Brasil a um baile na casa da marquesa. Rio de Janeiro, 17/6/1829. Autógrafo, manuscrita. 4p. Localização: I-28,29,001 n. 032. Fundo/Coleção: Martins.

- Carta de Leopoldina, barão de Daiser ao príncipe de Metternich comentando sobre o conflito entre o tutor e o regente e tratando da partilha das joias deixadas pela imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro, 24/9/1838. Cópia datilografada. 3 docs. 27p. Francês. Localização: 64,02,003 n. 58. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta de Leopoldina, imperatriz do Brasil, a Flach tratando de assuntos pessoais. S/l, 18--. Cópia manuscrita. 43 docs. 56p. Alemão. Localização: 64,02,001 n. 53. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta de Leopoldina, imperatriz do Brasil, ao arquiduque Franz, seu irmão, tratando de assuntos pessoais. Rio de Janeiro, 7/6/1826. Cópia datilografada. 1p. Francês. Localização: 64,02,001 n. 18. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta de Leopoldina, imperatriz do Brasil, ao barão de Sturmer tratando da política europeia e brasileira. Rio de Janeiro, 6/4/1823. Cópia datilografada. 2p. Alemão. Localização: 63,05,003 n. 13. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta de Manoel José Mir para Pedro I tratando dos preparativos de viagem da marquesa de Santos. S/l, 182?. Anexas notas manuscritas. Cópia datilografada. 1p. Localização: 63,05,006 n. 82. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich afirmando que D. Pedro ordenou à marquesa de Santos que partisse para São Paulo. Rio de Janeiro, 17/8/1829. Cópia datilografada. 2p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 091. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich comentando as decisões de Pedro I em relação a seus filhos com a marquesa de Santos, além de pedir orientação a respeito. Rio de Janeiro, 29/8-15/9/1827. Cópia datilografada. 3docs. 5p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 054. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich comentando algumas disposições sobre a regência e sobre o relacionamento de Pedro I com a marquesa de Santos, que exercia forte pressão sobre o imperador. Rio de Janeiro, 22/10/1827. Cópia datilografada. 2 docs. 4p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 057. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich comunicando o falecimento da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro, 13/12/1826. Cópia manuscrita. 3p.

Francês. Localização: 64,01,004 n. 11. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich confirmando o casamento de D. Pedro com uma princesa de Leuchtenberg e dizendo que a marquesa de Santos não quer deixar a corte. Rio de Janeiro, 30/7/1829. Cópia datilografada. 5p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 084. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich contando detalhes sobre a enfermidade da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro, 6/12/1826. Cópia manuscrita. 5p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 16. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich contando que a marquesa de Santos teve uma filha e tratando das intenções de D. Pedro em relação aos seus filhos naturais. Rio de Janeiro, 18/7/1827. Cópia datilografada. 4p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 005. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich contando que a amante de D. Pedro, Domitila de Castro, recebeu o título de viscondessa de Santos. Rio de Janeiro, 24/10/1825. Cópia manuscrita. 8p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 061. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich contando que Leopoldina está prestes a ter um bebê; que os preparativos para a defesa do país continuam; que para o momento Cochrane foi persuadido a ficar no Brasil; que as eleições estão em curso. Rio de Janeiro, 17/7/1824. Cópia datilografada. 4p. Francês. Localização: 64,01,003 n. 85. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich descrevendo o funeral da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro, 4/1/1827. Cópia manuscrita/datilografada. 3 docs. 11p. Francês. Anexa nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros a respeito do enterro da imperatriz Leopoldina, de 22/12/1826. Localização: 64,01,005 n. 002. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich dizendo que Pedro I está magoado por não ter respostas às cartas de fevereiro e que a marquesa deve partir em breve. Rio de Janeiro, 15/9/1827. Cópia datilografada. 2p. Francês.

Localização: 64,01,005 n. 055. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich dizendo que a marquesa de Santos voltou a ter influência sobre o imperador. Rio de Janeiro, 23/5/1829.

Cópia datilografada. 3p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 060. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich enviando encomenda de D. Leopoldina ao papa; pede que Metternich tente fazê-la chegar em suas mãos.

Rio de Janeiro, 18/9/1824. Cópia datilografada. 4p. Francês. Localização: 64,01,003 n. 110. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich informando que Pedro I lhe pediu ajuda para os preparativos do seu segundo casamento, assim como para as providências a tomar com a marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 22/6/1827.

Cópia manuscrita. 3 docs. 8p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 39. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich narrando a entrevista que teve com Pedro I, em que este decidiu romper com a marquesa de Santos e entregar a regência de Portugal a D. Miguel. Rio de Janeiro, 5/7/1827. Cópia manuscrita. 5 docs. 28p. Francês. Anexas notas do barão de Mareschal tratando da regência de Portugal e sua sucessão e da marquesa de Santos. Localização: 64,01,005 n. 45. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich narrando conversa que teve com Pedro I a respeito da morte da imperatriz Leopoldina, além de comentar a reforma ministerial do governo. Rio de Janeiro, 2/2/1827. Cópia manuscrita/datilografada. 3 docs. 21p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 004. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich sobre o possível envolvimento de Pedro I com a marquesa de Santos, além de tratar das finanças do governo brasileiro. Rio de Janeiro, 18/3/1827. Cópia datilografada. 4p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 17. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da influência que a marquesa de Santos exerce sobre o imperador, contando como ela ofereceu ajuda pecuniária para a Guerra do Sul e depois relatando a morte de Maria Isabel, filha da marquesa. Rio de Janeiro, 22/10/1827. Cópia manuscrita. 6 docs. 15p. Francês. Anexas notícias do *Diário Fluminense* e carta da marquesa

de Santos ao imperador oferecendo ajuda financeira para a guerra e resposta do marquês de Queluz dizendo que o imperador ordenou que a carta fosse publicada. Localização: 64,01,004 n. 006. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da sucessão do trono português. Comenta o possível envolvimento de Pedro I com a marquesa de Santos e fala das consequências que isso pode trazer. Rio de Janeiro, 2/2/1827. Cópia datilografada. 14p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 007. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando das acusações contra o ministro da Guerra e dos avanços nas negociações com Buenos Aires. Conta que Pedro I reconheceu a filha que teve com a marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 28/5/1827. Cópia datilografada. 4 docs. 8p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 029. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da decisão de Pedro I de romper com a marquesa de Santos e se casar com uma princesa da Baviera. Rio de Janeiro, 22/6/1827. Cópia manuscrita. 2 docs. 4p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 43. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando das determinações da corte austríaca, sobre D. Miguel, da escolha da embaixada que irá tratar do casamento de Pedro I e das atitudes deste em relação a seus filhos com a marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 18/8/1827. Cópia datilografada. 3 docs. 7p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 053. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da conversa que teve com Pedro I, em que expôs as suas disposições em relação à marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 4-14/11/1827. Cópia datilografada. 4 docs. 8p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 058. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando das negociações com Buenos Aires, das mudanças no ministério e do caso entre Pedro I e a marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 30/11/1827. Cópia datilografada. 3 docs. 11p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 059. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da doença da imperatriz Leopoldina, a quem os médicos dão poucas esperanças de cura. Rio de Janeiro, 9/12/1826. Cópia manuscrita. 3p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 12. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da grave doença da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro, 9/12/1826. Cópia manuscrita. 3p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 13. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da doença da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro, 8/12/1826. Cópia manuscrita. 2p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 14. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da evolução para pior da doença da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro, 6/12/1826. Cópia manuscrita. 3p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 15. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando de seu encontro com Pedro I, em que conversaram sobre o segundo casamento do imperador, sobre a conduta que deve ter uma futura imperatriz e sobre o relacionamento com a marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 22/6/1827. Cópia manuscrita. 5 docs. 21p. Francês. Anexa relação sobre os documentos necessários para se proceder o arranjo do casamento de Pedro I com uma das princesas da Baviera. Localização: 64,01,005 n. 38. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando dos projetos de casamento de D. Pedro I e das relações deste com a marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 24/12/1827. Cópia datilografada. 4p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 008. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Carta sobre o traslado do corpo da imperatriz Leopoldina. S/I, 18--. Cópia datilografada. 1p. Localização: 64,03,006 n. 75. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Diversas.
- Cartas da imperatriz Leopoldina a seu pai, Francisco I, imperador da Áustria. [Rio de Janeiro], 14/8/1817-3/8/1821. Cópia datilografada. 60 docs. 81p. Francês e alemão. Localização: 63,05,003 n. 10. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Cartas da imperatriz Leopoldina a seu pai, Francisco I, imperador da Áustria. [Rio de Janeiro], 29/1/1821-20/11/1826. Cópia datilografada. 9 docs. 130p. Português, francês e alemão. Localização: 63,05,003 n. 12. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Cartas de Pedro I a Francisco I sobre a morte de Leopoldina, sobre seu desejo de casar novamente e sobre circunstâncias políticas que envolvem o projeto, especialmente quanto à sucessão do trono português. Rio de Janeiro, 19/2/1827-5/2/1828. Cópia manuscrita. 95p. Francês. Contém anexos. Localização: 64,01,005 n. 94. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Cartas do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich falando da sua conversa com o imperador sobre o seu novo casamento, a regência de Portugal, a política brasileira, a guerra do Prata e a marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 5/7/1827. Cópia manuscrita/datilografada. 5 docs. 17p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 46. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Cartas do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando da necessidade de apressar o casamento de Pedro I e envolver a imperatriz na tarefa de afastar da corte a marquesa de Santos. Rio de Janeiro, 22/10/1827. Cópia datilografada. 3 docs. 8p. Francês. Localização: 64,01,005 n. 056. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Cartas do barão de Mareschal ao príncipe de Metternich tratando de questões diplomáticas, de atribuições de cargos e títulos da nobreza, dos problemas na Bahia, da questão da sucessão ao trono português, do reconhecimento da paternidade da duquesa de Goiás e do falecimento da imperatriz Leopoldina. Rio de Janeiro, 23/1-13/12/1826. Cópia manuscrita. 16 docs. 93p. Francês. Localização: 64,01,004 n. 003. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

Certidão da escritura de venda dos prédios da marquesa de Santos, situados em São Cristóvão a S. M. I. em agosto de 1829. Assinada por João Marques Perdigão, tabelião. Rio de Janeiro, 25/6/1852. Original, manuscrito. 10p. Localização: II-34,16,027. Fundo/Coleção: Rio de Janeiro. Cat. RJ/vol. 106 n. 324.

Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz Maria Leopoldina. Rio de Janeiro/Londres, 13/10/1823-27/10/1828. Autógrafa, manuscrito. 32 docs. Francês. Disponível em microfilme. Publicado em ABN 60, p. 29-65. Localização: MS-97 (2).

- Correspondência entre o príncipe de Metternich e a imperatriz do Brasil tratando da situação de D. Maria. Rio de Janeiro/Viena, 18/5-30/10/1826. Cópia datilografada. 2 docs. 4p. Francês. Localização: 64,02,001 n. 15. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Descrição de Tobias Monteiro do enterro de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 1p. Localização: 63,05,002 n. 387. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Descrição do séquito que deverá acompanhar a arquiduquesa Leopoldina em sua viagem a Livorno, entre oficiais, funcionários, damas de companhia e criados. S/l, [1817]. Cópia, manuscrita. 3p. Disponível em microfilme. Localização: MS-554 (3) D.11. Fundo/Coleção: Linhares.
- Diário da viagem da rainha Leopoldina até Livorno, onde embarcou para o Brasil; o programa para a solenidade do casamento e cartas tratando das negociações sobre o casamento de Pedro I e Leopoldina e das festividades. Viena, 28/7/1816-3/9/1818. Cópia datilografada. 32p. Localização: 64,02,001 n. 26. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Nota de Américo Lourenço Jacobina Lacombe sobre a morte de Leopoldina, as ações de Pedro I após o ocorrido e a influência da marquesa de Santos na corte. S/l, 19--. Original, manuscrito. 13p. Localização: 63,05,002 n. 352. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Nota de Américo Lourenço Jacobina Lacombe sobre a relação entre a marquesa de Santos e Pedro I após a morte de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 1p. Localização: 63,05,002 n. 358. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Nota de Américo Lourenço Jacobina Lacombe sobre as correspondências de Mareschal acerca da relação entre a marquesa de Santos e Pedro I. No verso nota de Tobias Monteiro. S/l, 19--. Original, manuscrito. Localização: 63,05,002 n. 359. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Nota de Tobias Monteiro acerca da influência da marquesa de Santos sobre Pedro I e do comparecimento desta em missa comemorativa da morte de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Localização: 63,05,002 n. 362. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Nota de Tobias Monteiro sobre a correspondência entre o visconde de Resende e a marquesa de Santos acerca de sua filha, Maria Isabel. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Localização: 63,05,002 n. 412. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a crítica feita por Bernardo Vasconcellos à influência da marquesa de Santos em nomeações de cargos estatais. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Localização: 63,05,002 n. 397. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a doença de Leopoldina e a proibição imposta à viscondessa de Santos de frequentar o Paço. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Localização: 63,05,002 n. 391. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a doença de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Incompleto. Localização: 63,05,002 n. 408. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a doença e o enterro de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Incompleto. Localização: 63,05,002 n. 393. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a influência da marquesa de Santos sobre Pedro I, a repercussão pública do relacionamento e a popularidade de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Localização: 63,05,002 n. 382. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a ligação entre a viscondessa de Santos e Pedro I, quando Leopoldina ainda era viva. Trata da influência da [marquesa de] Santos na nomeação de cargos e a repercussão pública do relacionamento. S/l, 19--. Original, manuscrito. Localização: 63,05,002 n. 360. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a marquesa de Santos na corte após o falecimento de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Localização: 63,05,002 n. 410. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a mudança ministerial empreendida por Pedro I após a morte de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Localização: 63,05,002 n. 370. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a presença da marquesa de Santos em funeral na capela imperial na tribuna das damas de honra. S/l, 19--. Original, manuscrito. 1p. Localização: 63,05,002 n. 365. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a reação de Pedro I ao chegar do Rio Grande ao Rio de Janeiro após a notícia da morte de Leopoldina e sobre a demissão de

ministros e funcionários. S/l, 19--. Original, datilografado. 1p. Localização: 63,05,002 n. 361. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a relação das mesadas dadas em 1827 por Pedro I estando o valor oferecido à marquesa de Santos e a outros favorecidos. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Localização: 63,05,002 n. 385. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a relação entre a marquesa de Santos e Pedro I após a morte de Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 3p. Localização: 63,05,002 n. 353. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre a viagem de Pedro I e Leopoldina à Bahia ocorrida em 1826. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Incompleto. Localização: 63,05,002 n. 392. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre as exigências da marquesa de Santos para se afastar de Pedro I e a influência dela na corte. S/l, 19--. Original, datilografado. 4p. Localização: 63,05,002 n. 375. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre os desgostos de Leopoldina com a relação entre D. Pedro I e a marquesa de Santos. S/l, 19--. Original, manuscrito. 1p. Localização: 63,05,002 n. 388. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre Pedro I e Domitila após a morte de Leopoldina. S/l, 19--. Original, datilografado. 1p. Incompleto. Anexas notas manuscritas. Localização: 63,05,002 n. 374. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota de Tobias Monteiro sobre Pedro I e Leopoldina. S/l, 19--. Original, manuscrito. 2p. Incompleto. Localização: 63,05,002 n. 414. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.

Nota do conde de Apohy que comunica ao conde de Funchal o itinerário da viagem que será feita pela arquiduquesa Leopoldina de Viena até Livorno. Viena, 16/5/1817. Cópia manuscrita. 2p. Disponível em microfilme. Localização: MS-554 (3) D.10. Fundo/Coleção: Linhares.

Nota sobre a legitimação e titulação de Isabel Maria, filha de Pedro I e da marquesa de Santos. S/l, 19--. Original, manuscrito. 4p. Localização: 63,05,002

- n. 350. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Nota sobre carta de D. Escolástica a sua filha, a marquesa de Santos, e troca de correspondência entre Pedro I e o barão de Quixeramobim. S/l, 19--. Original, manuscrito. 1p. Localização: 63,05,002 n. 371. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Notas de Tobias Monteiro sobre a correspondência de Leopoldina descrevendo seu estado de saúde em 1826. S/l, 19--. Original, manuscrito. 1p. Localização: 63,05,002 n. 389. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Notas de Tobias Monteiro sobre a correspondência de Mareschal ao príncipe de Metternich acerca da relação entre a viscondessa de Santos e Pedro I e sua repercussão no seio do povo. S/l, 19--. Original, manuscrito. 3p. Localização: 63,05,002 n. 355. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Pesquisas e anotações.
- Ofício da marquesa camareira-mor à condessa de Itapagibe convocando-a ao velório da imperatriz, às 4 da tarde no Paço da Boa Vista. Rio de Janeiro, 13/12/1826. Autógrafo, manuscrito. 1p. Localização: I-09,11,031. Fundo/Coleção: Nogueira da Gama.
- Ofício da marquesa Amareira-mor à condessa de Itapagibe, dama camarista, pedindo seu comparecimento ao paço no dia 14 às 5 horas da tarde, para acompanhar o féretro de D. Leopoldina. Rio de Janeiro, 12/12/1826. Autógrafo, manuscrito. 1p. Localização: I-09,11,030. Fundo/Coleção: Nogueira da Gama.
- Ofício de Inácio da Costa Quintella ao Senado solicitando a transferência da missa de ação de graças pelo aniversário da chegada da princesa à corte. [Rio de Janeiro], 7/5/1821. Autógrafo, manuscrito. 1p. Localização: I-05,24,114 Fundo/Coleção: Ernesto Senna. Série: Avulsos.
- Ofícios ao imperador austríaco tratando de assuntos comerciais, de coleções de amostras de material mineral, animal e vegetal do Brasil e do casamento de Leopoldina. Viena, 29/7/1816-1º/1/1817. Cópia manuscrita/datilografada. 2 docs. 19 p. Alemão. Localização: 63,05,006 n. 54. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.
- Requerimento de Dornitilla (*sic*) de Castro Couto (*sic*) e Melo, viscondessa de, marquesa de Santos, encaminhado ao Ministério do Império, solicitando que seus filhos sejam conservados em sua companhia. S/l, s/d. Original, manuscrita. 2 docs. Localização: C-0458,038. Fundo/Coleção: Documentos Biográficos.

Soneto feito por Sua Majestade o Imperador D. Pedro I à Sua Augusta Esposa, D. Leopoldina. S/l, 1826. Original. 1 folha. Localização: I-09,11,002. Fundo/Coleção: Nogueira da Gama.

Trecho do livro *Lembranças da baronesa de Montet* sobre as impressões de sua amiga Kuenberg que acompanhou Leopoldina ao Rio de Janeiro, acerca do Brasil. Paris, [18--]. Cópia datilografada. 4p. Localização: 63,05,006 n. 83. Fundo/Coleção: Tobias Monteiro. Série: Cópias pagas.

II – Divisão de Periódicos

a) *Brasil Histórico*, escripto pelo Dr. Mello Moraes. Domingo, 3 de julho de 1863. Ano I, n. 26.

b) *Correio do Rio de Janeiro*

Correio do Rio de Janeiro, 21/9/1822, n. 133, p. 598.

Correio Extraordinário do Rio de Janeiro, 12/9/1822, n. 4.

c) *Diário Fluminense*

Diário Fluminense, 10/6/1826, v. 7, n. 128, p. 510.

Diário Fluminense, 26/6/1826, v. 7, n. 139, p. 559.

Diário Fluminense, 13/10/1826, v. 8, n. 87, p. 349.

Diário Fluminense, 14/10/1826, v. 8, n. 88, p. 353.

Diário Fluminense, 16/10/1826, v. 8, n. 89, p. 357.

Diário Fluminense, 4/12/1826, v. 8, n. 130, p. 521.

Diário Fluminense, 7/12/1826, v. 8, n. 133, pp. 533-4.

Diário Fluminense, 9/12/1826, v. 8, n. 134, pp. 537-8.

Diário Fluminense, 16/12/1826, v. 8, n. 140, pp. 561-3.

Diário Fluminense, 16/1/1827, v. 9, n. 12.

Diário Fluminense, 24/1/1827, v. 9, n. 18.

Diário Fluminense, 27/1/1827, v. 9, n. 21.

d) *Diário do Rio de Janeiro*

Diário do Rio de Janeiro, 18/9/1822.

Diário do Rio de Janeiro, 24/9/1822.

Diário do Rio de Janeiro, 7/12/1826, n. 6, p. 1.

Diário do Rio de Janeiro, 14/12/1826, n. 11, pp. 1-2.

Diário do Rio de Janeiro, 18/12/1826, n. 14, p. 1.

Diário do Rio de Janeiro, 19/12/1826, n. 15, pp. 1-2.

Diário do Rio de Janeiro, 20/12/1826, n. 16, p. 1.

Diário do Rio de Janeiro, 27/1/1827, n. 21, p. 1.

e) *Gazeta do Brasil*

Gazeta do Brasil, 20/10/1827, n. 42. In: *Suplemento à Gazeta*, n.42.

f) *Gazeta do Rio*, 17/9/1822, n. 112, p. 522.

g) *O Espelho*

O Espelho, 13/9/1822, n. 86.

O Espelho, 15/10/1822, n. 95.

O Espelho, 20/9/1822, n. 88.

h) *O Spectador Brasileiro*

O Spectador Brasileiro, 14/6/1826, n. XXXIV, pp. 3-4.

O Spectador Brasileiro, 6/11/1826, n. CXXXI, pp. 1-2.

O Spectador Brasileiro, 29/11/1826, n. CXLI, p. 1.

O Spectador Brasileiro, 6/12/1826, n. CXLIV, pp. 1-2.

O Spectador Brasileiro, 15/12/1826, n. CXLVII, pp. 1-2.

III – HORTA, Maria Lourdes Parreiras (dir.). *Pedro I: um brasileiro*. Ministério da Cultura – IPHAN – Museu Imperial. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura – IPHAN – Museu Imperial, 1998. CD-ROM.



REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

- p. 21 TAUNAY, Hippolyte, *Desembarque de S. A. a princesa real do Reino Unido, Portugal, Brasil e Algarves na cidade do Rio*. [1817] Litografia, p&b.
- p. 28 BADOUREAU, Jean François. *Leopoldina arquiduchesse d’Austria [gravura] princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves/Leopoldine/archiduchesse d’Autriche/princesse royale du Royanne Uni du Portugal, Bresil et Algarves*. Valtier delt., Badoureau sculp. – Lisboa [ca. 1817] Chez Orsolinini et Cie.
- p. 46 PRADIER, Charles Simon. *S. A. R. a sereníssima archiduqueza D. Carolina Leopoldina princesa real do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves*. [gravura] pintado por Debret; aberto por C. S. Pradier.
- p. 46 PRADIER, Charles Simon. *S. A. R. o sereníssimo príncipe D. Pedro príncipe real do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves*. [1822] Gravura água forte e buril, p&b.
- p. 54 FRÈRES, Thierry. *Grand costume de cour*. Litografia colorida, Paris: Firmin Didot Frères, 1839
- p. 85 Marquesa de Santos [fotografia]: Domitilla de Castro Canto e Mello. Foto gelatina, p&b.
SCHULTZ. *Marquesa de Santos*. [fotografia] Foto Schultz. Gelatina, p&b.
- p. 94 TAUNAY, Felix Emile. 1795-1881. *Aclamação de S. M. O Snr. Pedro I imperador Cal. Do Brasil [gravura] no dia 12 de outubro de 1822/ F.E.T. s.d. Rio de Janeiro*. Gravura água-forte aquarelada.
- p. 102 FRÈRES, Thierry. *Cerimonia de sacre de D. Pedro Ier empereur du Brésil: à Rio de Janeiro, le 1er Decembre 1822*. Litografia clorida. [Paris: Firmin Didot Frères, 1839]
- p. 128 Imperatriz e filhas.
- p. 186 FRÈRES, Thierry. *Monument et convoi fúnebres de l’imperatrice Léopoldine: à Rio de Janeiro*. Litografia colorida, Paris: Firmin Didot Frères, 1839
- p. 196 CZERNY, Ludwig. *Igreja de N. S. da Glória do Outeiro*. Desenho grafite colorido.

p. 213 DEBRET, Jean-Baptiste. *Vendedores de leite e de capim*. Paris: Firmin didot Frères, 1835. Litigrafia colorida.

 **AGRADECIMENTOS**

Na BNRJ, a Vera Faillace e Thiago Jorge Silva.

No arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, a Neibe Cristina Machado da Costa, Thaís Cardoso Martins e Alessandra Bettancourt Fráguas.

E a Antonio Aprígio Pereira Rodrigues, Bruno de Cerqueira, Eduardo Schnoor, Júlio Bandeira, Lizir Arcanjo, Luciano Cavalcanti, Pedro Correa do Lago, Vasco Mariz.

A Paulo Rezutti um especial muito obrigada. Sem seus conhecimentos e competência, este livro não existiria.



MARY DEL PRIORE é historiadora, autora de mais de 30 livros sobre história do Brasil. Vencedora de vários prêmios nacionais e internacionais como o Jabuti, o da APCA, Sérgio Buarque de Holanda, Ars Latina e Casa Grande & Senzala, colabora para jornais e revistas nacionais e internacionais. Membro do PEN Clube, é também sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Portuguesa de História e da Real Academia de la Historia de España, entre outros. Lecionou no departamento de história da FFLCH-USP e da PUC-RJ e é professora do curso de pós-graduação em história da Universidade Salgado de Oliveira.